

ETNODICÉIA URUÉU-AU-AU  
Mauro Leonel

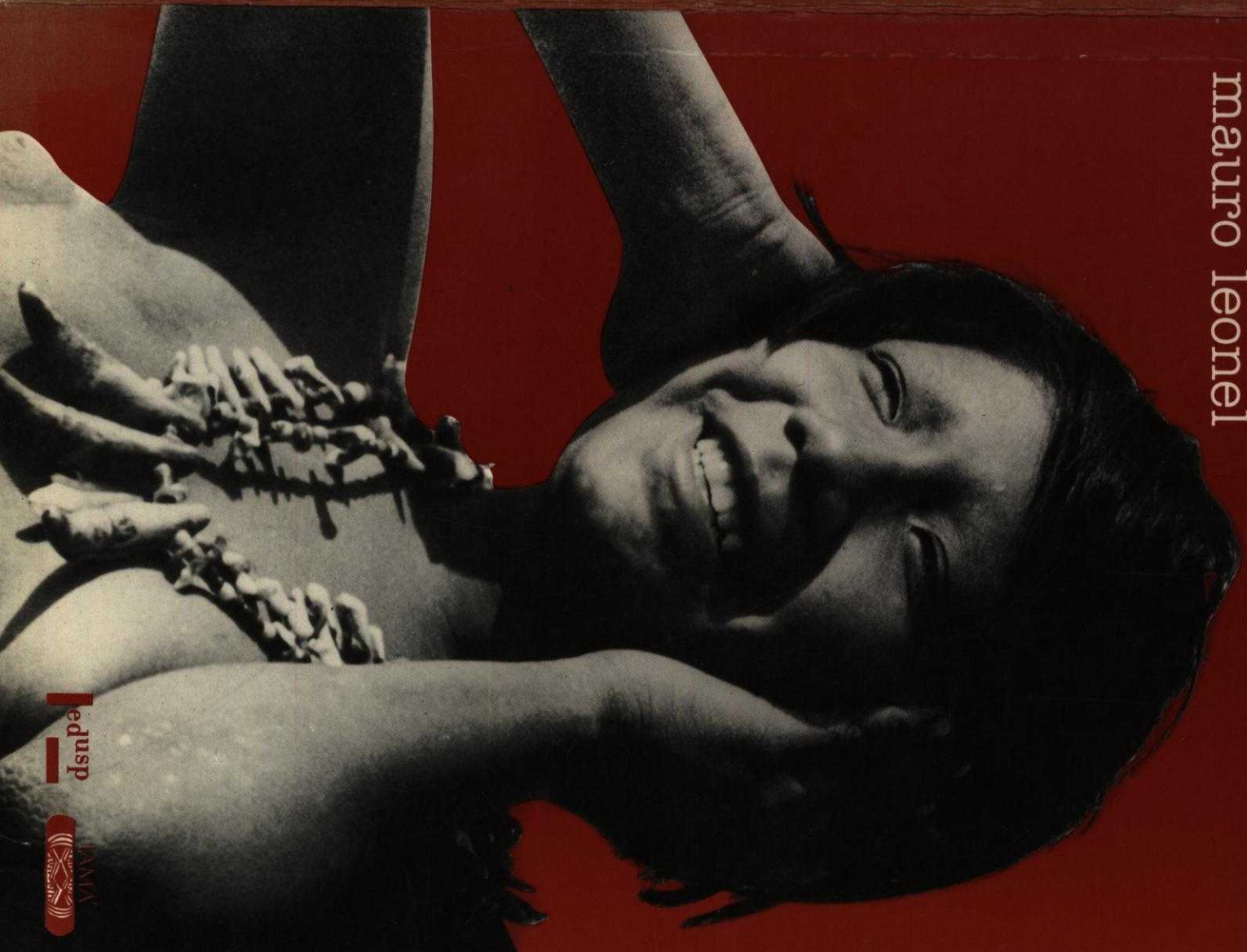
O tema uruêu-au-au é, aqui, um estudo de campo e documental sobre a situação de grupos indígenas acossados pelo cerco endocolonial, em suas várias frentes e manifestações. Não substitui uma indispensável pesquisa etnológica com os uruêus-au-aus: é uma primeira contribuição. O tema termina envolvendo, ou tornando-se, um outro: o da suposta civilização, na sua versão fronteira econômica. E é mais chão: aprofundar um exemplo contemporâneo, documentando-o em seus desdobramentos, desmontando conexões e reconstruindo os antecedentes. Os uruêus-au-aus são questão, neste trabalho descritivo, como exemplo das relações interétnicas, da política indigenista, como análise do expansionismo da sociedade majoritária sobre a minoria étnica, face aos grupos isolados, antes do contato propriamente dito, e em seus primeiros momentos.

Trata-se de um caso de eleição, por dar-se num centro pioneiro de colonização, como é o caso do novo Estado de Rondônia, prevendo, como primeiro sintoma, o desastroso, e aparentemente irreversível, processo final de ocupação predatória da Amazônia. Trazem os uruêus-au-aus o conhecimento de mais uma das faces tensas das relações de nossa sociedade com os índios.

Parecem ser os índios, apesar de ínfima minoria, catalisadores das mais agudas e intrincadas contradições da sociedade e do sistema. Por tocarem, e simultaneamente, várias cordas sensíveis: a diferença cultural e as questões fundiária e ambiental.

ETNODICÉIA URUÉU-AU-AU mauro leonel

ETNODICÉIA URUÉU-AU-AU  
mauro leonel



edusp

IAMA

edusp

IAMA

edusp

IAMA

## ETNODICÉIA URUÉU-AU-AU

Este livro, como outros pioneiros, inaugura uma nova vertente da antropologia: de um lado, ao tratar a questão indígena como inseparável da ambiental; de outro, ao demonstrar que o problema do índio não é marginal na sociedade brasileira mas é exemplar dos nossos grandes dramas econômicos e sociais. A defesa dos direitos indígenas, embora os índios sejam minoria, ameaça grandes interesses econômicos, como os das mineradoras, das empresas de construção ou dos grandes proprietários de terras e entra em confronto com mal formulados programas públicos de colonização e de construção de estradas ou usinas hidrelétricas.

Os protagonistas da análise são os índios Urúés-au-aus, até 1983 completamente isolados e, mesmo hoje, ainda parcialmente interiorizados na floresta. O estudo de Leonel foi peça chave para a demarcação das terras Urúés, feita em 1985. Escrito no momento em que havia pressões contrárias à demarcação (houve mesmo, no governo Sarney, uma tentativa de anular a demarcação), foi indispensável à completa regularização jurídica da área indígena, finalmente alcançada em 1991. Esta pesquisa foi realizada no quadro da série de estudos do Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, IAMA.

A *Etnodiceia* demonstrou como é possível – e desejável – estabelecer os limites do território indígena mesmo antes do contato, que em toda a história brasileira, sempre causou mortandades por doenças e triste desorganização social. Leonel, utilizando arquivos do SPI e milhares de documentos, dialogando ao mesmo tempo, através de intérpretes Parintintim, também de língua tupi, com os poucos Urúés que se aproximavam do posto da FUNAI, estabeleceu os pontos críticos limítrofes da área indígena, que é também, em parte, coincidente com uma área de preservação ambiental, o Parque Nacional Picaás Novos. Nesta área conjunta indígena e ambiental, região de paisagem fantástica de selva e de pedra, de cavernas pré-históricas, de sítios que evocam a lua, nasce a maioria dos rios de Rondônia.

"etnodicéia. [ De  
'justiça'. ] S.F.

etn(o) – + gr. dikaiía,  
Direito das gentes".

Ελληνική Αγορά Βιβλίων και Ηχογραφήσεων  
"ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ"  
ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ

ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ  
ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ

ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ  
ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ

ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ  
ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ

ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ

ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ

ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ  
ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ

ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ  
ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ

ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ  
ΕΛΛΗΝΙΚΗ ΑΓΟΡΑ ΒΙΒΛΙΩΝ ΚΑΙ ΗΧΟΓΡΑΦΗΣΕΩΝ



Instituto de Antropologia e Meio Ambiente

Pesquisadores permanentes/fundadores

Betty Mindlin

Carmen Junqueira

Eunice Paiva

Mauro Leonel

Tarcísio Lage (presidente)

Rua Afonso Vaz 454 CEP 05580 001 São Paulo SP

Tels. 011 813 9712 814 2944 211 6724 Fax 011 210 1338

ΕΤΝΟΔΙCΉΙΑ ΥΡΥΉΥ-ΑΥ-ΑΥ

# ΕΤΝΟΔΙCΉΙΑ ΥΡΥΉΥ-ΑΥ-ΑΥ

## mauro leonel

ΕΤΝΟΔΙCΉΙΑ ΥΡΥΉΥ-ΑΥ-ΑΥ  
ΤΑΥΤΟΓΡΑΦΟ ΤΟΥ ΚΑΤΑΧΗΡΗΤΗ

Ο τίτλος του βιβλίου είναι ΕΤΝΟΔΙCΉΙΑ ΥΡΥΉΥ-ΑΥ-ΑΥ  
Ο συγγραφέας είναι ο μαυρολεονέλ  
Ο αριθμός του βιβλίου είναι 11180  
Ο αριθμός του τόμου είναι 1  
Ο αριθμός της έκδοσης είναι 1

11180-001  
11180-002

Βetty e Carmen, por esse documento  
Davi e Tarcísio

Nicolau Raimundo  
Davi e Tarcísio

Αντικείμενο: ΕΤΝΟΔΙCΉΙΑ ΥΡΥΉΥ-ΑΥ-ΑΥ  
Αριθμός: 11180-001  
Τόμος: 1  
Έκδοση: 1



Reitor  
Vice-reitora  
Flávio Fava de Moraes  
Myriam Krasilchik



Presidente  
Diretor Editorial  
Editor-assistente  
Sérgio Miceli Pessoa de Barros  
Plínio Martins Filho  
Rodrigo Lacerda

Comissão Editorial  
Sérgio Miceli Pessoa de Barros (Presidente)  
Davi Arriguaci Jr.  
José Augusto Pentecado Aranha  
Oswaldo Paulo Forattini  
Tupã Gomes Corrêa



FAPESP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil

Leonel, Mauro.

Etnodidécia Urutú-au-au: O Endocolonialismo e os Índios no Centro de Rondônia, O Direito à Diferença e à Preservação Ambiental / Mauro Leonel. – São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo / Instituto de Antropologia e Meio Ambiente / Fapesp, 1995.

ISBN: 85-314-0089-9

1. Antropologia – Brasil
  2. Índios da América do Sul – Brasil – Rondônia
  3. Índios da América do Sul – Brasil – Política governamental
- I. Título.  
92-2260

CDD-981.11

Índices para catálogo sistemático:

1. Rondônia: Índios: Antropologia 981.11
2. Rondônia: Índios: Civilização 981.11

Direitos reservados a:

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo

Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374  
6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária  
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil Fax (011) 211-6988  
Tel. (011) 813-8837 / 818-4156 / 818-4160

Iamá – Instituto de Antropologia e Meio Ambiente.

Rua Afonso Vaz, 454 CEP 05580-001 São Paulo – SP  
Tels. (011) 813-9712 814-2944 211-6724 Fax (011) 210-1338

Printed in Brazil 1995

Foi feito o depósito legal.

Para

Betty e Carmen, por este des(caminho)

Nicolau Bruno,  
Djal e Tsiposegov

e, sobretudo, em homenagem a Jessco von Putkamer, autor de todas as fotos deste livro, e que, durante grande parte de sua vida acompanhou e documentou através de fotos e diários, muitos dos acontecimentos aqui relatados. Pena que não tenha podido ver finalizada a edição deste trabalho e destas suas fotos: a morte o surpreendeu no início de 1994. Perdemos, todos os que o conhecemos, sua imensa generosidade. O importante acervo de Jessco encontra-se no IGPA. Espera-se que a sociedade brasileira venha a reconhecer, como deve, sua decisiva contribuição para a documentação dos índios da Amazônia.

Lista Bibliográfica de Fernando de Castro (1917-1997)

Estado Novo, 1934-1976. O autoritarismo e o fascismo no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1976.

Estado Novo e a imprensa. In: O Estado Novo e a imprensa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1976.

Estado Novo e a imprensa. In: O Estado Novo e a imprensa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1976.

Estado Novo e a imprensa. In: O Estado Novo e a imprensa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1976.

Estado Novo e a imprensa. In: O Estado Novo e a imprensa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1976.

Estado Novo e a imprensa. In: O Estado Novo e a imprensa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1976.

Estado Novo e a imprensa. In: O Estado Novo e a imprensa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1976.

Estado Novo e a imprensa. In: O Estado Novo e a imprensa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1976.

Estado Novo e a imprensa. In: O Estado Novo e a imprensa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1976.

Estado Novo e a imprensa. In: O Estado Novo e a imprensa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1976.

SUMÁRIO

UMA ESCOLHA

1. OS INDIOS DAS NASCENTES DAS SERRAS DE PARANÁ, NOVOA, TIGRANES E MORRERA CAVAL

O Marilena, Jacó, e a vila de cangaço

As primeiras viagens ao campo indígena

Numeração e nome

Uma primeira viagem: o primeiro encontro

Primeira viagem: o primeiro encontro

Quais descobertas verdadeiras se descobrirão

Os tipos-cavilhas e Niquelândia

2. DUAS VILAS EXTRATIVISTAS: 1900 E 1945

O povo índio de Guatubera no século XIX (1918-1922)

No Município

Plano de trabalho em 1947-1950

Introdução

A povoação extrativista

O SPT no século XX

A Colônia Rodolfo Zamora, um dia

Introdução e conclusão do trabalho

O trabalho de campo

O trabalho de campo: levantamento e elaboração dos livros-pilhas

Alunos: Marcelino e Cássio

Mariano e Sérgio

A primeira viagem

Os livros-pilhas de viagem nos rios Araripe e Mucambo

O trabalho de campo

Rio São Miguel

Rio Cavaco

O trabalho de campo

O trabalho de campo

O trabalho de campo

Hoje, dá-se o inverso. Muitas vezes, ao evocar a minha estadia na plaga ardente, pergunto, dividido, a mim próprio:

- Mas eu, de facto, estive lá?  
Ferreira de Castro

## SUMÁRIO

UMA ESCOLHA . . . . .	17
1. OS INDIOS DAS NASCENTES DAS SERRAS DE PACAÁS NOVOS, UOPIANES E MOREIRA CABRAL . . . . .	
O Madeira, precária via de comércio . . . . .	23
As missões também não conseguiram instalar-se . . . . .	24
Numerosos e hostis . . . . .	25
Uma fronteira étnica xapacura e cavalba . . . . .	28
Parintintim, o cavalba desconhecido . . . . .	30
Outras denominações atribuídas ao desconhecido . . . . .	37
Os tupis-cavalbas e Nimwendajú . . . . .	40
45	
2. DUAS VAGAS EXTRATIVISTAS: 1900 E 1945 . . . . .	
O posto móvel de pacificação no rio Laranjinhas (1918-1922) . . . . .	53
No Mutumparaná . . . . .	54
Pianga, homem sem gente (1947-1950) . . . . .	56
Iaci Paraná . . . . .	59
A genocida expedição caripuna . . . . .	62
O SPI procura os cavalbas . . . . .	65
A Colônia, Rodolfo Miranda, uma Babel . . . . .	68
Jamari e Candelias: do seringal à cassiterita . . . . .	70
74	
O luxaua Tabarana . . . . .	76
O desditoso tenente Fernando e a epidemia dos bocas-pretas . . . . .	77
Nos rios Floresta e Candelias . . . . .	80
Massangana e Santa Cruz . . . . .	82
A guerra do garimpo . . . . .	84
Os bocas-pretas ou negras nos rios Anari e Machadinho . . . . .	88
Os tapiris do Muqui . . . . .	92
Rio São Miguel . . . . .	95
Rio Cautário . . . . .	100
O massacre dos oroins . . . . .	103
Cabixi, filho do SPI . . . . .	107
A primeira matança . . . . .	109
A vingança . . . . .	110

Incômodas testemunhas . . . . . 112

O exílio dos oroins e os ainda isolados no seringal S. Luís . . . . . 115

**3. A RENDIÇÃO DOS SOBREVIVENTES** . . . . . 119

Finalmente uma expedição e a interdição parcial . . . . . 119

O contato e Djal . . . . . 124

A política indigenista da Nova República . . . . . 127

A sem-cerimônia da colonização oficial . . . . . 131

A demarcação e o Incra . . . . . 137

Na Avenida Paulista . . . . . 137

Do título à posse das sesmarias . . . . . 139

O *lobby* antiindígena . . . . . 143

Novo governo, velha política . . . . . 148

Obras públicas, estradas e hidrelétricas . . . . . 151

Mineradoras e garimpeiros . . . . . 156

**4. PRESERVAR PARA E COM O SER HUMANO** . . . . . 171

Uruêu-au-au/Parque Nacional de Picaás Novos: uma solução de compromisso . . . . . 171

O ex-IBDF/Ibama *versus* Funai . . . . . 174

Um santuário cercado pela devastação . . . . . 178

A demarcação: a meia vitória do *lobby*, na terra de ninguém . . . . . 184

Um café da manhã de fim de governo . . . . . 193

**UM QUADRO SÍNTESE** . . . . . 197

**AGRADECIMENTOS** . . . . . 215

**SOBRE ESTA PESQUISA** . . . . . 216

**REFERÊNCIAS** . . . . . 217

**SIGLAS E ABREVIATURAS** . . . . . 222

**MAPAS** . . . . . 222

Habitat dos Uruêu (Jesco von Puttkamer) . . . . . 31

Situação Indígena . . . . . 145

Situação fundiária . . . . . 146

Invasões . . . . . 160

Mineração . . . . . 167

Mapa geomorfológico . . . . . 192





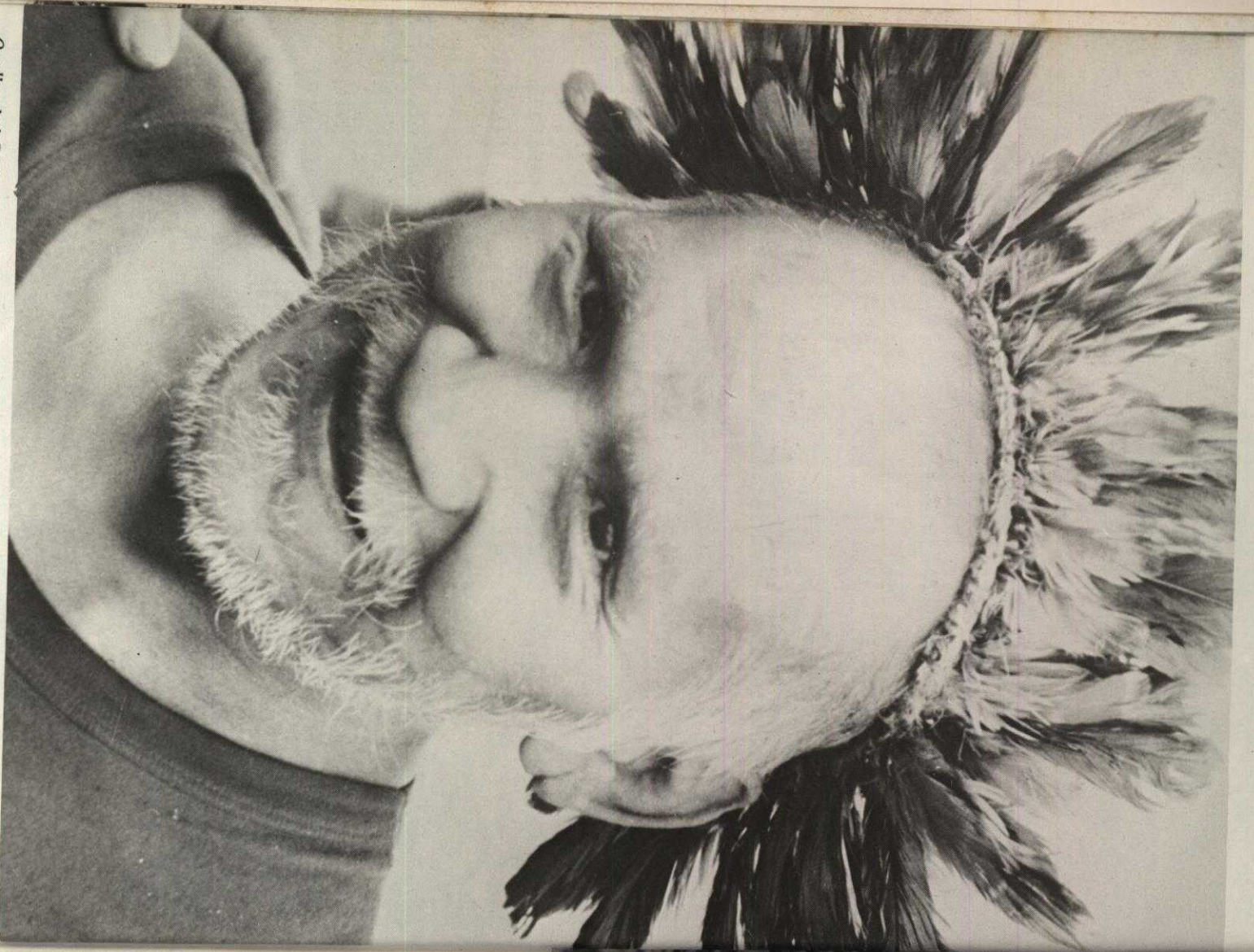
*A enfermeira Terezinha, heroína anônima da FUNAI, conversa com as índias.*



*Os Uruêas-au-ans têm um cuidado extremo com as crianças. Na foto, índia passando urucum numa delas após o banho da tarde.*

*Página oposta: A bela Bororó, primeira dama e esposa de Djaló, cortando amêndoas de babaçu.*





*O velho chefe Djaí, grande pacificador que veio a morrer de pneumonia e agravantes, tendo recebido atendimento médico da FUNAI.*



*A aldeia construída por Djaí e sua gente nas proximidades da FUNAI, refugiando-se dos constantes ataques de garimpeiros.*



*Djaí conversa com Mauro Leonel sobre os Juruné, índios isolados que ficaram fora da demarcação.*



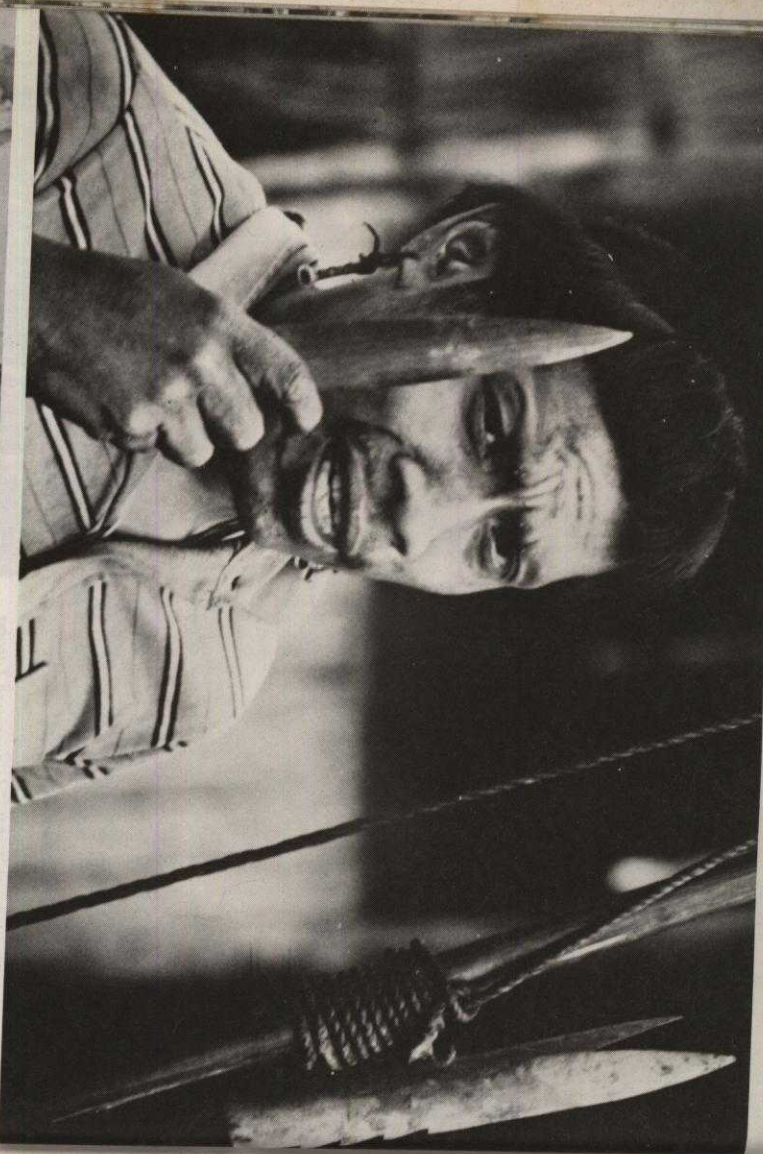
O nascimento do filho do guerreiro Taroba.



Página oposta: Taroba, filho de Djai, caçando nas savanas do centro da área, e menino Uruêu-ai-ai.



*Canindé, o mais importante guerreiro Urueú-au-au, que mais resistiu ao contato, ressentido com o rapto de sua mãe e irmã, e as balas de serragalistas e garimpeiros em seu corpo.*



## UMA ESCOLHA

Os urueús-au-aus (cavalbas), “os que tocam taboca”, os oróin (Xapacufas), “os que andam pintados”, e outros desconhecidos, ainda isolados, constituem o tena central deste trabalho. No entanto, não aparecem aqui diretamente, ou seja, não se trata de um estudo etnológico. Isto por duas razões, sendo a primeira de ordem prática: a violência e tensão que os cercam não facilitaram, nesta primeira década de contato ainda inconcluso, interlocutores e clima para tal abordagem. Basta lembrar as dezenas de mortes nos últimos anos, em confrontos com invasores de todo o tipo, além da carência de recursos para pesquisas.

A segunda é uma escolha. Um dos obstáculos alegados à proteção de suas terras vem sendo o pouco que se conhecia destes grupos. Esta é uma situação generalizada para os índios isolados, ou em fase de contato, que ainda resistem na Amazônia. A falta de informações é um dos motivos esgrimidos pelos que se opõem às medidas concretas de defesa da vida e das terras destes remanescentes, argumentos geralmente de partidários da ocupação territorial pela exaustão do adversário. Tal argumento vem a ser uma das máscaras em que se esconde a inércia burocrática do indigenismo oficial.

Deve valer a pena, no interesse da defesa destes índios e recursos naturais, divulgar as informações reunidas neste trabalho, buscando estimular medidas concretas, por exemplo, como embasamento para a decisão que deverá tomar o judiciário. O objetivo é contribuir para reverter essas situações: mostrar que, mesmo quando uma pesquisa etnológica é difícil, conta-se com dados suficientes para localizar onde se encontram, em que pontos as invasões se tornam intoleráveis, permitindo a plotagem em mapa, e a proteção da área ocupada pelos índios, pela via jurídico-legal e no local dos acontecimentos, bastando vontade política da sociedade e do governo.

Os urueús-au-aus tornaram-se, embora por pouco tempo, um caso pioneiro e exemplar. A demarcação de suas terras, em 1985, deu-se a partir da definição dos locais onde os índios utilizavam a presença do colonizador, antes mesmo que fossem exaustivamente conhecidas suas aldeias, roças, locais sagrados, de coleta, caça ou pesca. O precedente de medidas preventivas no terreno demonstra que elas são possíveis, brechando o avanço da colonização, a partir de manifestações da presença indígena, antes de sua completa localização ou identificação étnica. Embora as medidas tomadas na defesa destes índios tenham sido novamente insuficientes, indicam o que poderia ser feito pelos últimos grupos que sobrevivem isolados na Amazônia.



*Guerreiro Urueú-au-au untando as flechas com Tike-Uba, veneno anti-coagulante.*

Esta experiência mostra como é injustificável o assanhamento do indigenismo oficial em realizar o contato, mesmo através das técnicas de "namoro" ou "amansamento", que combinam brindes e tiros de espingarda. Por mais gentis que se pretendam, não passam de táticas coloniais de redução, camuflando a ocupação territorial e avanço da fronteira econômica. Inclusive porque nada explica a pressa no contato, quando nada se faz na defesa das terras e recursos naturais, enquanto os primeiros contatos trazem a dizimização pela doença, a não ser abrir novos espaços à colonização.

O tema uruêu-au-au é, aqui, um estudo de campo e documental sobre a situação de grupos indígenas acossados pelo cerco endocolonial, em suas várias frentes e manifestações. Não substitui uma indispensável pesquisa etnológica com os uruêus-au-aus: é uma primeira contribuição. O tema termina envolvendo, ou tornando-se, um outro: o da suposta civilização, na sua versão fronteira econômica. E é mais chão: aprofundar um exemplo contemporâneo, documentando-o em seus desdobramentos, desmontando conexões e reconstruindo os antecedentes. Os uruêus-au-aus são questão, neste trabalho descritivo, como exemplo das relações interétnicas, da política indigenista, como análise do expansionismo da sociedade majoritária sobre a minoria étnica, face aos grupos isolados, antes do contato propriamente dito, e em seus primeiros momentos.

Trata-se de um caso de eleição, por dar-se num centro pioneiro de colonização, como é o caso do novo Estado de Rondônia, prevendo, como primeiro sintoma, o desastroso, e aparentemente irreversível, processo final de ocupação predatória da Amazônia. Trazem, os uruêus-au-aus, o conhecimento de mais uma das faces tensas das relações de nossa sociedade com os índios. E de maneira inversa, ou menos comum, a partir de um ou dois grupos, e de uma região localizada, no momento crucial de sua ocupação. É o contrário do mais freqüente, que tem sido a análise globalizante e *a posteriori*.

A escolha do tema uruêu-au-au foi sugerida por revelar a diversidade e num só caso a gama quase completa dos interesses públicos e privados que disputam as terras indígenas: estradas, hidrelétricas, projetos oficiais de colonização, mineradoras, madeireiras, seringueiras, agropecárias e uma nascente sociologia cartorial. Parecem ser os índios, apesar de infima minoria, catalisadores das mais agudas e intrincadas contradições da sociedade e do sistema. Por tocarem, e simultaneamente, várias cordas sensíveis: a diferença cultural e as questões fundiária e ambiental.

Este trabalho foi facilitado pela avaliação do programa Polonoroeste, permitindo algumas visitas à região. Foram considerados pela equipe cerca de sessenta grupos indígenas, em situações tão tensas quanto estas. Além de encontrarem-se estes grupos em fase de contato, de demonstrarem múltiplas faces do colonialismo interno, o caso uruêu-au-au é de significativa atualidade. Em Rondônia, sem dúvida, por ser grave questão política, pelos conflitos e mortes recentes.

De atualidade também por coincidir, a área ocupada por estes grupos, com uma área de grande interesse relativamente à preservação ambiental, onde se concentram as cabeceiras dos principais formadores brasileiros do rio Amazonas. Esta coincidência oferece ocasião de chamar a atenção sobre as relações estreitas entre as áreas de preservação e a vida de comunidades culturalmente diferenciadas, como as dos índios, seringueiros, populações ribeirinhas e caçaras. Ainda não se realizaram as pesquisas multidisciplinares que o tema exige. Pelo menos pode-se considerar alguns aspectos dos obstáculos institucionais à criação e proteção de áreas de preservação com vida humana. Finalmente, vale ressaltar a razão maior desta escolha: o simples fascínio pela tenacidade destas centenas de índios resistindo a um cerco de tais dimensões.

Vale advertir que não se pretendeu produzir a indispensável etno-história dos uruêus-au-aus (cavalbas), oroins (orouaris), ou dos povos circunvizinhos. Apenas se buscou, através de uma seleção comparativa, não descuidar de trabalhos anteriores que, apesar de fontes indiretas, oferecem um suporte à consideração do quadro atual de cerco a estes índios, e à sua identificação, temas centrais desta exposição. Buscou-se mais localizações, como se sabe dinâmicas, e denominações, também inseguras como referências para uma etno-história ainda por fazer. Enfim, uma primeira e limitada contribuição, voltada ao presente e à circunstância, procurando revelar os interesses atrás dos confrontos.

A primeira parte deste trabalho é um sobrevôo, não exaustivo, mas indicativo, nas principais referências historiográficas, até o final do século XIX, sobre os índios da região, através dos trabalhos etnológicos e etno-históricos, mas também de viajantes, missionários e cronistas, na busca de pistas para a identificação dos grupos, de sua mobilidade e ocupação espacial, de sua geopolítica. Tarefa ingrata, sobretudo tratando-se de um grupo mal conhecido, com raras fontes diretas, inclusive porque a colonização tardou a aprofundar-se no Alto Madeira.

A segunda parte é uma viagem exploratória pelos milhares de documentos das instituições indigenistas oficiais, também ao longo do tempo e da geografia, acrescida da leitura de documentos de religiosos, recortes de jornais, entrevistas com sertanistas e seringueiros da região. O resultado é fragmentado, não exaustivo, literalmente telegráfico, uma vez que telegramas foi o que mais se salvou da sistemática destruição a que são submetidos os documentos sobre os índios. Permitted identificar os interesses que destroem os arquivos oficiais, e a grandeza intelectual e moral dos poucos que se dedicam a recuperá-los e reuni-los. E supor o que seria este trabalho sem os incêndios de arquivos, como o do SPI, ou a sua destruição, como durante a passagem de Romero Jucá pela Funai, que objetivam sempre sumir com os direitos que os documentos revelam.

Rendeu esta garimpagem, selecionando e comparando, um quadro, ainda que aproximado e difuso, do que foram os últimos séculos de rusgas para estes índios. Deixa a impressão de saga, epopeia, que absolutamente não cabe desfazer: este punhado de gente sobreviver, pelo menos, a mais de cem anos de

guerra desigual, algo comparável à Guerra de Troia, ou à grande epopeia equivalente de um povo. Entre os episódios possíveis de mais completa reconstrução, ressalta o massacre dos oroins, talvez um dos momentos de leitura destacada neste trabalho, após a aridez incontornável da revisão das referências documentais, obrigatória quando se comprovam direitos imemoriais.

A terceira parte trata do cerco atual, resultado da análise e seleção dos documentos oficiais, entrevistas, jornais e pesquisas de campo, embora as visitas à região, no quadro de avaliação, estivessem mais próximas da intervenção do que da pesquisa acadêmica. Nenhuma das viagens pôde ser dedicada exclusivamente aos uruús-au-aus. E sem dúvida um desafio maior, quanto mais se trabalha voltado ao presente. No mínimo põe-se à disposição da defesa destes índios uma exposição desenvolvida e documentada, talvez útil aos próprios interessados no futuro, condensando o pouco que se sabe, até o momento. E o que explica o tom descritivo, documental, datado, e as detalhadas citações mantidas em algumas passagens. Citações tão fora de moda, quase dos costumes, mas indispensáveis à defesa jurídica, e devidas à difícil e minuciosa tarefa de compor seqüências, a partir de informações fragmentadas e secundárias, únicas quando se trata de índios isolados e desconhecidos. A inexistência de estudos anteriores exigiu maior rigor, além das obrigações de precisão, face ao processo judicial em curso, introduzindo mais obstáculos à leitura deste tema, que já não é, em si mesmo, sempre agradável.

Por outro lado, a carência de precedentes de abordagens deste tipo, ou seja, restritas a um caso de índios isolados e a uma região, ofereceu maior liberdade a que, no próprio curso da narrativa, fosse se revelando o só aparentemente invisível quadro endocolonial. Quadro já relativamente estudado e conhecido, núcleo e objeto de interesse também deste trabalho. Permitiu ainda a licença de se abdicar de maiores digressões abrangentes, pressupostos ou quadros teóricos globalizantes, já enunciados em outros trabalhos afins, e mais gerais sobre a condição indígena. Neste caso, porque redundantes, arriscariam tomar espaço à explicação do caso uruú-au-au, ou restringir-se a reafirmações proclamatórias ou, tão a se evitar quanto, a principistas ou reducionistas. Evitando-se exercícios de utilidade duvidosa para esta circunstância, orientou-se a própria reconstrução dos acontecimentos a que revelassem, a conta-gotas, o cenário dos interesses que determinam o etnocídio. Os fatos, nesta exposição sobre o caso dos uruús-au-aus, foram privilegiados, e não sua interpretação ou demonstração de teorias. Estes fatos demonstram pressupostos, evitando-se que as explicações embarracassem ociosamente a apreensão dos acontecimentos. Tem-se aqui mais um ponto de partida, do que de chegada, abrindo talvez novos campos de pesquisa.

Porque o pano de fundo da alta velocidade em que vem ocorrendo a ocupação da Amazônia prenuncia o futuro aparentemente irreversível da última fronteira, um processo-tipo, que promete atingir todos os últimos grupos indígenas isolados. Eis o que se pretendeu mostrar, através da forma assumida de

um registro, de um painel, de um documento, de um exemplo, de um dossiê, de uma modesta e auxiliar missão cumprida.

A quarta parte trata da questão da preservação ambiental em área com vida humana, com idêntico risco de análise do presente, no curso dos acontecimentos, e os descontos pela usadia, pois deveria ser trabalho de equipe multidisciplinar, apoiado em estudo etnológico, que ainda está por ser feito. Finalmente, na conclusão, em que se argumenta por um campo do possível, e pregam-se reformas e transformações, apesar de que melhor estariam num trabalho sobre uma nova sociedade, da qual, o hoje mais parece distanciar-se.

Sao Paulo, 31 de julho de 1988

*Acreditar que existem apenas os planetas conhecidos até hoje é tão pouco razoável quanto imaginar que o céu é povoado apenas pelos pássaros que passam diante de nossa janela.*

Giordano Bruno

## 1. OS ÍNDIOS DAS NASCENTES DAS SERRAS DE PACAÁS NOVOS, UOPIANES E MOREIRA CABRAL

Quem são, então, os índios que habitam as numerosas nascentes e encostas das serras de Pacaás Novos, Uopianes e Moreira Cabral? Apesar de contribuições decisivas, como as de Curt Nimuendajú, Alfred Métraux, Claude Lévi-Strauss e da Comissão Rondon, muitas perguntas ainda continuam sem resposta.

Os primeiros contatos feitos pela Funai, a partir de 1981, no Posto de Atração Comandante Ary Daltoé, antes chamado Alta Lídia, nos campos dos urupás ou de Cataqueaná, continuam tratar-se, pelo menos no que diz respeito ao grupo principal, de índios com afinidades lingüísticas com os cavilhas e parintintins, da família tupi-guarani. Apesar da lamentável ausência de estudos lingüísticos, etnológicos e etno-históricos específicos, esta conclusão decorre da extrema facilidade de comunicação entre os chamados urucús-au-aus e os parintintins, em sua maioria originários do Maici, afluente do rio Madeira, que servem de intérpretes, intermediando o contato com a "frente de atração" na última década.

Pelos sobreviventes do massacre promovido pelo seringalista Manuel Lucino, nas nascentes do rio Pacaás Novos, sabe-se também que, sobretudo no oeste da região, encontram-se grupos orouratis, como os orouins, hoje refugiados numa área vizinha da Funai. Há outros grupos isolados na região, como os ataparaquaras, a oeste, e os jurureis, no rio Muquiqui, estes últimos também cavilhas, embora sem contato regular.

Tentar reconstruir, mesmo aproximativamente, sua etno-história, não é tarefa fácil. É esforço em algo parecido com garimpagem, quebra-cabeças, ou aproximação em microscópio, as fontes são raras e as referências imprecisas. Embora a ênfase deste trabalho esteja no delineamento do quadro de cerco a estes índios nas últimas décadas, vale remontar algumas pistas do passado mais longínquo. A impossibilidade, até o momento, de recurso à história oral agrava as dificuldades da minguada historiografia. Assim, a pesquisa sobre os índios que habitavam a região restringiu-se a permitir algum suporte ao estudo deste século. Se a reconstrução é já difícil quando se trata de índios em geral, neste caso, a especificidade da história da ocupação do atual Estado de Rondônia nos ajuda a entender por que as fontes se fazem ainda mais raras.

### O MADEIRA, PRECÁRIA VIA DE COMÉRCIO

A tardia descoberta da ligação fluvial de Vila Bela da Santíssima Trindade, então denominada Mato Grosso, pelo Guaporé, Mamoré, Madeira, Amazonas, até Belém do Pará, por Manoel Feliz Lima, em 1741, foi descrita, em 1775, por Joseph Barbosa de Sá: "Navegará Rio [Aporé] abaixo por donde gente catholica nunca havia chegado e só genitos de quem foram tendo alguns encontros imbarcados também em suas canoas e veziadolhes algumas das suas Aldeyas mais chegadas ao Rio" [1901:42]. As primeiras entradas deram-se, portanto, na metade do século XVIII.

Dois anos depois, Sa faz do Guaporé igual descrição, ao voltar de uma viagem de reconhecimento: "Teve alguns incontros dos Genitos que em canoas o sahiao a dezaflar pondo em tom de guerra armados de arcos flexas e porretes..." [1901:43]. Relata uma tentativa de povoamento realizada em 1745, fracassada devido à resistência dos índios:

[...] povouaró neste anno alguns moradores de Matto Grosso huus descobrimentos de outro aquem do Rio Aporé certo dentro o que chiamaró Minas de Carumbujara visitos huus que andaváo no genito nos annos antecedentes por enão não examinados fono largados no anno de mil sette centos quarenta e oyo por falla de forças e screm os povoadores todos pobres mcleró se nos certosos a procurar Genitos que enão nos tempos passados os empregos dos homens pobres por onde acabaráo alguns e os que escaparáo com as vidas vicrió ter as Povouçocas de Matto Grosso e Cuyaba dividos huus dos outros em tempos diversos [Sa, 1901:45].

O grande obstáculo, partindo de Belém (PA) ou de Vila Bela (MT), foi sempre os trechos encachoeirados entre o Madeira e o Mamoré. É o que relata Madeira também são do início do século XVIII. Escreve o cônego:

Em 1723, segundo Baena, ou em 1725, segundo o capitão-tenente Amazonas, foi o rio Madeira conhecido pela primeira vez, até a parte superior das cachoeiras. Era então governador do Pará o general João Maria da Gama. A noticia que por alguns indivíduos incumbidos do descimento de indios do Madeira lhe foi dada, de que acima das cachoeiras havia habitações de gente branca, que não sabiam se eram portuguezes ou hespanhóes, motivo a expedição que mandou o dito general ás ordens de Francisco de Mello Palheia [1875:119].

Assim, salvo os jesuítas, o colonizador fez, de início, mais entradas do que ocupação entre os rios Guaporé, Mamoré e Madeira. Castelhan, em sua expedição de 1842, explica por que a rota do Guaporé-Mamoré-Madeira perdeu logo importância:

Outra fizeram-se expedições pelo Rio Madeira: mas, depois que foi aberta a navegação pelo Arinos, que não é mais perigosa do que a por aquelle, e encruta muito a distancia, a antiga rota foi quase completamente abandonada. Passam-se hoje aos sem que uma só embarcação appareça no Rio Madeira, por onde em meadia não transitam mais de duas canoas por ano, se tanto [1979, l. II:370].

A região continuou, devido às dificuldades de acesso, desconhecida e disputada. Os portugueses buscavam fortificá-la, enquanto os jesuítas espanhóis tentavam uma ocupação de fato, mas foram repetidamente repellidos quando cruzavam as margens do Guaporé ou do Mamoré. O seu interior, as serras e nascentes, aqui estudadas, continuavam terras de índios.

A colonização do atual Estado de Rondônia é recente, data da segunda metade do século passado, ligada ao extrativismo da borracha. Ali pison antes o colonizador, à cata de minérios ou preando índios, estabelecem-se missões católicas, fortificações ligadas aos litígios de fronteira, além de vias de farefeito comércio. Mas esta ocupação dava-se nas margens dos principais rios navegáveis, evitando os trechos encachoeirados, e não se aprofundava no interior, nos afluentes, e menos ainda nos altos rios ou em serras escarpadas como as de Pacaás Novos e Uopianes. A presença portuguesa, ou espanhola, buscou apenas envolver o índio, único morador das paragens, em suas desavenças. Esta é a razão da precariedade das referências sobre os índios do centro de Rondônia. A dificuldade de acesso à região deve-se às inúmeras nascentes das serras de Pacaás Novos e Uopianes. Todos os rios que lhes dão acesso são encachoeirados. Este obstáculo, somado à firme resistência dos índios, retardou a ocupação destes rincões, até as últimas décadas, até a chegada das mineradoras e madeireiras, nossas contemporâneas.

O centro de Rondônia, fora das margens dos grandes rios, e mesmo nelas, foi sempre região mal conhecida, em parte até hoje. Continuava sendo na época da viagem de Spix e Martius, no início do século XIX, como informa uma nota em seu relato sobre o rio Madeira, chamado de Caiari, ou rio Branco, pelos índios, sendo "incontestavelmente o mais importante afluente do Amazonas, e a sua bacia, em conjunto, tem sido também objeto de dúvidas e falsas informações" [1938:421]. Quanto aos índios da região, eram ainda menos conhecidos. Da informação direta colhida por Spix e Martius, tem-se apenas que os mundurucius,

perseguem a diversas tribus, como os jumas, parintinius e araras (ambiam estes as nascentes dos rios Marubá, Canomá e para os lados do Madeira) com fío inexorável furor, que as duas primeiras tribus, mais fracas, serao em breve exterminadas [1938:409].

### AS MISSÕES TAMBÉM NÃO CONSEGUIRAM INSTALAR-SE

Outra fonte de referências, importante por ser das raras presenças na região, é a dos missionários, mas eles também não se aprofundaram no interior. A conclusão vem dos estudos do religioso Vitor Higo nos arquivos das missões, cujos resultados foram publicados no livro *Desbravadores*, obra documentada, embora ingênua em sua apologia do missionarismo etnocêntrico. Ao sul, as missões mantiveram-se nas margens do Guaporé e Mamoré, mudando com

frequência devido aos litígios de fronteira. Mais buscavam atrair os índios que ir até eles. Ao norte, os padres não passavam da foz dos rios Jiparaná ou Machado e, sobretudo, não chegaram aos trechos encachoeirados: "Afinal, tamanhos vinham sendo as dificuldades, que, por muito tempo, a evangelização do Rio Madeira não entusiasinou os missionários", concluiu o autor [1959, v. I:24].

Constataram os clérigos, desde o final do século XVII, a presença de povos de língua tupi, ao sul do hoje Estado do Amazonas, como os iturús, e informaram sobre outras denominações, como a dos paraparixanas, aripuanás, onicorés, torerises, por volta de 1688, "mas [a]rescencia Hugol, em 1714, já se mantinham aldeias domesticadas, nas enseadas dos rios Canumã, Andirás, Acuriatós e entre os índios guarinanhás, na fronteira do atual Território Federal de Rondônia com o Estado do Amazonas". Na margem do Madeira contaram os missionários 32 tribos, mas não chegaram ao alto rio, ficando sempre acima do Jamari, porque

as margens do Grande Rio Madeira ofereciam tais condições favoráveis de vida, as quais não garantia o interior, nem mesmo nas vizinhanças das minas de ouro de Urucumacã, nas proximidades das cabeceiras dos rios Camurê, Jamari e Corumbiana [1959, v. I:22, 26-32].

Apenas em 1728, ainda segundo Hugo, poderiam ter-se aproximado os jesuítas da foz dos rios Jamari e Machado. Deixaram informações dos panas do Mamoré até Santa Cruz de la Sierra, mantidas pelos jesuítas espanhóis. Estabeleceram-se nas proximidades da foz do rio Jamari, na aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras, obrigadas com frequência a mudar de local pelos "vizinhos bárbaros", atacadas pelos muras, e pelos "civilizados sobretudo, que mais e mais pretendiam aproximar-se da nova aldeia", entre o Jamari e a primeira cachoeira do Madeira [1959, c. I:59]. Estes "civilizados" tentaram, e muitas vezes conseguiram, escravizar índios das próprias missões. No Guaporé estabeleceu-se uma missão, "com o intento de pôr em ordem uns tantos caciques, próximos à debandada com seus respectivos gentios (inequês e guajartas), por causa da morte do sermãoista Domingos da Cruz, a quem eles obedeciam", e para "reunir os catecúmenos das missões espanholas, abandonadas em S. Simão e Rio Mequês", devido aos conflitos de fronteira [1959, v. I:85-6].

Os índios repeliram a instalação de um povoado denominado Balsemão: "Foi abandonado principalmente pelas hostilidades dos índios. De fato, em 1771, o pároco de Balsemão era outro, o Padre Agapito Marcos de Oliveira: teve também de fugir para Borba, uma vez que os panas se tinham insurgido e já haviam morto um homem branco". Outras dificuldades tiveram os missionários no período pombalino, quando os índios ficaram sob o controle laticó, como lamenta o historiador salesiano: "O silêncio de morte pairava sobre toda

a Amazônia! O rio Madeira não contava com um só apóstolo! As águas do Guaporé e do Mamoré se mesclavam estéréis, secas dos heroísmos de antanho". Os missionários voltariam apenas no século XIX, na Missão de Sapucaioroca, em 1827, buscando evangelizar os anga-turannas, e chegando a batizar e casar alguns muras, mundurucús, araras, urupás e torás. Mas a missão, dividida em três aldeias, foi derrotada.

apesar dos nove praças que o Comandante das Forças de Borba enviara a Sapucaioroca para evilar qualquer ataque dos índios araras [1959, v. I:111, 122 e 128].

Em 1854 foi a vez dos franciscanos e, em 1857, dos carmelitas tentarem a sorte entre os rios Aripuanã e Machado; fracassaram, como antes os jesuítas, diante dos araras e muras. Na foz do Jamari tentaram instalar-se "degradados e ciganos portugueses moradores do Rio Negro", primeiro em São Carlos do Jamari, depois em São João do Crato. Esta colônia foi criada em 1802, para livrar os moradores das correrias dos índios jumas: "Ninguém saía do povoado por motivo nenhum". Mesmo apoiados por cinquenta praças, tiveram que se retirar e até mudar para o salto de Teotônio, tentando voltar para a foz do Jamari. "Por aqueles anos missionou ainda as bandas madeirenses certo Pe. Pizzote, que acabou massacrado pelos índios onicorés (onicorés)", registra o mesmo autor. Em 1869, teve melhor sorte o franciscano Jesualdo Macchetti, vindo da Bolívia, que contactou alguns caripunas e araras à altura de Abunã:

Uns dez selvagens nus, muito docíes, com losse e catarro pulmonar [1959, v. I:133, 136 e 150].

Em 1871, encontraram alguns torás e araras no rio Machado, onde fundaram a Missão de São Francisco, no rio Preto.

Os índios parintintins assassinaram, logo no começo da Missão, um índio torá e, depois de morto, levaram sua ferocidade a ponto de cravarem inúmeras flechas no corpo... A mor parte da população se compunha de índios adultos porque as crianças, antes de os pais serem aldeados, haviam sido roubadas pelos brancos. Em vista disso, alguns índios torá viviam afastados, não querendo residir na Missão, temendo também o roubo de seus filhos [...] Outras tribos, principalmente ao longo do Rio Machado, foram sendo contactadas pelos missionários: os jaras, cranaris, além dos terríveis parintintins. Do Rio Jamari eram conhecidos os urutiques, urupás, manacás, uruturacús e os nharangas-pirangas...

Os missionários tentaram agrupar no rio Marmelo índios torás, matanavi, pirai e cerca de mil jaras, "contudo os índios, pela inconsciência caprichosa que lhes é inata o abandonaram e voltaram para as matas". Em 1882, os franciscanos entram em conflito com o presidente da província do Amazonas, terminando por abandonar o Machado, no ano seguinte, em razão dos confrontos com a magonaria, explica Hugo [1959, v. I:160, 161 e 166].

## NUMEROSOS E HOSTIS

Que eram numerosos os índios na região do rio Madeira, e que resistiam como podiam aos invasores, não cabe a menor dúvida. Deve-se ao etno-historiador Moreira Neto a publicação de um manuscrito de autor anônimo, de 1816, que ali registra "a tribu da nação mura, que se calcula para cima de 60 000 almas. Sempre se servio do Rio Madeira para fixar o centro de sua habitação". Em outro manuscrito, selecionado pelo mesmo pesquisador, outro autor anônimo acrescenta que

háo felizmente concertada não podia fallar a Submissão do Mura, e o anno de 1786 marcou a sua Epoca: Epoca importante para o Alto Amazonas, e em que associando-se-nos o Mura parecero communicar-nos a sua preguiza e sua indifferença por tudo que não he trapaçaria [1988:249-260].

No Madeira, os muras estiveram entre os primeiros a serem subjugados, mas não eram os únicos, pois o colonizador denominava indiscriminadamente aos índios que desconhecía, hostilizava, e, podendo, escravizava. O anônimo diz que a pacificação dos muras "marcou a sua Epoca", e é fácil entender por quê. Foi como missionários e pregadores que começaram a localizar outras tribos e relacionar-se com elas, tentando novamente navegar num rio a que as cachoeiras e a resistência indígena davam fama de assombrado.

Também não cabe dúvida das dificuldades dos colonizadores nas margens do próprio rio Madeira, apesar de melhor defendidas:

O Sargento Mor João de Souza, conhecido pelo nome de Mineiro, que foi o primeiro que conduziu por este rio Madeira hum comboio de canoas do Pará à Mato-grosso, teve com este gentio pela desigualdade das armas. Apesar do esforço de milhares dos combatentes nada fizerao, antes fez nelles, com os bacanantes, e archibuzes de que ha mimido, horrorosa mortandade que os escrementou. Depois desta época adoptariao novo systema de combater, e atacar-nos por guerrillas: tactica desastrosa, que pezoou muitos annos sobre as Villas... [Moreira Neto, 1988:249-260].

A maior parte das referências considera as margens do Madeira como "o centro da habitação" dos muras, e os descreve por toda a Amazônia, o que é, provavelmente, exagero e generalização sobre o desconhecido. Parece mais provável uma ampla diversidade étnica, pelo menos nos afluentes da margem direita do Madeira. Mas que os índios impediam a navegação do Madeira, fica claro nos *Autos da Devassa contra os Índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins (1738-1739)*, publicados pela Universidade do Amazonas [UA, 1986:9]. A devassa visava "descimento" e "guerra justa" contra os índios que resistiam. O próprio provincial da Companhia de Jesus, padre Joseph de Souza, certifica

[...] que por informações Certas, que tento do Padre Manoel Fernandes, Missionário da mesma Companhia na Missão de Santo Antonio, ainda nova, E sito nas Cachoeyras do Rio da Madeyra; Ser Certo, que desde o Rio Arripuaná, atle o Rio Gi-paraná, que dezanhoacó no dito Rio da Madeyra;

E occupó grande districto Está tudo inficionado de uma Nação de Indios Barbaros chamados Muras [...] [UA, 1986:9].

Acrescenta que os índios atacaram índios remeiros e um canoeiro, "homem branco", e ainda que

[...] neste prezente anno derão Em huma Rossa dos Indios da Sobredita Aldeya de Santo Antonio, Em que matarão, E frecharão a muito delles, Sem mais cauza, que a sua braveza. E malignidade, E lles tomnarão todos os trastes, que tinham. E duas canoas puzsantes, nas quacs andó actualmte fazendo muitas insolencias por aquellos Rios, E certos [...] [UA, 1986:9].

A Companhia pede providências ao governador, prometendo vantagens ao "Estado" e à "glória divina", porque no Madeira "se podem fundar nelle ainda 4, ou mais Aldeyas Grandes, tirado o detrimento daquelles barbaros" [UA, 1986:11]. Quanto ao provincial do Carmo, em seu parecer nos autos da mesma *Devassa*, aceita que se castigue os muras, mas recomenda cautela com as demais nações:

Como não se provam legalmente Seus Crimes, nem lles sabe ainda os nomes; Digo que por ora se deve dissimular com ellas atle, que o tempo ns de a Conhecer. E Seus mallos nos dem mais justificada cauza para os castigar" [UA, 1986:117].

As 33 testemunhas dos autos citados, apesar de obviamente "fabricadas", como constatou a prefaciadora, atestam que os muras impediam aos colonizadores colher os frutos do Madeira, a não ser na margem do rio, com vigilância, e ainda assim eram surpreendidos [UA, 1986:2]. Conclui que os índios, com seus ataques, dificultaram o comércio, o estabelecimento, e "colocaram obstáculos à comunicação fluvial entre Mato Grosso e o Pará, através do Rio Madeira; enfim, que atemorizaram as vilas e os 'lugares' da Amazônia, no século XVIII principalmente". Fica claro, novamente, nos mesmos documentos, que mura era uma denominação genérica, ou referia-se a parte das numerosas tribos do Madeira, que se conhecia apenas, e mal, nas proximidades de sua foz. Moreira Neto indica esta diversidade:

A despeito das condições opressivas do relacionamento com a sociedade regional, conseguit-se que índios munidmrcus aldeados, juntamente com alguns muras nas mesmas condições, fossem mobilizados para atacar os índios araras do Rio Madeira [1988:125].

Enfim, apesar de incursões episódicas no rio Madeira a partir do século XVIII, de fato, os colonizadores apenas iniciaram a sua ocupação no final do século XIX. Seguramente o desconheciam e ainda mais o que se passava nas nascentes e nas serras dos hoje denominados uruêus-au-aus. Esta é, também, a conclusão a que chegou a antropóloga Bréa Monteiro [1984:7], ao pesquisar sobre os índios de Rondônia:



seringal. Igual destino tiveram os jarus, que teriam seu hábitat a oeste do rio Machado, entre o Jarú e o Anari. Não há sobreviventes de que se tenha notícia.

Os grupos orouarís, de língua xapacura e chamados pacacás novos, contatados mais recentemente, estão identificados nas áreas indígenas parcialmente reconhecidas do Lage, Ribeirão, Pacacás Novos, rio Negro-Ocaia e a dominante cavaiha, onde se encontra o seringal e garimpo invasor denominado São Luís, nas nascentes do rio Pacacás Novos. Tal situação permite mostrar que, ao correr de pelo menos um século, a serra de Pacacás Novos serviu de fronteira aos grupos orouarís e cavaiha. Os primeiros ocupando suas vertentes ocidentais e os principais afluentes brasileiros do Mamoré, assim como o vale deste formador do Madeira. Os cavaiha dominavam a maior parte das nascentes do Madeira, Guaporé e Machado, e o vão da serra de Uopianes. Não há dúvida de que tais limites resultaram de sucessivas reacomodações, espremidos pela chegada da horda colonizadora.

Quanto à presença de outros grupos de língua xapacura, como os urupás, em quase toda a região estudada, é algo comprovado. Rondon e Faria listam, além de denominações ainda hoje vagas como cabixi e boca-negra, de modo mais preciso: "75-Uônio ou Migueleiros-Rios S. Miguel e Manuel Correia, afl. do rio Guaporé-Urupá", e os próprios "77-Urupá-Rio Urupá, afl. do rio Gi-Paraná" [1948:18-22]. Infelizmente trata-se de grupos extintos, muitos dizimados pela doença nas reservas do SPI [Nimuedajú, 1982:114]. Este é, pelo menos, o caso dos registrados no passado ao norte, leste e sul da área dos uruê-au-au. A mesma lista da Comissão Rondon-CNPI contém informações coincidentes com grupos hoje já contatados, então isolados no início do século, talvez os mesmos que entrariam em contato no pós-guerra, todos listados como urupás: "32-Jamaru-Rio Ouro Preto, afl. do rio Pacacás Novos-Urupá"; "51-Pacacá-Novo-Rio Pacacás Novos, afl. do rio Mamoré-Urupá"; "69-Uaião-Rio Ouro Preto, afl. do rio Pacacás Novos-Urupá"; "22-Uairi-Rio Ouro Preto, afl. do rio Pacacá-Novo-Urupá" e "79-Xai-Rio Ouro Preto, afl. do rio Pacacás Novos-Urupá"; no rio Pacacás Novos, e constata a presença dos seguintes grupos xapacuras, hoje extintos em Rondônia: no centro os urupás, nas nascentes do Jamari - 1886 - 1888; os urupás na margem esquerda do alto rio Urupá; ao sul, no vale do Guaporé: cancan, cunaná, uono, abitana e xibá.

A dinâmica da relação interétnica, e da ocupação espacial de Rondônia, parece ter sofrido uma profunda alteração no século XIX. Aparentemente a presença dominante era, e é, xapacura, no entanto mais pronunciada na bacia do Mamoré e em seus principais afluentes. Limitava-se, ocupando o oeste e sudeste, com os primeiros caripunas, de língua pano, situados mais a noroeste, na foz do Mamoré. Estes grupos xapacuras foram tangidos das margens do Mamoré em direção das nascentes de seus principais afluentes. Estes afluentes,

por sua vez, nascem em torno às serras, cujas vertentes opostas eram ocupadas por grupos tupis, quase uma fronteira, onde foram empurrados uns contra os outros.

Dentre os grupos tupis, a presença mais antiga identificada parece ser, ao norte, no Jamari e Candéias, dos grupos ariguene e caritiana; e a nordeste, dos grupos tupis-tamaranas, no Machadinho, cujos descendentes são os araras (caros) e algumas famílias dispersas dos chamados urubus e, ao sul, os grupos tupis-tuparis. Há alguma presença xapacura fora destes limites. Note-se, no entanto, que se dão pelos vãos das serras, no ponto de contato das nascentes das diferentes bacias, por exemplo, onde o rio Pacacás Novos (do Mamoré) nasce, próximo aos rios Jamari (do Madeira) e Jarú e Urupá (do Machado). Este quadro vem apoiar a hipótese de Nimuedajú, indicando a chegada dos tupis-cavaihas, vindos do norte pelos afluentes do Madeira, em particular o Jaciparaná e o Jamari; e a oeste, vindos do Machado pelo Machadinho, Jarú e Urupá. Vieram empurrados pelos mnducurus que, por sua vez, o foram pela horda colonizadora neobrasílica no ciclo da botracha.

É inevitável que, diante de tais correntes migratórias opostas, apertadas umas contra as outras, estes povos terminem em conflitos, sobreposições, imbricações e reacomodações. Apenas os grupos que aceitam o contato mantêm, até a extinção ou a desagregação, posições nos médios rios. Aos que recusam contato, algumas vezes dissidentes, só lhes resta o refúgio dos altos rios e dos contrafortes das grandes serras que lhes dão origem. Daí grande parte das confusões de denominações. Ao contatar um grupo no médio rio, atribua-se ao grupo "arredio" das nascentes a mesma origem. Assim, denominou-se "caripunas", inicialmente referindo-se aos de língua pano, aos grupos presentes no Mutum e Jaciparaná, quando eram xapacura e, mais tarde, sobretudo tupis-cavaihas. Denominou-se ariguene o grupo do Jamari, e o foi provavelmente na altura do Canaã, no entanto, no Nova Floresta, mais tarde, eram tupis-cavaihas. Denominou-se urupás aos grupos dos rios Preto, Anari e Machadinho, quando eram Tupis-cavaihas, e não xapacura, como se comprovaria mais tarde com o contato.

Esta dominância xapacura sobre a área aqui considerada, muito provável no passado mais recente, pode induzir a interpretações contraditórias. É o caso, entre outros, do estudo de Alan Wilfrid Mason, que apesar de representar uma contribuição sobre os ainda pouco conhecidos orouarís, não considerou a mobilidade etnogeográfica e geopolítica [1969:59]. Em seu mapa localiza todos os pontos onde se manifestou alguma vez a presença chapacura, e conclui: "Os grupos xapacuras estavam distribuídos mais amplamente, ao contrário do que Métraux e Lévi-Strauss acreditaram" [1969:59]. De fato Métraux localizou muitos grupos xapacuras no médio Guaporé, nas duas margens, brasileira e boliviana. Não chegou a saber da importante presença dos grupos que seriam mais tarde localizados no Mamoré, simplesmente porque, na época do seu trabalho, viviam isolados, sendo de contato recente, dos anos 50. Mas não

deixou de anotar: "Até o final do século passado, existiam alguns poucos grupos xapacuras isolados, provavelmente hoje extintos, que viviam nos afluentes orientais do Alto Rio Madeira" [Métraux, 1948:397]. Os grupos isolados tendem a sobreviver, e até crescer, enquanto os que entram em contato, desaparecem.

Mason insurge-se ainda contra a distinção que faz Lévi-Strauss ao localizar os grupos xapacuras no Mamoré e no Guaporé, a partir do rio Branco até a sua foz, e grupos tupis nas bacias dos rios Branco, Mequéns e Corumbiara [Lévi-Strauss, 1948:371]. Ao contrário de Métraux e Lévi-Strauss, Mason opinou que "é certamente o oposto - muitos grupos xapacura ocupavam áreas consideradas talvez 'isoladas', seja geográfica ou culturalmente, ou ambas as coisas" [1969:61].

A resposta encontra-se em Nimnuendajú. Ao insistir na fiel reprodução de seu *Mapa Etno-Histórico* argumentou que: "Todos os mapas ethnographicos da América anteriores ao meu têm o defeito de não distinguir o presente do passado, e foi esta grave inconveniência que me levou a elaborar um mapa onde essa distinção fosse claramente representada" [1981:32]. Não foi, aliás, a única novidade de seu trabalho. Além de introduzir e enfatizar o tempo em sua pesquisa etno-histórica, Nimnuendajú sinalizou a dinâmica e os deslocamentos geográficos que identificou. Eis aí a incompreensão de Mason, decorrente também da ausência, em sua pesquisa, de fontes importantes, como os trabalhos de Franz Caspar (1956 e 1975) e da Comissão Rondon, que identificam conclusivamente a dominância tupi no Guaporé, neste século, a partir da margem oriental do rio Branco. No próprio mapa elaborado por Mason, em que se confundem passado e presente, e as populações não se movem, nota-se a unidade geográfica dos xapacura em torno das nascentes e vãos das serras de Upianas e Pacaás Novas, do médio Guaporé até o Mamoré e seus principais afluentes brasileiros. Apesar de estático e impreciso, o mapa de Mason termina por dar razão a Lévi-Strauss e Métraux, embora pretenda divergir deles.

Eis por que, ao se identificar hoje a importante presença cavaíba nas serras e nascentes do centro de Rondônia, sobressai, mais uma vez, o trabalho de Nimnuendajú, ao mostrar a inter-relação entre os grupos, sua dinâmica e a pressão do avanço da colonização que os movimenta. E a dificuldade de Mason, ao pretender isolar geograficamente apenas um grupo linguístico, sem levar em conta seus circunvizinhos e a sua mobilidade. Limitou-se também a informações linguísticas, ignorando as fontes indigenistas ou etnográficas.

Na hipótese mais provável os grupos xapacuras foram empurrados do médio Guaporé e Mamoré pelos seus afluentes, ao interior. Ali se encontraram, no século passado, com os cavaíba, nas nascentes e serras mais seguras do centro de Rondônia. Os últimos vieram, por sua vez, tangidos, primeiro ao alto Madeira e depois pelo Machado, Jamari, Jaci-paraná e seus afluentes, à região das nascentes. Avizinharão-se no passado os remanescentes das duas etnias, xapacura e cavaíba, nas serras.

Exemplo desta vizinhança, talvez progressiva e forçada pelos surtos extrativistas, é a que se verifica na área uruêu-au-au. Dentre os grupos já identificados, o mais ocidental é de língua xapacura, os oroins, "os que andam pintados", segundo um orouari. Embora ainda não se possa contar com um estudo linguístico aprofundado, os próprios oroins "dizem que os orouates entendem um pouco o oroim" [Mindlin, 1987:3]. Parecem ter com os demais orouaris diferenças apenas dialetais, como Mason constatou entre os próprios orouaris. Segundo as notas de Betty Mindlin,

[...] a língua dos uaris é conhecida e os missionários a documentaram. A dos oroins nunca foi registrada. Contam algumas palavras parecidas: peixe-fam (oroim), i-fam (oroim), piab-ooob (oroim), tokorob (oroim). Os uaris chamam os brancos de huyam, os oroins de canoeim. Uari é gente, Xreme é gente para os oroins, orobckreime é homem, oropirama mulher (enquanto narimá é mulher para os uari). Decididamente, tupi a língua não é.

A relação entre os orouaris e os oroins continua sendo uma questão em aberto, embora tudo leve a crer tratar-se de dois dialetos xapacura. Mindlin identificou também diferenças na construção das casas e na forma de trabalhar o algodão para as redes. Os oroins situavam-se nas nascentes do rio Pacaás Novos, em particular, no igarapé Água Branca, e

[...] eles dizem que deles havia vários grupos: os oroquians; os orouans, que acabaram todos; os orocapacam. Mas falam também de vários grupos oroins-oropirai ou oropirai, que ficaram cegos porque apunharam sarampo, os orouans, que acabaram todos, só restando uma mulher no Tanajura, e eles oroim. Casavaram longe, não com primos cruzados, mas não entre aldeias muito distantes [Mindlin, 1987:3].

Curioso é que, para os orouaris, do Posto Rio Negro-Ocaia, estes oroins também eram dos "oro-au-au", segundo relatou o sertanista Cicero Cavalcanti de Albuquerque, após o primeiro conflito com os índios nas nascentes do Pacaás Novos, que culminaria com o massacre promovido pelo seringueiro Manuel Lucino, em 1963. Cavalcanti relata que um grupo de seringueiros e índios, ao encontrar a primeira aldeia, seguindo "as veredas dos oro-au-au [...] não demorou chegaram no acampamento que não era aldeia dos índios que buscavam" [MI, pl. 473, 5.6.1976]. No mesmo "Memorando n. 4", Cavalcanti conta que "os oro-au-au disseram que se chamavam jabotis", e que "os dialetos que ambos silvícolas falam são diferentes e só se entendiam por acenações e mímicas", e conclui: "Já temos certeza que são outros índios com dialeto diferente que habitam nas cabeceiras do Pacaás Novos". O sertanista sugere

a essa chafia que seja proposta à diretoria do SPI a fundação de um posto ou Turma de Atração para os índios jabotis. Pelas informações dos índios do Posto Rio Negro que visitaram os jabotis, dizem que são várias aldeias dos ditos jabotis.

Em 1970, sete anos depois, ao comparar as flechas do ataque de índios ao seringal Mundo Novo, no rio São Miguel, Cavalcanti comprova a semelhança

das flechas em três ataques, idênticas às recolhidas no Igarapé Jurupari, afluente do rio São Miguel, no sertão do senhor Ivan, iguais às que mataram o vaqueiro José Rodrigues de Moraes, na fazenda que Flodoaldo Pontes Pinto tentou abrir nos campos de Alta Lídia, nas nascentes do Jarú e do Cautário, em 23 de setembro de 1969 [ML, pl. 529, 9.6.1970]. "Tudo faz crer que são os índios de uma só aldeia que estão atacando em vários lugares, em face de ser as flechas todas iguais", conclui o sertanista. Cavalcanti informa ainda que

[...] esses índios atacaram outros índios que se chamam "Uruius" (grupo Pacaás Novos) nas nascentes de um Igarapé denominado ig. Água Branca (Lacindo) (al. do rio Pacaás Novos), e um dos uruius foi flechado e vindo as flexas antes citadas reconheceram como sendo esses índios que lhes atacaram, os quais são chamados pelos uruius de urupains. A maloca desses urupains fica localizada entre a nascente do Pacaás Novos e Jaciparari, a qual consta se compor de várias centenas de índios que não tiveram nenhum contato amistoso com os habitantes da civilização regional. Uma outra aldeia de índios uruius-au-aus, fica entre as cabeceiras dos rios Cautário e Janari, e os índios Urui-It dizem que são muitas casas dos uruius-au-aus.

O sertanista Cavalcanti relata ainda, referindo-se aos "uruius", como "sendo uma pequena aldeia de uns 17 índios entre grandes e pequenos. Estes índios vieram perseguidos pelos uruius-au-aus". "Os Silvícolas espoliados de suas terras dos rios ou igarapés passam a morar nas serras e nascentes dos rios", explica Cavalcanti, argumentando que foram empurrados para as nascentes das serras de Pacaás Novos e Parecis

[...] em decorrência dos exploradores de borracha, cianita e ultimamente minérios, foram usurpados e banidos de suas terras que habitavam, sendo casas incendiadas e espingardados ou metralhados, resultando refugiaram na lombada das altitudes serras e sopés, já distanciatos dos rios e matas onde pescavam e caçavam etc. [...] Nos dias de hoje, esses índios fugitivos, moradores nas serras pelas circunstâncias mencionadas, estão sofrendo novas perseguições por garimpeiros que desobrem minérios nas serras, últimos pontos onde os índios se escondem para não serem massacrados. Ora, se já tomaram-lhes todas as terras dos igarapés e querem conquistar as serras, para onde irão estes silvícolas? O único meio é a interdição e reserva definitiva de terras como propriedade dos índios e seus descendentes com o direito de todas as riquezas do solo e subsolo [ML, pl. 529, 9.6.1970-2].

O testemunho e a explicação de Cavalcanti têm raro valor, por ter ele trabalhado durante décadas no SPI e na Funai, na região do atual Estado de Rondônia. Propõe iniciar a atração, não pelo rio São Miguel, mas pelo São Luís no rio Pacaás Novos. Cavalcanti permitiu, com as informações que recolheu junto aos orourais, aos oiros em particular, a primeira aproximação com os índios escondidos nas serras. Seu pedido de interdição das serras como área indígena, obviamente, caiu no vazio, como tantos outros, antes e depois dele. A interdição viria quinze anos depois. No entanto, Cavalcanti tinha chegado a identificar algumas malocas num mapa:

Conforme se vê no mapa anexo a maloca de índios urupains, fica situada entre as nascentes dos rios Jaci-Paraná e Pacaás Novos - paralelos 63° 30' e 64° 00' com meridianos 10° 30' e 11° 00,

a maloca dos uruius-au-aus fica situada entre os paralelos 63° 30' - 63° 00' e meridianos 11° 30' e 11° 00' - cabeceiras rios: Cautário-Janari-Jari e Novo Destino. A área de terras que poderia ser interdiada pela Funai abrangeria uma faixa entre essas duas malocas pelo lombo das serras Pacaás-novos e as nascentes ou vertentes desses rios e igarapés que saem para os rios Mamoré-Guaiporé-Madeira e Ji-Paraná ou Machado [ML, pl. 529, 9.6.1970:4-5].

Quanto conflitos a Funai não teria evitado ao ouvir seu funcionário, sertanista, atuando na região há vinte anos?

#### PARINTINTIM, O CAVAÍBA DESCONHECIDO

Se esta distribuição espacial dominou no último século, Curt Nimuendajú mostra que nem sempre foi assim. Para ele, "pelo ano de 1800 os cavalbas (Cauaipe, Kawahib, Cahahiba, Cabahyba, Cabaiva) moravam ao Oeste (e talvez também ao Leste?) do Alto Tapajóz, longe da margem, no interior, formando uma tribo considerável, agricultora e guerreira, que falava a mesma língua dos apicás, seus inimigos pelo lado de cima" [1982:50 e 52]. Acrescenta que no século XIX os cavalbas passaram a ser descritos apenas com a denominação pejorativa que a eles atribuíam os seus inimigos mundurucú: parintintim. Em trabalho posterior, Nimuendajú dirá que "in Mundurucú, Parit-rign-rign" significa "índios fedorentos" [1948:284]. Tal situação não deixa de complicar o tratamento das fontes, aparecendo com frequência, na cata de referências sobre os índios na Amazônia. Termina-se por percorrer denominações de diversas origens, contraditórias, às vezes etnocêntricas e injuriosas de um grupo a outro, ou arbitrárias generalizações regionais, sobrepostas à verdadeira autodenominação em que o grupo se reconhece.

Encontrou Nimuendajú uma primeira notícia de um ataque parintintim, do ano de 1852, e "desde então talvez não tivesse passado um só ano sem que os parintintins não tentassem ao menos um assalto aos civilizados, com resultado mais ou menos funesto para estes. Fixaram-se estes índios entre o Madeira e os seus afluentes Marmellos e Machado e tornaram-se o flagelo da população civilizada". Nimuendajú não soube a quem atribuir o início das hostilidades:

Narra, porém, uma tradição destes mesmos toris que no princípio os parintintins absolutamente não se mostravam tão hostis, e que a guerra implacável foi provocada pelos excessos dos civilizados. Quem conhece os processos comuns da conquista do sertão jamais porá em dúvida a veracidade desta tradição" [1982:56].

Os que vinham de Manaus à vila de Santo Antônio do Madeira, saíram invariavelmente contaminados por este horror aos parintintins. A descrição de Brown e Lidstone é eloquente:

A parte do Madeira que agora atravessávamos era tida como infestada por uma selvagem e aterrorizadora tribo de índios, os chamados parintintins. Em todas as paradas, numa considerável distância, encontrávamos moradores que mantinham inúmeros cães de guarda, destinados à sua

proteção; terminavam por ser uma fonte de aflição para nós, quando efetivamente localvamos a terra firme, esses brutos pareciam desconfiar que nós pertencíamos a alguma tribo desconhecida, provavelmente inimigosa, e, como conseqüência, nos ficavam seus dentes. De fato, nós terminamos mais mortos estavamos aguçados, e o medo à flor da pele, estimulado pelos relatos horríveis de recentes e violentos massacres realizados por estes selvagens, ocorridos em vários pontos do rio. Por isto, a cada cataracta, quando descíamos a âncora, ele cuidadosamente escolhia um ponto de parada que, em sua opinião, seria menos exposto a ataques, e, durante toda a noite, os marinheiros vigiavam, por turnos de guarda, para proteger-nos do perigo [1878:340].

Foram estes índios o fantasma dos técnicos e trabalhadores durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Desta vez, "estes bárbaros sanguinários" pareciam mais a oeste, no Jaciparaná, amedrontando os acampamentos da EFMM e matando alguns de seus empregados. Craig tinha muitas dúvidas sobre quem eram estes índios:

Não podiam ser os caripunas, que viviam ao sul do Jaci-Paraná, porque estes teriam encontrado o nosso grupo antes, quando nos movemos em direção ao norte. Alguns anos antes, segundo Keller, os ingleses teriam sido atacados em Santo Antônio pelos parintintins. [...] É possível, parintintins. Poderiam ter sido cometas pelos acangas-pirangas (cabecens-vermelhas), que se supunha viviam no rio Janari, a sudeste de Santo Antônio, e que tinham o costume de cobrir suas cabeças com uma pintura vermelha [Craig, 1907:364-396].

Vagas são também algumas das referências de Pinkas, sobre a ocupação do alto Madeira no século passado, e sobre os próprios índios. Conta que as tentativas de ocupar a região eram recentes, estimuladas pela "esperança de, em breve, possuírem uma via férrea", e que "os novos exploradores vinham tentar fortuna em terrenos incultos ainda não explorados e tidos inacessíveis por causa das cachoeiras inabitáveis, em virtude das febres", colocando-se "entre as cachoeiras onde riquíssimos seringaais tinham sido descobertos". Eis o início da ocupação, na segunda metade do século XIX. Entre Santo Antônio e o Caldeirão havia dez estabelecimentos recentes, mistos de comércio e seringal. A mão-de-obra eram os nativos: "À esquerda e à direita do corpo central, que é a habitação do patrão, elevam-se barracas menores destinadas para os índios com separação de sexos", relata Pinkas [1887:293]. Sobre tudo índios trazidos da Bolívia, submetidos à escravidão do barracão, todos "extremamente amantes do álcool a ponto de beber água Florida na falta deste, e contentam-se, durante dias inteiros, em comer farinha com água". Estes índios da Bolívia, vindos de Mojos, Trinidad ou Exaltación, do contato com as missões, submeteram-se, ao contrário dos torás e mnducurus do Madeira, que "fortmann perfeito contraste com os bolivianos. Descendentes de tribos muito guerreiras e pouco cruzadas ainda com a raça branca, são taciturnos, sombrios, feios e desconfiados" e "parecem ter pouca vontade de sujeitar-se ao trabalho que lhes é imposto nas missões" [1887:292].

Pinkas precisa que "no baixo Madeira, nas imediações do rio Machado, se fixaram os temidos parintintins, dos quais se contam histórias cada qual mais extravagante" [1887:297]. Entre estas, que são "bonitos, alvos, de cabelos ruivos e olhos azuis, que, antropófagos e extremamente feroces, flexam todo o homem que deles quer aproximar-se e impedem, apesar de várias tentativas feitas, a colonização do rio Machado". E acrescenta Pinkas: "Missionário algum ainda aventurou-se em suas malocas, e os seringueiros, que de vez em quando arranjam-lhes correias, só entram para repesá-las e para tudo passar a fio de espada". Estes parintintins aparecem, assim, ora como brutos, ora como descendentes de "holandezes ou francezes que do litoral se retiraram para o interior, ou são filhos dos povos dos incas que cansados de suas marchas fixaram-se nessas paragens?". Enfim, parintintim é o outro, o que assusta, o desconhecido.

Curiosa esta referência a índios claros, primeiro no Machado, depois no rio Janari. Reaparece nos escritos do cônego Francisco Bernardino de Souza: "Os práticos, diz o dr. S. Coutinho, dão notícia de uma tribo que vaga nas cabeceiras do Janari, que têm a cutis clara e os cabelos avelanhados. Estes índios são mui bravios, não procuram relações, nem ainda com os outros índios. Só por duas vezes têm sido vistos" [1875:133]. O autor localiza no mesmo Janari: "Os parintintins têm muitas aldeias na parte superior e os turás na parte inferior". A observação é relevante por ser uma das raras referências explícitas à presença dos parintintins no rio Janari. E entre o rio Machado e o Janari, ao norte, que os localiza também, no rio Urupiará: "Em suas margens vaga uma parte da tribo dos parintintins" [Souza, 1875:132]. Alguns índios urués-a-uaus, inclusive o falecido chefe Djaí, referem-se a um dos grupos isolados na área como sendo brancos, de cabelos claros.

Lamentável que os comentários e as informações etnográficas do cônego não tenham o valor da localização:

Em extremo selvagens e indomáveis, os parintintins têm se mostrado até hoje avessos e hostis a todo e qualquer contacto civilizador. São antropofagos e vivem em guerras continuadas com as tribos vizinhas. Os mnducurus são seus mais encarniçados inimigos e os vão dia a dia dizimando. Diz o capitão-tenente Amazonas que a região dos parintintins, que passa por muito bem conformada e clara, tem a extravagância de se declinar, existindo artificial e excessivamente os beijos e as orelhas. Pela ferocidade e antropofagia, diz o dr. Silva Coutinho, a tribo dos parintintins distingue-se entre as outras. Estes índios parece que declararam guerra à humanidade. A sua flexa vão ao indígena, assim como ao branco e ao preto; todos são seus inimigos. Eles não querem relações com os civilizados, fogem de encontros, talvez com razão. Pessoas antigas e práticas informam-me que entre os parintintins há desertores, aos quais atribuem em parte o procedimento dos índios. Também dizem que esta tribo habitava outr'ora nas proximidades do mar, porque nas aldeas abandonadas têm visto algumas pinturas de peixe e de quadrúpedes, que não vivem nas matas. No centro da aldeia há uma casa reservada, no topo de algumas estacas fixadas no interior é que se acham pintadas as figuras dos animais, que são necessariamente os ídolos do culto. Se assim é, os parintintins inimigaram do litoral, depois de muito maltratados, e agora no Madeira exercem a vingança contra qualquer pessoa, suppondo pertencer à raça dos seus perseguidores. O parintintim é laborioso, inteligente e muito dado à agricultura: planta mandioca, milho, arroz, batata etc. [...]

Dizem todos que é a melhor gente para o trabalho. É pena que se mostrem tão hostis ao contacto da civilização [1875:132].

João Severiano da Fonseca visitou pessoalmente os palmelas, em Pedras Negras, no Guaporé, "há poucos anos encontrados nas suas vizinhanças" [1880, v. I:187]. Refere-se ainda aos araras e caripunas, no alto Madeira, citando o Barão de Melgaço, e os jacarés, cenabós, pacachés, caturios, e aos panas no salto do Teolônio. A "Missão de São Francisco, aldeamento de turás e araras, e que pareceu-me bem disciplinada", estava situada a três quartos de hora da foz do Jiparaná seguindo por este rio [1881, v. II:315].

Fonseca ouviu de um seringueiro, que tentara estabelecer-se no Jiparaná ou Machado, que

[...] as margens são em geral altas, e povoadas por parintintins e acangas-pirangas, à margem direita e pelos morrujeus, à esquerda; todos antropófagos. Por vezes descem e assaltam as barracas do Madeira. Os parintintins são os que mais tropelias têm feito, os mais cruéis e mais temidos. Raro é o anno que não se registem deprecações suas. Em 1876, tendo assassinado a tripulação de um boque, os companheiros de caravana deixaram passar uns dias e calharam de improviso sobre elles, que já não contavam com a vindicta. Tinham-se embriachado um pouco mais e foram facilmente alcançados, quando ainda resistiam sua fôrça. Nove dos atacantes levaram espingarda e os mais pistolas e facões: o que os dirigia, tendo os levado o maior acerto ate alli, recomendou-lhes que não atirassem sinão quando tivessem operado o cerco e firmado o alvo, devendo atrair quando elle desse o signal. Mas, ou por stulto, ou por qualquer outra causa, não cumpriram essa recommendação, disparando alguns assim que avistaram os índios, os quaes lograram fugir na maior parte deixando contido trez mortos e sete prisioneiros, duas mulheres e cinco crianças [1880, v. II:315 e 316].

Severiano da Fonseca recolheu uma lista de palavras tupis de uma das crianças sobreviventes: "Uma dessas de nome Maropa, baptizada depois com o de Rosa, tinha então sete annos de idade. Estava com a Senhora de D. Angel Chaves...". Acreditou Fonseca que os "morrujeus, como os mutras, são oriundos dos aymorés", e refere que

vários tribos, conservando o mesmo nome, são indicadas nos serções das cachoeiras do Madeira, no lago Uraripirari, no Gy-Paraná, no January e nos afluentes dos rios Negro e Amazonas [1880, v. II:317].

#### OUTRAS DENOMINAÇÕES ATRIBUÍDAS AO DESCONHECIDO

Mais úteis pela localização geográfica, mas ainda imprecisas, são outras informações de Pinkas: "Os índios selvagens que ainda existem no alto Madeira são: acangas-pirangas (cabeças-vermelhas), que habitam entre o January e Jacy-Paraná; os caripunas, entre o Jacy-Paraná e o rio Três Imãos; pacaguaras, desde o rio Três Imãos até Bananeiras, e guarás, desde Bananeiras até a foz do Guaporé". A descrição que faz dos caripunas e acangas-pirangas, apenas diz que são índios, sem contatado permanente, que observam os recém-chegados, as

vezes roubam ou matam, em confrontos intermitentes. Diz ainda que os acangas-pirangas estariam mais próximos de Santo Antônio, enquanto os caripunas saberiam palavras em espanhol, teriam contato com vizinhos nos rios Madre de Dios e Beni, e andariam doentes, talvez mais próximos do Mamoré, mantendo contatos mais frequentes [1887:296].

Ao tomarem-se as localizações fornecidas por Pinkas, e pelos grupos décadas mais tarde contatados, pode-se talvez encontrar alguma conexão. Para os caripunas, não parece haver dúvida. Trata-se de um grupo de língua pano [Rodrigues, 1986:81], identificado no *Mapa Etno-Histórico* de Nimuendajú (1981) e pela Missão Rondon [1948:19]. Se há sobreviventes, estarão dispersos ou desaldeados. Encontravam-se fora da área de abrangência deste estudo, e não são identificados com os índios chamados uruêus-au-aus. A atribuição do nome caripunas aos índios cavaibás, contatados na década de 1970 no Jaciparaná, apenas vem mostrar, mais uma vez, a total falta de apoio etnológico em que a agência indigenista colonial, a Funai, mantém até hoje os sertanistas e as frentes de atração.

Menendez percorreu as rápidas referências historiográficas aos acangas-pirangas, ou cangas-pirangas. Em 1857, estariam na foz do Arripuanã, em confrontos com os mundurucus; em 1878, no rio Machado, a leste dos parintintins, "e, um ano mais tarde, são mencionados a oeste dessa posição, 300 km aproximadamente, como atacantes dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré" [1982:337]. É mais uma designação que não ajuda muito. Pode tratar-se de mais um genérico, ou referente até mesmo a grupos cavaibás-parintintins migrando na direção em que mais tarde se encontrariam os uruêus-au-aus. Mas tão vagas referências não levam muito longe, ou, pelo menos, não servem de suporte a conclusões que se queiram mais rigorosas. A referência geográfica de Pinkas [1887:296], "acangas-pirangas, que habitam entre o January e o Jaci-Paraná", poderia servir também aos hoje conhecidos como caritianas, de língua tupi-ariqueme, [Rodrigues, 1986:46], contatados no rio Candeias e transportados pela Funai ao rio das Garças, onde se encontram, ao norte de Rondônia. Também aos orouanis e cavaibás-uruêus-au-aus encontrados no Mutumparaná, Laranjilhas, Jaciparaná, Formoso, Capivari, considerados neste trabalho a partir dos documentos do SPL. O mais provável é que vários destes grupos enfrentaram-se, no final do século passado, com seringalistas e a EFMM. E acangas-pirangas fosse mais um termo genérico, relativo ao outro, desconhecido, perigoso e escondido na floresta. O rio que conserva a denominação Canga-Piranga está nas proximidades da Al Uruêu-au-au, mas não se pode saber mais sobre esta denominação.

David Price teve dificuldades similares para identificar, por exemplo, os cabixis, preocupado com os nanbiquaras e a região do Guaporé:

Os nomes utilizados pelos não especialistas modificam-se com relativa facilidade, por não correspondem geralmente a uma unidade sócio-política reconhecida pelos nativos. A estrutura da

sociedade igualitária é geralmente tão diferente das expectativas ocidentais que, frequentemente, parecem, no conjunto, incompletas [1983:143].

Revendo as referências a cabixi, Price conclui que:

Por outro lado, nas vertentes do Planalto dos Parecis, moram outros que seriam "selvagens". Muitos chegaram a supor que todos os índios "selvagens" que vivem num perímetro de 600 km, até o Guaporé são "cabixis". O Barão do Melgaço descreveu a região dos "cabixis" como sendo simplesmente "as margens do Guaporé e o interior" [1884:395]. Desta forma, o termo "cabixis" deixa de ter qualquer significado claro. [...] Nordenskiöld, que visitou o baixo Guaporé em 1914, considerou "cabixi" como uma palavra que aparentemente significava "inimigo", comumente utilizada na região. Encontrou inclusive índios com línguas diferentes usando a mesma expressão, como os Itahani e os Iuaris (aicarnis) [1924:246]. Singerin que poderia ter sido confundida pelos seringueiros [1924:225]. Roquette-Pinto [1913:382] classificou o termo Cabixi como um destes nomes coletivos, como Bugre, Tapuya, Guacuruti e Auca. Considerou que o uso generalizado de tais expressões gera constante confusão, quanto a identidade dos povos nativos da região.

Outra variante é a denominação cabixi que se encontra, entre outros, no *Ensaio Corográfico* de Alexandre José de Mello Moraes, "cabixis-u-ajururis; mistura de duas tribus deste nome vivem pelas cabeceiras do Jamari, e Jahira" [1851:253]. Não há mais detalhes, e as cabeceiras do Jamari eram mal conhecidas. Ajururis poderiam ser os vaiurus ou vaiorós [Carlson, 1983:21], que Franz Caspar localizou entre os rios Branco e Colorado, afluentes do Guaporé. "Cabixis-u-ajurury; mistura de duas tribus d'estes nomes, vivem pelas cabeceiras do Jamari e Juina", é o que consta também na listagem da comissão dirigida por Ricardo Franco de Almeida Serra, que estudou a região das fronteiras do Brasil com a Bolívia [1865:195]. A mesma referência reaparece na *Descrição das Diversas Nações de Índios, que Residem em Diversos Lugares na Província de Mato Grosso*, do Frei José Maria de Macerata, OFC, escrito em 1843:

Cabixi-Ajuruiri-Nações que residem, a saber, a primeira nas cabeceiras dos Rios Guaporé, Sararé, e Galera, a segunda nas dos Rios Jamari e Subyria [Hugo, 1959, v. II:343].

A referência de Moraes parece fazer parte destas generalizações aos desconhecidos, ou referentes aos namibiquaras, quando diz, por exemplo, "cabixis: nação que transita os campos dos Parecis; vive nas cabeceiras e matos dos rios Guaporé, Sararé, Galera, Piolho e Branco. Entre eles se ocultam escravos fugidos". As informações da Diretoria dos Índios, em 1847, não chegaram a esclarecer, como se vê na listagem recuperada por Karl von den Steinen:

22. Cabixi. Numerosos, em diferentes aldeias, 15-20 léguas a noroeste do arraial de São Vicente. Hostis, vêm roubando e queimando até as proximidades de Mato Grosso, pelo que algumas vezes se mandaram forças militares contra eles [1940:699].

A Comissão Rondon terminou por considerar cabixi um grupo classificado como urupá (Xapacura), localizado no rio Manoel Corrêa, afluente do rio São Miguel. Esta região é hoje área de perambulação dos uruúu-au-aus

[1948:18]. Quanto aos urupás-cabixis, foram alguns transferidos pelo SPI para postos nas proximidades do rio Manoré, e exterminados como grupo. Em seu mapa, Nimnendajú conserva a denominação "kabisi", localizando o grupo, classificado como "cvapakura", no rio São Miguel. Refere, como fonte, as informações de Heinrich Shethlage, que recolheu uma lista de palavras. Shethlage não localiza em seu mapa (1937) este grupo. Pode ser que estes orourais receberam esta denominação dos regionais, como ocorre com frequência.

Outra denominação genérica, pouco esclarecedora, é a relativa a grupos denominados araras, também vagas referências. Chamam a atenção por verificarem-se com alguma constância na região geográfica ora em apêndice: "II destas referências é a que conservou Karl von den Steinen em seu apêndice: "II - As tribus matogrossenses segundo atas cuiabanas [...] Visto ser incerto o destino reservado ao Arquivo da Diretoria dos Índios", Steinen copiou tabelas de 1847 a 1872, e as explicações que as acompanhavam. Quanto aos "Araras. Bastante numerosos no Madeira e no salto do Girão, até o Rio Jamari. Caça, pesca, agricultura. Fiam algodão. São bravos, vivendo continuamente em guerra com os muras e outros vizinhos; devoram os inimigos aprisionados" [1940:701]. Obviamente não se confundem com os araras dos rios Xingu e Tocantins, de língua caribe; Nimnendajú os distingue com clareza [1981:46]. Quanto aos demais, a maior parte das referências do *Mapa Etno-Histórico* são informações cartográficas, corográficas, relatórios e informes de governos regionais ou do SPI, sem grande precisão.

Menendez, revendo as referências etnográficas sobre o Tapajós e o Madeira, obteve dos araras localizações geográficas diferenciadas, que não chegaram a ser conclusivas [1982:322]. Nimnendajú, ao estudar as tribos do alto Madeira, menciona apenas o contato destes com a Missão de São Francisco, e os localiza, "araras do Rio Preto seus primitivos habitantes" [1982:113], que supunha serem "cvapakuras" [1982:114]. O relatório do doutor S. Coutinho sobre o Madeira, de 1861, citado pelo cônego Francisco Bernardino de Souza, localiza-os no rio Arripuanã:

Na parte superior tem os índios araras algumas aldeias assim como três tribus denominadas Hianarati-Tapucé, Ancora-Tapui e Malanais, que alguns supõe serem ramificações da primeira. Os araras são inteligentes e dedicam-se à agricultura plantando o necessário à sua alimentação. Durante algum tempo, diz o Dr. Silva Coutinho, estiveram aldeados cerca de 200 nas proximidades da Villa de Borba e com suas lavouras abasteciam o povoado [1873:130].

Refere-se ainda à presença dos araras nos rios Machado e Marmelos, entre outros índios.

Um grupo arara (caro) da região do rio Machado, hoje identificado, é um grupo tupi-ramarama, reunificado no PI Lourdes. Outros grupos araras, também hoje conhecidos, são os que se encontram dispersos entre os rios Guariba e Arripuanã, até recentemente sem qualquer proteção da Funai. O Cimi retomou contato com famílias sobreviventes. Há ainda referência à presença de

um grupo arara nas proximidades do rio Mannoré, entre os rios Pacaás Novos e Mutumparaná. Nimmendajú recolheu esta informação de Heinrich Snelhage. De fato, como se verá nos documentos salvos do SPI, desde o início do século buscou-se ali um grupo com esta denominação. Eta Becker-Donner estudou uma lista de palavras de sobreviventes araras que se encontravam no Jaciparaná, e as classificou como tupi [1962:146]. Provavelmente referia-se ao grupo de Pianga, e outros contatados entre o Jaciparaná e Mutumparaná, de que se fala com domínio xapacura, uma fronteira dinâmica, mas identificável, ao que tudo indica.

Está claro que arara é mais uma denominação genérica dada pelo colonizador, na maioria dos casos, a grupos de diferentes famílias tupis da região clânica, ou de subagrupamentos internos, são frequentemente nomes de passagens, termina-se por dificuldade a autodenominação étnica, o nós-mesmos, que dessas referências tenham algo a ver com os cavabás. Pelo momento, apenas se pode concluir que a denominação araras atribuída a um grupo nas imediações dos rios Mutumparaná, Jaciparaná, Formoso, Capivari e Pacaás Novos, é correlata aos uruús-au-aus, como indicam documentos do SPI. Conclusiva, realmente, é a identificação dos sobreviventes araras com os uruús-au-aus e seus parentes contatados em 1976 no Jaciparaná, que a Funai denominou erroneamente de caripunas.

Muitas dessas intenções a tribos permitiam apenas saber que havia índios na região, como as que transcreve Alexandre Rodrigues Ferreira:

Das que existiam pelos anos de 1769 e 1770, quando do forte de Bragança se abriu estradas por terra, até Vila Bela, pela margem oriental, de terra fé, os empregados daquela diligência. E foi que nos sertões de terra a fortaleza, e no Rio dos Cautários, seu inelato, rio acina, deixaram uma aldeia de Aricurusos, e nas cabeceiras dos Cautários, 2 aldeias de gentios assim chamados. [...] Não se viam mais os Cautários, os comulhairs e outros [segundo anotações que fez dos anos de 1759 em Vila Bela] [1974:281].

Martius também cita os "cautários, cautaraz, caturias, cutrias", sem maiores detalhes, e os sarunos, "nas cabeceiras do Janary" [1867:251]. Travessões e Uajurites, valente e desconfiada no rio d'este nome [1865:145]. Na listagem da Diretoria dos Índios de 1847, citada por Steiner [1940:700], há:

28. Cautário. Nos rios homônimos entre o Mannoré e Forte Príncipe. Pesca, caça, frutos silvestres, mandioca. Fazem-nos tanto mal quanto pocon. São sulcadores, traidores e assassinos.

29. Pacari. A leste do Mannoré, da foz do Guaporé até a primeira cachoeira. Completamente desconhecidos.

30. Senabó. A oeste do Mannoré, até a primeira cachoeira. Desconhecidos. Em pé de guerra com os jacarés.

31. Jacarés. A oeste das cachoeiras do Mannoré, até o Madeira. Mansos prestam auxílio aos viajantes. Caça, pesca, agricultura.

Estes últimos são talvez os mesmos da informação do naturalista Johannes Natterer, em 1885, sobre os "schacarés" e "samavo" [Becker-Donner, 1962:146].

Na *Descrição das Diversas Nações de Índios, que Residem em Diversos Lugares da Província de Mato-Grosso*, do frei José Maria de Macerata, de 1843, há outra referência aos "cautários - nação numerosa, e valente, que reside na margem dos três Rios d'este nome, pouco acima do Forte Príncipe, tem por vezes tirado a vida a huus moradores do dito Forte, que imprudentes vão perto de sua Aldeia caçando Antas de que abundão seus lugares" [Hugo, 1959:343]. Frei Macerata reporta-se a várias outras nações nas proximidades da área em estudo: é o caso dos cutrias, num braço do S. Simão; pacasá novos, "na margem direita do rio do mesmo nome"; caripunas, no rio Madeira; sanabós, nas margens do Mannoré e Madeira, "he rival da dita caripuna", e guacias-panas, também no rio Madeira, "the ao Salto Theotonio" [Hugo, 1959, v. II:343]. Destas é possível apenas identificar os caripunas, de lingua panto, e os pacasá novos, um genérico do colonizador aos grupos orouraris.

As referências a bocas-pretas, bocas-negras, são outra fonte de dúvida e confusão. Spix e Martius mostraram, descrevendo a bacia do Japurá, que "todas estas tribus são chamadas, particularmente pelos brasileiros, de juru-pixunas (caras-pretas)". O revisor da edição brasileira anotou que "juru-pixunas quer dizer, propriamente, 'boca-negra' e não 'cara-negra'. No tupi, *jurú* significa 'boca' e *toba* é que significa fosto ou cara" [Spix & Martius, 1938:369]. Pelo menos sobre um dos grupos assim denominados, não parece haver dúvida: "Boca-Negra (tupi). São cavabás da margem esquerda do Rio Machadinho (afluente do Rio Gi-Paraná), são poucas dezenas", segundo Hugo [v. II, 1959:337].

#### OS TUPIS-CAVABÁS E NIMUENDAJÚ

A precariedade das fontes acessíveis sobre os cavabás ressalta a importância do trabalho de Curt Nimuendajú. Talvez subestimasse o número dos cavabás na bacia do Madeira, em particular em sua nascente e em seus afluentes então desconhecidos. Calculou os parintintins em cerca de 250, referindo-se ao grupo do Maici, verificando-se mais tarde ser mais numeroso [Nimuendajú, 1982:50]. Estabeleceu conexão entre "os parintintins do Madeira e os bandos de índios chamados 'tupis' (paranaud, tacuatib, urafed etc.) que habitam o Alto Machado e especialmente o Riozinho, seu afluente setentrional", dizendo que "pertencem a uma e mesma tribu". Mas considerou: "Tudo me leva a crer

que o número destes [parintintins] seja muito menor do que os seus vizinhos civilizados supõem" [1982:49]. A assertiva não é válida para os do Maici, e menos ainda para o conjunto dos chamados parintintins-cavabas, como se verá mais tarde.

Deve-se ainda a Nimnendajú o esforço pioneiro de percorrer "as fontes sobre estes antigos cavabas, que são extremamente escassas". Destas fontes, e das semelhanças linguísticas, é que inferiu sua hipótese:

Tomei vocabulários de dois daqueles bandos tupis do Riozinho em 1921 e 1922 e verifiquei a pouquíssima diferença que existe entre elles e o dialeto dos parintintins. Disto e da grande semelhança que apresentam os dialetos de todas estas hordas com a lingua dos apiaciás do Alto do Alto Machado representam os fragmentos da antiga tribo dos cavabas como os cavabas-tupis [1982:50]. [E conclui Nimnendajú] Destas informações, por escassas que sejam, pode-se dizer que nos primeiros decênios do século XIX os cavabas se acharam na segunda fase de sua evolução histórica: destruídos pelos mundurucis, a divisão ocidental da tribo se retirou para os afluentes do Madeira. Alguns bandos, os chamados "tupis", se vieram fixar no Alto Machado, conservando-se lá obscuros e desconhecidos, até que delles receberam noticias pela abertura da linha telegraphica de Cuyabá a Santo Antônio do Madeira, entre os anos de 1911 e 1914. Um outro bando de cavabas se estabeleceu a mais de 250 kilometros de distancia delles, ao norte do curso inferior do mesmo Rio Machado e tomou-se célebre debaixo do nome parintintim [1982:53].

A hipótese de Nimnendajú explica a ausência de referências anteriores ao século XIX aos cavabas na região. Há que precisar, no entanto, que os denominados parintintins não se resumiam aos contatos no Maici, vindo-se a conhecer mais tarde outros grupos, como os jumas, tenharins, diaoi e uruêus-au-aus. Em escrito posterior (1925), o próprio Nimnendajú refere-se a grupos cavabas no Riozinho e no Urupá, através de seu informante Horácio Mongory:

Elle conheceu pessoalmente o meu outro informante, Zacharias Tupy e explicou que o seu bando, chamado urafed, habitava mais acima, no Yakurucvê, afluente da margem direita do Riozinho. A familia do Zacharias foi extraviada para o Rio Urupá onde teve um encontro com os direita do Riozinho. A horda tacanarib habitava num afluente da margem do próprio Rio Machado [1982:119].

Deve-se também a Nimnendajú a identificação linguística destes grupos:

A lingua dos cavabas-parintintins é tupi puro; ella é a mesma dos bandos de cavabas chamados "tupis" no Alto Machado e, como já o affirmam as relações antigas, é parente muito proximo do apiaciá, motivo porque Maritius via nos "cavabas" e apiaciás os representantes dos seus "tupis centras". Os canaiais das cabeceiras do Xingu formam a terceira tribo deste grupo.

Nimnendajú relata como pôde entender-se com os parintintins, "por meio do guarani" [1982:109]. A sua contribuição à etno-história dos cavabas, por dos parintintins, explica também, indiretamente, os uruêus-au-aus, que consti-

tuem apenas os grupos mais a sudoeste desta mesma etnia. Sua progressiva migração permite encontrarem-se tão ao sul, imbricados e vizinhos a grupos xapacuras, como os urupás, torás, e jarus, no final do século passado, e, mais recentemente, os pacasás novos (orouraris) na vizinha bacia do Mamoré, nas nascentes do rio Pacaás Novos, como o Água Branca e Ouro Preto, entre outros. A noroeste avizinhamam-se com grupos de lingua arigueme, como os caritianas.

Mesmo que se tentasse uma mais rigorosa e completa revisão e ampliação das fontes analisadas por Nimnendajú, o que não é o caso, tudo indica que não se poderia ir mais longe. Aliás, esta retomada foi tentada recentemente, cinco décadas depois de Nimnendajú, pelas pesquisas de Miguel Menendez sobre a etno-história do Tapajós-Madeira. O resultado, apesar de importante contribuição, vem apenas corroborar a densidade de Nimnendajú. O único reparo que faz Menendez à hipótese do notável etnólogo alemão é o de que a rota migratória cavaba poderia ter-se dado não propriamente a oeste, mas a sudoeste, o que apenas valoriza as pistas, não alterando substancialmente o resultado, que, no fundamental, foi indicado por Nimnendajú [1982:363].

Claude Lévi-Strauss também socorre-se das "pesquisas de Curt Nimnendajú, tão erudito como etnógrafo", que "esclareceu um pouco o passado da tribo", referindo-se aos tupis-cavabas que encontrou na década de 30, a partir do Riozinho [1981:331]. Pouco acrescentou à hipótese de Nimnendajú, que incorporou, como já o fizera em trabalho anterior para o *Handbook of South American Indians* [1948:299]. Interessante pista sobre os hoje denominados uruêus-au-aus: "Por volta do fim da sua exploração em 1915, Rondon descobriu vários agrupamentos indígenas de lingua tupi e conseguiu tomar contato com três deles, uma vez que os outros se mostravam irredutivelmente hostis", relator Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos* [1981:330]. Entre estes "hostis", a considerar os contatos em décadas posteriores, poderiam estar os tupis-montês, ao norte de Pimenta Bueno, os uruêus-au-aus a oeste, e os caritianas a noroeste.

O antropólogo francês confirmou estas informações com os seringueiros e índios, uma vez que considerou "fragmentadas" as referências deixadas pelos relatórios da Comissão Rondon. Lévi-Strauss e Rondon identificaram três "bandos" contatos: tacanarib, "ou do Bambu", no Igarapé do Leitão, afluente do Machado, chefiados por Abaitará; ipotuat, no rio Tamuripa, mais ao sul, chefiado por Kamandjara; e jabotifet, entre o Tamuripa e o Igarapé Cacoal, tendo como chefe Maira. Entre os grupos que resistiram ao contato, identificaram: ao "norte, um bando desconhecido, excepto quanto ao nome de seu chefe, Pitsara"; "na margem esquerda do Machado, no vale do Rio Muquiqui, residiam os Paranauat (gente do rio), que continuam a existir mas respondem com setas às tentativas de contato"; "um pouco mais ao sul, no Igarapé de Itapici, um outro bando desconhecido". Lévi-Strauss acrescenta que, "ao conversar com os tupis-cavabas civilizados de Pimenta Bueno consegui aumentar esta lista de clãs até cerca de vinte". Não há sobreviventes conhecidos destes grupos tupis-cavabas contatos por Rondon. Lévi-Strauss relatou como a gripe e

disputas internas reduziram os seiscentos índios reunidos em torno de Abatitari, e os tacanatiip, a sete pessoas, de 1915 a 1938 [1981:332]. Calculou o conjunto deste grupo tupi-cavaiha como eliminado, de cerca de três mil pessoas, a cem ou cento e 150 sobreviventes [1948:299].

Sem dúvida há um estudo comparativo a ser feito a partir da descrição de Lévi-Strauss do grupo ainda bastante isolado que conheceu em 1938. Sua visita deu-se a partir de uma troca de casamentos, entre um grupo vivendo em contato com civilizados e o clã Mialat, "do javali", provavelmente "porco do mato", do rio Muqui, chefiados por Taperahi [1981:350]. Lamentável que no curso deste trabalho ainda não tenha sido possível uma pesquisa etnográfica sobre os uruêus-au-aus, além de saber-se que o grupo do rio Muqui é o que mais resiste ao contato. Sabe-se que são chamados de jurureis pelos outros grupos uruêus-au-aus. Em 1990 mataram dois colonos e lançaram os cadáveres à outra margem do rio Muqui, insistindo em seus limites, que continuam sendo despeitados. Trata-se de um dos mais ameaçados grupos uruêus-au-aus, pois suas terras não se encontram nem mesmo na área interdita, e eles não têm contato com a Funai, nem com ninguém.

De fato, como conclui Lévi-Strauss, as referências da Missão Rondon são "fragmentadas", particularmente sobre estes grupos tupis. Têm o valor de registrar a presença destes índios, hoje extintos, na região, mas não chegam a duvidar e responder às indagações que estes grupos despertam. É fora de dúvida que uma pesquisa voltada para a etno-história dos povos indígenas de Rondônia, que contasse com o suporte da linguística, poderia eliminar muitas destas dúvidas e ser de grande valia. Para o propósito limitado deste trabalho, e dentro dos obstáculos atuais do contato, da dificuldade em obter recursos para pesquisas na área, pretendeu-se apenas chegar à configuração da distribuição e ocupação espacial.

A principal listagem produzida pela Comissão Rondon demonstra que os cavaihas eram presença dominante no alto Machado, com a denominação de *pariáwaí*, encontravam-se na altura do rio Comemoração, os ipotante; no rio Ricardo Franco, os majubins; em afluentes do curso superior do Machado, os pauatês; da foz do rio Comemoração à do rio Rolim de Moura, os tacatepes. Embora predominantes na bacia do Machado e imediações, avizinham-se e imbricavam-se os cavaihas com outros grupos, segundo a mesma listagem [1948:18]. Ao repassá-la, por exemplo, temos ainda na região outros grupos que, por exclusão, não se confundem com os cavaihas ou os uruêus-au-aus. É o caso dos "ariqueques-cabeceiras dos rios Jamari e Candeias, afluentes do rio Madeira" [1948:18]. A Comissão Rondon os considera como de língua xapara, com o que não concordam pesquisas recentes, como os trabalhos de Harvey Carlson [1983:19] e Aryon Dall'Igna Rodrigues. Para este último, eminentemente linguista, o ariqueme é uma língua tupi isolada, como "também o caritiana, no Estado de Rondônia, hoje com cerca de 100 falantes, se tornou o único representante da família ariqueme, igualmente do tronco tupi. As outras

línguas desta família, de que se tem notícia, o ariqueme e cabixiana, já estão extintas e são conhecidas apenas através de listas de palavras" [Rodrigues, 1986:96]. No caso dos ariquemes, seus últimos remanescentes desapareceram na Colônia Rodolfo Miranda.

Outra descoberta dos levantamentos, feita pelo próprio general Rondon, foi a gruta da montanha Aruhi, na cabeceira do rio Cautário, descrita como um cenitério indígena [Magalhães, 1941:393]. Estudos arqueológicos em curso, feitos por uma equipe do IGPA, permitirão identificar presença humana há doze mil anos nestas grutas, no centro da Al uruêu-au-au.

Menções a grupos indígenas isolados no coração desta área, onde se encontram as nascentes dos rios, são frequentes. Etta Becker-Donner também reporta-se aos grupos isolados das serras das nascentes do Jamari, reconhecendo a dificuldade em contatá-los e identificá-los [1962:149].

No mapa de Nimuendajú (1981) há quatro referências deste tipo na região em estudo. Os do rio Anari, conforme os dados citados de Horta Barbosa; os araras, no Pacaás Novos, citados por Snelhage; os tapoajás, entre as nascentes do Jamari e do Cautário, também a partir de informações de Snelhage. O mesmo ocorre com o mapa elaborado por Etta Becker-Donner, no qual se vê, na região dos uruêus-au-aus, a localização de grupos isolados, araras, bocas-negras e tapoajás, todos incompletamente identificados [1962:147]. Também no mapa elaborado por Roquette-Pinto [1975:34], a partir dos trabalhos da Comissão Rondon, aparecem grupos não identificados no rio Pacaás Novos; nas nascentes do São Miguel, como uono-miquelinho, macurape e arua, próximos ao rio Colorado; urupá, entre os rios Urupá e Jarú; boca-negra, no Anari, e itanga, no rio Preto.

Segundo as informações dos caritianas, e as recolhidas entre seringueiros da região pelo sertanista Benamour Fontes, permaneceram algumas famílias aparentadas aos caritianas entre o Jamari e o Candeias, que não se confundem com os extintos ariquemes, apesar da identidade linguística. Estes remanescentes continuam isolados e recusaram-se à transferência ao rio das Garças, na Al Caritiana, forçada pela construção da BR-029, depois denominada BR-364, Cuiabá-Porto Velho. Nem mesmo a construção da hidrelétrica de Samuel moveu a Funai a proteger estes isolados, apenas algumas buscas infrutíferas. Além do próprio Marechal Rondon ter manifestado preocupação com sua localização em 1947 [ML, 14.1.1947, pl. 438], sua presença é conhecida, embora de forma vaga, desde a Comissão de Linhas Telegráficas, conforme o relatório de exploração do Jamari:

A tribu dos ariquemes, segundo informações, tem suas malocas nas cabeceiras do Jamary e do Candeias [Silva, 1920:25].

Curt Nimuendajú, em seu *Mapa Etno-Histórico*, registra a migração dos ariquemes, passando à margem direita do Jamari em direção norte, ao médio rio, ou seja, afastando-se da área onde a Comissão Rondon constatou sua

presença em 1909, e do território onde se manifestou nas últimas décadas a presença dos uruêus-au-aus. Tal migração deve-se, provavelmente, ao aumento da atividade extrativista nas proximidades do rio Canaã, no início do século.

Outra presença nas imediações dos cavalbas/uruêus-au-aus é dos "4-rio Gi-Paraná, e alto-curso do rio S. Miguel, afl. do rio Guaporé-Tupji" [1948:18]. Também não se confundem com os cavalbas. Há sobreviventes na Al Rio Branco e são da família tupi-mondé. Segundo informações destes últimos, Índio de Porto Velho, surpresos com a descoberta de identidade lingüística e reciprocidade cultural. Sua localização nas cabeceiras do rio São Miguel aparece apenas na listagem da Comissão Rondon. Em outros estudos, como os mapas de Franz Caspar [1975:8], Becker-Donner [1955:297] e Snelhage [1937], os aruás aparecem mais perto do rio Branco e de afluentes do Jiparaná, onde se encontravam outros grupos afins, como os mondés e os salamaís (tupis-mondés). Segundo os índios do rio Branco, há centenas de aruás ainda isolados na Reserva Biológica do Guaporé e imediações, entre os rios São Miguel e Colorado. Não há, assim, elementos que comprovem a presença dos aruás nas nascentes do rio São Miguel no início do século, além da referência da Comissão Rondon. A sobreposição entre os tupis-mondés e os tupis-cavabás, não apenas no alto Machado, mas no Riozinho, Aripuanã e Roosevelt, continua a surpreender, e merece uma pesquisa específica, com o apoio da lingüística, que possa desvendá-la dentre um emaranhado de igualmente precárias referências historiográficas.

Ainda nas proximidades do território mantido pelos uruêus-au-aus nas últimas décadas, a listagem da Comissão Rondon refere-se a "9-Boca-Negra-Rio Machadinho, afl. do rio Roosevelt (rio Aripuanã)-Urupá" [1948:18]. Não há dúvida tratar-se de mais um genérico, como cabixi. Nimnendajú simplesmente elimitou qualquer referência aos bocas-negras de seu *Mapa Etno-Histórico*, elaborado em 1943-194. Registrou, no entanto, a presença de índios no rio Anari, nas proximidades do rio Machadinho. No índice de tribos, refere-se a um grupo tupi, que, no mapa, move-se do rio Jamari ao Anari e Machadinho, e, entre parenteses, pergunta: "(Rio Anary = cavalba?) - Tupi" [1981:43].

A mais reveladora descrição da presença de índios tupis na região dos rios Branco e Preto, afluentes do Jamari, e de sua expulsão por caucheiros e seringueiros para os rios Anari e Machadinho, foi a deixada por Nicolau B. Horta Barbosa [1945:37]. Figura decisiva da Comissão Rondon, sua passagem pela região transformou-o num dos grandes indigenistas do país. Marcado pela experiência, escreveu vários trabalhos e atuou na defesa dos índios. Foi graças a uma menina de cinco anos, refém dos seringueiros após o massacre de seus parentes, que H. Barbosa, ao tomá-la sob sua proteção, identificou o grupo como tupi-guarani. Horta Barbosa aguardava o contato com o grupo para uma identificação completa, uma vez que "...o vocabulário que apanhamos, onde figuram

termos iguais aos do guarani ou que sofreram uma ligeira corrupção, seja devido à pouca idade da menina, sejam as diferenças do dialeto que ela fala..." [Barbosa, 1945:49]. Provavelmente, também por esta razão, Nimnendajú deixou um ponto de interrogação ao identificar o grupo isolado do Anari e Machadinho, como "cavalba", pergunta que hoje se pode responder positivamente.

Um auxiliar de Nimnendajú na pacificação dos parintintins, José Garcia de Freitas, que continuou em contato com esses índios por muitos anos, escreveu:

No começo da pacificação, calculou-se em 250 cabeças, mas ignorava-se a existência dos apairandés e dos odianibés e, segundo informações dos parintintins, os odianibés são mais numerosos do que eles e quanto aos apairandés calculo em 100 pessoas, baseado no número de canoas destes que foi encontrado no Rio Machado (Gy-Paraná), quando uma lancha da casa "Calama" os surpreendeu: portanto calculo em 500 pessoas, porque dos pacificados mais de 120 índios já morreram. [...] duas tribos bravias, os apairandés na zona entre o Machado e Alto Maicy e os odianibés do Alto Maicy ao Marmellos e seus respectivos afluentes. Através o grande ódio os parintintins não negam que ambos pertencem a mesma família dos cavalbas, com a diferença de que os odianibés uzani a capa do penis muito comprida... [Freitas, 1925:72-73].

Dai a dificuldade de concluir-se a diferença entre os cavalbas e os parintintins apenas por aspectos de cultura material, através da comparação de fotos, como no exercício tentado por Menendez [1982:367]. Na informação colhida por Freitas, apesar do estorjo peniano dos cavalbas ser mais curto, os parintintins continuavam admitindo seu parentesco com os primeiros. É verdade que permanece a carência de uma perfeita identificação etnográfica comparativa entre os diversos grupos cavalbas e parintintins. Mas o fato de uns terem cinco de costas e outros de embira, ou cabelos e estojos penianos mais curtos e menos curtos, não permite ainda duvidar conclusivamente da identidade existente entre estes grupos, dada a proximidade lingüística e o auto-reconhecimento. Menendez conclui de detalhes que é

[...] difícil acceitar, como quer Nimnendajú, que os cavalbas do rio Machado e os parintintins do Marmellos sejam o mesmo grupo quanto à sua procedência a um passado imediato comum [1982:37].

Além das diferenças de corte de cabelo e enfeites, apresentavam a particularidade, ao menos no momento do contato, de serem inimigos entre si, "porque sempre que se indaga qualquer cousa entre os inimigos, todos querem falar a um tempo contando exageros e mentiras para infundir ódio, da nossa parte" [Freitas, 1925:73]. E, no entanto, são a mesma nação.

Nimnendajú chegou à conclusão de que "pertencem a uma e mesma tribo" pela identidade lingüística, de autodenominação, proximidades geográficas e referências etno-históricas [1982:50]. Pode-se hoje acrescentar as informações diretas dos uruêus-au-aus e dos seus intérpretes parintintins, que admitem,

sem vacilação, um passado comum, ouvido de seus avós. Sem dúvida, as pesquisas etnográficas entre os grupos mais recentemente contatados, como os tenharins e os uruêus-au-aus, permitirão uma precisão maior sobre estas relações, revelando semelhanças e diferenças. Dificilmente invalidarão a identidade étnica perfeitamente caracterizada por Nimmendajui.

## 2. DUAS VAGAS EXTRATIVISTAS: 1900 e 1945

*Todos devem morrer, certo, mas  
nem todos morrem do mesmo modo.*

Horkheimer

A descrição do cerco aos índios cavalbas do centro de Rondônia, que resultaram ser as incursões extrativistas do início deste século e do pós-guerra, exige uma reconstrução trabalhosa, mas indispensável à compreensão do quadro atual. Pode-se recompor fragmentos, uma colcha de retalhos. Diante da carência total de informações anteriores sobre os uruêus-au-aus e oroins, qualquer resultado é melhor que nada, mesmo partindo de informações imprecisas, ou referências aparentemente insignificantes. Os dados utilizáveis, recuperados até de prestações de contas de funcionários do SPI, terminam por desvendar facetas do que ocorreu no sopé das serras.

Este pouco possível de reconstrução, no entanto, é suficiente para constatar que eram numerosos, que ocupavam todas as cabeceiras dos rios dessas serras, dispersos em aldeias de uma a três centenas, e que foram dizimados, em período recente, aldeia por aldeia, com a colaboração ou omissão da instituição indigenista governamental, o SPI, e, depois, a Funai. Vê-se também as passagens da entrada do pioneiro seringueiro à titulação arbitrária do seringalista, repassando mais tarde tais pretensões de posse às mineradoras.

Acompanhando os pioneiros nas primeiras décadas deste século, partindo de Santo Antônio, a atual Porto Velho, inicia-se esta reconstrução pelo Jaciparaná, a noroeste da área dos uruêus-au-aus, seguindo pelo norte o Candeias e o Januari, passando a leste pelas nascentes dos afluentes do Jiparaná para os do Guaporé, como o São Miguel e o Cautário, ao sul, até o Pacaás Novos, afluente do Mamoré, a oeste. Acompanha-se as trilhas dos próprios índios, refugiando-se nas serras onde todas estas nascentes se encontram. Enfim, o que segue é uma viagem por terras desconhecidas, pelos rios, no rumo dos seringais, cuja reabertura se tentava a cada safra, ou período seco, e também pelo tempo, pela história da ocupação, pelas duas grandes vagas, no início do século e no pós-guerra.

A pesquisadora Maria Elizabeth Bréa Monteiro não teve melhor sorte, face à precariedade dos documentos referentes aos índios da região:

[...] durante os primeiros trinta anos de atuação do SPI, os índios que viviam no antigo território do Guaporé (atual Estado de Rondônia) eram assistidos pela Inspetoria Regional do Ananias (IR1)

que, devido à vastidão da área a ela confiada, não tinha condições de prestar um acompanhamento muito próximo, e uma inspetoria para Rondônia só foi criada na década de 40... [1984:7].

Ou seja, as informações sobre os índios de Rondônia, sempre precárias, aumentam no segundo surto do extrativismo da borracha, acompanhado das estradas e da cassiteria no pós-guerra, como se constata pelos documentos resgatados por Moreira Neto, apesar do criminoso incêndio provocado nos arquivos do SPI, no Rio de Janeiro, após o golpe militar. Recuperou-se histórias nem sempre agradáveis, como os massacres promovidos pelos seringalistas Lucino e Chaves.

A Comissão Rondon deixou várias referências sobre índios não identificados, a partir de ataques às equipes de levantamento, informações ou sinais de sua presença. Apesar de muitos destes dados serem também fragmentados e vagos, são úteis por localizar, ao menos geograficamente, e datar regiões ocupadas no início do século. Na maioria destes pontos, Rondon e suas equipes antecederam os migrantes.

#### O POSTO MÓVEL DE PACIFICAÇÃO NO RIO LARANJINHAS (1918-1922)

No Jaciparaná, por exemplo, em 1909, uma das canoas foi violentamente atacada por uma tocaia de três índios na margem [Pinheiro, 1949:117]. Um dos expedicionários de Rondon descreveu-os "... pintados de vermelho, de estatura média, enfeitados com cocares e tangas de penas". Deixaram um morto e um ferido a flechadas. O capitão Pinheiro escreveu: "Há dúvida quanto à tribo a que pertencem tais índios, dizendo o prático serem caripunás, tapálinas, acang-pirangas ou caritianas". Tal ataque deu-se não muito distante da foz, indicando que, em 1910, eram senhores do rio e seus afluentes, como o Formoso. "Em todo o Jaciparaná [diz o relatório do oficial] existiam, quando por lá passamos, 204 homens semicivilizados...", e não iam além da "... cachoeira Val-Quem-Quer, onde existe o último morador..." Cita, além das denominações referidas, "nas cabeceiras do rio a tribo dos gamelas. Essas tribos vivem em luta permanente com os seringueiros e só se aproximam das margens ou de alguma barracão para tomar uma represália" [Pinheiro, 1949:18 e 19].

Os confrontos entre índios e migrantes na região do Jaciparaná, Candéias e Jamari não eram novidade e sempre preocuparam as autoridades. Em 1918 o SPI criaria ali um posto de pacificação. Em 1919, trabalhadores, que tentavam abrir uma clareira no rio das Cinzas, a menos de três horas a cavalo da vila de Santo Antônio, hoje Porto Velho, "... foram assaltados e mortos pelos índios armados de arco e flecha". O posto do SPI fora aberto a pedido dos povoadores, e foi "... instalado no interior da floresta longe dos últimos estabelecimentos ou moradias dos civilizados". Menos de três anos depois a presença

do SPI, antes exigida, incomodou os seringalistas, a ponto de o prefeito de Santo Antônio escrever ao Ministério da Agricultura pedindo a sua extinção.

Em carta ao ministro, cujo rascunho encontra-se no arquivo do Museu do Índio, um funcionário do SPI responde aos argumentos do prefeito. Defende-se dizendo que o posto permitira:

1. a supressão dos assaltos a mão armada e dos consequentes morticínios de civilizados e índios;
2. a abertura de lavouras e a instalação de moradores e civilizados em lugares que antes da ação do serviço só eram frequentados pelos silvícolas;
3. a colonização das terras, que encontraram, desde o ano passado [1921], quem as comprou por cem mil réis o alqueire.

Eis o que se passara segundo a acurada descrição do manuscrito de um funcionário local do SPI:

[...] os mesmos interessados na abertura daquele sertão dirigiram-se ao Governo da República pedindo-lhe que fizesse, em benefício deles, o mesmo que já tinha feito em benefício do sertão paulista da Noroeste, do catariense de Blumenau, e de outros, onde a pacificação das tribos indígenas que os ocupavam, as dos coroados, botocudos etc. haviam feito desaparecer as lutas entre os índios e os civilizados, os morticínios delas decorrentes, e delimitando o rápido povoamento de vastas regiões que logo se cobriram de grandes lavouras de café, de cana-de-açúcar, de currais e de centros fabris e populosos.

Ingrata missão a do SPI. Era primeiro convidado a pacificar, e, depois, relata o mesmo autor, o

[...] insperado: o aparecimento de pessoas que se empenham por suprimir o Serviço, apenas alcançar os primeiros resultados de sua ação pacificadora. Isso vem de que uma das primeiras consequências de toda pacificação é a colonização das terras correspondentes; surgem então os cálculos ambiciosos dos que esperam enriquecer pelo afastamento de concorrentes que só se animam a entrar no sertão à sombra protetora do serviço de pacificação.

O prefeito fez o que pôde para retirar dali o SPI. Os índios, o grupo arara/caválba que será pacificado mais tarde, visitou várias vezes o posto. "Amansados" os índios, alguns funcionários do SPI ainda tentam conter a expansão da conquista de suas terras. O prefeito argumenta contra gastos inúteis. O SPI defende-se, mostrando trabalhar com "diaristas, sem um único funcionário, nem nomeado; simples jornalheiros, admitidos à medida dos trabalhos e das necessidades emergentes e dos recursos de cada dotação orçamentária". O posto custava ao governo uma ninharia, e constava,

[...] em resumo, de alguns ranchos de madeira lascada, cobertos uns de folhas de coqueiros, outros de palha surrada, de uma derrubada, em volta dos ranchos, na qual plantam currais, forragem para os animais de transporte, mandioca, cana, abóbora, milho, destinados principalmente aos índios, que, por encontrarem facilidade de se abastecerem nessas plantações, instalam-se nas suas medeiras e abastecem-se de excusões mais longínquas, para eles já desnecessárias e sempre perigosas.

A defesa do SPI, feita por este seu funcionário, revela as contradições em que se sobrava o serviço. Carente de recursos, de profissionais competentes, limitava-se ao papel de bombeiro, atuando *a posteriori*. “Pacificando” os índios, num esforço de promover a sedentarização, abrindo espaços à conquista. Triste sina para os que, dentre eles, foram tão abnegados amigos dos índios. O SPI sabia que era insuficiente um único posto, para a “tão vasta mesopotâmia”, Janari. Por isto, instalou um “...posto essencialmente móvel e provisório; as circunstâncias do momento, e o movimento que vai tendo o avanço dos ocupantes civilizados do sertão e a conseqüente retração da área habitada pelos índios, vê-se que o SPI debata-se entre o controle do avanço da conquista e a pressão dos colonizadores interessados nas terras dos índios. O governo colaborava com os povoadores, ao enfraquecer a capacidade de intervenção do SPI.

#### NOMUTUMPARANÁ

Apesar de registros anteriores de extermínio de grupos araras no Capivari, a região das nascentes do Ourro Preto, Pacaás Novos, Mutumparaná, Capivari, Formoso e Jaciparaná continuava bloqueada aos povoadores nas primeiras décadas do século, devido à resistência dos índios. Hoje é possível identificar os que a ocupavam: a oeste, os pacaás novos (onauris); no centro e no norte, os caripunas; e a noroeste, os caritianas. Por vários métodos, e abrindo talvez um dos chamados itinerantes de 1918. Trinta anos depois envia-se um auxiliar de sertão, Paulo de Almeida Serra, para que tente readri-lo. Sua carta de Mutumparaná relata reclamações dos seringueiros contra os índios, que haviam passado e atreado fogo nas instalações. E o auxiliar não conseguia nem numa barraca emprestada pela EFMM [MI, 10.08.1948, pl. 482]. A cada surto de colonizadores, valorização da borracha ou obra pública, correspondia um posto da instituição indigenista endocolonial.

Que a região tinha índios, ninguém duvidava. Assim mesmo, Manoel Laurentino de Souza insistiu, junto ao governador do Território Federal do Guaporé, através do diretor da Divisão de Produção, Terras e Colonização, para abrir uma “indústria extrativa de goma elástica” no rio Mutumparaná, vizinho ao seringal Ceará [MI, 2.2.1949, pl. 485]. Pretendia, em terras que julgava devolutas, um lote, “medindo aproximadamente 5 mil metros de frente por 2 mil metros de fundos para cada lado do referido rio”. Até hoje a colonização, na prática, não necessita de autorização da Funai, menos ainda a do SPI. No entanto, um funcionário mais zeloso surpreendera o edital de doação na vila de

Mutumparaná, e o chefe da 9ª Inspeção Regional, Álvaro Soares da Silva, resolveu embargar as pretensões do seringalista [MI, 17.3.1949]. Em ofício ao governador do território, intitulado “Protesto”, de fato protesta:

Trata-se, inicialmente, de terras palmilhadas e consideradas *habitat* de índios arcedios, da tribo caripuna, que, de modo algum, podem ou devem ser classificadas de DEVOLUTAS, sendo obrigação e dever precípua do SPI impedir a alienação das mesmas.

Era rematada contra a corrente. Ainda citou o Decreto n. 736, de 7 de abril de 1936, e o 10652, de 16 de outubro de 1942, dispositivos em vigor, respondendo o SPI pela proteção do patrimônio indígena. Laurentino era velho conhecido do SPI. Em 4 de maio de 1948, havia proposto, em documento assinado: “Que se tiver ordem, toma conta dos índios para protegê-los e trabalhar no seu seringal; que aceita com a condição do governo lhe dar ordem escrita para ficar com os índios para si, com direito sobre eles”, com a tranqüila mentalidade daqueles tempos.

Mas a abnegada resistência do inspetor regional da 9ª IR-SPI durou pouco. Três meses depois, já ordena ao encarregado do recém-instalado Posto Indígena Caripuna, no Mutumparaná, que “o portador deste, Manuel Laurentino, acompanhado de 4 (quatro) pessoas de sua responsabilidade, está autorizado por esta chefia a passar pelas terras indígenas até às cabeceiras do Rio Mutumparaná, para onde se destina em serviços de interesse do território”. Devendo o encarregado, “não só permitir a passagem, como ainda prestar-lhes assistência, dando-lhes um guia, a fim de evitar que haja qualquer vexame aos índios da região, inclusive cedendo-lhes a nossa canoa para a viagem que realizam” [MI, 21.6.1949, pl. 513]. Não se sabe com que argumentos Laurentino quebrou as resistências do funcionário. É fato que o SPI defendia mais o posto de atração, onde se instalavam os funcionários, do que a região efetivamente ocupada pelos índios, e necessária ao seu modo de produzir e sobreviver. Talvez tenham pensado que mais para as nascentes, longe do posto, poder-se-ia instalar o Laurentino.

Dois anos depois, a Divisão de Segurança e Guarda do Território Federal do Guaporé determina a abertura de inquérito, “...a fim de apurar os responsáveis por um incêndio no seringal denominado Laurentino, no vale do Mutumparaná, propriedade do queixoso...”, e, “como existia a presunção de que os índios que habitavam aquelas imediações tenham sido os autores do fato denunciado, pede averiguação *in loco*, com a participação de funcionários do SPI” [MI, 17.5.1951, pl. 486]. O inquérito conclui: “Ficou positivado que o autor ou autores do incêndio no seringal de Manoel Laurentino foi praticado pelos silvicultas que habitam pelas imediações do referido seringal” [MI, 24.5.1951, pl. 486]. Supõe-se que o SPI volte à sua posição inicial de intransigência na defesa das terras indígenas e retire os invasores que autorizara. Ao contrário, o funcionário do SPI encarregado das investigações, Sebastião de Souza Campos, aconselha: “Torna-se necessária uma imediata providência da

SPI para melhor tranquilidade e garantia dos que labutam na extração de borracha naquele recanto do território, a fim de evitar que os seringueiros abandonem as suas colocações”. Talvez não se enganasse: o SPI mais estava para dar tranquilidade a seringualistas, do que proteção às terras e às vidas dos índios.

Confirma esta distorção um documento do próprio inspetor em Porto Velho. Dois anos antes, afirmara ser Laurentino invasor de terra indígena, e “proponente de uma espécie de escravatura ao índio” [MI, 17.3.1949, pl. 485]. Três meses depois o autorizou a invadir terra indígena. Dois anos e três meses depois, afirmaria:

Porquanto não podíamos duvidar das afirmações do sr. Manuel Laurentino, homem muito sério, lutador, e, sobretudo, amigo do SPI, não deixando nunca de nos visitar às vezes que vem a Porto Velho. Essas visitas têm sido sempre desinteressadas e as conversações geralmente abordam assunto da pacificação, costumes dos índios etc.

O SPI até se preocupa com um concorrente de Laurentino, que pretendia tomar seus “fregueses”, seringueiros, recrutando-os à mesma vida miserável, mas em local sem índios. Laurentino já ampliara seu lote, inicialmente de cinco mil metros por dois mil, e ficara com o vizinho seringal Ceará, abandonado por tenor ao índio [MI, 8.6.1951, pl. 523].

Os índios servem de alibi para justificar atrasos de débitos com o BCA, que pediu providências ao SPI, em defesa do seringalista invasor. Este relata em carta ao banco que, entre dezembro de 1950 e maio de 1951, os índios queimaram dez colocações, destruindo bens e mercadorias, paralisando seus empregados. Conta que o gerente do seringal, Felinto Herrera, e o seringueiro Moacyr Silva haviam sido flechados pelos índios. E acrescenta:

Surge agora, em plena época dos trabalhos de extração da borracha, novo ataque. Flecharam mais quatro homens, o mateiro e outros. O pessoal que se achava colocado, abandonaram tudo, correram uns para o barracão e outros sem se saber do paradeiro [MI, 17.9.1951, pl. 487].

Laurentino ainda pretendia recolocar “...trinta extratores paralisados sem poder trabalhar em noventa estradas de seringa”. A ninguém ocorre tratar-se de terra indígena. O chefe da 9ª IR-SPI responde ao banco: “Serão tomadas as providências, apesar dos poucos recursos nossos, tendo já ido para o local dois missionários que se ofereceram para ajudar a aproximação dos silvicultores e também logo que haja navegabilidade no Mutumparaná, mandarei auxiliares para tentar a segurança dos seringueiros dessa região”. [MI, 1.10.1951, pl. 487]. Hoje o seringal e o rio Mutumparaná pertencem aos invasores neobrasílicos, vencidos os índios, pela doença ou bala. O SPI tentava oferecer tranquilidade à exploração da borracha extraída de terra indígena. O chefe da 9ª IR-SPI, Fernando Claro de Campos, pede para inspecionar pessoalmente malocas próximas ao local de atração dos caripunas [MI, 22.3.1950, pl. 486].

Dez anos depois, numa nova tentativa de contato, surgiu uma voz dissonante, a de José Maria da Gama Malcher, então diretor do SOA-SPI, ironizando:

Não vemos motivos para não concordar com a solicitação, desde que esteja essa IR-9 em condições de levar a bom termo a atração da tribo em causa. Isto é, que possa garantir a vida, a propriedade e a terra dos índios da colônia dos “civilizados”, embora seja essa pacificação a “maior aspiração população terribilí”...

Alem de jornalistas dos Diários Associados, Malcher obtém a integração de um médico na equipe [MI, 3.11.1959, pl. 486]. E o avião sai por conta dos seringualistas, tudo sem ônus para o governo. Não há mais notícias da tentativa: os demais documentos desapareceram no incêndio, provavelmente os índios também.

Alguns caripunas por lá continuavam. O juiz de direito de Guajará-Mirim, ao arquivar o inquérito do assassinato de Francisco Gonçalves, alcunhado “Chico Massa Bruta”, adverte ao SPI de que testemunhas viram vinte índios em 28 de dezembro de 1951, no igarapé Branco, afluente do Taquaras. Outro depoimento refere-se a flechas mais estreitas encontradas na barraca da vítima. Caripuna, grupo uruêu-au/cavalba assim batizado, ou pacacá novo-oroin (orouari), ou ambos, o fato é que, nove anos depois, a 9ª IR-SPI é procurada pelo seringalista Expedido Gonçalves Oliveira, do seringal Nova Olinda, no rio Mutumparaná, relatando a morte de um seringueiro e o ferimento de outro. Cerca de duzentos índios passaram pelo barracão da gerência [MI 22.3.1960, pl. 491]. O arrendatário, e todos os seringueiros abandonaram o seringal, assim como os demais povoadores do Mutumparaná. O seringalista explicou que não pretendia nem polícia, nem imprensa, senão espantaria os prováveis futuros seringueiros da próxima estação, reclamando de pesados prejuízos. A 9ª IR dizia-se impotente, sem recursos e sem pessoal. E prosseguia o cerco nas terras consideradas de ninguém. Os caripunas do Mutum-paraná continuaram, por mais alguns anos, nas listas da Funai – postos a serem criados –, elaborada por Cícero Cavalcanti, então chefe da ajudância em Porto Velho [MI, 17.1.1969, pl. 524].

#### PITANGA, HOMEM SEM GENTE (1947-1950)

A vila de Jaciparaná nasceu em volta da estação da EFMM. Nunca foi muito mais que isto, um entreposto de parada do trem, onde os seringualistas abasteciam seus homens na mata, recolhiam e escoavam a produção. Juntou-se uma igreja católica, mais tarde uma protestante fundamentalista, e a mais “pitoresca” das prisões da Amazônia: uma imensa gaiola de ferro, sem teto, composta de restos de trilhos soldados da ferrovia. Estar ali preso equivale a uma condenação à morte por insolação.

Subir o Jaciparaná, em direção às suas nascentes, é uma aventura amazônica, com artraias, pássaros, e, na seca, uma ousadia, pois o rio quase desaparece. E os índios até hoje amedrontam, famosos desde a bravura com que enfrentaram a Madeira-Mamoré no século passado.

O novo surto da borracha, em 1945, mostra que ali continuavam, vivos e senhores do terreno. É grande a pressão para que o SPI apareça. O seringueiro Cyrllo Rodrigues relatou ao SPI a morte, flechado, de seu seringueiro Manuel Carlos e o pavor dos demais empregados, condenando o seu estabelecimento pela dispersão dos vassalos [MI, 22.9.1945, pl. 483]. Regionais, adventícios e SPI atribuíram o feito a índios caripunas, referência a um grupo pano, contatado na construção da ferrovia, vítima pela doença e outras seqüelas do tráfico com "civilizados". Esqueciam-se dos acangas-pirangas, dos jaguares, dos ferriveis inimigos da ferrovia, que "transformavam em flauta os ossos de suas vítimas", como diziam os pioneiros, "os que tocam taboca", como os chamavam os seus vizinhos pacasá novos (orouatis).

Foi grande o alívio quando o SPI instalou o Posto Coronel Tibúrcio, para atender às nascentes do Jaciparaná e às de seus afluentes, o Capivari e o Formoso. Maior a euforia quando o auxiliar de sertão José Rodrigues de Oliveira apareceu na vila com os primeiros quinze índios araras (cavalbas), pacificados no Capivari [MI, 26.12.1947, pl. 506]. A bem-sucedida expedição não fora fácil. Mens de seis meses antes, a principal empresa da região, a Jaciparaná Ltda., negou-se a colaborar, talvez por temer a perda de parte de sua frente de expansão em favor dos índios [MI, 21.6.1947, pl. 506, f. 44]. Acalmou-se meses depois, passando a colaborar. O mesmo Luis Accioly Lopes, então chefe da 9ª RR-SPI, que reclamara da má vontade da empresa, por cobrar o transporte dos funcionários em trabalho braçal nas embarcações, pede agora sua ajuda no transporte de mercadorias para os recém-pacificados [MI, 18.10.1947, pl. 506].

Os relatórios mensais dos encarregados do posto descrevem um ritmo menos feliz para os índios. Em novembro, três deles, acompanhados por cinco mulheres, visitam as instalações, e o auxiliar de sertão os acompanha à maloca, três dias de caminhada. Identifica cinco aldeias, num total de oito malocas [MI, 30.12.1947]. O auxiliar de sertão impressiona-se com as numerosas trilhas batidas, indicando mais índios. O SPI calculou-os, dois anos depois, em cerca de trezentos nesta aldeia, mas muitos tinham morrido [MI, 30.10.1950, pl. 486]. Em dezembro, mais doze índios, curiosos, visitaram o posto de pacificação. Os relatórios seguintes são necrológicos. Seis índios mortos, em menos de um mês, de gripe, e o restante da primeira maloca gravemente enfermos [MI, 20.1.1948]. Mais cinco mortos em fevereiro, mais um morto em abril, e catorze órfãos de dois a doze anos [MI, 15.4.1948]. Os índios transferidos não têm melhor sorte. É o caso do recém-batizado Manuel Caripuna, transferido para o Posto Major Amaranete, destinado à pacificação dos pacasá novos. Chegou doente e ali morreu. Sua esposa é transferida para um hospital em Porto Velho, não se tendo mais notícias dela [MI, 25.5.1949, pl. 448].

Nova visita de oito índios, da primeira maloca [MI, 15.7.1948]. O encarregado esforça-se por entender quem são, com gestos e mímica. O funcionário visita a segunda maloca, cerca de oito dias de caminhada. Descobre o nome dos dois índios da segunda maloca, que considera chefes, os tuxaas Pianga e Ueucá. Outro índio morre [MI, 7.2.1948, pl. 484]. O da primeira maloca seria Mangui [MI, 31.7.1948]. Um ano depois, a mortandade continua. Muda-se o encarregado, Abílio Caetano de Souza. Três óbitos nos primeiros três meses de 1949 [MI, 30.3.1949]. Os sobrevidentes começam a ficar no posto, mortos chefes e parentes, vítimas de gripe "catarrão". A cada maloca que se aproxima do posto, uma epidemia fatal. Dos que chegaram em fevereiro de 1949, restavam nove em abril de 1950. Dos 28 da segunda maloca em agosto de 1950, sobravam deztoito em dezembro, quatro meses depois. A doença exterminou as duas ou três malocas que aceitaram o contato.

A malária e a gripe continuaram. O encarregado desespera-se e quer transferir o posto de lugar [MI, 30.4.1950]. Chegou a passar sete meses isolado entre os rios Jaciparaná, Branco, Capivari e Formoso. Inicia a construção de um varadouro do Capivari ao Formoso. Os índios vão e voltam; alguns permanecem no posto, ali contaminam-se, levando a morte às malocas [MI, 26.8.1950, pl. 486].

Mas há um núcleo que não se rende. Matam os três burros do posto e não aceitam bríndes [MI, 30.3.30.4.1950]. Um dos auxiliares é dispensado, por tráfico com seringueiros. E a vida no posto continua, agora com os sobreviventes indígenas: rogado para os "arredios", varadouro e mortes. Vinte e oito índios, seis deles já doentes, finalmente se aproximam, temerosos, dos rogados, de onde roubam comida [MI, 31.10.1950]. No final do segundo ano, o encarregado informa a Porto Velho que "já se pode considerar que os caripunas são amigos, não se verificou este ano nenhum ataque". Os índios vinham, abasteciam-se, "farinha, mel e apitos", e iam-se contaminados. Na volta ainda pegavam objetos de seringueiros, mas já não os matavam. Estavam "pacificados", a caminho do extermínio [MI, 31.12.1950].

O encarregado Abílio Caetano de Souza denunciou o responsável pela 9ª RR, Luis Accioly Lopes, "por morte de índios, por falta de qualquer assistência no Posto Coronel Tibúrcio". O juiz de direito da comarca de Porto Velho, Theodoro Vaz e Abreu de Assunção, solicita ao SPI o inquérito administrativo [MI, 24.7.1950]. Mais uma das querelas internas entre os funcionários, ligadas a disputas políticas pelo controle da instituição, encobrimdo o desprezo com que era contemplado o serviço por sucessivos governos.

A verdade é que o acusado Accioly comemorou: "pode-se dizer que estão completamente pacificados" os araras (cavalbas) do rio Capivari, do Posto Coronel Tibúrcio [MI, 31.1.1948, pl. 520]. No mesmo relatório, reclama da falta de apoio da diretoria, no Rio de Janeiro. Informa que a EFMM estava armando seus trabalhadores contra os índios, e necessitava pacificar também os vizinhos pacasá novos. Uma semana depois, escrevendo à mesma "seção de orientação

e assistência" do SPI, fala da "situação angustiosa", cita "o caso dos araras, que, certamente, a estas horas, restam bem poucos" [MI, 7.2.1948, pl. 484]. Como os hospitais da região não recebiam tuberculosos, solicitou a transferência de três índios para Manaus, e de mais outro, que estourara a própria mão com uma espingarda. Reclamava de dificuldades burocráticas, de não poder dispor do patrimônio indígena, e nem poder fazer despesas sobre o orçamento futuro. Três meses depois, responde a pedidos de informações, já acossado, com testemunhos de dois funcionários, Pedro Silva e Alvaro, alegando "falta de condições" para a "situação gravíssima", citando o exemplo dos araras e bocas-negras, todos cavalhas [MI, 18.5.1948, pl. 484].

No começo do ano, quando o diretor do SPI questionava Accioly sobre a morte dos seis primeiros índios no Posto Coronel Tibúrcio, este respondeu que pedira providências ao encarregado, apoio ao Rio de Janeiro, mas nem sequer conseguira verba para o envio de um enfermeiro, cedido pelo governo do Território Federal do Guaporé [MI, 31.1.1948, pl. 506]. Entremetidos, Abílio Caetano de Souza, no novo Posto do Médio Capivari, através da mesma empresa Jaciparana Ltda., que o vinha mantendo, pedia gêneros, roupas e funcionários. Uma espiral sem solução. O encarregado do posto, no Mato, que reclama para a inspetoria, que reclama para a diretoria no Rio de Janeiro; o mesmo círculo vicioso, que termina nos corredores dos ministérios com um silencioso "vire-garantir suas terras, ou agir contra a doença, o massacre e a espoliação" [MI, 21.12.1950, pl. 486].

Quanto aos chamados araras do Capivari e Formoso, contatados em 1948, encontraremos seu único sobrevivente, Pílanga, em 1983, no Posto Caripuna, no Jaciparaná, protagonista de novo desastre: foi o intérprete cavalha da Funai para a atração dos caripunas.

### JACIPARANÁ

Mas a presença indígena na região do Jaciparaná, Mutumparaná, Capivari, Formoso, continuava a impedir a expansão dos colonizadores. Os mais ousados ateviam-se. É o caso de um seringalista, Marcos da Luz, matreiro experiente, mais tarde convertido ao garimpo [MI, 23.7.1953, pl. 487]. Já fora atacado com seus homens, provavelmente pelos cintas-largas, ou outros tupis-mondés, nas imediações do rio Roosevelt, em março de 1952. Acusava-os, em carta ao governador do Território Federal do Guaporé, de antropofagia. Num ataque perdera doze bois, dois cavalos, e dois empregados, um dos quais, segundo ele, teria sido comido pelos índios.

Em maio do mesmo ano, aventura-se pelo Jaciparaná e descreve:

Fui de novo surpreendido pelos mesmos silvícolas, sendo que fizeram a mesma freganha, tendo desbaratado uma das tropas, matando cinco mares, um rapaz e ferindo dois gravemente, carregando o material constante na carga, como seja, peças de escafandros e peixeiras. Neste incêndio, o pessoal que estava para trás correu em socorro, tendo encontrado os feridos e um morto, ordenei levarem os feridos ao posto que ficava a três quilômetros do acidente e, ao vir depois juntar a tropa, qual foi a nossa surpresa de volta em ver o arranco de cima da vítima, como se fossem urubus, quando chegamos só restava a cabeça, os braços com as costelas já desmanchadas e o intestino grosso furado já escorrido e montando.

E não ocorria, nem ao destinatário da carta, governador do Território Jesus Burlamaque Hosannah, nem ao SPI, repositório das reclamações, nem aos aventureiros, que eram apenas invasores de terras indígenas, contra os quais havia que proteger os índios, e não o inverso. Esqueciam-se de que a alegada, pelo invasor, "zona diamantífera" do Jaciparaná tinha dono.

Os ataques continuaram no rio Formoso. O jornal *O Guaporé*, na edição de 16 de janeiro de 1960, relata o ataque às colocações do seringal Rio Formoso, de Pedro Fernandes, onde "os silvícolas mataram e esquarteraram o seringueiro Antônio Miguel e flecharam o seringueiro Ciro Belo de Araújo e uma moça de nome Edna Furtado". A 9ª IR-SPI, primeiro duvida do incidente, para admiti-lo dois dias depois e lamentar "não dispor de elementos para inquérito *in loco*" [MI, 9.2-11.2.1960, pl. 491].

Um ano depois, novo ataque, um morto, a noventa quilômetros de Porto Velho, no Jaciparaná, imediatamente a região foi abandonada. O diretor do SPI pretende maior entrosamento com o BCA, a SPVEA e o governo do Território. O SPI conseguiu a aprovação pessoal do presidente da República para que a SPVEA e o BCA financiassem a atração de índios. O renomado inspetor Francisco Furtado Soares de Meireles é enviado especialmente à região [MI, 30.6.1961, pl. 492].

Mas nada desanima os mais afoitos. Miguel Pinheiro Borges era uma espécie de empreiteiro da EFMM. Entendia-se sem dificuldades com o SPI, para desmatar terras indígenas, obtendo dormentes. Argumenta ter experiência no trato com os índios, como mostrara durante o desmatamento do Posto Indígena Ricardo Franco. Propõe-se a ir, com quinze homens, desmatar o Jaciparaná, e quer que o SPI lhe empreste intérpretes para contato amistoso. Para ele, os índios seriam pacaás novos [MI, 30.10.1963, pl. 495]. O SPI nega-lhe os intérpretes, uma vez que, afirma textualmente, a região era habitada pelos índios araras, cavalhas, e não pacaás novos, como informa-lhe um telegrama. Mas autoriza sua expedição, para estudo de recursos minerais e florestais em terra indígena [MI, 31.10.1963, pl. 508].

Após os ataques, os seringais esvaziavam-se, os boatos dissuadiam futuros recrutas. Passavam-se alguns anos os seringalistas conseguiam novos incautos, ou terminavam por organizar expedições punitivas para limpar a mata. Seis anos depois, voltam os índios e flecham uma moça no mesmo rio Formoso, afluente do rio Jaciparaná, nos seringais Vertente e Cajazeira. Outro ataque

ocorrera antes, no seringal São Francisco, no Igarapé do Encontro, no qual morreu uma mulher e cinco crianças. O funcionário destacado para o inquérito recebeu a notícia da preparação de uma expedição punitiva. O SPI pede apoio à polícia federal, que o nega, por falta de pessoal, embora aceite percorrer as casas de venda de armas e munições, pedindo que se anote o nome de compradores para averiguações [ML, 6.2-12.2.1969, pl. 524].

Desde o trágico episódio dos araras no Capivari, o SPI vai consolidando a certeza de que há outro grupo tupi nas imediações do Jaciparaná, ou aldeias remanescentes que não fizeram contato com o Posto Coronel Tibúrcio, e não deram resposta às expedições pela região do Formoso, Capivari, Mutumparaná, Coíla e Jacu. Francisco Meinelles aceita a participação do missionário Royal Taylor, da seita New Tribes, que se oferecia, como linguista, para acompanhá-lo na expedição de janeiro de 1952, em que pretendeu ir "das cabeceiras do Ribeirão, passando pelo Mutumparaná e daí alcançando o Jaciparaná pelo Formoso" [ML, 10.12.1951, pl. 487]. Sua secretária comunica que o "inspetor Meinelles seguiu dia cinco enalço índios presume Capivari, fizeram último ataque quilômetro 266 ferrovia Madeira-Mamoré, ocasionando a morte de um seringueiro" [ML, 8.1.1952, pl. 487].

No mesmo período, entre 1945 e 1960, dá-se o contato com os pacaás novos (orouraris), mais próximos ao rio Mamoré. Ataques e massacres, ocorridos com frequência para lá do quilômetro duzentos da EFMM, ou nas proximidades de Vila Murtinho ou Guajará-Mirim, confundiam os mais experimentados. Mas a presença destes araras ou caripunas, dos cavalbas, a oeste, era conhecida. Tanto que o chefe da Ajudância de Guajará-Mirim, Cícero Cavalcanti de Albuquerque, aconselha Francisco Meinelles a recusar pesquisas de minérios na área dos caripunas [ML, 12.11.1970, pl. 530]. E isto mesmo depois que o sertanista avisara Cuiabá da pacificação dos últimos urubonitis (pacaás novos, orouraris), a quem considerava autores de um dos ataques no Jaciparaná, embora precise que seu habitat situava-se entre os Igarapés Ouro Preto e Lage [ML, 21.5.1969, pl. 524].

Os próprios pacaás novos é que insistirão quanto à presença de outros índios, que conheciam por diferentes denominações. O índio Thimnaê, do Posto Indígena Ribeirão, numa pescaria, a seis quilômetros da sede, ouve um assobio e vê um vulto estranho. Foge e volta com outros orouraris, vendo vestígios de índios arredios, que chamam uracomos [ML, 15.1.1973]. Nenhuma iniciativa foi tomada, apesar da sugestão do chefe do posto. Quase dois anos depois, no castanhal do Posto Indígena Ribeirão, repete-se a cena. Desta vez, o encarregado conta que os índios acharam uma ponta de flecha dos urucacomos em um porco morto. Um dos índios, Pane Kambreme, oferece-se para conduzir a Funai, beiradeira do SPI, às malocas destes índios "arredios". Nada foi feito, aparentemente, para a felicidade dos índios [ML, 25.11.1974, pl. 536].

#### A GENOCIDA EXPEDIÇÃO CARIPUNA

Ali nos entre-rios da bacia do Jaciparaná, a letargia amazônica era simples aparência. Na verdade, seringalistas e mineradores travavam uma guerra suada com os índios. Os regionais o sabem. Conta um barqueiro que é comentada até hoje a expedição punitiva organizada pelo seringalista Pedro Fernandes, que, com cerca de cinquenta homens, matara trinta destes caripunas, em represália ao ataque em que os índios mataram dois de seus seringueiros e uma mulher [ML, 11.2.1960, pl. 491; Leonel & Mindlin 11.1983].

A história mais famosa do Jaciparaná, no entanto, foi o rapto de Maria Inês Rodrigues, suas duas filhas, Sandra Neli, de quatro anos, e Auxiliadora, de sete, e da sobrinha Dora, de onze anos, pelos índios, no seringal São Francisco. Não foram encontradas entre os "teríveis" caripunas. O marido, Ruy Rodrigues, recrutou os seringueiros José Carneiro e Lino Matos da Silva para buscar os índios. Teriam encontrado roupas rasgadas, sinais de sangue, mas não as reféns [O Globo, 26.9.1976].

A boataria era tão grande quanto o pavor da resistência dos índios. Durante cinco anos, foram "muitos índios mortos injustamente nas expedições de procura". Até que o topógrafo Oswaldo, da empresa mineradora Laninasa, conta ter visto uma mulher branca e grávida, entre um grupo de índios que se banhava num rio, e que esta lhe gritara em português, pretendendo acompanhá-lo na fuga. Assustado, não a esperou. Rubens Rodrigues, irmão da raptada, conta que tais boatos reanimavam as buscas, e confessa: "Até 1974 procurei estes índios para matar, depois me converti". Rodrigues é "acusado de ter provocado muitos massacres dos índios caripunas, deixando-os quase em extinção". Mais tarde, procurou a Funai e acompanhou a expedição de atração chefiada pelo sertanista Benamour Fontes [OESP, 9.9.1976; O Globo, 26.9.1976]. Uma das expedições punitivas havia encontrado as malocas vazias. A Funai as localizara num vóo e depois tentou o contato.

O sertanista fizera-se acompanhar de dezessete homens armados, entre eles oito índios pacaás novos e um tupi. Era Ptianga, o único sobrevivente do grupo pacificado nos rios Capivari e Formoso, em 1948, no desastrado Posto Coronel Tibúrcio. Pude conhecê-lo em 1983, entre os que a Funai chama até hoje caripunas, já com mais de sessenta anos. Durante décadas vivera acompanhando expedições da Funai, secundando sertanistas, sobrevivendo mais ou menos conforme a sorte. Em todos estes anos não aprendera o português suficientemente, como se a língua o mantivesse próximo aos seus.

Os 38 índios ditos caripunas tenderam-se à expedição, e não tinham opção. Conheciam as armas daqueles dezessete homens, contra seus arcos e flechas, machados de pedra, alguns de ferro, e um facão sem cabo, tomado aos seringueiros na mata. Assim mesmo, relatou Benamour, nos primeiros dias não deixaram sertanistas e índios estranhos aproximarem-se das mulheres e crianças protegidas na maloca central. Ptianga integrou-se a eles, embora não os tenha

reconhecido. Tanto ele quanto os sobreviventes caripunas referem-se a outras aldeias, pelo menos duas, de seus parentes ainda "arredios" na região do Jaci e Formoso. Os caripunas auxiliaram mais tarde na atração dos uruÛs-au-aus, todos tupis-cavaldas, como Pitanga.

Melhor fora para os índios ficarem na mata. A Funai já os contatou pensando em concentrá-los e transferi-los, como o fará, para uma colocação de seringueiros desativada, mais confortável aos funcionários, por ser nas margens do Jaciparaná. Seu destino será trágico, como o dos índios araras do Capivari: dos 38 contatados, sobreviveram apenas oito, e o velho Pitanga [JR, 19.9.1976].

Caticai, a única mulher adulta a sobreviver, contou da sua tristeza e do resultado de tanta morte. Casou-se com o único com quem podia, e preocupou-se com o destino dos solteiros:

Os homens adultos solteiros caripunas [urês] são portanto obrigados a procurar esposas em outros grupos, como Tenharin e Parintintin. Queixam-se de discriminação por causa da tatuagem que têm no rosto. Poderiam, em tese, casar com mulheres uruÛs-au-aus, cuja língua é muito semelhante. O problema é que pouco tem a oferecer em troca. Dois homens adultos caripunas têm permanecido fora da área, trabalhando na frente de atração uruÛs-au-aus. Criaram, através do trabalho, laços com membros de outros tribos que lhes permitiam talvez arranjar casamentos. A desvantagem dessa permanência fora é de não se fixarem na própria área [Leonel & Mindlin, 1983:70].

Mais tarde, em 1984, um dos solteiros casou-se com uma arara (caro) que conheceu na Casa do Índio em Porto Velho. Separaram-se logo por diferenças de costumes e língua (tupi-cavada e tupi-ranarama), e a moça voltou à Arca Indígena do Lourdes. O problema permanece, estão ansiosos por resolvê-lo. Um, pelo menos, parece em paz, casou-se com Rita, de um grupo cavada isolado do Maderinha, antes prisioneira e humilhada por um grupo de jagunços, liberada em uma das viagens da aviação do Polonoroeste. Caticai e os seus ainda sorriem, cantam e contam. Desde o contato em 1976, experimentaram quase todas as doenças dos brancos, da gripe à pneumonia e malária. Ainda não entendem essa gente, os recém-chegados com quem várias vezes tentaram o contato, aceitaram trabalhar em sua roças, no seringal, contra presentes. Têmiam suas armas, os ataques e roubo de mulheres.

Com os caripunas, em 1976, a Funai repetiria a mesma desastrosa pacificação de 1948 dos araras do Capivari, do SPI. Irá subjugá-los, para exterminá-los pela doença. Ao contrário do que pensam alguns críticos da Funai, no entanto, não podem ser responsabilizados funcionários isoladamente. No arquivo da instituição, há uma desesperada correspondência do serantinista Benamour Fontes, pedindo socorro e descrevendo a mortandade a que assistia. A Funai, dominada por militares ligados à "comunidade de informações", lhes negou recursos e apoio médico. Os índios até hoje lembram-se, com rancor, de funcionários que os ameaçavam [Funai, 8<sup>a</sup> DR, 1976].

O Posto Caripuna no Jaciparaná é de difícil acesso. Não é exatamente o local do contato, está a 190 quilômetros de Porto Velho e a trinta da cidade de Jaciparaná. Mas Jaciparaná está a noventa quilômetros de Porto Velho, e o posto a doze horas de barco pelo rio, viagem que toma dois ou três dias, durante os seis meses de seca, chegando às vezes a tornar-se inavergável. No início, os missionários da seita norte-americana Wycliffe Bible Translators, chamada, para exportação, Summer Institute of Linguistics (Instituto Lingüístico de Verão), absterciam o posto com um hidroavião, depois transferido para outro das dezenas de países onde exercem suas atividades etnocêntricas.

Em 1984 aprofundava-se uma pista de pouso e o atendimento de enfermagem parecia melhorar, ou pelo menos não houve novas mortes entre os oito sobreviventes deste trágico extermínio. Hoje são cerca de vinte, segundo a Funai. Durante seis anos, até 1984, um grupo de vinte caritianas (tupis-arique-mes) conviveu com os poucos caripunas (tupis-cavaldas). Tratava-se do filho do pajé e chefe Piouan, ali exilado pela Funai, em consequência de dissensões internas, que a administração interferente do Posto Indígena Caritiana provocara, criando chefias artificiais e promovendo trabalhos compulsórios e produtivistas. Os caritianas voltaram a suas novas terras, no rio das Garças, que não são mais as originais no Candela.

E ali vivem, em volta do Posto Caripuna, Pitanga e estes oito sobreviventes, que tiveram alguns filhos nos últimos anos. Aguardam a visita dos seus que, acreditam, às vezes os espiam nas proximidades. De fato, um barqueiro afirma que, junto com um amigo, dos poucos que ousam descer as nascentes do Jaciparaná e do Formoso, viu índios. Os regionais o dão como seguro. Caticai diz que são outros clãs que não o mutum e o tucano, dizimados pela desastrosa atração caripuna, com quem não se davam muito bem e viam-se irregularmente, às vezes guerreavam, embora já tivessem andado todos juntos, como contavam os mais velhos.

Resta saber que relação manterão estes cavaldas-caripunas, mutuns e tucanos, com seus parentes uruÛs-au-aus. Foram bem recebidos. Não se tem dados etnográficos suficientes para estabelecer relações comparativas entre os dois grupos. A tradição oral dos caripunas refere-se a estarem juntos no passado. No contato, vestiam-se com os mesmos cintos de embira em torno à barriga, colares com dentes, e as mesmas tatuagens no rosto, de três riscos em cada face, a partir da boca. A língua parece ser a mesma, comunicam-se com facilidade, como com Pitanga, do grupo dos araras, e os parintintins e tenharins, todos tupis-cavaldas. Não há iniciativa da Funai para localizar e proteger seus parentes, que dizem encontrarem-se na mata, salvo algumas curtas expedições sem continuidade, tão custosas e cinematográficas quanto ineficazes.

A Funai mantém, nas margens do Jaciparaná, interditados, 202 mil hectares para os sobreviventes caripunas, mas não os demarcou e não consegue protegê-los. Há garimpeiros entrando, de várias direções, e ultimamente colonos, de ampliações irregulares de projetos do Incri, além de assentamentos

particulares, estimulados por uma prefeitura vizinha. A interdição prolonga-se por causa dos "arredios", que perambulam pelos rios Capivari, Fortaleza, Formoso e Trindade. Mesmo excluídos os ainda sem contato, a demora na entrega desta terra aos sobreviventes

significa a perda do território, cuja manutenção deve ser defendida, até como uma espécie de reparação mínima a sobreviventes de guerra, num caso flagrante de extermínio de um povo [Leonel & Mindlin, 1983:71].

A área dos caripunas está bastante ameaçada. São poucos índios contra vizinhos poderosos, como o setíngal Boa Esperança, com duzentos mil hectares, e o de I. B. Sabá, com 101 mil hectares, na gleba Capião Silvío. O Inetra promove loteamentos nas proximidades, e o governo do Estado de Rondônia planeja três estradas, as de números 421, 257 e 370, que passam nas proximidades, separando os caripunas dos uruêus-au-aus, ao sul, e dos orouratis, a sudoeste. As estradas 257 e 370 já contavam com um parecer favorável da Funai, embora ela ainda não tenha localizado os remanescentes, prática rotineira de desastrosa intervenção de obras públicas em terra de índios.

### O SPI PROCURA OS CAVAIBAS

O SPI procurava pacificar os cavaibas, bocas-pretas e bocas-negras, denominações genéricas para diversos grupos tupis mal conhecidos pelos colonizadores, que ocupavam o sul do Amazonas, Rondônia e o norte do Mato Grosso. O ajudante Francisco Pereira Barroncas foi instruído pelo major Eugênio Chauvin, inspetor do SPI para o Amazonas e Acre, a percorrer toda a região do Madeira, chefiando uma expedição de informação e reorganização dos serviços. O minucioso relatório de Barroncas sobre sua viagem, de 5 de janeiro a 22 de março de 1941, contém raras informações sobre os:

**Cavaibas** - Ocupando a área geográfica que abrange as cabeceiras e médios cursos dos rios Mameelos, Maicy, Ipixuna e Machado, é, além de numeroso, o mais importante grupo étnico do baixo Madeira. De origem tupi, subdividem-se em vários grupos, dos quais os dos mutuns e canandis, já se encontram pacificados e, infelizmente, sofrendo as consequências de um estabelecimento de paz com os civilizados, a quem chamam de tapuntins, e que tanto lhes tem custado, pelo abandono em que têm vivido. Os diarrus ou aparandês somente agora estão se aproximando, assim como os bocas-pretas, assim denominados por pintarem com genípapó os lábios em redor da boca [1941:3].

Descreve os dois grupos parintintins já pacificados, um em Três Casas, com o coronel Manoel Lobo, e o outro com José Garcia de Freitas, em Maici, a quem acusa de explorar e maltratar índios [Barroncas, 1941; Funai, 1ª IR]. E acrescenta:

A área de ocupação dos cavaibas se estende desde o Vale do Mameelos ao do Machado, na região compreendida, ao norte, entre o paralelo 6º e 7º, e ao sul o de 9º, bem como a zona do vale do Riozinho, nas cabeceiras do Rio Branco do Aripuanã, tendo ao sul Pimenta Bueno, onde dominam os Tacaiabas, seus afins.

Quanto aos grupos "arredios", o SPI, como o testemunha Barroncas, conhecia mais os que circunvizinhavam o rio Madeira, trânsito obrigatório, pouco se conhecendo a região que ora nos ocupa, as nascentes em torno da serra dos Pacaás Novos. Mas refere-se a

[...] grupos ainda não pacificados dos diarrus ou aparandês, dos afluentes do curso superior do Mameelos, a montante da cachoeira do Parica, também de origem tupica, da tribo cavaiabas. Estes indígenas têm por várias vezes procurado contatamento com civilizados, havendo alguns buscado o convívio de seus parentes, os parintintins do Maicy de Calama. 7º - O grupo dos bocas-pretas, também da tribo dos cavaiabas, que vivem no Vale do Machado, em alguns de seus afluentes. Falando o mesmo dialeto de seus parentes, os parintintins do Maicy e Ipixuna, vivem contido deles separados, com os Diarrus em estado de serem facilmente pacificados. [...] No vale do Madeira, além destas tribos, tem ainda a dos Stanhoaris, que habitam as terras compreendidas entre as cabeceiras do Mameelos e as dos afluentes do Aripuanã.

A descrição de Barroncas parece chegar a distinguir os tupis-mondês, ou os cavaiabas do Madeirinha dos uruêus-au-aus.

A estrutura de ação geográfica do SPI, explica Barroncas, dividia-se entre o inspetor Francisco Furtado Meirelles, que se ocupava do Mamoré e do sul do Madeira, no PI Ribeirão, e João Freire de Riveredo, do Guaporé até Vila Bela. Na lista dos "clãs indígenas" dos setores de Meirelles e Riveredo, Barroncas identifica os variatuins (orouratis) no Mamoré e afluentes, e os diversos grupos tupis já conhecidos no Guaporé e seus afluentes. Mas indica, na região dos uruêus-au-aus:

2 - No Rio Cantário, os do mesmo nome; 3 - No São Miguel, os minguelinos e porcorbais, onde existiu o antigo Posto "Três de Maio"; 4 - No Cantarinho, habitam neste vale os Minguelinos.

A viagem de Barroncas fez parte de um esforço de reorganização do SPI, a partir de sua volta ao Ministério da Agricultura, depois das desastrosas experiências de sua passagem pelos Ministérios do Trabalho e da Guerra. Pelo Decreto n. 17 684 de 26 de janeiro de 1945, cria-se a 9ª IR, responsável pela proteção aos índios no Território Federal do Guaporé. No primeiro relatório do chefe da 9ª IR, vêem-se quatro eixos de preocupação do SPI com grupos "arredios". Um é a parte superior do Jamari, inferior do Jiparaná e o rio Anari (bocas-negras-cavaiabas). Outro, os índios dos rios Ribeirão, Bananeiras e Lage (pacas novos-orouratis). Ainda os índios do alto Formoso e Capivari (cavaiabas), e, finalmente, os do Candéias [ML, 29.5.1945, f. 43].

O relatório refere-se ao "vôo de estudos feitos nos Catalina 33 303 e 33 304, de 26 de abril de 1943 e 28 de abril de 1944", e especifica:

Este mesmo vôo localizou três malocas no Alto Pacaás Novos, entre este rio e os mais altos formadores do Ouro Preto. [...] Pelo que se sabe, desde 1932, índios, provavelmente do alto Formoso e Capivari, transitam nas serras que dividem o Jaciparáni pelo meio, um pouco ao norte do Acampamento de Campo Grande, do Capitão Pinheiro, em 1909 [Comissão Rondon]. Têm por diversas vezes flechado barracas de seringueiros, como brincadeira, derramando mesmo o látex das figueiras. Mas nunca houve mortes, pelo menos na zona do Jaci, propriamente dita. Os índios da serra da divisão do Jaci devem ser os mesmos do Formoso, o que não creio, ou então índios de alguma maloca situada entre o divisor do Alto Capivari e o Formador mais oriental do Ouro Preto. Os índios das Flechadas de Porto Franco, no Alto Candelária, poderão ser os mesmos que atravessam o Jaciparáni em suas caçadas de agosto, ou remanescentes dos ariquemes, que, já em 1917 ou 1918, brigaram com gente de Eduardo Vilar, ao tempo do Major Emmanuel Amannate. [...] No runto de Porto Franco, na Ponta de Norte da Serra de Tracua, que me parece é o grande refúgio dos restos dos ariquemes.

### A COLÔNIA RODOLFO MIRANDA, UMA BABEL

Nun histórico da ação do SPI em Rondônia, o inspetor Albertico Soares Pereira relembra "o estado lastimável do Posto Rodolfo Miranda, do Jamari, próximo a Ariquemes, criado ao tempo da Comissão Rondon", e incorporado mais tarde à administração da 1ª IR, com sede em Manaus [MI, 16.5.1961, pl. 52]. A situação nunca foi melhor para os sobreviventes de vários grupos contactados pela Comissão Rondon, reunidos na Colônia Rodolfo Miranda, próxima à antiga aldeia indígena dos ariquemes, transformada em estação telegráfica, hoje uma das maiores cidades de Rondônia. Em 1941, Barroncas ali encontrou apenas "vinte e cinco (25) almas, e de várias procedências, tais como Corumbiara, Kipiti-Roats, Pacanova, Arara, Pimenteira e Ariquemes" [SPI, 1ª DR, 31.3.1941].

Barroncas diz que o Posto Rodolfo Miranda

estaria fora a um melhor sorte, não fossem motivos outros que implicaram no seu desaparecimento, tal é o estado de abandono em que se encontra. Quase em completa ruína, o estabelecimento jaz num estado de decadência tal que causa desalento vê-lo, tantas e tão superiores condições de trabalho, cultivos no abandono naquela triste situação de retrocesso a primitivas condições de matas. As manjuntarias, ainda em bom estado de uso, estavam sob o barracão, que ruía.

No arquivo da Funai encontra-se um longo estudo anônimo, de 1945, sobre o Posto Indígena Nacional Rodolfo Miranda, com propostas para sua recuperação, concluindo:

E então estarei o dito Posto em condições de servir de base aos trabalhos do SPI na região, a começar pelo Posto Indígena de Atração, a ser fundado no Igapapé Floresta, para atração dos índios da tribo boca-preta, e permitir a exploração da seringa, na vasta zona adjacente. Outras tribos espalhadas pelos divisores dos rios Jamari, Machadinho, Branco e Jamari-Massangana e Candelária poderão ser trabalhados com base no aludido Posto.

No Igapapé Floresta encontrava-se uma aldeia uruêu-au-au, expulsa mais tarde por um projeto do Incria, por garimpeiros e mineradoras.

O autor anônimo historia a decadência do posto:

[...] sofreu ele, e rudemente, as consequências do abandono a que se viu relegado este serviço [SPI], desde 1931 a 1939, primeiro no Ministério do Trabalho, e em seguida no da Guerra, até que nesse último ano regressou ao Ministério da Agricultura. Nesse Ministério, tentos tido, desde sua reinclusão, grande trabalho para reconduzir o dito serviço ao pé em que se encontrava quando se iniciou em 1930 o desmemoramento a que o Departamento Nacional de Povonamento o conduziu, tirando-lhe, primeiro, o pessoal especializado e habilitado ao convívio dos índios, e, em seguida, as verbas, deixando de tomar as providências administrativas mais elementares para que o dito Serviço pudesse funcionar. Os resultados foram o abandono dos índios, que, em muitas regiões, se tornaram novamente atrechos e hostis. [...] Foi isso tudo o que sofreu em larga escala o Posto Rodolfo Miranda.

O posto, com o nome do ministro da Agricultura que fundara o SPI no governo Afonso Pena, Rodolfo Miranda, fora instalado pessoalmente pelo general Rondon, com 4 118 hectares, mais tarde ampliados para noventa mil, devido aos bocas-pretas "atrechos" nas imediações. Rondon "fez recolher ao seu abrigo todos os índios escravizados ou desprotegidos e sujeitos a maus tratos. [...] Era gente que passava dos trabalhos forçados dos barracões para os trabalhos suaves de um Posto Indígena, onde cada índio trabalha o que pode, e quer, e goza do produto integral de seu trabalho". Apesar da visão idílica de nosso anônimo, talvez a vida dos índios fosse, às vezes, melhor nestes postos que na submissão dos seringais. Mas revelam os postos a incapacidade do SPI em defender os índios onde estão, ou seja, em suas próprias terras, e em seu próprio modo de vida. O resultado destes postos foi sempre, lamentavelmente, a abertura das terras dos índios à conquista do colonizador. No caso do Rodolfo Miranda, sabe-se que os índios o deixaram aos poucos, violentados por um ritmo de trabalho que não lhes pertencia, e pela prepotência dos pequenos suseranos que o governo lhes impingia, além da maioria que ali morreu desassistida, num centro de contágio de doenças "civilizadas".

Em 1945 o posto é transformado em colônia indígena, após ter passado dezesseis anos em mãos de um encarregado, "sem a menor orientação ou assistência" [MI, 19.9.1945, pl. 483]. O novo funcionário passou os primeiros meses consertando a sede e tratando a malária de seus ajudantes recém-chegados, e suplicava a seus superiores uma modesta canoa. Um ano depois, um telegrama do SPI perguntava: "Esta diretoria solicita esclarecimentos situação posto índios Rodolfo Miranda, segundo consta, acha-se em abandono" [MI, 23.11.1946, pl. 1946]. Tornou-se uma ficção, presente em todos os relatórios, embora não passasse de um posto abandonado, reativado a cada ataque dos bocas-pretas ou negras, como eram então chamados os cavalbas/uruêus-au-aus [MI, 14.10.1948, pl. 420].

O inspetor Pedro Silva, do SPI, é para lá enviado:

[...] de acordo com a situação que enfrentamos, de procurarmos concentrar num posto adequado os índios bocas-negras, V. S. observará se o referido posto está em condições de, passando por uma reforma, possam ser localizados os referidos índios, procurando informes seguros da possibilidade de uma ligação com o Rio Preto *habitar* presumindo dos bocas-negras. No caso afirmativo, qual a distância do Posto citado rio, a situação do terreno, se alargado ou terra firme. Possibilidade de ampliação de campos para pastagens e plantios vários. Se o terreno é adequado ao cultivo de cana-de-açúcar... [ML, 26.4.1948, pl. 510]

Enfim, os índios não haviam sido subjugados e já o SPI se preparava para retirá-los de suas terras e transformá-los em criadores de gado e cortadores de cana!

Dois meses depois, pede-se combustivel, em um telegrama, para transportar os bocas-negras ao Posto Rodolfo Miranda [ML, 15.6.1948, f. 44]. Pelo visto, os índios não gostaram da idéia. Dois meses depois o encarregado do posto escreve a Porto Velho: "Comunico-vos que, ao decorrer deste mês, os índios bocas-negras fizeram um ataque em um dos fregueses do sr. seringalista Luis Avelino de Paulo, e cujo este seringueiro, que se chama Francisco Abílio, matou quatro caboclos" [ML, 24.8.1948, f. 44]. Antes que os índios abandonassem o posto, a chefia regional aproveitou para dizer: "Deveis trazer caso possível algumas tabocas usadas bocas-negras para proteção membro. Agrindios cheia", conforme telegrama de 11 de abril de 1949 [ML, f. 44].

E o posto continuou à sua sorte. Já que os índios não iam a ele o SPI resolve transferi-lo para o alto rio Jamari [ML, 12.6.1954, f. 43]. Seis meses depois, transferem-no novamente, desta vez para o Jiparaná. O Rio de Janeiro preocupa-se com as maquinarias e as benfeitorias já existentes, numerosos, pois pretendia ser um posto modelo, justamente de produtivismo indígena [ML, 27.1.1955, pl. 519].

Dizimados os bocas-negras, ou empurrados à bala para as nascentes do Jamari, o SPI promove o loteamento das terras onde se avizinhamam, apenas há algumas décadas, ariquesmes e cavaibas. O primeiro candidato é

o senhor Antonio Rocla que, tendo solicitado permissão do Governo deste Território para um lote de terras à margem esquerda do Rio Jamari, com 4 000 metros de frente por 5 000 ditos de fundos, e declarando que as terras pretendidas fazem parte da antiga Colônia Rodolfo Miranda e que se acham abandonadas desde o ano de 1948,

segundo pedido de concessão do Serviço de Terras e Colonização ao SPI [ML, 11.4.1957, f. 44]. Em seguida será a vez de Rainundo Queiroz Ximenes reivindicar o segundo lote [ML, 13.12.1957, pl. 510].

O que fora terra de índios e colônia indígena transformar-se-ia num dos principais bairros da promissora Ariquesmes, construída à sua volta, paulatinamente ocupada por pioneiros e grileiros. Mais tarde a diretoria do SPI pretende transferir o posto para o Igarapé Floresta, onde fora encontrada outra aldeia uruêu-au-au. O parecer de um funcionário desaconselha a medida, argumentando que

no Igarapé Floresta, no Alto Jamari, como determina a ordem de serviço, ficará a uma distância de 45 dias de viagem de Porto Velho, em um rio que não é servido por embarcações do governo. As terras do Rio Jamari estão em sua totalidade requeridas e ocupadas, e na certa os proprietários das mesmas porão obstáculos quanto à cessão de uma área que permita ao posto trabalhar desastogado. [...] Os índios da região do Igarapé Floresta não são hostis.

Conclui propondo a reinstalação do posto nas proximidades de Guajará-Mirim, a centenas de quilômetros. Outro funcionário dá parecer semelhante, alegando que "a transferência do posto Rodolfo Miranda para o alto rio Jamari, no Igarapé Floresta, vem beneficiar unicamente um seringalista da região, que é a firma Almeida e Filhos, e o transporte de Porto Velho não se faz, em viagem direta, em menos de 8 a 10 dias e, se depender de passagem em embarcações particulares, será de 25 a 30 dias" [ML, 17.3.2.5.1959, pl. 465]. O posto foi transferido para quarenta quilômetros da EFMM, na região dos pacaás novos [ML, 17.26.11-6.12.1960, pl. 510]. De fato, mais uma vez, não se pretendia proteger o índio onde ele se encontrava, e sim atraí-lo para onde fosse mais cômodo.

Algumas das propostas de concessão vinham com o apoio do próprio chefe da 9ª IR:

Diante da impossibilidade de exploração por esta Inspeção, se há inconveniência da referida gleba ser posta à disposição do proponente, considerando tratar-se de cidadão brasileiro, nordestino, que alimenta o desejo de desenvolver naquele setor várias atividades agropecuárias, sob a fiscalização direta do SPI, em benefício dos índios e da população ribeirinha. E considerando também que se compromete a devolver as terras mediante indenização, a qualquer época que lhe seja solicitada... [ML, 25.7.1963, pl. 510].

Em longo documento, o próprio candidato a arrendatário, Adalberto Alencar Benevides, explica que, por volta de 1951, ajudou o SPI a desmontar as máquinas da Colônia Rodolfo Miranda e transportou-as à cachoeira de Samuel, de onde foram levadas ao Posto Indígena do Ribeirão, em Guajará-Mirim. Em troca de favores, pediu uma autorização escrita para ocupar as terras então abandonadas, o que não obteve. Propunha-se a regularizar com o SPI uma situação de fato, uma vez que "vem sendo constatada com larga perspectiva a existência de minérios, principalmente cassiterita" [ML, 22.7.1963, f. 43].

Haverá ainda uma última tentativa de recuperação das terras da Colônia Rodolfo Miranda, já reduzida a pouquíssimos índios, recorrendo-se à mão-de-obra assalariada de migrantes, através de financiamento do Fundo Federal Agropecuário [ML, 31.3.1964, pl. 465]. Apesar da insistência de Porto Velho, a diretoria do SPI termina por optar pelo arrendamento das terras ao senhor Benevides [ML, 7-10.4-31.7.1964, f. 44]. Mais tarde, outra parcela dos nove mil hectares é arrendada ao senhor Severino José Barbosa, e outra de 1 600 hectares, ao senhor Bento Sampaio [ML, 11.11.1960, pl. 510]. Todos comprometem-se ao preço de arrendamento de 6% ao ano do valor da área no mercado de terras regional.

A verdade é que nem o SPL, nem a Funai, e muito menos os índios, jamais viram sequer uma prestação destes atendimentos. Em 1984 encontravam-se listas, sem ao menos um lote, e pelo menos duas índias no prostíbulo da cidade. A pista de pouso da colônia serviu de base para o transporte de cassiterita das terras dos urubús-au-aus, empurradas para as nascentes do Jamari. A antiga sede do posto constitui hoje um prospero bairro de neobrasileiros, e abriga o aeroporto Babel ou campo de concentração do SPL? Destribalizados, desaldeados, dispersos e mortos. As colônias agrícolas indígenas continuam sendo a plataforma dos militares, ainda poderosos na Funai, para resolver a questão indígena.

#### JAMARIE CANDEIAS: DO SERINGAL À CASSITERITA

Sobre os índios do Jamari, em 1911, registraram os expedicionários de Rondon que: "Duas tribus alli existiam a dos bocas-pretas e a dos Ariguemes; pelos seringueiros localizados entre os rios Branco e Preto, ainda vivem perseguidos pouco sabiam sobre estes bocas-pretas, os hoje chamados urubús-au-aus. Os exploradores de Rondon no rio Jamari deixaram claramente localizados os urupás, nas cabeceiras do Canaã, transferidos para o seringal Bom Futuro, em 1900, após o contato. Constataram a presença de um grupo isolado, que consideraram arigueme, nas cabeceiras do Jamari e do Candeias, mas por informações de terceiros, não confirmadas diretamente pela Comissão Rondon. Registraram ainda que "existem nas cabeceiras dos rios Preto, Massangana e Branco, índios pertencentes a outras tribus; as informações a esse respeito são contraditórias e muito confusas quanto às denominações e por isto nada podemos adiantar mais" [Silva, 1920:25].

#### Quanto aos

seguidos, que na própria língua se denominam "ahópôvo", e que devem ao vocabulário dos índios urupás o nome de "ariguemes", com que são conhecidos, estavam reduzidos a verdadeiros destroços quando o General Rondon os encontrou, e se não extinguíram completamente, foi graças à ação humanitária com que este ilustre "sertanista" os protegeu. Remanescentes de ambas as tribus foram trazidos pelo general e incorporados à pequena Babel silvícola que elle erigiu (Colônia Rodolpho de Miranda) em torno da estação telegraphica de "ariguemes", ultima das três banhadas pelo Jamary [Magalhães, 1941:131].

Terminaram extintos, como a Babel Humanitária.

Do Madeira às nascentes do Jamari, seu afluente, umas raras colocações de seringueiros e barracões de entrepostos era o que se encontrava. As cachoeiras do Jamari não facilitavam a penetração e, sobretudo, os índios não a permitiam. A própria aldeia "civilizada" da foz do rio Jamari, no Madeira, não

passava de uma dezena de casas, local de parada para os navegantes e, neste século, transporte da produção da mata, botracha em particular. Chamou-se São João do Crato, no Brasil colônia, depois Santo Antônio. A construção da igreja será empreendida em 1939 e, em 1943, com o nome de São Carlos, contará com uma paróquia, então "um ponto intermediário entre Porto Velho e Humaitá" [Hugo, 1959, v. II: 147].

As relações entre seringalistas e o SPL eram estreitas. É nada menos que Benjamin Rondon, topógrafo, um parente do general, que é enviado a demarcar seringais no Jamari. Escreve bem-humorada carta ao chefe da 9ª IR-SPL, Moacir de Xeres, na qual reclama: "Estou na minha viagem de cinco anos em balão fora do mundo", e "a culpa cabe aos milionários da S.A. Alto Jamari que, desde agosto do ano passado, ficaram indecisos se eu prestava ou não. Enfim o Milton Arruda acordou, mas eu já tinha virado índio e estava morando na mata" [ML, 19.10.1945, pl. 483]. Depois de comentários sobre a Segunda Guerra e a política interna, diz a carta manuscrita: "Quero te lembrar o seguinte a meu respeito: tenho um contrato com os irmãos Arruda para dar-lhes demarcado 22 posses gratuitas de 49 000 hectares e excessos até perfazer 150 000 hectares, valor do contrato 50 contos de honorários e mais 36 contos de despesas". Junto com a carta envia um desenho desses pretensos seringais do rio Jamari, e pede "quitação completa", inclusive pela "picada de divisores = 105 km, com este serviço estou desobrigado e nada devo. Falta demarcar o lado do Albino Henrique, Fundo de Montenegro e rio Nova Floresta, zona Antuérpia/Cajueiro de Jaru, tenho os levantamentos já feitos para Jaru", e conclui: "Mas isto será outra história! É serviço difícil e perigoso - zona de índios -, é para ser feito por engenheiro macho. Decide tu o que convém dizer, e fazer, e me avisa". Mais tarde abandonaria qualquer preocupação pelos índios.

Que ali havia índios, era coisa mais que sabida:

Em agosto de 1942, uma expedição de dez homens, acompanhados por um parintim, foi à maloca nas proximidades do Rio Preto: gastaram seis dias de viagem, levando consigo pouco mantimento e as armas. Chegando de manhã cedo, houve pânico entre os índios; estavam nus, morando em plantações enormes. Havia plantações de macaxeira, milho, batatas, coco, amendoim. Logo foi feita amizade, por meio de presentes de fazendas e terçados. A comida naquele dia foi carne assada com milho. A noite, todos dançaram muito [...] É dessa época que o veterano José Garcia de Freitas pediu a Manoel Lobo, de Três Casas, dois irmãos índios parintims, para pacificar as bocas-negras, e que foram morar em duas boas casas, assaolhadas de paxitaba, na localidade Fortaleza [sic] de seringal].

Hugo cita uma carta do padre Pucci, de 1948, sobre o destino destes índios bocas-negras, após o contato com os seringalistas: "Chegaram a um entendimento com eles [bocas-negras] e rogavam o União [seringal], mas depois indispuseram-se com os dois irmãos parintims, Paulo e Anízio, e abandonaram as duas casas, passando para Santo Antônio [seringal] com o Sr. João Chaves" [Hugo, 1959, v. II:234].

Chaves faz parte integrante da história dos urubus-au-auas, e como! O juiz de direito da comarca de Porto Velho escreve ao SPI, a pedido do promotor, informando sobre a abertura de inquérito na delegacia de polícia, "para a apuração dos fatos de que são acusados João Chaves e Moacir Melo com referência aos índios vitimados e outros fatos sofridos pelos silvícolas" [MI, 8.10.1947, pl. 484]. Uma semana depois depõe o ex-encarregado do Posto Rodolfo Miranda, relatando que, em julho de 1945, aportara, no posto citado, Luis Castro, pilotando a lancha Só Futuro, da firma Benevides & Cia., de Papagaios, dizendo que "tinha sabido em viagem que os senhores Chaves e Mota, seringalistas no Rio Preto, afluente do Jamari, haviam dado combate aos índios bocas-negras, habitantes do divisor de águas Rio Preto e Machadinho, onde, acompanhados de certo número de homens armados e municados, haviam morto índios até a punhal". Neste momento da conversação, estava presente o senhor Adalberto Benevides, o arrendatário de terras da ex-colônia Rodolfo Miranda, juiz de paz do distrito de Ariquezes e sócio gerente da firma Benevides & Cia., que disse: "Queira Deus que o Chaves e o Moacir não vão se arrender da brincadeira" [MI, 14.10.1945, f. 43].

Não parecem ter se arrendido. Estes fatos foram relatados ao delegado de polícia de Porto Velho, o coronel Joaquim Cesário da Silva, sem maiores conseqüências. O seringalista João Chaves nunca escondeu seus feitos e sempre desafiou sua impunidade. Declarou ao jornal *A Noite*, do Rio, em 14 de setembro de 1948, que "num encontro com índios abateu, a tiros de rifle, cento e dezoto (118)". "O processo João Chaves consta ter sido arquivado"; diz um telegrama da 9ª IR-SPI, [MI, 20.09.1948, pl. 515]. Na interpretação do chefe da 9ª IR-SPI, João Chaves exacerbava seus conflitos com os índios, para justificar atraso na quitação de suas dívidas com o Banco da Borracha, que chegou a solicitar ao SPI a proteção do seringal São Sebastião, de Chaves, contra os índios, que eram cerca de mil, segundo o seringalista. Para o SPI, os índios não eram tão numerosos:

[...] são em número reduzido, todos eles escravizados pelo pseudoproprietário. [...] Chaves está em débito com o altíssimo Banco, a sua derrapagem financeira não é, absolutamente, ocasionada pelos índios, ao contrário, são esses escravos que, colhendo a seiva da seringa, ainda permitem que seu senhor se julgue com o direito de criar condições [...] Estou estudando a possibilidade de transferir o Posto Rodolfo Miranda para local bem próximo ao seringal São Sebastião. [MI, 28.7.1948, pl. 501]

Bravata que o SPI jamais teria coragem de executar, mesmo porque não era prática proteger o índio em seu habitat.

#### O TUXAUA TABARERANA

À custa primeiro de punir os índios rebeldes, e depois com a ajuda dos intérpretes parintintins, João Chaves subjugara parte dos bocas-negras. Quarenta deles, dois tuxauas, irão visitar Porto Velho, em companhia de um dos

intérpretes, o parintintim Anízio. O SPI os chamava também de diupás, "citados índios foram pacificados ano passado, quando o inspetor Pedro Silva fez penetração Barra Longa conforme relatório". A 9ª IR-SPI pedira à sede no Rio apuro para atender os quarenta que vieram a Porto Velho e os seiscentos que ficaram no seringal de João Chaves [MI, 7.5.1948, f. 43].

A presença destes seiscentos índios bocas-negras na região invadida pelo seringal de João Chaves preocupava o SPI. A informação fora confirmada por Anízio [MI, 7.5.26.5-2.6-4-6-21; 7.1947, f. 43, pl. 483-484]. O SPI recebeu também a visita de quarenta bocas-negras e dos dois tuxauas em Porto Velho. Deu-lhes roupa, "27 terçados e 7 maxadecos" [MI, 12.5.1948, f. 43]. Os funcionários tentam, sem êxito, impedir a vinda dos índios a Porto Velho [MI, 12.5.1948, pl. 484]. Os quarenta índios permaneceram depois, na volta, concentrados na cachoeira de Samuel, à espera de um caminhão. A doença os dizimava, atingindo Tabarerana, o tuxaua principal, e "os demais índios doentes e revoltados, querendo precipitar-se na Cachoeira, a fim de atravessar e conduzir o cadáver por terra à sua aldeia" [MI, 16.5.1948, pl. 484].

Pedro Silva, em telegrama confidencial à diretoria do SPI, reclama de falta de apoio, verbos e instruções, desesperado com a doença dos bocas-negras, "tendo a entidade silenciado como sempre em tais casos"; lembrando que "somente a diretoria poderá assumir responsabilidades que em absoluto não me cabem, uma vez que bem conheço a situação idêntica ocorrida com os índios do Capivari" [MI, 18.5.1948, pl. 484]. Conseguem os funcionários, afinal, o enterro do tuxaua, mas pedem verbas para alimentar os índios, "que continuam muito doentes" [MI, 22.5.1948, pl. 484]. Cercados pelos seringalistas, o que ocorre aos funcionários é transferir os índios e o Posto Rodolfo Miranda para o Posto Major Amaranhe, a centenas de quilômetros, em Guajará-Mirim, "antes do aniquilamento total dos índios bocas-negras" [MI, 15.6.1948, pl. 520]. O SPI chega a pagar aos seringalistas invasores, por abastecerem em gêneros os índios durante as semanas de indecisão [MI, 30.6.1948, f. 43].

#### O DESDITOSO TENENTE FERNANDO E A EPIDEMIA DOS BOCAS-PRETAS

É o general Rondon em pessoa quem telegrafa em busca do tenente Fernando Gomes Oliveira, jovem oficial de boa família carioca, da Companhia Rodoviária, que desaparecera às margens do Jamari [MI, 14.11.1945, f. 45]. O oficial participava de estudos para a construção de uma estrada ligando Vilhena a Porto Velho, a BR-29, depois BR-364; afastara-se do acampamento, e nunca mais fora visto. Foi o que bastou para que a elite da capital federal atribuisse aos índios da região, que desconheciam, desde antropofagia até a mancha de *O Globo* de 15.10.1957: "Índigenas teriam rapinado o Tenente Fernando para apurar a raça" [Hugo, 1959:235].

Rondon ordena buscas "pela margem direita do Jamari, possivelmente entre as cabeceiras dos rios Verde e Preto, região em que vivem os índios bocas-pretas e onde terá que ser escolhido o lugar para a instalação do Posto Doutor Tanajura". A mãe e o irmão - também oficial do exército - do tenente desaparecido acompanham de perto as buscas, mobilizando imprensa e influências. O SPI empenha-se nas buscas, tentando represálias contra os índios. Entre os informantes da família encontrava-se até mesmo o seringueiro Moacir Mota, apresentando-se como vítima de ataques dos mesmos índios [M, 19.11.1945, pl. 483]. Mota fora acusado, com Chaves, de vários massacres contra os índios, em processo aberto pelo SPI em Porto Velho.

A FAB terminou por emprestar um avião para ajudar nas buscas, a pedido de Rondon [M, 5-24.12.1945, pl. 483/515]. Afinal, o sobrevôo identificou uma maloca:

[...] aos dez graus e sessenta e dois graus cinquenta e dois minutos oeste, tal situação impossibilita a hipótese formulada de que o infortunado tenente Fernando Gomes de Oliveira esteja prisioneiro dos índios ali localizados, porquanto é impossível chegar a aquele local sem que passasse pelos núcleos civilizados entre a ponta da estrada e a maloca localizada.

Foi o que bastou para que João Chaves surgisse como o homem capaz de dobrar os bocas-pretas. A 9ª IR-SPI tudo fez para evitar a expedição [M, 28.7-21.8.1948, f. 43-44]. Alvaro Soares da Silva, chefe da inspetoria, inutilmente disse:

Poder-se-ia argumentar que a pretensão de João Chaves não é expedição armada. Quem poderia se aventurar a penetrar na selva sem armas? E se os índios tentarem impedir a penetração em seus domínios, já anteriormente metralhados? [...] E se um grupo de índios entrasse em Porto Velho e tentasse invadir nossos lares, como procederíamos?

A revelia do SPI, mas vigiada pela Igreja, partiu a expedição em dois caminhões, com os índios sobreviventes, dos quarenta que viajaram a Porto Velho, milítas e matelros. Devemos ao padre José Francisco Pucci a descrição dos acontecimentos na forma de um diário [Hugo, 1959, v. II:236-244]. A visita à cidade fez com que os índios, acompanhados de dois intérpretes, "levassem a gripe às malocas, e foi a mortandade entre eles".

Conta o padre que a expedição saiu de Porto Velho no dia 16 de julho de 1948, desceu o Jamari e, em 2 de agosto, dividiu-se em dois grupos, um com João Chaves à frente. Sempre acompanhados por aviões e radiotransmissores, que os orientavam perto do Machadinho, chegaram à maloca do falecido Tabarana, nome do tuxana boca-preta ou negra. Resultado, relata o padre: "Muitos índios prostrados de gripe, dos quais cinco tinham morrido naquela noite" - 15 de agosto de 1948. "A maloca de uns 40 x 50 m, toda aberta de todos os lados, com 2 m de altura. Em volta há 6 tapiris. As famílias moram à vontade na maloca

e nos tapiris", diz o diário do padre, que aproveitou: "Durante o dia batizei mais de sessenta índios, entre grandes e pequenos *in articulo mortis*".

Depois dirigiram-se os expedicionários, sob a batuta do experimentado Chaves, para a maloca de Arecá e Iupau:

Também nesta maloca estavam cavando uma sepultura para uma índia que tinha morrido naquela noite [...] as redes estão cheias de doces, grãos e batizei durante o dia 37 deles, com o batismo simples em artigo de morte. Dois morreram no dia seguinte. [Dia 20] mas ao passar perto de um tapiri não encontrei a velhinha agonizante com seus três filhinhos [...] os dois maiores estavam atrás de um tronco. Ao passar por outro tapiri, onde havia um velho com pneumonia, já não estava mais...

Segundo o relato do padre, Chaves percorreu a vizinhança Serra Azul,

[...] mas não apurou nada. Resolveram apertar os índios disfarçando amecças. Às 5 h fizeram um fingido ataque e fizeram alvo em redor das cabeças dos índios! [...] Então o índio Arecá, Igwa e os outros, mesmo em interrogatório separado, afirmaram que o avô de Iupau tinha ido deixar umas redes que a avó de Iupau tinha feito, e viu um homem branco que usava estrélas, na tribo boca-preta, que se achava a sudoeste dos bocas-negras. Disseram mais, tratar-se de índios perigosos [...] Ficou combinado que três índios desta maloca e três da outra conduzissem a expedição onde se achava o homem branco.

O padre salesiano não os acompanhou.

No último dia do salesiano entre os índios bocas-negras, o tuxana Arecá perdeu um filho; Igwa perdeu a mãe; e, ainda, "passei perto de um velho aleijado, cuja mulher tinha sido enterrada no dia anterior, dias antes uma filha, e agora agonizava, com o único filhinho de um ano...". Dezenas de mortos por um tenente Fernando, que, segundo apurou a linguísta Wanda Hanke, "na verdade, foi vítima da vingança de certos brancos". Padre Pucci já não os acompanhava, pois "se tornaram insupportáveis os maus tratos e havia grave desunião entre os expedicionários". Não se sabe se Chaves chegou aos outros bocas-pretas [Hugo, 1959, v. II:236].

Mas a busca do desdido tenente, como chamavam o desaparecido na dita grande imprensa, continuou. Em 1955, dez anos depois, um jornal de Guajará-Mirim noticia sua presença entre os pacas novos [M, 7.3.1955, pl. 488]. É organizada nova expedição, sob a chefia de Francisco Meirelles, doze anos depois [M, 12.9.1956, pl. 488]. O próprio exército organizaria outra expedição de busca, no alto Guaporé, entre os juritis, partindo de Guajará-Mirim, com a colaboração do SPI, que enviou adrede nada mais nada menos que um dos famosos Villas-Boas, criadores do Parque do Xingu, sem resultados [M, 23.11.1957, f. 44 e 15.10.1957, pl. 489].

## NOS RIOS FLORESTA E CANDEIAS

Embora acumulando fracassos com seus postos de atração, o SPI não deixou de correr, como barata tonta, atrás dos índios e dos acontecimentos. Ambos os postos, Tanajura e Rodolfo Miranda, reconverteram-se, como denominações itinerantes, para a atração dos pacaiás novos (orouraris), transferidos para a região de Guajará-Mirim, nos igarapés Laje e Ribeirão, e nos rios Pacaiás Novos, Negro-Ocaia, Solério e no médio Mutumparaná. Pedro Silva substituiu Garcia de Freitas. Começa pedindo apoio para transformar o posto "*in nomine* IR não desconhece a situação dos índios diupá que atualmente têm aparecido no alto Machadinho" [MI, 9, 6, 1947, pl. 483].

Antes dele, o sertanista Domingos Araújo tentara uma frente do Posto Rodolfo Miranda em Papagaio [MI, 21.11.1945, pl. 485]. Debatia-se com a malária e pedía ampolas e latas de creolina à sede da 9ª IR e anuncia a morte de um índio menor de idade [MI, 11.11.1945]. A confusão era grande. Apesar de contatos feitos com uma ou duas aldeias bocas-negras, os ataques continuavam. O próprio Rondon, durante a histórica missão que conduziu na região, tinha recebido informações dos ariqueses sobre a existência de um grupo denominado caritiana no alto Candelias. Enviou o índio Poró para ajudar na pacificação destes parentes dos ariqueses [MI, 14.1.1947, pl. 483]. A 9ª IR agradece a ajuda do general Rondon e a chegada de Poró, "a fim de solucionar constantes razias caritanas terminam por ser contactados e transferidos para o rio das Garças, longe de suas terras originais, no médio Candelias, extremamente mais férteis, abandonadas aos seringalistas e mineradores de cassiterita.

E os ataques prosseguiram na região do Candelias. O SPI pede ao funcionário José Rodrigues de Oliveira a elaboração de "um plano para a situação de dois postos de atração dos índios bocas-pretas" [MI, 23.4.1949, f. 43]. Um deles à margem do alto rio Preto, "acima do seringal Santo Antônio, de propriedade do seringalista João Chaves", e outro no alto rio Jamari, "acima do seringal Santa Cruz, de propriedade do Banco da Borracha". Pede que os postos sejam abastecidos de janeiro a abril, porque nos demais meses o Jamari e seus afluentes já não serão navegáveis. O SPI não tinha condições de interditar e proteger a área dos índios, e menos ainda contra o Banco da Borracha, órgão do governo.

Oplou-se finalmente pelo subposto 19 de Abril, na "cachoeira Santa Maria e malocas do Rio Candelias" [MI, 21.1.1950, pl. 520]. Pretendia-se "emprender a pacificação dos caripunas, cujas guerras ao civilizado citaram um clima de insegurança para ambos". Um ano depois, devido ao "apelo da Federação dos Seringalistas, empenhada na reabertura e recuperação dos rios seringais do Alto Jamari", a 9ª IR pretende "a criação de um posto indígena no Alto Jamari", onde se concentraram várias empresas seringalistas [MI,

2.1.1950, pl. 520]. A Federação propunha-se facilitar ao SPI "todo o transporte de pessoal e material, além de braços e mais ajudas que venham a ser necessárias".

O objetivo era retirar o temor dos "novos batalhões de soldados da borracha, formados geralmente por nordestinos que recebem e fogem aos trabalhos dos seringais, principalmente do Alto Jamari, onde o número de índios de ataques são vastos e contraproducentes", diz o chefe da 9ª IR, e histórias de ataques são vastos e contraproducentes", diz o chefe da 9ª IR, Fernando Claro de Campos [MI, 6.4.1951, pl. 486]. Acrescenta o documento que o médico desaconselhava transferir índios e instalar postos nas malocas, sábio conselho que jamais foi seguido, nem mesmo pela Funai, até hoje. Na verdade, o SPI estava mais preocupado em dar paz ao lucro dos seringalistas:

[...] os índios do Alto Jamari, do grupo arrechio dos araras, têm realizado todos os anos várias incursões aos seringais e povoados, geralmente com resultados funestos, como ainda em novembro [1949], quando esta inspetoria, ao tomar conhecimento do ataque fútil do seringal Santa Cruz, enviou àquela região, com base no igarapé Floresta, uma turma de investigação que apurou a ocorrência e permaneceu no local até o fim do fabrico da borracha, que estava sendo prejudicado com o abandono dos serviços pelos seringalistas. A presença do pessoal do SPI, fazendo distribuição de brindes pelos locais percorridos pelos índios, como acalmam os seringalistas Adalberto Benevides e Francisco Neves de Araújo, bastou para que os seringalistas tomassem confiança e voltassem em paz aos trabalhos, o que evitou que se perdesse grande parte da produção de borracha daqueles seringais.

Assim, já não se sabe a quem protegia o SPI, se a índios, se a seringalistas. Francisco Meirelles, de volta a Rondônia, instalará finalmente o posto de atração do alto Jamari [MI, 18.7.1951]. Nova tentativa de contato será feita em 1954, com a participação do índio Mário Tupi, da região do Jaciparaná, outro sobrevivente de um grupo cavaíba [MI, 24.4.1954, pl. 488]. Os seringalistas continuam resistindo à presença do SPI no Jamari e no igarapé Floresta, como é o caso do recém-instalado Marçal Conceito, que teve seu seringal atacado em 1957, e aconselhava a instalação do posto de atração no Jaru. Conceito informou ao SPI que, "pacíficamente", teria obtido a transferência dos índios do igarapé Floresta para um afluente do Jaru, expandindo seu seringal. O seringalista teria visitado uma aldeia em companhia de

um casal de índios caritanas já civilizados - o índio é guarda-fios da Estação de Rondônia - antiga Presidente Peina da Linha Telegráfica Rondon, quando localizaram o aldeamento nas imediações do igarapé Floresta, mas que somente encontrou mulheres e crianças, de vez que os adultos estavam para a caçada. Que tendo o intérprete verberado o procedimento do ataque, prometeram elas falar com os homens quando os seus regressassem. Declarou ainda que depois de feita distribuição de brindes e ferramentas, regressara à sede do seringal, prometendo voltar outra vez. Quando a segunda expedição chegou, não encontrou mais o pessoal, que tinha emigrado.

Mas os ataques continuaram no igarapé Floresta, pelo menos até 1983, quando foram contactados os urubú-vaú-vaú. O SPI instruiu os seringalistas do igarapé Floresta: "Próximo dos lugares mais visitados pelos índios, junto de suas

aldeias e de suas roças, não devem caçar ou dar tiros", e "não pegar objetos dos índios", e aconselha-os a dar-lhes brindes [ML, 25.4.1966, pl. 477]. Orienta assim os seringalistas em como entrar nas terras constitucionalmente garantidas aos índios.

### MASSANGANA E SANTA CRUZ

A Associação dos Seringalistas do Guaporé escreve ao SPI comunicando um ataque de numeroso grupo de índios contra um comboio de transporte do seringal Massangana [ML, 3.2.1949, f. 43]. Dias antes, os índios haviam matado a filha de um dos seringueiros, perto da sede do seringal denominado Oriente Novo, hoje sede de uma importante lavra de cassiterita. Argumentando serem proprietários das terras compradas ao Estado, exigem providências e mais ainda:

[...] uma medida acencladora dos nossos direitos, que venha assegurar a tranquilidade dos produtores. [...] desejo adiantar-vos, desde já, que não nos responsabilizemos por qualquer fato de hostilidade que de futuro venha a ocorrer, se por ventura esses trabalhadores continem a sofrer medida de legítima defesa, aliás muito humana.

Os mesmos protestos vinham dos demais seringais que tentavam instalar-se na região dos rios Jamari e Candéias, no pós-guerra. Em 8 de novembro de 1950, os índios mataram o seringueiro André de Souza, no seringal Santa Cruz, então propriedade do senhor Francisco Neves [ML, pl. 486]. O seringal de abertura de estradas, construção de barracas, transportes de viagem, alinhamento da turma, medicamentos, brindes e outros objetos que se tornaram necessários à atração dos silvicultores, por nossa conta. O proprietário da Almeida & Cia. e do seringal Santa Cruz explica por que pede a intervenção do SPI: "A fim de evitar que os seringueiros e suas famílias abandonem suas colônias, e ainda tendo em vista salvaguardar os proprietários de incalculáveis prejuízos, bem como obstar que ditos bens sejam atacados e saqueados pelos índios..." Resta saber se os bens e recursos naturais pertencentes aos índios eram respeitados [ML, 10.3.1954, pl. 487].

Alguns meses depois, Fernando Claro de Campos, chefe da 9ª IR-SPI, pede mais uma autorização para abrir um posto indígena no alto Jamari [ML, 6.4.1951, f. 43]. Vê-se que o objetivo do órgão era proteger seringalistas, e não índios. O inspetor aliás explica que, com o posto, "serão removidas as dificuldades de arregimentação de pessoal para os seringais [...] e facilita a contingência em que se vê o governo de organizar, à semelhança do que foi feito na época da guerra - a antiga SAVVA -, novos batalhões de soldados da borracha". Um mês depois os índios ameaçam a cachoeira de Santa Cruz, sem vítimas [ML, 29.5.1951, f. 43]. Periodicamente voltam a atacar o Santa Cruz, como em 18 de

março de 1953, matando dois menores, segundo informações da Almeida & Cia. O SPI termina por enviar nova expedição financiada pela empresa [ML, 20.4.1954, f. 44]. Comunica o fato à diretoria e admite: "Sem que nada possamos fazer em benefício dos índios, que passam de vítimas a provocadores de distúrbios, e dos seringalistas que se vêem prejudicados nos seus trabalhos".

O relatório de viagem n. 1 do sertanista Domingos C. Araújo descreve um pouco a ocupação do rio Jamari pelos índios e seringalistas [ML, 30.5.1954, pl. 465]. Santa Cruz era o último ponto atendido por barco a motor. Resumia-se a "um depósito que fornece mercadorias mensalmente, em tropas, a centenas de almas espalhadas no centro da mata, empregadas na extração da borracha, tendo colocações com sete horas de viagem". Passou com dificuldade a cachoeira de Santa Cruz, levando a canoa por terra. Passou a cachoeira Pedra Rachada e naufragou na Boa Vista, no local onde hoje se encontra o núcleo urbano de um projeto de colonização. Com apenas três homens, não conseguiu ultrapassar por terra a cachoeira São Benedito... e desistiu, prometendo voltar após a vazante do Jamari. Seu principal informante foi o próprio seringalista Francisco Neves de Araújo, que vivia na região já há 24 anos.

O sertanista informa:

Julgamos ser a foz do rio Floresta um ponto importante para um posto de atração, visto ser, segundo informações, a passagem constante dos índios bravios que descem o igarapé São Gonçalo, em pescarias e caçadas [...] além de ficar acima de todas as colocações, protegendo os seringueiros do baixo rio e afluentes do Jamari. [...] O local no ano passado [1953] fora abandonado porque logo que terminaram a construção da barraca, notaram vestígios de índios bravos nas proximidades.

E esclarece também que esta mesma região é acessível na seca por um varadouro que liga Santa Cruz a Antuérpia.

Em 1979, ao iniciar a atração dos urubus-au-aus, a Funai escolhe dois pontos: a foz do Floresta e as colocações Antuérpia e Cajueiro, abandonadas por temor ao índio. Ou seja, quando Francisco Neves de Araújo lá chegou em 1930, já então os índios impediam que os recém-chegados ultrapassassem o rio Floresta. No entanto, em 1984, 54 anos depois, tanto o Inera como especuladores e mineiradores exigiam a posse do Floresta, onde Jamari sobreviveu homem branco.

O seringal Santa Cruz continuou tentando avançar para o médio Jamari, sem grandes resultados. Quase sete anos depois, a firma Almeida & Cia. escreve ao SPI relatando um ataque de índios, quando morreu flechado o seringueiro Gregório Eleotires Costa. Segundo o relato, tratava-se da terceira vez num ano que eram atacados pelos "índios que habitam as águas do Jarú e do Jamari" [ML, 16.8.1960, pl. 492].

## A GUERRA DO GARIMPO

A valorização da cassiterita e a abertura de estradas aumentaram a ameaça às terras dos índios do Jamari. Flodoaldo Pontes Pinto foi dos que enriqueceram no período. Em 1964, comprou o seringueiral Santa Cruz da Almeida na região dos campos do Jaru e Jamari, em nosso território, estamos organizando uma expedição ao local, para constatar a procedência ou não das informações, visto tratar-se de assunto de interesse para minha firma", escreve F. P. Pinto à Indústria Extrativa e Comércio [MI, 6.10.1964, pl. 495]. O objetivo da carta era pedir ao SPI que apoiasse a investida ao território indígena, enviando um funcionário; obviamente o comerciante pagava todas as despesas. O SPI respondeu que não tem homens para acompanhar a expedição, "recomendamos muita cautela e prudência para evitar encontros inamistosos [...] nas zonas habitadas por índios hostis nas cabeceiras do Jaru e do Jamari" [MI, 12.10.1964].

As relações de Pontes Pinto com o SPI eram as mais estreitas possíveis, e bastante distantes da finalidade inicial da instituição em 1910, completamente desvirtuada após o golpe militar de 1964. Para que se tenha uma idéia dos negócios do SPI na época, basta ver o documento "Proposta para Financiamento da Instalação de uma Serraria da 9ª IR-SPI Apresentada a Flodoaldo Pontes Pinto". Nele lê-se que, "reconhecendo que a firma F. Pontes Pinto vai precisar de madeira aparelhada para sua construção", o SPI iria fornecer-lhe a madeira, através de uma serraria cuja instalação seria financiada pela firma de F. Pontes Pinto; os índios nem mesmo tinham sido contatados e vendia-se sua madeira, serrada! [MI, 6.9.1965, pl. 505, f. 44]

Para caucionar a ocupação dos campos dos urupás, F. Pontes Pinto pede o apoio de nada mais, nada menos, que Benjamin Rondon, o mesmo que vinte anos antes escrevia ao SPI: "Falta demarcar o lago do Albino Henriques, Fundo de Montenegro e rio Nova Floresta, zona de Antuérpia/Cajueiro do Jaru", e conclui: "Mas isto será outra história! É serviço difícil e perigoso - zona de índios -, é para ser feito por engenheiro macho", e entrega a decisão ao SPI, que pede a interdição da área [MI, 19.10.1945, pl. 483]. Vinte anos depois, o mesmo Benjamin Rondon vem em apoio de F. Pontes Pinto, que caíra em desgraça com o SPI [MI, 22.12.1965, f. 42]. Após uma visita à "fazenda", aberta em território indígena, B. Rondon, apresentando-se como explorador e agrônomo, escreve um "Memorial Versando sobre as Possibilidades de Renda Exploração das Terras dos Campos dos Urupás, Cabeceiras do Rio Cautário". Informa, exagerando, que o local permitiria uma fazenda de quarenta a cinquenta mil reses, "para fornecer diariamente carne fresca a Porto Velho". Propõe dois acessos, um pelo campo de pouso, por via aérea, e outro, "pelo varadouro Santa Cruz/Antuérpia/Ouro Negro, serra divisória e entrada nos campos pelo Morro dos Araras, ou Pantecão dos Urupás do Coronel Rondon, 1916". Exata-

mente onde os índios sempre atacaram, onde a Funai e o SPI sempre procuraram contatar os índios. Aliás, B. Rondon não parece preocupar-se com eles:

Almeijando para Alta Lídia um futuro idêntico ao de Rondonópolis, que de terra de bonoroso se transformou em cidade da BR-29 (Rio São Lourenço-MT) entre os anos de minha entrada em 1920 e a data atual, fecho este memorial com os cumprimentos e os protestos de minha admiração pela planificação pioneira de Flodoaldo P. Pinto, nos campos dos urupás.

A sede da pretendida fazenda Alta Lídia será, em 1979, o posto de atração dos urupás-au-aus. Durou quase quatro anos, sempre atacada pelos índios, até que o SPI é convidado pela polícia a "identificar flechas trazidas do Alto Rio Cautário, cabeceiras do Jaru, que mataram cidadão José Rodrigues de Moraes, 40 anos, vaqueiro da fazenda Alta Lídia, propriedade de Flodoaldo Pontes Pinto". O telegrama do responsável da Funai em Porto Velho, J. Dantas, prossegue:

Acompanhou-me o inspetor Meirelles que declarou serem as mesmas dos índios caripunas. Referido vaqueiro foi morto 23.09.1969. Diligência sentida detender vidas índios, evitando represálias, estes índios são mesmos que apareceram Igarapé Floresta. Região em questão considerada das mais ricas em cassiterita, razão porque estes índios vêm sendo exterminados [MI, 1.10.1969, f. 43].

A cassiterita trouxe tensão aos rios Jamari, Candelas e Floresta. Cornélio Cabral informa ao SPI ter sabido por um garimpeiro, ligado ao minerador senhor Jucá, Mário Lima Castro, que, com três outros, fora à serra do Tracatá fazendo uma picada, quando encontraram rastros de índios e uma trilha e retiraram-se, não sem antes atirarem para assustá-los. Estes homens estavam fazendo uma picada do rio Candelas ao Jamari, cortando as cabeceiras do Floresta, "onde estão os acampamentos e tapiris dos índios, pois da boca do Floresta consta que é bastante frequentada pelos índios ali nas cabeceiras", informa Cornélio [MI, 1.5.1966, f. 43]. Pede providências, lembrando que o pessoal de F. Pinto anda garimpando na região. Na verdade, quatro empresas de garimpo manual, com alianças precárias e alternadas, a de F. Pontes Pinto, a do senhor Benfica, a do senhor Jucá e a do senhor Chaves, todos ex-seringueiristas, enfrentam-se nas terras indígenas. O SPI, além de desorientado, toma as dores de Benfica. O jornal *O Guaporé* ataca a intervenção do SPI, com um artigo espalhafatoso "Garimpos em Sobressalto" [MI, 4.5.1966, pl. 497].

O SPI pede a intervenção do governo do Território, lembrando que os índios já haviam sido expulsos pelos garimpos da firma Jucá. Solicita novamente a interdição da área do Igarapé Floresta, reivindicada desde 1946 como área indígena e outorgada em 1964. Solicita

[...] a imediata retirada dos dois grupos antagonísticos, Flodoaldo Pontes Pinto, de um lado, e Plínio Xavier Benfica, de outro, da gleba em litígio, para se evitar um possível choque armado e ainda mais tendo em vista que o primeiro grupo citado está penetrando no *habitat* dos índios, com três

turnas de homens em várias direções, promovendo tiroteios, tomando assim o índio hostil e mais arredo, dificultando consequentemente sua pacificação [ML, 5.5.1966, pl. 497, f. 43].

Pontes Pinto protesta contra a presença do SPI e a interdição do Igarapé Floresta, dizendo que “desde 7 de abril de 1966 sua firma está sendo perturbada e prejudicada” [ML, 8.5.1966, f. 43]. O SPI termina por pedir a intervenção do 5º Batalhão de Engenharia, visto que o grupo de Plínio Sebastião Xavier Benfica estava construindo uma pista de pouso para extração de minério nas terras indígenas, “conforme contrato firmado com o SPI”, enquanto F. Pontes Pinto provocava tiroteio. Ou seja, era possível garimpar em terra indígena, bastava “contrato” com o SPI [ML, 10.5.1966, f. 43].

Muitos anos depois da expulsão dos bocas-pretas ou negras pretendeu o SPI iniciar uma expedição ao seringal de Chaves, então transformado em mineradora de cassiterita. A expedição pretendia percorrer as cabeceiras do Candéias, Jamari, Ricardo Franco, Urupá e Cautário, para determinar “a área habitada pelos índios arredios e instalar postos de atração” [ML, 30.3.1966, pl. 497, f. 43]. Apesar do aviso prévio à mineradora, pedindo o uso de sua pista de pouso, e avisos ao governador e à 3ª Companhia de Fronteiras, a expedição foi apreendida pelos jagunços de João Chaves de Mello Filho [ML, 5-6-4.1966, pl. 510, f. 43].

O avião alugado pelo chefe da 9ª IR-SPI, Alberício Soares Pereira, “foi surpreendido por vários homens armados, chefidados pelo gerente da firma referida, que exigiu a retirada imediata, proibindo a permanência ali”. O SPI buscou o apoio do governador do Território e do Departamento Federal de Segurança Pública, nada conseguindo. Permaneceram os urubus-au-aus em confronto direto com os garimpeiros e mineradores, cada vez mais empurrados para as nascentes, para mais longe do que se chamou província estanífera de Rondônia.

O 5º Batalhão de Engenharia e Construção termina por proibir o trânsito na área, salvo de alimentos por via aérea [ML, 13.5.1966, f. 43]. Os índios atacam novamente na região, e o SPI continua a protestar contra o avanço das equipes de F. Pontes Pinto [ML, 15.5.1966, f. 43]. Um carpinteiro, Joaquim Nunes Sobrinho, relatou ao SPI que encontrou, juntamente com a turma de Pedro Fernandes, ao fazer demarcações para a empresa Jucá, um tapiri de índios, com roças de macacheira e milho, balaios e peneiras, próximos ao Igarapé Pombal, e que um deles ouviu o barulho dos índios. Contou ainda que há uma sepultura de um índio próxima a S. Domingos, com um tapiri em cima, queimado por garimpeiros [ML, 20.5.1966, f. 43].

O chefe da expedição do SPI, Cornélio Cabral, encontra uma capoeira de índios, com uma plantação de bananas, do lado direito de quem sobe, a cerca de 2 500 m da pista de pouso aberta por Benfica com a convivência do SPI. Relata ainda que os homens de F. Pontes Pinto continuam a queimar tapiris de índios e a entupir suas picadas [ML, 27-31.5.1966, f. 43]. O próprio F. Pontes Pinto tenta protestar

contra a ação do SPI, argumentando ter comprado o seringal “Canã Central da firma Almeida & Cia, inclusive o Igarapé Floresta” [ML, 10.5.1966, f. 43].

A tensão aumenta, e o SPI resolve enviar pessoalmente um alto funcionário, Nilo Veloso. Em seu primeiro telegrama, este informa que determinou a paralisação dos trabalhos do senhor Plínio Benfica, pediu a presença do Departamento Federal de Segurança Pública, e que não tem controle sobre os quinhentos ou seiscentos homens de Flodoaldo Pontes Pinto. Relata que estão sendo abertas duas frentes de atração, “a fim de dar cobertura à BR-29”. Conclui ainda, sem maiores consequências, mais uma vez, que “a área é indígena”, e relata: “Fiz trinta e seis fotografias...”, lembrando que “a área do Igarapé Floresta foi requerida pelo SPI em 29 de novembro de 1946 e deferida favorável em 12 de setembro de 1964, requisição feita pelo servidor Moacir Xeres” [ML, 13.6.1966, pl. 519, f. 45].

Nilo Veloso, em seguida, escreve a F. Pontes Pinto para que comece alimentação e as outras ajudas que prometera à frente de atração [ML, 14.6.1966, f. 45]. No dia seguinte, o chefe da Inind-9, José de Mello Fluza, ordena a retirada da frente de atração com apoio policial, para que os índios que a compõem não “sejam expostos às caminhadas pela floresta em companhia de garimpeiros”. E ameaça que o SPI responsabilizará “os invasores pelas futuras ocorrências” [ML, 15.6.1966, f. 43]. Um mês depois, o seringueiro José de Azevedo Santos declara ao SPI que havia abandonado o seringal Santa Cruz, de Flodoaldo Pontes Pinto, no qual ocupara a colocação Boa Sorte, no Igarapé Floresta, porque os índios fizeram uma tapagem, fechando uma de suas estradas de seringa. Disse ainda que um dos empregados, auxiliando do gerente, declarou que “já organizar uma turma para dar um chute nos índios”, e que “o sr. Francisco Vieira, que também trabalha na gerência do seringal, afirmou que iria preparar uma patrulha para garantir a vida dos seringueiros” [ML, 29.7.1966, f. 43].

O chefe da Inind-9 acusa F. Pontes Pinto de invadir também o Posto Indígena Ricardo Franco, com pesquisa e extração de minério [ML, 5.9.1966, pl. 510]. Um mês mais tarde, com a homologação da pista de pouso, Nilo Veloso recomenda a fundação de um posto de atração no Igarapé Floresta [ML, 8.11.1966, pl. 519, f. 45]. Na verdade, toda a vacilação do SPI em proteger os índios dos rios Jamari, Floresta e adjacências, escondia uma tenebrosa trama envolvendo acordos de exploração de minérios em área indígena, cujos documentos principais queimaram-se no incêndio dos arquivos no Rio de Janeiro. Por isto, os clans de sertanistas pendiam hora em favor de F. Pontes Pinto, hora de Xavier Benfica. Era a política indianista do governo militar. Numa troca de telegramas, o SPI autoriza o senhor Plínio Sebastião Xavier Benfica à pesquisa e extração de minérios nos postos indígenas Major Amaranite e Tenente Lira [ML, 3-5.11.1965]. Não tendo sido bem-sucedido nas áreas de Guajarã-Mirim, Xavier Benfica recebe autorização para pesquisa e extração na área dos índios “arredios” do Igarapé Floresta [ML, 22.8.1967, f. 43]. Um instrumento particular de contrato é assinado no Rio de Janeiro, em 15 de março de 1966, entre o

diretor do SPI, o militar Luiz Vinhas Neves, e Plínio Sebastião Xavier Benfica, prometendo 10% dos lucros ao SPI [M, f. 43]. É óbvio que os garimpeiros do concorrente Flodaldo Pinto atrapalhavam a negociata.

Quando a polícia interditou a pista de pouso, devido à evidência de conflitos entre Benfica e Flodaldo Pontes Pinto, este último colocou os 54 homens que a construíam e o avião à disposição do SPI, "sem ônus para o serviço" [M, 13.6.1966, f. 43]. Mais tarde, o próprio governador do Território, tenente-coronel Flávio de Assumpção Cardoso, pede cópias dos expedientes do SPI, autorizando Xavier Benfica a explorar minérios nas áreas indígenas de Rondonia [M, 22.8.1967, f. 44].

#### OS BOCAS-PRETAS OU NEGRAS NOS RIOS ANARI E MACHADINHO

O levantamento do então capitão Nicolau Bueno Horta Barbosa registrou: "Índios - Antigamente eram os jarus - moradores do Tramac - os únicos conhecedores do Anari, cujo nome indígena é Uneri ou Vandri, do qual por corruptela proveio aquele entre os civilizados" [Barbosa, 1945:12]. Descreve já decadente a indústria extrativa, foi quando apareceu no Anari uma turma de índios tupis, cujo nome particular ainda se desconhece. Vieram do Jamari, ou, mais precisamente, do Alto Rio Branco, fugindo às batidas dos seringueiros desse rio". Barbosa descreve um ataque destes índios a uma colocação, em vingança por uma "armadilha de rifles", deixando um ferido, e diz:

Por outro lado os índios tupis, recolhendo-se ao Alto Anari, lá se conservaram nos seguintes, sem malefício algum, apesar dos seus frequentes encontros com os moradores do Machadinho, do varadouro de Fortaleza para cima, por ocasião das temporadas de pesca nos poços dos igarapés e nos igapós daquele rio [1945:13].

Nas cabeceiras do Anari e do Tocfone, Barbosa encontrou uma aldeia, mas foi repellido a flechadas, em uma tentativa de contato pacífico. Soube distinguir os orouraris dos cavalbas, porque "em vão nos demorámos a tentar compreender os índios e a querer que nos compreendessem. O nosso caçador Arankui, índio jaru, declarou-nos nada entender, e também eles não o entendiam, tanto que mais e mais redobram suas ameaças selvagens" [Barbosa, 1945:18]. A Comissão Rondon classificou os jarus como índios de língua urupá ou xapacura, e em 1915, segundo Barbosa, os índios das cabeceiras seguramente não falavam este idioma.

Já em 1925 eram pacificados os parintinins do Machado, onde foi instalado o Posto Doutor Tanajura, daquela Inspetoria Regional do SPI no Amazonas, hoje Rondonia", historiou o chefe da 9ª IR-SPI, Alberico Soares Pereira [M, 16.5.1961, pl. 521]. O inspetor Barroncas descreve a vida destes índios:

[...] em Maicy de Calama, do senhor José Garcia de Freitas. Este proprietário é um dos detentores do extraordinário privilégio da exploração dos trabalhos dos índios parintinim, sem ter, todavia, credenciais que o habilitassem a tamanha responsabilidade, por isso que o estado social daquelas infelizes criaturas é o pior possível. [...] Fã-los trabalhar, arranca-os mal e por fim, segundo informações gerais, não os paga e algumas vezes os castiga, quando não os sevicia.

Barroncas partiu, mas "não sem avisar aquele corredor de matas em perseguição ao índio selvagem de que voltaria e teria o cuidado de não passar por seu posto sem verificar suas atitudes e comportamento daquela data em diante" [Funai, 1ª DR, 31.3.1941].

José Garcia de Freitas havia participado com Curt Nimuendajú, nos anos 20, da pacificação dos parintinins do Madeira. Misto de seringalista e protetor de índios, o SPI volta a contatá-lo em sua reorganização de 1945, conforme seu próprio relato:

Desde o mês de abril findo que venho iniciando o serviço de pacificação dos índios parintinins habitantes das cabeceiras dos rios: Anary ou República e Machadinho e Preto e Jani, todos afluentes da bacia do rio Ji-Paraná, e também das cabeceiras dos rios: Branco e Preto, afluentes do rio Jamari. Com os índios da tribo parintinins (cavalbas) pacificados (Maicy) e mandados em expedição aqueles, chegamos à conclusão que são também parintinins pela mesma língua que falam e pela religião. O sr. Capitão Nicolau B. Horta Barbosa, quando em serviço da Comissão Rondon, teve encontro com aqueles índios. Data de longo tempo o martírio daqueles infelizes parintinins, que não encontram no fundo do sertão o terreno onde estejam seguros de sua própria vida, e cada dia a pressão aumenta, pois as explorações dos seringais e canchais seguem rumo às suas terras e estão cercados em todos os quadrantes [M, 30.9.1945, f. 43].

O seringalista-indigenista pós à venda suas propriedades no Maicy, onde se ocupava dos sobreviventes do primeiro grupo parintinim, e de parentes que vinham visitá-los. Tomou um grupo deles como intérpretes: "Tratei de iniciar a aproximação dos índios do Anary, combinando a ação com o sr. Joaquim P. da Rocha, da firma Rocha & Costa, firma seringalista, cujos seringais são perturbados pelos índios citados". Anexou cinco documentos comprovando ataques, que, infelizmente, perderam-se. Note-se que os índios perturbavam o seringal e não o inverso. Garcia tentou também "serenar a exaltação dos índios, pelo que tive que reforçar a expedição por outro setor, mas infelizmente não chegou a resultado satisfatório, devido à luta aberta que o sr. João Chaves vem mantendo com os índios - o sr. João Chaves é seringalista no Rio Preto, afluente do Jamari". Explica que sua tentativa de pacificação no rio Preto deveria-se a um pedido por carta do governador do Território, Jesus B. Hossannah. Participou também das buscas pelo tenente Fernando, sem resultados.

"Verifiquei que o Rio Anary era um colosso de seringal virgem, pois desde 1914 estava relegado ao abandono devido à ação dos índios", comentaria mais tarde Garcia de Freitas [M, 4.8.1947, pl. 483]. Sua primeira intenção fora instalar o posto nas proximidades dos rios Preto e Anari,

[...] podendo-se desta forma cortar a expansão do senhor João Chaves, se apoderando das terras dos índios, ficando mais vigiado nos seus atos de agressividade. O rio Preto, que foi o primitivo berço daquela nação, e onde lhes agraçaria a permanência efectiva, por ser isolado e estar mais de acordo com sua índole [M, 30.9.1945, f. 43]. [...] No Rio Anary, que fica afastado e os seus recursos naturais estão comprometidos com o seringal S. Gonçalo, quase sempre o SPI, na pessoa de seus auxiliares, é considerado um intruso ou hospede indesejável.

Dois anos depois, Garcia ainda não entendia por que o SPI não lhe permitia instalar-se no rio Preto, mais perto dos índios e de João Chaves, "que promovia expedições contra os índios", e "por divergências e motivos de força maior, o chefe me autorizou a fundação do posto no lugar Niterói, no Rio Machado" [M, 4.8.1947, pl. 483]. Sobre o custeio, esclarece Freitas no mesmo documento: "o ex-chefe dessa IR me ofereceu percentagem sobre a futura produção do rio Anari, que, felizmente ou infelizmente, não chegou a realizar-se". Quanto "ao setor de Barra Longa" - esclarece o seringalista-indigenista, "onde saíram há pouco os índios bocas-negras que são tupis e se autodenominam cavalbas, foi custeado exclusivamente pela firma Rocha & Costa, que exploram o Machadinho, não cabendo, e nem a esta chefia, a responsabilidade das despesas, pois essa chefia me instruiu que 'essa chefia não se responsabiliza por nenhuma dívida que contraires'".

O SPI adquire, e depois abandona, um certo seringal Manoá, no rio Preto, "onde tem uma intraspontível cachoeira do mesmo nome" [M, 5.10.1945, pl. 483]. Neste local encontravam-se, trabalhando sob as ordens de Garcia, 23 índios e dez seringueiros, formando a expedição de atração [M, 8.10.1945, pl. 442, f. 41]. Nem mesmo de um mapa apropriado dispunha-se, o qual a 9ª IR pediria ao governador do Território [M, 9.9.1946, pl. 506]. Mais tarde, Garcia pede a inclusão de seus seringais do Maici como um subposto auxiliar do Doutor Tanajura, pois teve que "mandar, por intermédio de polícia, intimar a desocupar o castanhal dos índios por intrusos que, além de outros mal precedentes, estavam lesando a boa fé dos mesmos..." [M, 3.1.6.2.1947, pl. 506]. Faz um histórico daquele grupo parintintim do Maici, que "ainda fazem visitas consecutivas aos seus parentes nos rios Ipixuna, Maici-Mirim e Maici-Grande". Conta como os encontrou, hostilizados pela

[...] firma comercial B. Levy & Cia., da praça de Manaus - extinta em 1942 - que recebeu por dívida o lugar Maicy e contratou uma turma de pebanos e índios da mesma origem e sob a chefia de Daniel Bassios alojaram-se em Maici e faziam festa a seu modo, acirrando o ânimo de seus sequazes para a guerra, e assim houve uma grande carnificina nos parintintins, que não esperavam tão aguçados inimigos, nem armas superiores às suas, e assim mesmo lutavam, ponto em debandada os bandidos facinoras que foram cumprir a sua desdita no Rio Machadinho.

Pode-se concluir, sobretudo dos dados de Garcia de Freitas e de Barron-cas, que o SPI sabia suficientemente sobre os cavalbas, seu número e localização, pelo menos a partir da década de 40. Nos anos 60, no entanto, reaparecerão, desta vez com a denominação de urubus-au-ans, simplesmente porque eram

muitos. Afinal a 9ª IR-SPI perde a confiança em Garcia e pede sua apreensão para apurar irregularidades [M, 14.7.1947, pl. 506]. Em minucioso relatório, separa seus bens dos que atribui ao SPI, que entrega, tudo indica, noutra briga de clãs de funcionários [M, 4.8.1947, pl. 483]. Nos dois anos de duração da gestão de Garcia de Freitas, segundo descreve,

[...] o Posto Dr. Tanajura não perdeu tempo quanto à sua tarefa em relação aos índios, cedendo índios aos Srs. Rocha & Costa e dando instruções quanto ao prosseguimento dos serviços, inspirando-os e conpeindo-os nos moldes do SPI, dando o resultado a aproximação dos bocas-negras, apesar do curto espaço de tempo em que foram desajudadamente massacrados pelos invasores de suas terras [...] esta prova de congraçamento dos índios bravos foi uma obra exclusiva do SPI.

E que aconteceu aos subjugados? Duas de suas malocas foram as visitadas pela expedição de Chaves, em busca do tenente Fernando. A visita, já descrita, a Porto Velho trouxe-lhes a doença. É Vitor Hugo quem conta [1959, v. II:245] que Rocha os mandou buscar (como seringueiros) por Anizio e Armando, os intérpretes, ambos parintintins do Maici, emprestados por Garcia.

A gripe os impedia de fazer novas roças e cercavam assim do sustento necessário. Estavam morrendo à míngua... [e] o sr. Rocha pôde ainda salvar algumas daquelas vidas. Vestiu a todos aqueles índios nus e os converteu para a localidade União, de sua propriedade. Desesperados pelos sofrimentos padecidos, os bocas-negras acclaram, se bem que perdendo algo de sua liberdade secular. Mas foi para o bem delas.

É a conclusão do bom salesiano, que esquece de explicar que o santo senhor Rocha transformou-os em seringueiros, que davam bom lucro, em suas próprias terras.

Em 1949, os salesianos fazem novas visitas, uma a cada dois ou três anos, para vê-los morrer de fome e doenças, sem terras demarcadas. Hugo relata que, em 1959, "os bocas-negras estão reduzidos a um mínimo insignificante, uns 25!". E "moravam todos em dois barracões, chefiados pelos parintintins". Hugo diz que "esses poucos têm alma para salvar, uma alma que vale toda uma diocese", talvez já desanimado, como confessou o bispo Dom João B. Costa, de Porto Velho, de salvar-lhes a vida, quer evilar-lhes o inferno. E acrescenta: "Atualmente eles se encontram em outra localidade, Jatuarana, onde a Comissão Rondon já tinha encontrado sinais dos bocas-negras em 1916. Os poucos sobreviventes são duas famílias que vivem com os solteiros, em duas casas bem construídas, os orfãos estão na casa do senhor Costa e as orfãs na do cunhado Caetano Costa", evitando promiscuidade, talvez [Hugo, 1959, v. II:245].

Não é a única "pacificação" de triste fim em que tomou parte Garcia de Freitas.

Em 1927, sob os auspícios da inspetoria do Amazonas e Acre, pacifiquei duas numerosas tribos de índios parintintins, que se autodenominavam aparanadés e cuatlicatus, as quais, além de guerrearem-se mutuamente, promoviam a guerra encarniçada com outras fações de índios da mesma nação parintintim, e ao mesmo tempo hostilizavam os brancos nos rios Machadinho e Preto e

Maicy, na região do Marmelos, assim pacificados, localizai-os no lugar Santa Helena, próximo ao seringal lago Verde, no Rio Machado.

Em 1942, relata Garcia de Freitas, o SPI evitou que fossem expulsos por um seringalista, que adquirira o vizinho seringal Independência [MI, 11.6.1958, pl. 491].

“A morte vem ceifando impiedosamente aquela pobre gente”, e finalmente, “comunico-vos o falecimento dos índios Armando Katarnet e João Parintinin, últimos remanescentes de numerosa família parintinin localizados nas margens do rio Ji-Paraná, no local denominado Santa Helena, restam apenas quatro menores, incapazes de governarem-se”, duas meninas de dezessete e doze anos, e dois meninos com menos de dez. Garcia de Freitas pede ao SPI que os proteja, lembra que suas terras pertencem ao Patrimônio Indígena, pelas portarias n. 9 e n. 10 do SPI de 2 de abril de 1951, em ambas as margens do rio Machado, com mais de cinco estradas de seringa. O seringalista vizinho, Raimundo de Moraes Santiago, pretendia tutelar as terras e os menores, adverte Garcia: não consta que alguma iniciativa fosse tomada [MI, 11.6.1958, pl. 491].

Em 1967, um missionário do Summer, Willem Bontkes, trabalhando para os militares que governavam a Funai, voltou a procurar pelos parintinins. Encontrou oito famílias, um total de 48 índios em Maici, sobrevivendo no mato, onde não pôde chegar, por falta de guia. Quanto aos bocas-negras, encontrou um sobrevivente em Angustura, único, com sua tia, que mora, a oito horas a pé, em Jatuarana, no rio Machado. Encontrou em Porto Velho o senhor Rocha, que confirmou serem os bocas-negras, parintinins, e que ele assim os chamou “pelo costume de pintar ao detror da boca” [MI, 12.12.1967, pl. 522].

Morreram todos, juntaram-se os sobreviventes aos uruús-au-aus no Igarapé Floresta, no Cautário, ou nas nascentes do Paccás Novos, ou do Jaci, ou talvez voltaram à mata? O fato é que, em 4 de outubro de 1972, um grupo de sessenta índios flechou uma mulher e uma criança num seringal do Machadinho. Apenas Meireles atribuiu o ataque aos caripunas [OESP, 9-10.10.1972; Veja, 18.10.1972]. Uma semana depois, houve outro ataque, na mesma área, em outro seringal [OESP, 18.10.1972]. Há muitos anos os índios pareciam ter abandonado a região aos seringalistas, salvo as aldeias subjugadas, que, como se viu, morreram de gripe.

### OS TAPIRIS DO MUQUI

Já sonhavam nove mortes no Muqui, nas proximidades da BR-29, todas atribuídas a índios “arredios”, em 1965. Carente de quadro e recursos, o SPI juntou-se ao BCA e à Associação dos Seringalistas, para proceder à “pacificação”. O SPI oferecia um funcionário e dois índios “mansos”, o BCA, um fiscal, e o seringalista José Milton Andrade Rios emprestou dez homens para a

empreitada. O SPI e o governo do Estado dividiriam as despesas [MI, 29-30.12.1965, f. 43]. A expedição foi conduzida ao local onde fora morta a flechada Dona Maria da Costa e Silva, de sessenta anos. Lá encontraram duas tocaias armadas pelos índios e outros vestígios. Concluíram que o aldeamento ficava nas nascentes do rio Muqui ou Ricardo Franco, e que os índios tinham sido atraídos pelas estrondosas derrubadas de cauchó. Pretendiam matar todos os que se encontravam no local, quando fossen de manhã ao Igarapé, mas, por coincidência, apenas Dona Maria levantou cedo, e morreu.

O ataque provocou a debandada dos seringueiros. Depois retornaram, tranquilizados pela expedição do SPI: “Seringueiros e caucheiros reanimaram-se a voltar às suas atividades na próxima safra, com idéias de explorar zonas ainda não trabalhadas, situadas nas cabeceiras daquele Igarapé e de seus afluentes, pois, com os índios pacificados, aquelas regiões podiam ser exploradas sem receio de ataques” [MI, 7.2.1966, f. 43]. O SPI prometia mais braços aos seringalistas:

“Os índios, que hoje de arco e flecha em punho defendem suas terras, serão seringueiros amanhã, a exemplo dos pacacás novos e macurapes que já estão produzindo borracha em perfeita colaboração com os civilizados no incremento da produção regional”.

No relatório da expedição, o então chefe da Inind-9, José de Mello Fiuza, mostra que o SPI distinguia os índios ao norte da BR-29, na margem direita do rio Machado, como sendo suruíis, cintas-largas e remanescentes bocas-pretas. Ao sul, nas nascentes do Muqui, na margem esquerda do rio Machado, referia-se [...] aos dissidentes dos caripunas aldeados nas nascentes do rio Candéias, ou remanescentes dos caritanas; bocas-pretas e de outros tribos que abandonaram a Colônia Indígena Rodolfo Miranda. Admitiu-se haver índios civilizados orientando tais aldeamentos; hipótese esta confirmada com a ocorrência de alguns meses antes do ataque, quando nas proximidades do local do incidente, um grupo de índios atrou flechas contra uma canoa tripulada com pessoal do seringal em questão, e um deles falou em português, dizendo em voz alta, “lá vai flecha” [MI, 7.2.1966, f. 43].

Dai a importância que a Inind-9 atribuiu à instalação de um posto de atração no Muqui, para normalizar a situação até dos caripunas no distante rio Candéias, pois

[...] poderá agrupar os índios que abandonaram a colônia indígena Rodolfo Miranda, que também habitam as zonas centrais da mesopotâmia dos rios Machado, Janari e Candéias, os quais, provavelmente, estão pressionados por cerca de 600 garimpeiros do garimpo Juca, que extraem cassiterita na região.

O funcionário do SPI não deixa de enaltecer as potencialidades do seringal São João do Muqui:

Tem capacidade para colocar cerca de 110 seringueiros, sem incluir o seringal setenta, contíguo ao mesmo, e que comporta francamente 60 (sessenta) homens nos trabalhos de extração

da borracha [...] A floresta deste seringal é abundante em madeiras de lei. Possui grandes seringais nativos, alguns castanhais, canchais e também ipecacuanha (ponia), tudo em condições de ser explorado comercialmente, podendo a produção ser escoada diretamente para os centros industriais do sul do país através da BR-29 que serve àquela propriedade.

Alguns dias depois, esclareceu-se o porquê da ferocidade dos ataques indígenas na região [ML, 18.2.1966, f. 43]. O SPI recolheu o testemunho do seringueiro Aluizio Martins da Silva, que, ao trabalhar no afluente Novo Mundo do rio Muqui, caminhou três dias em direção às nascentes,

[...] encontrando quatorze tapiris feitos pelos índios na floresta, estando alguns deles queimados, e outros ainda em pé, estavam todos abandonados, [com] vestígios de chumbo, cortes nas árvores, minido-se searam de índios, tendo em vista a construção e feitura dos tapiris....

Após a descoberta, o novo chefe do SPI na região ordena o regresso da expedição. Em 17 de março de 1966, o jornal *Alto Madeira* protesta contra a retirada do SPI da área. Alberico Soares Pereira, chefe da Inind-9, responde no dia seguinte, defendendo os índios:

[...] o que absolutamente não concordo é com o esbulho, o que se vem fazendo, até mesmo a mão armada, é a conquisita dos últimos redutos dessa miserável gente, onde ultimamente se concentraram afluentes da mesopotâmia das grandes artérias fluviais: Machadão, Jamari, Guaporé e seus alargos os seus domínios, através de exploradores armados, tangeram essas infelizes das aldeias onde viviam em tempos inmemoriais, tendo ultimamente se concentrado para defesa de suas vidas e lado, e São Miguel, Cornubiara e outros do Guaporé. [...] Sim, o índio matou, ao que sabemos, no um pouco além das explorações dos senhores José Milton e outros? Talvez o Departamento Federal de Segurança Pública mais tarde procure saber.

Finalmente, Soares Pereira condiciona a criação de um posto no Muqui a verbas, e diz: "...só será executável com a segurança de sua Excia. o Sr. Governador de interdição da gleba apontada por nós, delimitação da área, estará sua Excia. disposto a fazer isto?" [ML, 18.3.1966, f. 43]. Três dias depois, o SPI pede ao governador a interdição do médio rio Muqui até as nascentes, o SPI ou menos quarenta quilômetros da foz. Tal interdição nunca se tornou efetiva, como as anteriores. Alguns meses depois, os índios atacam no igarapé Mandi, afluente do rio Urupá, em 26 de outubro de 1966, matando Lucíola Tico, seu filho de um ano e meio, Sebastião Bezerra, e ferindo sua filha Rainunda Bezerra de Oliveira, de cinco anos, com duas flechadas. A mulher recebeu vinte flechadas, identificadas como caripunas [ML, 31.10.1966, f. 43]. Alguns seringalistas telegrafaram ao SPI, pedindo segurança, oferecendo-se para auxiliar na "catequese", e reclamando que os índios fecham estradas de seringa.

Um ano depois a Inind-9 avisa a sede do SPI do Rio de Janeiro que, no mesmo rio Muqui, "alguns seringalistas, para manter seus seringueiros em atividades, são obrigados a manter também uma turma de homens armados vasculhando a floresta, numa operação de patrulhamento que denominam 'marinha'". E exemplifica com o seringal São João Muqui, onde "o Sr. José Milton de Andrade Rios, que movimentava seu seringal com 120 homens, mantém uma patrulha de 14 homens vigiando a floresta..."

### RIO SÃO MIGUEL

Rondon comandou pessoalmente os trabalhos no rio São Miguel, em 1909, quando "resultou a convicção de que a zona era habitada por selvícolas, donde a resolução do Coronel Rondon de fundar o posto de atração 3 de Maio", donde a resolução de Magalhães. A expedição atribuiu ao grupo da região o genérico conta Botelho de Magalhães. A expedição entrou em contato com os isolados. Os índios não apenas recolheram os brindes como deixaram "panelas, cestos, arcos, flechas, estas com pontas quebradas". No rio Manuel Correia, um braço do São Miguel, Rondon encontrou uma maloca, que acreditou ser do chefe dos que denominou cabixis [Rondon, 1946:122, 197, 198]. Estas serras, e o Manuel Correia, são próximas a algumas das aldeias dos hoje chamados urubus-au-ans.

É claro também que estes isolados, resistindo ao contato, e mais próximos às nascentes nos sopés das serras, não se confundem com os puruborás do médio rio, de que encontramos sobreviventes em 1987, perto de Limoeiro, convivendo com palmeiras e migueletos, nos limites da Reserva Biológica do Guaporé, no médio São Miguel. Estes puruborás, ou buruborás, estão identificados nos trabalhos e mapas de Roquette-Pinto [1975:33] Sneath [Carlson, 1983:1], Caspar [1975:8], Becker-Donner [1954:297 e 1962:142] e Ninnendajú [1981]. A presença de isolados no médio e alto São Miguel foi corroborada também por Haseman [1912:335], e não se confundem com os grupos xapacuras que se encontravam no início do século mais próximos à foz, identificados por Métraux [1948:398], como os uanians, abitonas, ou pavunava [Haseman, 1912:337].

O general Cândido Mariano da Silva Rondon interditiou, no início do século, uma área indígena nos rios São Miguel, São Francisco e Manoel Correia, destinada aos índios puruborás e a outros grupos "arredios". O encaregado do posto, denominado Três de Maio, José Felix Alves do Nascimento, abandonado pelo SPI, endividou-se com a empresa comercial Massud & Kalil, casou-se com uma índia e foi substituído por Arlindo de Souza Freitas [ML, 12.2.1952, pl. 459/449]. Em resumo, a empresa e vários seringalistas foram aos poucos invadindo a área, inclusive acompanhados dos próprios encarregados do SPI.

Em 1952, uma comissão do SPI visita a região e recomenda seu arrendamento aos próprios invasores, entre os quais a firma Massud & Kalil, solução

que é referendada pela chefia da 9ª IR [ML, 26.10.1952, pl. 488]. Um ano depois, os herdeiros da empresa Massud & Kalil entram em litígio com o SPI, e reivindicam a posse da área por eles invadida e arrendada [ML, 30.3.1954, f. 43]. O SPI não consegue nem mesmo apresentar o mapa da área [ML, 9-10.3.1955, f. 43]. Termina-se por considerar que o índio Paulo Aporety estava extraindo seringa fora da área, em terras particulares de Juarez Uchoa. O SPI propõe que este último indenize Aporety pelas benfeitorias feitas e que volte o índio à área demarcada [ML, 20.3.1956, pl. 488]. O SPI argumenta que os dados do processo que tem em seu poder mostram que J. Uchoa está fora da área [ML, 20.3.1956, pl. 489]. Tudo indica que os índios Paulo Aporety e Chuarrás não ficaram totalmente satisfeitos. Em 20 de junho de 1956, a chefia da 9ª IR-SPI considera que os dois "índios civilizados, implicados no presente litígio, não estão incluídos em nenhuma das quatro categorias dentro das quais gozam de regalias da lei de exceção a que estão subordinados os índios em território", e sugere que o conflito seja levado à autoridade policial [ML, pl. 489].

Em seu depoimento ao 6º Batalhão de Fronteiras, o seringalista J. Uchoa declara que, de fato, começou a trabalhar nas terras dos índios da família "Porety", pagando arrendamento ao funcionário do SPI. Mais tarde situou-se parcialmente na área, onde comprou as benfeitorias indígenas, pagando passaram a dificultar o ingresso dos seringueiros, tendo ocorrido trocas de ameaças [ML, 3.1957, pl. 516, f. 44]. No mês seguinte, um parecer jurídico recomenda que se verifique se, de fato, os índios eram emancipados na altura do "negócio", se este foi feito por escritura pública em tabelião [ML, 3.4.1957, f. 44].

Nada foi efetivamente feito em defesa destes índios. O fato é que os índios puruborás continuaram desprotegidos, e outros, isolados, em conflito recentes na Funai sobre a situação atual dos sobreviventes. A Funai tampouco os procurou. Em 1968, foram visitados pelo missionário do Sumner, Willem Bontkes, quando os militares dirigiam a Funai. Segundo seu relatório de viagem, na localidade de Limoeiro, encontrou apenas cinco índios, quatro cabixis e um e criados pelos miguélenos, e é por isso que falamos miguéleno. Estes índios de Limoeiro moram e trabalham junto com os civilizados. Não pode mais ser chamada uma tribo. Somente são uns índios soltos que moram entre os civilizados", opina Bontkes. Terminaram assim desconsiderados os cabixis e os puruborás. Não se sabe bem que fim levaram, assim como os miguélenos e as terras que para eles reservara o general Rondon. Há algumas famílias em Limoeiro, confundidas com as dos seringueiros, sem qualquer proteção da Funai, até hoje. Uma índia, amedrontada, informou-nos, em 1987, que são várias as famílias de sobreviventes. O Ibama os expulsou do local, desnecessariamente

e sem qualquer indenização, por situarem-se nos limites da Reserva Biológica do Guaporé.

Quanto aos índios sem contato, continuavam nas imediações, segundo o missionário: "Também temos informações definitivas que existe uma tribo 'desconhecida' ou 'braba' nas cabeceiras do rio São Miguel. Há prova que eles mataram uma mulher civilizada em 1967" [ML, 4.1968, pl. 522].

Cinco anos depois da visita de Bontkes, a Funai recebe a comunicação do assassinato de um índio puruborá. Sua esposa foi até Guajará-Mirim exigir providências [ML, 28.3.1973, pl. 534]. A Funai pedira a presença da polícia, mas nada foi feito. O telegrafista de Limoeiro relatou a Funai que o índio fora assassinado por um policial em estado de embriaguez. Salvo estes raros momentos, tais índios vivem e desaparecem, entregues a seu próprio destino. Talvez a Igreja os tenha visitado, em particular o bispo Dom Francisco Xavier Rey, de Guajará-Mirim, que pediu ao SPI "licença para visitar os índios dos rios Pacaás Novos, São Miguel, Branco, Mequéns e Corumbiara, todos desassistidos" [ML, 14.1.1961, pl. 515].

Artindo Freitas continuou advertindo o SPI, como ex-funcionário, de que a firma Massud & Kalil ia requerer na justiça o seringal Fábrico Paraiso, que pertencia aos índios [ML, 12.1963, f. 44]. Comunicou também em telegrama que "os indígenas bravos nestas terras estão querendo pacificações, meu pessoal tem estado nas malocas dos mesmos, faltando somente quem fale a linguagem". Não consta que alguma iniciativa tenha sido tomada. Quatro anos depois, o tenente Henrique Lopes, chefe do Serviço Policial Volante do Território de Rondônia, escreve ao SPI: "Tomei conhecimento da presença de silvícolas hostis não identificados, na região do Rio São Miguel" [ML, 11.4.1967, f. 44]. "Tomei igualmente ciência do fato de haver os citados silvícolas massacrado uma senhora de nome Ana da Costa Mourão, com 57 anos de idade, no dia 22 de fevereiro de 1967, com 13 flechas das quais encaminhei quatro a V. Senhora", informa o tenente, que procurou dissuadir os seringueiros de organizarem expedições punitivas, na tentativa de reinstalar colocações.

Três anos depois, novo ataque. A Empresa Comércio Importação e Exportação Ltda., pertencente a Bader Massud, do mesmo grupo que entrara em litígio com os puruborás, escreve à Funai relatando que, após a seringa, os aviados do seringal Mundo Novo saíram para a coleta de castanha e "dias depois apareceram os silvícolas em massa atacando o barracão, levando ferramentas, mercadorias etc., em cuja oportunidade flecharam mueres". E ainda: "É digno mencionar que, muito antes desse acontecimento sempre os seringueiros viam vestígios pelas estradas, sem levarem em consideração que estavam sendo vigiados para um posterior ataque". Enfim, os seringalistas nem mesmo conseguiram retirar a produção. A polícia visitou a área, e descreveu a ação dos índios, "fazendo pontes suspensas de cipós e trincheiras". Os seringueiros refugiaram-se em Limoeiro, a ex-aldeia puruborá, a área indígena interdita por Rondon [ML, 2.3.1970, f. 45].

Esta foi a primeira vez que a Funai os chamou, em documento interno, de uruêus-au-aus. A partir de informações dos pacaiás novos (orocaris). Comparando as flechas, o sertanista Cícero Cavalcanti, então chefe da Ajudância de Guajará-Mirim, concluiu que estes índios eram do mesmo grupo que atacara, em 1669, a fracassada fazenda Alta Lídia de Flodoaldo Pontes Pinto, nas nascentes dos rios Cautário e Jarú [ML, 3.3.1970, pl. 259]. Cavalcanti constatou também que as flechas das nascentes do São Miguel, Cautário e Jarú eram idênticas às da "numerosa aldeia situada na nascente do rio Pacaiás Novos", os uruêus-au-aus.

O delegado da 5ª DR-Funai, de Cuiabá, Hélio Bucher, aconselha a Ajudância de Guajará-Mirim a buscar "outros custeios", e especifica: "Angariar auxílio firmas interessadas pacificação" [ML, 10.3.1970, pl. 529]. Afinal montou-se a expedição, para a qual foram convocados dois índios "mateiros", José Cabixi e Roberto Mariano Monteiro [ML, 14.3.1970, f. 45]. Não há registro dos resultados. Três anos depois, os índios atacam novamente no rio São Miguel, no seringal Palestina, de Valdomiro Firmino da Silva, morrendo o seringueiro Genésio Pereira, em sua colocação [ML, 24.8.1973, pl. 534]. Na semana seguinte, foi enviada nova expedição, que nada encontrou [ML, 30.8.1973, pl. 534]. Um ano e meio depois, Valdomiro Firmino da Silva telegrafa à polícia: "Comunicando vossa senhoria que índios continuavam atacando meu seringal, preferindo servir-se pessoal" [ML, 20.1.1975, f. 41]. A Funai havia deixado o sertanista José Ferreira de Souza no rio Jarú, no seringal Canarana, e também no Palestina, e "jamais encontrou índio", o que força o envio de uma nova equipe [ML, 23.11.1975, pl. 529]. No entanto, o Zé Moreno, apelido do sertanista, escreveu em 1988 a Puttkamer dizendo que não entendeu por que foi substituído, pois sua equipe havia encontrado um grupo de índios no São Miguel e uma maloca em um dos afluentes do Machado. Em abril do mesmo ano, um ataque aos seringais do rio Mequêns é atribuído aos índios das cabeceiras do rio São Miguel, supostamente chamados sironos [ML, 7.4.1975, pl. 537]. Enfim, até hoje, a situação é pouco clara no rio São Miguel, onde, segundo Djal, um dos mais importantes chefes uruêus-au-aus, tinha algumas de suas aldeias nascentes.

O jornalista Montezuma Cruz relata denúncias feitas em 1980 pelo então deputado federal Jerônimo Santana (PMDB-RO), na Câmara Federal, afirmando "que o grupo De Zorzi (um dos 200 maiores do país) vigia a gleba Urupá - mais de 100 mil hectares - com um sistema de jagunçismo e alertou a Funai para o extermínio de índios na área Urupá-Itapirema [...] matando os índios localizados no sul da área" [Porantim, Manaus, 9.1981:20].

No verão de 1958 [relata Costa] as colocações no Seringal Canarana, no rio Jarú, foram saqueadas por índios que gostavam de ferramentas, como facão, faca, machado, panelas etc. [...] uma grande expedição punitiva foi organizada e a aldeia triboocianamente atacada. Pézinho morreu lutando. Flechanko igual índio. Seu corpo ficou no terreno da aldeia, entre tantos outros, varado por balsas de 44.

Este "Pezinho" era um seringueiro que, cansado da vida e dos maus tratos do seringal, foi morar com os índios. Seu nome era Antônio, e reapareceu várias vezes junto aos seus ex-colegas dos seringais do Janari, pedindo tabaco. Teria conseguido a amizade dos índios, esperando-os nu e preparando uma bebida na aldeia vazia. Viveu muitos anos com eles, segundo informações recolhidas por Costa [1980:79-80]. Estes fatos teriam se passado nas décadas de 40 e 50, quando estes índios cavalhas eram chamados araras, bocas-negras ou pretas. Djal, era careca e tinha barba, o que é incomum entre os uruêus-au-aus. Teria alguma relação de parentesco com Pezinho, ou fora raptado em seringais, ou era filho de brancos? Prometeu-nos contar mais tarde sua história, mas morreu de doença, desassistido pela Funai, antes de resolver pela confiança.

No rio Jarú mora também o seringalista Alfredo dos Santos, Alfredo, casado com uma índia uruêu-au-au, hoje chamada Maria. Costa relata que

[...] ela veio morar com Alfredo, quando tinha apenas 4 anos de idade, juntamente com duas velhas índias, falecidas dois meses depois que chegaram prisioneiras no seringal. Das duas mulheres que morreram, uma se chamava Teliró e a outra Diacui. A menina, que se chamava Thercera, ao atingir a idade de 14 anos casou-se com Alfredo. Eles já têm três filhos, de seis anos, quatro e dois meses, respectivamente. Infelizmente, Maria não lembra mais nenhuma palavra da sua gente. O seringalista não quis nos explicar como conseguiu pegar estas índias, mas outros seringueiros nos confidenciam ter tudo acontecido durante três expedições punitivas organizadas pelos seringais Canarana e Santa Cruz, que atacaram severamente aldeias e acampamentos de caçadas dos uruêus-au-aus, duas vezes no ano de 1953 e uma vez no ano de 1962 [1980:85].

O gateiro Atanásio é também um personagem do relato de Costa:

Alfredo nos informou ainda da morte de uma mulher e de uma criança no seringal do Pedro Sena, no verão de 1978. Este ataque ocorreu três ou quatro dias depois que o gateiro Atanásio sarta das cabeceiras do rio Jarú e Janari. Mas ficamos sabendo, depois, pelo cunhado da mulher que morreu, que seu irmão teria atraído um uruêu-au-au para tomar um vado que este último ia carregando. Alfredo também responsabilizou Atanásio por ter provocado os uruêus-au-aus em outubro de 1979 [...] segundo Alfredo, os ataques realizados no rio Janari pelos uruêus-au-aus teriam sido uma vingança contra as diáboras do gateiro Atanásio. Ficamos sabendo [...] que todos os anos os uruêus-au-aus passam pelo rio Jarú, saqueando alguns tapiris de seringueiros e cauteiros [1980:85].

A abertura da BR-429, ligando Costa Marques a Presidente Médici na BR-364, revelou a presença dos índios também no Urupá, onde Costa relata ter encontrado, "no km 98, a 1 km da beira de estrada, um acampamento de caça dos uruêus-au-aus. O acampamento era muito semelhante àquele que visitamos no alto rio Janari. Mais adiante, encontramos o local onde uma anta tinha sido descarnada e sinal de fogo onde ela havia sido defumada". Um posseiro afirmou a Costa ter visto seis uruêus-au-aus, "cruzando calmamente o rio, no último verão". Costa acrescenta: "Mostrou-nos também a trilha de caçadas dos índios que passa dentro de sua futura fazenda". Os próprios trabalhadores, um topógrafo e um tratorista, na construção da estrada, ouviram barulho e sinais dos índios nas proximidades do acampamento de trabalho [1980:89].

## RIO CAUTÁRIO

Continua-se, até hoje, a desconhecer os índios do rio Cautário. Nos arquivos da antiga vila de Santo Antônio do Madeira, hoje Porto Velho, Vitor Hugo encontrou o Ofício n. 154/13, de 23 de novembro de 1913, sobre as primeiras tentativas frustradas da Guaporé Rubber de ir pelo Cautário adentro, afluente do rio Guaporé, onde

[...] encontrava-se uma tribo guerreira, no estado primitivo, formada de homens altos, musculosos, morenos, que usavam cabelos longos. Em torno de suas malocas haviam plantações de bananas, cacau e mandioca, da qual sabiam preparar a farinha. Seu grau de cultura era superior a muitas tribos vizinhas, pois usavam potes de barro [Hugo, 1959, v. I:214].

O levantamento que fizeram os expedicionários de Rondon, no mesmo rio Cautário, também permitiu a localização de índios, em 1917, segundo o relatório do capitão Manoel Teóphilo da Costa Pinheiro. Não pôde identificá-los, mas foi atacado na altura da última cachoeira, no local denominado Cojubins, onde até hoje há um grupo sem contato [Magalhães, 1941:330]. Em seu relatório considera que “é em seu começo, próximo da última cachoeira, o *habitat* dos selvagens” [1941:336]. Trata-se da região hoje reivindicada pelos Beneshy, a quem Sarney deu crédito.

“Três mortos e um ferido no rio Cautário, aonde desde 1928 não se registrava nenhum assalto”, escreve ao apresentar-se, em 1961, o sertanista Afonso J. de Azevedo Júnior [ML, 10.5.1961, pl. 460]. Três anos depois, pede-se a verificação de outro massacre no seringal São Tomé, hoje reivindicado pela família Beneshy, poderosa em Guajará-Mirim. Com estes confrontos, iniciou-se a invasão. Os Beneshy pretendem justificar direitos sobre estas terras, por terem adquirido pretensões de posse destes pioneiros, rechaçados pelos índios [ML, 27.10.1964, f. 44].

Um dos ataques foi noticiado como sendo dos pacasá novos, pelo jornal *O Globo* [5.6.1964]. Rapidamente a 9ª IR-SPI esclarece em telegrama que “índios outra tribo haviam assassinado três crianças e uma mulher, não tendo o fato relação índios pacasá novos” [ML, 9.6.1964, f. 43]. Os boatos de expedições punitivas contra os índios do alto Cautário, chamados de caripunas, levam o diretor Gama Malcher a pedir dados a Porto Velho para a delimitação de uma área a ser interdita, “aproveitando-se ao máximo limites naturais”. A Reserva Florestal de Pedras Negras, criada pelo Decreto 5 024/961, não incluía a região do Cautário [ML, 8.10.1969, pl. 527].

Sentindo que o seringal São Tomé era inseguro, a família Beneshy passa a investir mais na fazenda Estrela e no seringal São João do Branco, mais acessível, a alguns quilômetros a nordeste do São Tomé. Para fins de obtenção de financiamentos junto ao Banco da Amazônia, Moisés Beneshy pergunta à Funai “se o seringal São João do Branco pertence à área reservada ao Parque Indígena”, confirmando, portanto, que sabia, e muito bem, que invadia terra

indígena, mesmo quando enviava empregados ao São Tomé [ML, 2.5.1975, pl. 537].

Os índios manifestaram-se também no seringal do senhor Miranda Cunha, também no rio Cautário. Três seringueiros deixaram-lhes presentes, um machado e um terçado, em sua trilha. Receberam frutas silvestres em retribuição. Um fiscal do Banco da Amazônia relatou à Funai que outros seringueiros destruíam armadilhas para peixes “jiquis”, feitas pelos índios no Cautário [Funai, 7.12.1976, proc. 3 057/80].

Tais fatos provocaram um sobrevoô feito pelo chefe da Ajudância de Guajará-Mirim, Laércio Cerqueira de Alcântara, “constatando que entre as cabeceiras do rio Branco do Cautário e Sotério, já próximo à serra dos Pacasá Novos ou Parecis, existem três malocas e ainda uma outra próxima ao Igarapé Souza Coutinho, na cachoeira do Mutum”. Segundo o chefe da Ajudância,

[...] na área onde o grupo perambula não é conveniente a criação de uma reserva indígena, por ser uma região infestada de seringalistas, e seus seringueiros, como também pelo fato de o licra já estar adotando as providências para discriminar a área, prevista para o desenvolvimento do projeto fundiário denominado Costa Marques... [...] possivelmente existirá outros grupos tribais dentro daquela área, conforme informações que temos colhido entre pessoas altamente conhecedoras da região. [Termina recomendando] que seria conveniente providenciar o deslocamento de um sertanista para a região do rio Branco do Cautário, tentando-se manter um contato com o grupo que perambula nas áreas dos seringais dos Srs. Beneshy e Miranda Cunha, evitando-se a iniciativa daqueles seringalistas de manter o contato inicial com os silvícolas, para que no futuro não se tornem trabalhadores escravos daqueles ou de outros cidadãos, como ocorreu em épocas antepassadas nesta região [Funai, proc. 3 957/80].

Ilustrativo também é o relatório do atendente de enfermagem José Humberto Feitosa, que, juntamente com o mateiro Francisco de Assis Silva, visita o seringal São Tomé, de propriedade de Moisés Beneshy. Começa por descrever a servilidade do pessoal da ajudância com o senhor Beneshy, inclusive do chefe, “parecendo estar ao lado dos interesses da firma Rondobor S/A”, da família Beneshy. Fora o próprio Moisés Beneshy quem informou que índios desconhecidos haviam atacado o seringal em 25 de setembro de 1977, mandando o seringueiro Raimundo Nonato, com treze flechadas; haviam flechado Francisco Torquato quatro dias antes e ferido com estrepe Fernando Araújo, no dia 2 do mesmo mês.

O gerente do seringal São Tomé, Severino Ferreira Lima, informou aos funcionários da Funai que há 23 anos estava na região e que sempre houve ali notícias da presença de índios, embora o senhor Beneshy negasse, pretendendo que há mais de quarenta anos não se tinha notícias deles. Relatou Severino que, ao contrário, o seringal fora aberto em 1943, por Alquindo Brasil de Arouca, e que sempre houve índios, “mas nunca procuravam se aproximar de suas barracas, por muito tempo nenhum seringueiro foi morto por índios e nenhuma barraca daquela foi saqueada”.

Foi "a partir de 1966, que os índios começaram a hostilizar os seringueiros, colocando flechas cruzadas nas suas picadas e flechando, para que os seringueiros não transitassem por aquele lugar", diz o relatório de viagem. Em 1966, no Igarapé Azul, afluente do Cautário, próximo à fazenda Alta Lídia, os índios mataram três crianças e flecharam a mãe, e, na mesma época, flecharam o seringueiro Francisco Ramos, no Igarapé Laje, também afluente do Cautário. Em 1971, os irmãos Bennessy (Salomão, Saul e Moisés) compraram o seringal da viúva Arouca, sabendo da presença dos índios e das mortes de seringueiros, e que, por esta razão, o seringal se encontrava praticamente desativado. Em 1975, os índios começaram a saquear barracas na ausência dos seringueiros, em particular no Igarapé Tiradentes, onde mataram um cachorro com sete flechadas, em 21 de outubro de 1976. De tempos em tempos, tentaram novas investidas. O relatório conclui que os índios começaram os ataques quando os seringueiros avançaram demais em direção às cabeceiras dos rios, seu último reduto, e aconselha a abertura de um posto de atração na fazenda Alta Lídia, de onde saem várias cabeceiras de rios usados pelos índios [Funai, 8ª DR, 11.11.1977].

Os índios ainda aparecem com freqüência no seringal Parati, do senhor Miranda Cunha. Em 5 de agosto de 1978 [Funai, Proc. 3 057/80], o chefe do PI Guaporé, Luis Henrique Dias Ferreira, comunicou novamente à Funai, em um relatório, as perambulações dos índios pelo rio Cautário. No seringal Parati visitaram as colocações Primeira Terra, Barracão Canindé e Esperança. Todas as ações dos índios eram pacíficas, embora deterrassem igelas de seringa e ficassem estradas indesejáveis, com cipós e árvores.

De alguns levavam as escadas para corte em madeira alta, na maioria das vezes deixando castanha e cecau ao pé da árvore. Houve vezes em que o seringueiro passava cortando a madeira e enchendo as igelas, quando retornava, as mesmas estavam ao pé da árvore junto com frutas. Acontecia também de assoviarem e gritar, atos aceitos pela maioria dos seringueiros como uma brincadeira, pois os mesmos não se revelavam e não causaram prejuízos, exceto derramar o leite de 18 igelas, onde o morador fugiu amedrontado. Outro fato relatado pelo pessoal foi não terem atacado ninguém, já que, se tentassem, teriam feito logo quando apareceram.

Diz ainda o relatório, concluindo, que os índios estavam mais concentrados no seringal, onde sua presença era mais freqüente.

Em agosto de 1977, atacam novamente o mesmo seringal São Tomé, matando duas pessoas e deixando um ferido. Quinze dias depois, no seringal São Luis, mataram uma mulher e feriram uma criança de três anos. Três meses antes, haviam aparecido em um seringal no rio Negro-Ocaia, segundo informa Benamour Fontes, em seu relatório de 23 de novembro de 1977.

Em 15 de junho de 1978, novo ataque dos índios ao seringal pretendido pelos Bennessy, morrendo flechado o seringueiro Joaquim Mendes, que há trinta anos trabalhava na região do Guaporé. A Associação dos Seringalistas do Guaporé, através de seu presidente, Samuel Garcia, protesta contra "a determi-

nação para que não usem armas de fogo e a proibição de compra de balas e pólvora" [Alto Madeira, 26.6.1978].

Técnicos do IBDF, sobrevoando a região com um piloto do Inca, verificaram "a existência de três aldeamentos indígenas, com várias malocas, com sete quilômetros de distância uns dos outros, na localização 11°30' de latitude sul e 63°30' de longitude oeste" [Funai, 8ª DR-RO, 1984].

#### O MASSACRE DOS OROINS

"Os que andam pintados" (oroin), eram assim conhecidos os índios que habitavam a região das nascentes do rio Pacaás Novos e do Igarapé Água Branca. Oroins, na língua xapacura, como os chamavam, não sem desprezo, os orouraris (pacaás novos), seus vizinhos, que dominavam a margem ocidental do rio Manoré e o médio Pacaás Novos, seu tributário. Embora fronteiros, limitavam a olhar-se de longe, com esporádicas escaramuças. Há décadas, paralelamente, enfrentavam os colonizadores, que, na virada do século, começaram a empurrá-los aos altos rios.

A guerra que os ocupava, no entanto, era menos a que travavam entre si, e mais a que faziam cada um por si contra o forasteiro. Ignoravam, certamente, que aquelas centenas de homens vietam invadir suas terras, mas imbuídos de altos "proposítos patrióticos". Dentre eles, Manuel Lucino da Silva, alto e forte potiguar, disposto a tudo para fazer fortuna, "no reforço de guerra", quando "foram mobilizados dois exércitos, um para combater na Itália, e outro, os denodados 'Soldados da Borracha'", vindos para a Amazônia. "As indústrias bélicas exigiam o aumento da produção de borracha e coube uma grande parte ao Brasil", na expressão de uma carta ao Congresso Nacional, de Paulo Saldaña Sobrinho, presidente da Câmara dos Vereadores de Guajará-Mirim, datada de 1 de julho de 1985, em defesa do seringalista Lucino, acusado de ter dizimado uma aldeia oroin, e de invadir terra indígena.

Para Lucino, como para seus vizinhos chegados no pós-guerra à região, confrontos com índios eram rotina. Os textos dos rádios da 9ª IR-SPI são, como em toda a Amazônia, contínuos neoclássicos [ML, f. 43]. O então inspetor Francisco Meirelles, em comunicação ao Rio de Janeiro, descreve, "o quarto massacre que sofre essa tribo nesses dois últimos anos, tendo os criminosos ficado impunes" [25.1.1952]. O massacre, segundo Meirelles, deu-se contra os pacaás novos (orouraris), no rio Ouro Preto, não longe dos seringais de Lucino e das malocas dos oroins. O seringalista José Pereira da Silva, informa o telegrama,

[...] mandou seu mateiro, com mais quinze homens, exterminar a maloca, a mesma que visitamos e deixamos brindes ocasião expedição fizemos procurar Padre Mauro. Mataram vinte índios entre homens, mulheres e crianças. Sobreviveu que ficaram olhos de menores indígenas e os deixaram depois

abandonados na mata. Tais barbaridades tornam difíceis novos trabalhos de pacificação, pois referidos índios ficam cada vez mais rancorosos.

Meirelles pede inquérito e um advogado; terá que esperar vinte anos.

Três anos depois, o diretor do SPI pede ao governador do então Território do Guaporé que incumba autoridades de apurar as notícias, da mesma região do Ouro Preto, referentes a Manuel Mannussakis, que "empresou indivíduos para atacar malocas indígenas com requintes de perversidade", merecendo "punição exemplar os executores e mandantes" [MI, 2.12.1955, f. 43]. As sobras destes massacres iam para o SPI, como comprova o rádio de 6 de agosto de 1956: "Comunico-vos que chegou ontem nesta [Guajará-Mirim] Salomão Abiorana, conduzindo uma índia pacaiás novos com quatro filhos menores capturados nas matas do seringal Floresta, no Ouro Preto. Solicitamos vossas providências sobre destino da dita família". Abiorana era funcionário do SPI. Não esclarece o telegrama quem "capturou" a "dita família", e menos ainda em que recantos da mata foram enterrados os seus [MI, f. 42].

Vinte e quatro anos depois, em 17 de maio de 1984, o mesmo Salomão Abiorana depõe em defesa de Manuel Lucino da Silva, na comarca de Guajará-Mirim [Funai, 8ª DRJ]. Explicou que os massacres eram feitos por peruanos, e que os co-acusados do massacre oroin trabalhavam com Fernando Cruz, enviado pelo "presidente Jânio Quadros para pacificar de qualquer forma os índios da região". Que "as faladas expedições organizadas pelos seringalistas, em sua maioria, eram forjadas para darem segurança aos seringueiros". Para Abiorana, Lucino trouxera índios à sua propriedade para pacificá-los, em convívio com os mansos, evitando atritos. Ainda em favor do acusado, lembrou uma frase de Lucino: "Aqui tem muito índio, mas vai se levando". Informou, finalmente, em seu favor, que Lucino vivera com uma índia massacá, e que "chegou a ter filhos com ela".

Os índios nunca deixaram de revidar. Em 20 de setembro de 1957, informa ao Rio de Janeiro o encarregado do SPI em Guajará-Mirim: "Comunico-vos internou-se hospital desta cidade em estado grave seringueiro José Pereira com três ferimentos no peito produzidos por flechas índios do Ouro Preto". Em 7 de janeiro de 1958, Salomão Silva foi ferido no braço esquerdo por "índios guerreiros", quando baixava o mesmo rio [MI, f. 42]. O seringal de Lucino era o mais visado: "Comunico-vos que chegaram ontem nesta cidade os seringueiros José Costa e Francisco Leite, ambos feridos por flechas de índios nas colocações São Luis e Abacateiro, alto rio Pacaiás Novos. Referidos seringueiros estão internados hospital em estado considerado grave", segundo outro telegrama do SPI de Guajará-Mirim [MI, 26.4.1958, pl. 474]. Cinco meses depois: "Comunico-vos que no seringal Porto Novo, alto rio Pacaiás Novos, foi morto pelos índios seringueiro Francisco Mateus. Vítima deixou viúva em estado interessante e três filhos menores" [MI, 7.9.1958, f. 43].

*O Imparcial*, semanário de Guajará-Mirim, em sua edição de 9 de fevereiro de 1958, vilipendiava em mancheite:

Continuam os índios matando produtores e agricultores, mas o SPI mantém-se indiferente. [...] Não temos mais palavras com que possamos exprimir a indiferença da Inspeção do SPI, em face da atitude hostil que continuam mantendo os silvicultores nesta região, sacrificando constantemente os produtores que, para garantir a subsistência de seus esposas e filhos, se vêem na dura contingência de embrenharem nas matas, sem a menor garantia. [...] A mancha impudida por parte desses bugres [refere-se à morte de seringueiros no alto Pacaiás Novos] aos prajunços, não apans para eles, como, e principalmente, aos seringalistas.

A 9ª IR pedia novamente recursos para "a criação de um posto de atração no lugar denominado Lago de Lama, referido posto poderá atender aludido seringal e outros da região" [MI, 13.9.1958, pl. 491]. Enquanto o pedido perdia-se nas gavetas do Rio de Janeiro, em 24 de setembro de 1960, a 9ª IR resolve enviar uma turma de seis homens ao alto Pacaiás Novos, "com o objetivo pacificar restantes dos selvagens estão vivendo dentro de um cerco, espingardeados por aventureiros desalmados e gananciosos", conforme telegrama [MI, pl. 492].

Manuel Lucino da Silva não desanimava. *Self-made man*, analfabeto, chegara como seringueiro vindo do Rio Grande do Norte, por volta de 1945. Seis anos depois, após ser feitor, tornara-se dono do seringal São Luis, por descumprimento de acordo por parte do proprietário João Dantas, seu ex-patrão, de quem comprou algumas pequenas benfeitorias na região, abandonadas por temor aos índios. No ano seguinte, 1952, consegue apoderar-se do vizinho seringal Leozzi, no igarapé Água Branca, passando sua propriedade a sessenta mil hectares, até tornar-se o plenipotenciário de uma semearia mal definida, cujos limites encontram-se ao sul com os seus pares, os grandes seringalistas Raimundo Miranda Cunha e os Bennessby.

O serviço de terras e colonização do Território do Guaporé reconheceu os posses de Lucino, também aceitas pelo Banco de Crédito da Amazônia, e por seus seringueiros e vizinhos. Torna-se uma personalidade em Guajará-Mirim, seu modelo de migrante tenaz e bem-sucedido. Há um senão: os índios, que continuam a incomodá-lo, e não se sabe por quê! Em 31 de dezembro de 1960, um rádio ao Rio de Janeiro informa que "os índios guerreiros atacaram embarcação de Manuel Lucino que descia Rio Pacaiás Novos, jogando várias flechas sendo atingido somente um menor de dez anos que ficou ferido braço direito" [MI, pl. 507].

Gilberto Gama era um settanista apresentado à 9ª IR pelo mais prestigiado dos inspetores da região, Francisco Meirelles, sob cujas ordens trabalhara na Expedição Caiapó, na região do Xingu. Trabalhou com o SPI inicialmente como quadro extraordinário, recebendo depois pela própria Expedição Pacaiás Novos, sob as ordens de Fernando Cruz [MI, 27.10.1961, pl. 475]. Uma carta de Gama, publicada em *O Globo*, na edição de 5 de junho de 1961, provocaria grande celeuma, envolvendo as expedições punitivas organizadas por seringa-

listas. O sertanista reporta-se a uma aldeia, provavelmente dos pacaiás novos, encontrada no rio Ocaia pela expedição de pacificação, totalmente queimada, o que atribui à ação dos seringalistas. O jornal afirma que a carta denunciava a posse de metralhadoras pelos organizadores, e atribui às expedições punitivas de particulares o caráter "de mais ou menos oficializadas". Em 13 de junho de 1961, a direção do SPI pede maiores detalhes [ML, pl. 492]. A 9ª IR interroga Gilberto Gama, que relata ter visto, em companhia de Fernando Cruz, no quartel da 6ª Cia. de Fronteiras, uma metralhadora portátil, apreendida ao próprio Manuel Lucino da Silva, ao atravessar a fronteira com a Bolívia. Não consta que o seringalista tivesse outros inimigos que não fossem os índios, imemoriais ocupantes dos seringais ambicionados por Lucino [ML, 9.6.1961, f. 43].

O então inspetor Alberico Soares, da 9ª IR, passa a defender-se, negando a existência de massacres: "Não houve expedição punitiva aos índios, durante minha gestão, são fatos anteriores, ignorados, gestões anteriores", diz o inspetor, em telegrama de 9 de junho de 1961 [ML, f. 43]. Apesar das suspeitas, e dos indícios, o SPI, ou por falta de provas em alguns casos, ou por convivência em outros, mantém-se em estreito contato com Lucino. Inclusive porque era freqüente receber apoio dos seringalistas para as "pacificações", ou até porque, ao SPI, faltava força política e moral para penetrar com autoridade nos locais onde necessitava atuar. O próprio Gama, por exemplo, apesar de ter caído em desgraça, devido à carta denunciando massacres, divulgada em *O Globo*, insistia em obter autorização para colaborar com Lucino. Em telegrama de 23 de outubro de 1961, solicita a Alberico Soares: "Licença vossohenoria penetrar Igarapé Água Branca, propriedade seringalista Manuel Lucino. Índios mataram seringueiro. Peço licença, sem ônus para o SPI, correndo despesa por conta seringalista" [ML, f. 43]. No mesmo telegrama, Gama informa Alberico que, pelas flechas, os índios não eram pacaiás novos, mas sim caripunhas, como o SPI chamava os índios que surgiam com mais freqüência no Jaciparaná e Candeias.

Em 23 de outubro de 1961, Gama volta a insistir. Alguns meses antes, em 20 de junho de 1961, Fernando Cruz fora demitido da chefia da Expedição Pacaiás Novos e em 20 de setembro do mesmo ano, já após a renúncia de seu protetor Jânio Quadros, o SPI proibia qualquer ação de Cruz, "cabendo-lhe aguardar nessa inspetoria providências estão sendo tomadas seu respeito", conforme telegrama [ML, pl. 475, 495]. As razões da desgraça de Cruz e Gama não ficam esclarecidas nos poucos documentos salvos da incúria e do incêndio de arquivos do SPI. Mas, em 13 de junho de 1961, Gama é acusado pelo inspetor Alberico Soares de passear índios recém-pacificados em Guajará-Mirim [ML, pl. 492]. Em 15 de setembro de 1961, Cruz chega à mesma cidade com outros dezoito índios recém-pacificados da região do Lago de Lama, no alto Pacaiás Novos, não registrando o telegrama de que etnia se tratava, provavelmente pacaiás novos (orouraris) [ML, pl. 475]. Em 25 de outubro de 1961, finalmente, Gama é desautorizado a fazer pacificações pela 9ª IR-SPI [ML, pl. 475]. Responde que o "motor destino seringalista sairá dentro de 4 dias", e prossegue: "Solicito

resposta urgente, e caso não venha, seguirei seringal". E acrescenta: "Prontamente ajudei a ajudar seringalista Manuel Lucino com devida autorização desta IR ou diretoria SPI".

No mesmo dia, a 9ª IR passa um telegrama ao capitão Duarte, da 6ª Cia. de Fronteiras, sediada em Guajará-Mirim, pedindo sua colaboração para impedir a expedição de Gama ao seringal de Manuel Lucino, e explica: "Diretoria SPI não permite atração índios, antes de assegurada posse gleba onde permanentemente habitam acordo governos, estados e territórios, e não reconhece Gilberto Gama como funcionário" [ML, pl. 512]. Não há registros sobre se Gama foi ou não para o seringal. Fato é que Lucino continuou a ter conflitos com os índios. Em 17 de setembro de 1962, um telegrama de Guajará-Mirim avisa a 9ª IR de que, no alto Pacaiás Novos, no seringal São Luis, de Manuel Lucino, "foi morto pelos índios seringueiro Severino Moacir e ficaram feridos Antonio Rocha e José Rocha, que se encontram nesta cidade" [ML, pl. 475]. Em 10 de outubro de 1962, dá-se novo incidente: "Grupo de índios desconhecidos habitam contrafortes Serra Parecis, nascentes rio Pacaiás Novos, atacaram garimpeiros pretendiam trabalhar ali, ferindo dois e matando um. Tendo em vista distância e falta meios, estamos impossibilitados quaisquer providências".

#### CABIXI, FILHO DO SPI

Lucino prosseguia seus contatos, desta vez através do sertanista Cicero Cavalcanli, então nomeado chefe do Posto Rio Negro, para onde foram trans-feridos e agrupados parte dos pacaiás novos recém-contatados. Alberico Soares - substituído mais tarde, em 1963, por José de Mello Fiuza na chefia da 9ª IR-SPI -, segundo relato de Cavalcanli, prometera a Lucino que um grupo de índios seria destacado ao seu seringal, na tentativa de contatar os que o hostilizavam [ML, 27.7.1963, pl. 444].

Valdemar Cabixi, personagem central deste drama, e desta trama, é filho de um casal vítima das andanças a que o SPI submetia os remanescentes, de subjugados nos seringais ou em expedições de "pacificação". Nasceria fora de suas terras, nos médios rios Manoel Correia e São Miguel, afluentes do Guaporé em Rondônia. Seus pais foram levados para onde convinha ao SPI, em postos provisórios para pacificação, ou reagrupados em depósitos de índios, como o Posto Ricardo Franco, na foz do Guaporé, última fronteira com a Bolívia. Nasceu no posto, aprendera o português e a viver com os funcionários. Arranhava algumas outras línguas, de grupos com quem convivera, além do xapacura, sua língua materna.

Seu pai foi o único índio que sobreviveu de um massacre no rio Cabixi. Era menino, acabou mesmo lembrando mais que língua e que povo eram os seus. Foi levado para Manaus, para um patife muito malvado: conseguiu fugir, foi dar com o SPI em Porto Velho e foi levado para o Ricardo Franco, a colônia agrícola e sacro de galos inventado pelo SPI para juntar os restos e migalhas de

índios. A mãe de Cabixi também não teve a sorte de crescer com sua gente. Foi a única que sobreviveu de um massacre de um grupo uru, poucos novos, promovido pelo seringalista Mannus-sakis. Tinha parentes no Rio Negro-Ocaia, mas foi criada por Domitila, índia do rio Mecqueiros ou Massacá, que ainda vive em Porto Velho e é madrinha de Cabixi, [relato que fez Valdemar Cabixi a Betty Mindlin 1987:2].

Este jovem Cabixi fora extremamente útil a Fernando Cruz nos contatos iniciais com os orouraris também de língua xapacura. Misto de bragal, factóum, auxiliar de pacificação e seringueiro, já não se reconhecia na vida de seus pais. Quando Fernando Cruz foi deposto, Valdemar perdeu as diárias que recebia do SPI e andava sem rumo ou função, no Posto Rio Negro-Ocaia, recém-criado. Lucino propunha-lhe quinze mil cruzeiros mensais para que o ajudasse a encontrar os índios que andavam em pé de guerra contra seu seringal. Os outros índios trabalhavam contra comida.

Deveria, para tanto, comandar sete outros índios, selecionados entre os orouraris recém-contatados: Biarô Urudão, Aainkachineo Ukué, Machiana Urudão, Tremendói Oroen, Touiê Uruboni, Matiamá e Aochi Rora. Apesar de seus dezesseis anos, Cabixi pretendia saber mais que estes, com tudo que já aprendera de SPI e seringais.

Lucino explicou, segundo o testemunho de Cabixi no processo contra ele, que já não conseguia seringueiros suficientemente corajosos para aceitarem trabalhar com ele nas matas que pretendia desbravar. Cabixi iria ajudá-lo a pacificar os índios que o incomodavam, com sua "experiência" [8ª DR, 1973]. Cavalcanti, o chefe do posto indígena, concordou, pois o inspetor Alberico já o prometera a Lucino. Até indicou um experiente mateiro-seringueiro, um preto chamado João Vitor, para acompanhá-los. Mais tarde, alegou Cavalcanti que autorizara "para possível contato com os índios hostis que, vez por outra, matam seringueiros dito seringal e, por outro lado, para ficar de vigiância localmente, a fim de evitar choques" [ML, pl. 444, f. 41].

Durante a apuração sumária feita pelo SPI sobre os primeiros incidentes, relatou Cavalcanti ter sabido que, algum tempo antes, duas mulheres e dois meninos deste grupo uruú-au-au, teriam passado quase um mês no barracão do seringal de Lucino. Relata ainda a curiosidade de que, "das duas índias, uma tinha três peitos", e acrescenta que "fugiram pela parte da manhã. Quando a índia fugiu, passou folhas no nariz do filho de Lucino, que adormeceu" [ML, 27.7.1963, pl. 444]. Não fica claro que contato mantinham os seringueiros e estes índios, ora sendo mortos, ora matando e ainda hospedando mulheres e crianças. Ou estas foram trazidas pela força, num encontro casual ou após um confronto? Se fugiam, por que razão o faziam, se eram hóspedes?

### A PRIMEIRA MATANÇA

Dia 2 de maio partiu a expedição com Lucino, que logo a deixou, voltando a negócios. Andaram vários dias, e por volta do dia 16 - relata Cavalcanti - seguiram guiados por um "seringueiro-mateiro" em direção à aldeia dos "oro-auaus". Quando viajavam, já se aproximando da região dominada por aqueles silvícolas, deparam com fortes vestígios dos mesmos. Ao penetrarem pelas veredas "oro-auaus" - assim chamados pelos índios do Posto Rio Negro - encontraram uma menina de uns dez anos, que subira numa árvore de cacau, e pegaram-na [ML, 5.6.1963, pl. 413].

Duas índias que acompanhavam a menina fugiram. A mais idosa, com o tempo, entregou-se. A mãe tentou fugir, tropeçou num buraco e rendeu-se. As refs os guiaram à aldeia ou acampamento, onde chegaram ao pôr-do-sol. Cabixi acreditava não serem estes os mesmos índios, cujos vestígios encontram antes. Os índios, surpreendidos, correram, e os atacantes apalhararam um deles. Soltaram as mulheres. Três horas depois, voltaram os outros que fugiram e vigiaram nas proximidades. Incapazes de comunicar-se, devido à diferença de línguas, Cabixi esmerou-se em gestos e mímicas. Conseguiu convencer as mulheres a acalmarem os seus, que, mais tranquilos, por coisas que a menor gritava, foram se aproximando um a um. Seguiu-se uma amigável tentativa de diálogo. Os recém-chegados, homens de Lucino, gozaram da melhor hospitalidade indígena, comeram bem e alojaram-se no tapiri principal, onde dormiram com os anfitriões.

Todos concordam em que a prepotência de Matiamá e Biarô é que pôs tudo a perder. A tranquilidade era tanta, que os hospedeiros amarraram arcos e flechas no teto. Os próprios hóspedes já não se agarravam às espingardas calibre 16 e 20, de caça, que lhes fornecera o seringalista. Cabixi atribuiu à sua experiência, de neo-sertanista, o tê-los convencido a aceitarem o convite para uma visita ao seringal. Cerca de dez os acompanharam. Antes da saída, o clima envenenou-se. Os orouraris, Biarô em particular, não disfarçaram gestos de conquistadores. Queriam levar galinhas e patos dos anfitriões, e até redes e panelas que os outros haviam requisitado dos seringueiros. Cabixi aconselhou que não o fizesse.

Os sinais de desagradado cresciam. Cabixi não entendia por que os seus comandados orouraris não se comportavam com a disciplina dos sertanistas nas expedições de pacificação. Desconhecia que Biarô há tempos gostaria de sobrepor-se a estes que "andam pintados" e "tocam tabocas". Para Matiamá, Biarô e Aai havia uma nova superioridade, a de senhores da "pólvora e chumbo das espingardas". Cabixi estranhou, pois "não atendiam", não o obedeciam. Mas conseguiu atenuar o conflito.

Cabixi preocupava-se com João Vitor Duran, acampado na mata com o abastecimento que lhes fornecera o seringalista. Pediu a seus subordinados que o fossem buscar, para juntar-se à comitiva de volta, e aos dez homens, mulheres

e crianças que aceitaram acompanhá-los em visita de paz ao seringal. Biairô respondeu que era chefe, e que não obedecia, e que já possuía os índios, para que o outro sertanista? Cabixi foi buscá-lo sozinho, preocupado, e mais uma vez aconselhou-os à prudência.

Desistiu de levar as mercadorias, convocou Vitor às pressas e voltou. No caminho, encontrou Tremendói, que viera avisá-lo de que a tensão era grande, Biairô irritava os oroins, discutiam por gestos e, mais grave, não queriam prosseguir, e as mulheres haviam partido com as crianças. Cabixi apressou-se. Numa elevação encontrou Biairô degolado. Um pouco mais à frente, viram o mato baído, como numa batalha, e sangue espalhado.

Cabixi correu ao seringal. Encontrou Matianá e Aai feridos. Um na nuca, na barriga das pernas e no braço esquerdo, na altura do coração, outro na testa, um enorme talho, cujas cicatrizes Aai conserva até hoje. Na mesma colocação de seringueiros onde refugiaram-se, Cabixi emprestou uns burros e transportou os orouaris até a sede do seringal. Lá conseguiu um barco e pôs-se a levar os feridos a Guajará. No caminho encontrou Lucino, que prometeu vingança. Entregou o barco dos feridos a seu filho e trouxe Cabixi e Tremendói de volta ao seringal. Haviam descoberto que os desconhecidos eram habéis no terçado, o facão de mato que mal conheciam e que tomaram aos seringueiros. Não puderam defender-se os orouaris com as espingardas, pois carregavam objetos tomados aos seus hospedeiros.

Cavalcanti informou rapidamente a Porto Velho, que telegrafou a Brasília. Pedia um posto de pacificação: "Já temos certeza que são outros índios com dialetos diferentes que habitam nas cabeceiras do Pacaás Novos. Pelo que se verifica, não há dificuldade em se manter contato [...] Manuel Lucino se declara pronto a cooperar, para que dito SPI faça a pacificação desses silvícolas". Os orouaris e cabixis entenderam que estes índios se autodenominavam jabutis. Para os orouaris, continuavam sendo os oroins e os grupos dos unuéis-au-ans. "Pelas informações dos índios do Posto Rio Negro, que visitaram os jabutis, dizem que são várias aldeias", informa Cavalcanti [ML, 5.6.1963, pl. 473]. Fica claro, tanto nos documentos microfilmados, quanto no processo judicial posterior, que se tratava de vários grupos nas nascentes do Pacaás Novos e, pelo menos, de duas línguas diferentes [Funai, 8ª DR-1973].

#### A VINGANÇA

Mas algo se soube no correr do processo que vale contar: são histórias contemporâneas e repetem-se nas invasões de garimpos. Cabixi relata que, com Tremendói, acompanhou Lucino de volta ao seringal. Um dos filhos do seringalista encaminhou os feridos ao SPI e ao hospital.

Na viagem, Lucino falou como um furioso. Tremendói era primo de Biairô, parente e amigo dos feridos. Lucino propunha-se a comandar uma

segunda expedição e anunciou que arrasaria o acampamento jabuti. Não temos o depoimento de Tremendói, que morreu de sarampo, desassistido, como o seringueiro de Lucino. Tremendói, orouari (pacaás novos), cultivava, com sua gente, rusgas com os do mato e era sensível à pregação de Lucino. Cabixi conta que insistiu em tentar pacificá-los, e Lucino chegou a prometer vagamente que faria uma tentativa, antes de atirar.

Algum tempo depois, talvez dois meses, Lucino considerou-se preparado. Convocou Tremendói, como mateiro, Cabixi e cerca de dez seringueiros, bem municiados e equipados. Uma curta caminhada e encontraram o cadáver de Biairô, o que não contribuiu para acalmar os ânimos de Tremendói, queria vingança. Ao final da tarde, encontraram a maloca, abandonada pelos oroins, que tentam represálias. Tremendói não teve dificuldades em encontrar nova trilha, a distância, muitos orouaris aventuravam-se em caçadas no território de seus vizinhos, e os conheciam. No terceiro dia, encontrou uma maloca habitada, grande, de uma só porta, cercada por alguns tapiris. No descampado da roça, já gritou: "Maloca está perto, seu Lucino!"

Lucino fala em capturá-los, "boa oportunidade", senão matá-los. Disse que podiam abrir fogo, meteciam, pelo que haviam feito! Cabixi insiste em que os "civilizados" cheguem de surpresa, os oroins correriam assustados, e, ao serem presos um ou dois, a pacificação seria feita: ele iria buscar os outros. Lucino, aparentemente concordou. Tremendói e Cabixi avançam na frente e vigiam, cuidadosos. Quatro ou cinco estão em um tronco, ritual oroin dos enfermos, relatariam os sobreviventes. Muitos pescavam com timbó, num igarapé próximo. Enquanto espreitava, Cabixi ouviu um tiro, zunindo acima de sua cabeça. Escondeu-se. Tinha ser confundido, "era índio", explicou. Tremendói acreditou ter visto o assassino de seu primo e deu-lhe um tiro nas costas. A balaceira seguiu-se. Cabixi não sabe qual dos homens de Lucino atirou primeiro. Muitos oroins fugiram, alguns feridos. Sobraram pelo menos três mulheres feridas e quatro crianças. Uma tinha o braço quebrado de chumbo, uma moça tinha chumbo nas costas e no peito, outra um carço de chumbo nas nádegas, conta Cabixi.

Tremendói ensandeceu e meteu fogo na grande maloca, de onde saiu uma velha, que agarrou pelos cabelos e a matou. E deu um tiro de misericórdia em um ferido, segundo confidências feitas a seu parente orouari, Touié Uruboni. Teria vingado Biairô. Não se sabe ao certo quantos morreram. Um relatório da Funai, com testemunhos colhidos entre os índios atacantes e sobreviventes, pelo funcionário Didimo Graciliano de Oliveira, acompanhado de Valter Stosek, refere-se a 31 índios mortos e estima este grupo oroin em 52 pessoas [8ª DR, 28.4.1980]. Refere-se a cenas terríveis, como "a de crianças que escapavam, mortas com terçado, muitas delas jogadas para cima e aparadas na ponta do facão". No processo há referências a uma criança morta por Lucino, arrancada do colo da mãe.

No meio da confusão, chega esbaforida a índia Mitchen Toc Oroin. Disse em juízo que,

[...] em data a qual não se recorda, uma vez que era pequena, seu pai mandou que fosse ao mato buscar milho, e quando se encontrava no mato ouviu muitos tiros e então, pensando que haviam matado seus pais e seus irmãos, foi para lá para também ser morta, que chegaram ao local viu muita gente ferida e que não havia nenhum morto, que chegaram a apontar a espingarda para a deponte, porém não atiraram porque Valdemar Cabixi não deixou.

Seguiu-se um curto diálogo entre Cabixi e Lucino. Perguntou o seringalista sobre o risco de o SPI vir a saber do ocorrido, pelos sobreviventes. Cabixi disse que, assim mesmo, era melhor levá-los. "Quem quiser que siga andando", respondeu Lucino. Mandou que as três mulheres e as quatro crianças ficassem em fila, sentados no chão. Cabixi seguiu com um seringueiro e Mitchen Toc, sua nova protegida, e uma velha. Ouviram muitos tiros.

### INCÔMODAS TESTEMUNHAS

O inspetor da 9ª IR, José de Mello Finza, relata a ocorrência à diretoria no Rio:

A região compreendida entre os rios Pacaás Novos, Negro e Ocaia é habitada por diversas nações indígenas, sendo dominante no médio rio Pacaás Novos, rio Negro-Ocaia a tribo dos pacacás novos (orouari), e índios da tribo jabuti (eles mesmos chamam-se assim), grupo tupi, com vários aldeamentos nas cabeceiras do rio Pacaás Novos, de onde partem grupos com o fim de levar a efeito ataques aos seringais vizinhos, e tendo, às vezes, encontros inamistosos com índios Pacaás Novos, os quais os chamam "oro-anans". [...] encontros sangrentos entre seringueiros e índios jabutis, pois a hostilização do branco ao índio é feita neste território há várias décadas, notadamente na época da colheita da castanha (alimento natural do índio), e outros produtos da flora, ipacacanha (poaia), caucho, sorva etc., como também agora o grande desenvolvimento da procura de minérios (principalmente cassiterita).

A diretoria do SPI investiga o porquê da morte de Biairó (orouari), inquirir sobre quem autorizou a expedição de Cabixi, e, em 11 de junho de 1963, ordena: "Deveis sustar qualquer trabalho pacificação e atração índios jabutis, até ulterior deliberação", por temer, com razão, novos incidentes [MI, f. 43].

Aliás, os boatos sobre um massacre circulavam na região e chegaram até Brasília, onde o diretor do SPI comunicou ao Gabinete Militar do presidente João Goulart a "existência de uma expedição punitiva". Diga-se, em honra da história, que o SPI, na gestão do incombun doutor Noel Nutels, tudo fará para que não seja mais uma violência impune contra os índios. Talvez a primeira, ou, pelo menos, a mais séria tentativa de levar esse tipo de criminosos aos tribunais. O general Argemiro de Assis Brasil, em 31 de outubro de 1963, pede informações ao governador do Território, coronel Pinto Guedes [MI, pl. 495].

O chefe da 9ª IR-SPI responde a Brasília: "Esta chefia desconhece existe tal expedição, e estamos telegrafando postos indígenas dando instruções respeito".

Qual não poderá ter sido a surpresa de José de Mello Finza, se houve, ao receber o relatório do chefe do Posto Doutor Tanajura, atual PI Pacaás Novos, Antônio de Barros, que vem "cientificar-lhes sobre pacificações de índios". Relata que perdera tempo para unir dois depoimentos e, por razão de saúde e do atraso de uma testemunha, que se encontra no rio Negro, apenas agora advertia que

[...] baixou a Guajarã o pai da vítima, e um rapaz, para dar depoimento na polícia, o rapaz que veio era colega de quarto do que mataram, então o citado rapaz, em conversa com meu primo, que é guarda, disse que não só este rapaz que mataram, como também diversos índios, chefes pelo senhor Lucino, que é o seringalista, e o meu primo contou-me... [MI, 22.11.1963, pl. 507].

Enfim, confirma-se que algo ocorreu no império de Manuel Lucino, onde, segundo o depoimento formal de Oziel Rotemberg,

[...] uma noite, estando em seu quarto, no seringal do senhor Lucino, chegou o indivíduo conhecido por Milton, que lhe pediu hospedagem por uma noite, e não sabendo o senhor Oziel o que estava acontecendo, cedeu. A verdade é que nesta mesma noite mataram o rapaz. Então veio a saber que o citado rapaz tinha chegado da expedição dos índios, onde causaram diversos mortos. [...] Que, comandados por Lucino, eles cercaram a maloca às nove horas do dia, para a matança dos índios [MI, 29.11.1963, f. 43].

Apenas porque Lucino resolvera desfazer-se de incômoda testemunha é que afinal pôde-se reconstruir um massacre, dentre tantos perdidos em boatos e calados na mata, onde a guerra é surda e desigual. O processo judicial terminou por fazer-se em Guajarã-Mirim, e 27 anos depois Lucino continua impune e, até hoje, invasor de terra indígena, de onde nunca foi retirado.

Lucino guardou Cabixi e Tremendó no seringal. Cabixi ali ficou cerca de nove anos, numa colocação, afastado do "barracão". Todos os participantes foram advertidos por Lucino de que os mataria, ou mandaria matar, se falassem. Cabixi depôs várias vezes. No início falou pouco; quando sob a proteção da Funai, no Posto Rio Negro-Ocaia, ganhou confiança e denunciou os demais participantes. Tinha a vingança de Lucino, mesmo quando trocou de seringal, indo para o vizinho Barbosa. Francisco Marinho, Raimundo Bezerra e Marciano Fonseca foram assassinados, assim como Pedro Corumbã Pinto, que, com Cabixi, se negara a matar os feridos oroins. Os outros estão foragidos, como o boliviano Alfredo Vilanuela, Vítor Duran, um certo Batiano, um Luis e um Afonso de tal, todos impunes.

Quanto ao processo judicial contra Lucino, vai caducando, movido sem competência, nem convicção, pelos órgãos tutores, Funai e SPI, transformado em farsa, pela lei da inércia, graças à incuria e à conivência do aparelho policial e judiciário, numa região à espera da lei. Durante a gestão de Noel Nutels, tudo se fez. Comunicou-se, em 29 de novembro de 1963, com a polícia e com o

Batalhão de Fronteiras, pedindo providências, assim que o massacre fora confirmado em Porto Velho [ML, pl. 507]. Em 2 de dezembro do mesmo ano, Fiúza pede a intervenção do governador. Nuteis pede apoio para a retirada dos invasores. O general Argemiro Assis Brasil, chefe do Gabinete Militar da presidência, insiste no apoio do governador e do Ministério da Guerra para a prisão dos assassinos. A delegacia de polícia de Guajará-Mirim termina por mover-se, prometendo manter Lucino sob custódia, e pede aos seringueiristas vizinhos para colaborarem na prisão dos co-autores, alegando não dispor de meios para enviar a polícia ao alto Pacaás Novos. O SPI tenta deter Tremendói, escondido no seringal, por ser testemunha fundamental, mas Lucino consegue impedir [ML, 16.1.1964, f. 43].

Fiúza solicita o apoio da Promotoria Pública de Porto Velho para o acompanhamento do inquérito, e pede notícias de seu andamento ao delegado de polícia, em 17 de abril de 1964 [ML, f. 43]. Apenas um ano depois, a diretoria do SPI recomenda a verificação *in loco* [ML, 27.10.1964, pl. 518]. No ano seguinte, é enviado um "deletive particular" (*sic*), para colher informações no Posto Major Amarané, conjuntamente com um policial [ML, 8-15.7.1965, pl. 505]. Os índios Cabixi e Tremendói passam dez anos escondidos no seringal, praticamente seqüestrados por Lucino, sem que o SPI, ou depois a Funai, dignem-se a ir ao local, apesar da advertência de funcionários. As declarações das testemunhas na polícia de Guajará-Mirim serão formalizadas apenas catorze anos depois, em 1977 [Funai, 8ª DR]. Em 1980, a Funai fará a tal *vistoria in loco*. Quase trinta anos depois, Lucino continua impune e o processo deve redundar na prescrição, contribuindo para tanto a idade do réu, com mais de setenta anos. Com todos os testemunhos, a Justiça teve dificuldade em identificar responsáveis, porque, na prática, ali não é crime invadir terras, matar e escravizar índios.

Em 16 de abril de 1964, o chefe da 9ª IR-SPI propunha à diretoria em Brasília: "Consideramos aquela região interdita, é medida que poderá salvaguardar nossa responsabilidade em caso de futuros conflitos". O SPI adverte Lucino da interdição, sem maiores consequências práticas, lá se encontrando até hoje, apesar da decisão ter sido comunicada ao governo do Território Federal de Rondônia, em 1964 [ML, f. 43]. A demarcação, em 1984, não poderia deixar de fora as cabeceiras do Pacaás Novos e Água Branca, tanto permitindo a reintegração da posse indígena oiroin, usurpada pela violência, quanto a livre circulação dos não contatados, comprovadamente ali habitantes. No entanto, a sorte dos seringais de Lucino levantou uma teia de solidariedades em Guajará-Mirim. Pessoalmente, contou-nos que buscava a aliança de mineradores, em busca de cassiterita, e, se possível, outros minérios, como ouro e diamantes. Recentemente um de seus filhos instalou um garimpo no São Luís. O Inetra pretendia parte destas terras para os projetos Samanua e Soldados da Borracha, e não reconhecia também os títulos precários de Lucino.

O presidente da Câmara dos Vereadores de Guajará-Mirim, Paulo Saldanha Sobrinho, desdobrou-se em telegramas e cartas. As dezenas de seringueiros bolivianos, recrutados por Lucino, transformaram-se em seiscentos, para seus defensores. Em telegrama ao presidente da República, José Sarney, o vereador pede que se "assegure o direito de propriedade de quem, com tanto sacrifício, conquistou". O senador Galvão Modesto, convertido à Nova República, e antes eleito pela operação eleitoreira da colonização inicial de Rondônia pelo Inetra, do qual foi coordenador nos tempos do ministro do Interior, Mário Andrazza, escreve ao sucessor deste na pasta, Ronaldo Costa Couto, referindo-se a Lucino como "pioneiro e desbravador". O deputado Assis Canuto (PDS-RO) pronuncia inflamado discurso na Câmara Federal, pedindo proteção a Lucino, "dos que trabalham intensamente, desbravando a terra com dedicação".

O vereador Paulo Saldanha Sobrinho, em 1 de julho de 1985, volta a insistir junto a seus correligionários do PDS-RO, para que intervenham, argumentando que Lucino tem 53 descendentes e pode oferecer emprego a mais de duzentos seringueiros. Sugere que a Funai tem razões escusas para pretender tais terras. Defende um direito (?) de "conquistista" e "desbravamento". Esquece-se de que apenas parte das terras invadidas por Lucino foram atingidas pela decisão da Funai, ou seja, mesmo que a Funai efetivasse a interdição, Lucino ainda teria terras. Mas prova, mais uma vez, que o endocolonialismo é nosso contemporâneo. Na verdade, a sanha de Lucino contra os oiroins tinha como razão central o temor de que o SPI viesse a interditar as cabeceiras do Pacaás Novos, como o fará precariamente, mais tarde, após a tragédia, cumprindo tardiamente sua obrigação legal.

### O EXÍLIO DOS OIROINS E OS ANDA ISOLADOS NO SERINGAL SÃO LUÍS

Segundo Cavalcanti, "o pequeno grupo uruin foi vitimado de gripe, impaludismo e está reduzido a representantes convivendo no seringal São Luís, de propriedade de Manuel Lucino, no alto rio Pacaás Novos" [ML, 9.6.1970, pl. 529]. Seriam dezasse em 1970.

Michen Toc contou que estavam na aldeia oiroin massacrada apenas mulheres, crianças e doentes, com doenças "civilizadas", que desconheciam. Sua irmã, Piuani, relatou mais tarde que, pelo menos, dois feridos, dos oiroins que fugiram, morreram no mato flechados por outros índios, entre eles seu tio. O grupo oiroin desintegrou-se, sobramam alguns, pela fuga ou porque se encontravam na caça ou pesca. O pai de Michen Toc, com Piuani, tentou acampar na beira de um grande rio, mas veio gente e continuou fugindo. Cabixi casou-se com Piuani, irmã de Michen Toc, capturada por sua vez no seringal de Miranda da Cunha.

Algum tempo depois, Lucino mandou Tremendói saber dos que sobreviveram. Tremendói queimou as malocas vazias que encontrou. Dizimados, já não tinham para onde fugir ou voltar. A mãe de Puan foi morta por brancos, no rio Caiarió, em terras tomadas pelos Bennesby. O seringalista Miranda Cunha pediu a colaboração dos índios de Lucino, para capturar um pequeno grupo que assustava seus seringueiros no rio Parati, ao sul. Lá Tremendói capturou um índio, batizado Salomão Oroin, que teria facilitado a submissão dos demais fugitivos sobreviventes.

Cunha enviou os índios subjugados ao seringal de Lucino, que queria transformá-los em seringueiros. Lucino tomou para si a segunda mulher do pai de Puan e Michien Toc, com quem viveu, e que veio a morrer não se sabe como. O sarampo terminou de liquidá-los, como a Tremendói, sem que Lucino levantasse um dedo.

Apenas em 1973, esforça-se a Funai por remover os índios semi-escravizados no seringal de Lucino, como Pauia, Voró, Bichentó, Salomão, Xiu-Xiu, Emberé, Ião, Curunin, Matawan, todos oroins, e Moangadar Mequên e Pirague Canóé [ML, pl. 528]. Em 26 de setembro de 1975, a Funai retirou, com ajuda policial, os índios Iuri e Iran dos oroins, ainda em poder de Lucino. Não se explica também como índios canoeís, mequéns e massacás do Guaporé, sob a proteção do SPI, encontravam-se sob as ordens do seringalista [ML, pl. 537].

O tratamento de Lucino aos índios é o de um feitor, supremo rei do seringal. Depois de sua madrastra, que morreu, a própria Puan foi procurada pelo seringalista. Este viveu antes com uma índia massacá. Dispunha delas a seus seringueiros, e seu filho Severino convivia com Matawan Canóé. Os índios o temiam e sentiam-se derrotados. A todos ameaçou de morte, em caso de denúncia. Seus filhos e capatazes seguiram o exemplo.

Sobreviveram ao massacre, ao sarampo, e à gripe, oito adultos e doze crianças oroins, seus descendentes [Funai, 8ª DR, 28.4.1980]. Em março de 1984, Vieira contou oito, "mas, como a descendência é matrilinear, os filhos da segunda família (cabixi com oroim) são considerados também oroins, subindo seu número para treze indivíduos. Havia também outra mulher oroim, vivva, que atualmente não se encontra mais na reserva" [Mindlin, 1987:6].

Contando as crianças, talvez sejam umas dez pessoas os remanescentes do famoso massacre de Manuel Lucino, em 1963 [escreveu Mindlin em suas notas]. Ainda há outros oroins esparlhados. Há Pina, outra irmã das Marias, que Lucino levou. Aos 9 anos, lá por 1965, parece que Lucino a deu para Isaac Bennesby, para ser domesticada, com quem estaria até hoje em Brasília. Tem um filho de Sebastião Lucino, filho do assassino. Sebastião continua vivendo pela região de Guajará-Mirim e muitas vezes veio ao Rio Negro-Ocuiá, pois era representante da Secretaria Municipal de Educação, ou vinha simplesmente olhar os índios ou buscar mão-de-obra. Finalmente, um funcionário da Funai resolveu proibi-lo de entrar na área. Outra irmã das Marias, que se chama para os brancos Mariana e cujo nome é Thaujána ou Atkon, vive no seringal de Lucino com um peruano. Há um filho de Salomão, Iri, irmão de Maria, que o seringalista Miranda Cunha levou para Brasília. Também Holoó tem uma irmã, Luzia, e um irmão que está no rio Ouro Preto, e se chama Mokon.

Agora há contrapartes: Domitila, irmã de Cabixi, e Nestor Ribeiro, um índio Mequên casado com uma irmã de Cabixi. Querem juntar todos e voltar para o seringal [1987:1].

No entanto, no relatório confidencial de um dos chefes da Ajudância da Funai em Guajará-Mirim, lê-se que,

[...] em épocas passadas, mesmo antes da penetração da civilização, o aldeamento dos oroins, era onde hoje é a sede do seringal S. Luís que, por motivo de descentamentos internos, resolveram abandonar o local e se dividiram, uns foram habitar nas cabeceiras do rio Pacaás Novos e outros nas nascentes do aflente rio Água Branca. Com a penetração da civilização, a família Dentas e outros tiraram esta área para seringueiros. Os índios começaram a se movimentar, porém estes resistiram neste período o Sr. Manuel Lucino da Silva era seringueiro, recém-chegado do Rio Grande do Norte, com o passar do tempo, muito interessado, tornou-se possessor, comprando benfiteitorias. Com todo este movimento, os oroins continuavam a luta pela libertação de seus campos.

Uma segunda interdição formal dos seringueiros de Lucino viria quinze anos depois, com a Portaria 508/N de 1978. No entanto, a Funai sempre soube da presença de índios isolados e ameaçados nesta região. Denominava-os, a partir da década de 60, de uruús-au-aus e urupains, na área das nascentes do Pacaás Novos e Água Branca, como se vê na relação das aldeias e postos da Ajudância, de 11 de setembro de 1970 [ML, pl. 530]. A Funai continuou sempre informada da presença dos índios uruús-au-aus, "no Igarapé Branco do alto rio Pacaás Novos", conforme o telegrama urgente do chefe da Ajudância de Porto Velho, Cicero Cavalcanti de Albuquerque, pedindo a criação de novos postos [ML, 17.1.1969, pl. 524].

Fatos recentes estão citados em trabalho anterior:

Na década de 70, o grupo indígena volta a atacar o seringal São Luís, e em 1977 é morta a Sra. Maria Rosa da Conceição e seu filho. Neste mesmo ano é ferido um seringueiro. O serantista Benamour Fontes propõe a criação de uma frente de ataque partindo de São Luís, e, em 1979, o próprio seringalista Manuel Lucino pede providências à Funai, alegando que seus seringueiros estão abandonando as colocações, por medo dos ataques dos índios. Ao invés de serem protegidos os índios, é contra eles que se pede a presença da Funai, protegendo invasores [Leonel & Leão, 1984:49].

A cada contra-investida dos índios, Lucino montava novas represálias. Um documento com o timbre confidencial, assinado pelo então delegado Délcio Vieira, relata que,

[...] dos seringalistas e seringueiros, apenas Manuel Lucino da Silva, proprietário do seringal São Luís, se rebelou, segundo informações colhidas na região, tinha o mesmo dito que se a Funai não tomasse providências ele faria justiça com suas próprias mãos. Fomos também informados através do Relatório 066/EVS/77, datado de 11.11.1977, que o missionário Royal Taylor da MNTB teria visto no mesmo dia duas canoas grandes com cerca de vinte homens fortemente armados, acompanhados de um filho do Sr. Manuel Lucino da Silva e o esposo da Sra. Rosa Bento, vítima fatal de um ataque dos índios na área do seringal São Luís, subindo em direção a este [Funai, 8ª DR, 21.12.1977].

As declarações tonitruantes de Lucino, ameaçando resistir à bala caso a Funai pretendesse devolver aos índios os seringais "conquistados", intimidam os funcionários. A um tal ponto que um funcionário escreve: "Segundo informações, a mesma área uruúu-au foi estudada já visando deixar de fora os seringais de Saul Bemmesby & Cia. (seringal São Tomé) no rio Caurário e de Manuel Lucino (seringal São Luís) no rio Pacaás Novos" [Funai, 8<sup>o</sup> DR, 17.4.1978]. De fato, o seringal e inclusive a sua sede ficarão de fora da Portaria 508/N/1978, sendo apenas interditados, parcialmente, na demarcação de 1985, revogada por Samey.

Em 1984, os próprios seringueiros de Lucino nos confirmaram, durante o levantamento fundiário para demarcação, que índios isolados ainda circulam nas proximidades e colocações, embora tenham e evitem a sede do seringal. Encontram sinais que demonstram a presença indígena na área, e que estes imaginam existir uma aldeia bem próxima à sede do seringal. Os índios vêm espreitando a área, em séria ameaça aos seringueiros, que esperam sempre novas investidas. O fato demonstra que, apesar dos vários ataques contra suas aldeias, os sobreviventes uruúu-au ou oroins ainda tentam recuperar e expulsar o invasor do rio Pacaás Novos, em particular do seringal São Luís.

A Funai, incapaz, como o SPL, de protegê-los em suas terras, levou-os, como refugiados, ao Posto Rio Negro-Ocaia, entre seus inimigos da véspera, os orouraris. Jamais se pensou em remover o invasor da terra dos oroins, ao contrário, buscou-se protegê-los longe de suas terras, deixando as terras oroins ao seringalista, como um prêmio. Os isolados continuam desprotegidos. Além dos seringueiros, o filho de Lucino lá instalou garimpeiros e uma draga, sem que a Funai tome providências.

### 3. A RENDIÇÃO DOS SOBREVIVENTES

#### FINALMENTE, UMA EXPEDIÇÃO E A INTERDIÇÃO PARCIAL

No final da década de 70, com a abertura da BR-364, trecho Cuiabá a Porto Velho, inicialmente com melhorias para tráfego em todas as estações, e posterior asfaltamento, os conflitos agravaram-se. A Funai nomeou o sertanista Benamour Brandão Fontes para a atração, sem, no entanto, atribuir-lhe os recursos necessários ao empreendimento. Nos primeiros meses de 1975, o sertanista Fontes visita vários pontos atacados pelos uruúu-au-aus, com vistas a propor soluções. Relata o ataque em 1974 ao seringal Canarana, nas nascentes a propor soluções. Relata o ataque em 1974 ao seringal Canarana, nas nascentes do Jaru, em que morreu um seringueiro. Mais uma vez recomenda Alta Lídia como um ponto possível para o início da frente de atração.

Fontes estimou os índios entre seletos e mil. Cita o relatório do capitão Luis Alberto Must Berniz, que havia feito treinamento na área com a 3<sup>a</sup> Companhia de Fronteiras, quando viu sinais de presença indígena [Funai, Proc. 5 020/76]. Propôs a abertura de um posto em Alta Lídia, com quatorze funcionários, dos quais quatro índios intérpretes, a um custo total reduzido de quinze mil cruzeiros. Nada foi feito. Em novembro de 1977, dois anos depois, o mesmo funcionário é encarregado de novo relatório, ou seja, falava-se muito nos uruúu-au-aus, recomendavam-se relatórios, mas não se tomavam medidas, a não ser quando havia mortes. Em 1976, os índios mataram a flechada o caçador Vicente Marques da Silva, perto da mineradora Milbrasa, no Igarapé Floresta [OESP, 27.11.1976].

Em 23 de novembro de 1977, Benamour Fontes entrega novo relatório, repetindo que os índios atacam sempre nos mesmos pontos, ao redor da serra dos Parecis/Pacaás Novos. O sertanista coletou quatro flechas, todas do "mesmo estilo e feição", e relata os acontecimentos:

Nas interdições do rio Jaru, este ano saíram no seringal São Francisco, e deram sinal de aproximação, posteriormente saíram na barraca de um seringueiro, levaram todos os pertences e deixaram uma flecha fincada no interior da mesma, logo em seguida saíram em um afluente do rio Jamari e carregaram tudo de um grupo de seringueiros, prosseguindo, atacaram e mataram um caçador, na margem esquerda do rio Candéias, a 10 km. da Mineração Milbrasa. Pelo lado do rio Guaporé, há três meses, saíram em um seringal do rio Negro. No mês passado apareceram no seringal São Tomé, matando duas pessoas, e deixando um ferido; 15 dias após, saíram no seringal São Luís, no rio Pacaás Novos, matando uma mulher e ferindo uma criança de três anos, que, transportada para Guajará-Mirim, foi posta fora de perigo [Funai, 8<sup>o</sup> DR].

Alguns meses antes, Apoena Meirelles escreveu ao presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, dizendo ter estado com

[...] o sertanista Benamour Fontes, colocado à disposição da regional, para efetuar o resgate de três crianças, raptadas há alguns anos, pelos índios uruêus-au-aus, uma dissidência do grupo caripuna, que até hoje permanece arrecho entre as cabeceiras do rio Miqui e o Igarapé Pacaís Novos, perninho no qual constantemente incursionam [Funai, 8ª DR 27.5.1976].

Após tantos incidentes, em 26 de junho de 1978 é promulgada a Portaria 508/N/78, interditando parcialmente a área uruêu-au-au e urupain, com 878 mil hectares. Em um dos pareceres do Processo 5 020/76, diz um sertanista, algumas semanas antes da promulgação da portaria:

Segundo informações, a mesma foi estudada já visando deixar de fora os seringais São Tomé de Saül Beamesby & Cia., no rio Cautário, e o de Manuel Luciano (Serungal São Luís), no rio Pacaís Novos, pelo outro lado da serra dos Parais, ficou de fora as minerações Milbrasa, São Domingos e outra, que não me recordo o nome, nas cabeceiras dos rios Candéias e Janari [Funai, 17.4.1978].

Ou seja, deliberadamente, deixou-se de fora da demarcação terras de comprovada presença indígena, onde seringalistas ou mineradoras tinham interesses.

Em 6 de novembro de 1978, Apoena Meirelles pôe-se à disposição do presidente da Funai para a atração dos uruêus-au-aus, em lugar de Benamour Fontes, que pedira transferência, cansado da inércia da Funai, segundo explicou: “Realmente esses índios se constituem num dos mais difíceis grupos a serem atraídos no Brasil, não só pela sua incrível imobilidade, como também pela técnica iniciada em janeiro de 1979. Na verdade, pôde começar apenas um ano depois.

Enquanto se esperou a Funai, os conflitos continuaram pipocando. Em 26 de outubro de 1979, os índios atacam os filhos do seringueiro Francisco Prestes Rosa. O mais velho, Luis Prestes, de dezessete anos, morreu com cinco flechadas. Dimes Prestes, de nove anos, levou uma flechada e dois golpes de facão, morrendo no hospital de Manaus, três meses depois. O mais novo, Fábio Prestes, de seis anos, foi raptado pelos índios. A família morava na linha cinco, lote 47, da gleba 33 do Projeto Burareiro do Inera, em Ariquemes. Foram atacados quando se preparavam para desmatar o lote, recém-recebido do Inera. O rapto do menino emocionou a imprensa e os milhares de migrantes recém-chegados à Rondônia. Um grupo de cerca de dezesseis colonos e seringueiros, mobilizados no Projeto Burareiro, com o pai do menor Fábio, tentou resgatá-lo. Terminaram por desistir após alguns dias no mato: apesar de bem armados, amedrontaram-se.

No final do mesmo ano de 1979, segundo o seringalista Cícero Fernandes de Araújo, dezenas de seringueiros abastecidos por ele, tiveram suas colocações saqueadas pelos índios, em particular no Igarapé Floresta e perto da cachoeira de Montenegro. Nestas mesmas andanças os índios mataram, em 16

de novembro de 1979, o seringueiro Daniel Castro da Silva, com catorze flechadas e deixaram escapar, ferido com quatro flechas, Elifas Batista da Silva, porque resistiu dando dois tiros e foi socorrido mais tarde por caçadores [A *Tribuna*, Porto Velho, 20.11.1979]. Algumas semanas antes, a esposa de Daniel viu os índios rodando o rancho. Note-se que este ataque ocorreu um mês após o seqüestro do filho do seringueiro Prestes, no mesmo Projeto Burareiro do Inera, na gleba 34, a oito quilômetros do local onde foram atingidos os filhos de Prestes, na altura do km 85 da BR-421. Daniel e Elifas também trabalhavam para o seringalista Cícero Fernandes de Araújo, que teve vários de seus seringueiros saqueados na mesma época, mas não atacados. Elifas contou que um dos tiros que deu foi dirigido ao peito do tuxaua do grupo que matou Daniel Castro.

Segundo o Cimi de Rondônia, referindo-se aos uruêus-au-aus, “entre 1977 e 1979 foram dizimados todos os habitantes de uma aldeia por um grupo comandado pelo pistoleiro João dos Santos, vulgo ‘Sapecado’, e um tal de ‘Azulão’, a mando de fazendeiros” [OESP, 26.11.1981]. Tal denúncia nunca foi verificada pelas autoridades. Sapecado é um resultado típico da agressão endocolonial em Rondônia. Iniciou-se como matreiro na Funai, em frentes de atração. Não resistiu às propostas de gatinpar em área indígena, e passou a trabalhar em particular com o famoso Raul, “o espanhol”, tendo vários conflitos com os cintas-largas. Raul especializou-se em gatinpar no Parque Indígena do Arripuanã. Quanto a Sapecado, não há provas cabais de sua presença entre os uruêus-au-aus, salvo insinuações feitas em conversas com seus ex-colegas da Funai. Era procurado por todas as polícias em Rondônia, mas, grande conhecedor das matas, permaneceu sempre foragido, apesar de suspeito de três assassinatos. Terminou morto pelos cintas-largas, que deixaram seu cadáver aos abutres, não permitindo que fosse levado pela polícia. Algumas semanas antes de sua morte Sapecado havia assassinado sua própria mulher, uma índia cinta-larga grávida e queimado seu corpo.

Os “trabalhos de atração” quase foram iniciados por Apoena Meirelles no final de 1978. Havia trezentos mil cruzeiros em caixa. Mas, em carta ao presidente da Funai, o sertanista explica:

[...] como ficou indefinida, até dias atrás, a transferência a pedido do sertanista Benamour Brandão Fontes para a Frente de Atração Avá-Canociros, e, por conseguinte, somente agora definido que eu realizarei esse trabalho, fui cientificando que as normas gerais para encerramento do exercício financeiro não permitem a aplicação de recursos além do dia 14 de dezembro [...] embora pretendesse iniciar os trabalhos em dezembro, não vejo outra alternativa a não ser janeiro, quando até março dispori de prazo para a aplicação dos recursos [Funai, 8ª DR, 7.11.1978].

Com estes e outros entraves burocráticos, a expedição saíria apenas um ano depois.

No meio tempo, os políticos de Rondônia atacavam a inércia da Funai. O jornal *Alto Madeira*, de 9 de outubro de 1979, divulgou uma nota da 8ª

DR-Funai, assinada pelo sertanista Apoena Meirelles, respondendo à acusação do vereador Osmar Costa (Arena-RO):

Os sertanistas da Funai não se constituem na guarda pretoriana dos interesses regionais, políticos ou econômicos de quem quer que seja. [...] Enquanto permanecer na Funai e na 8ª Delegacia Regional, nenhum sertanista desta área servirá de "Capitão do Mato", a serviço daqueles que, direta ou indiretamente, são os responsáveis pelas invasões das terras indígenas, como se as mesmas não tivessem donos.

A cada ataque, a administração da Funai em Brasília aumentava seu empenho, pelo menos retórico, em "pacificar" os uruêus-au-aus, nunca pensou em frear os colonizadores. Prova é que, após os ataques contra os filhos do seringueiro Prestes e contra Daniel Castro, a Funai de Brasília liberou um milhão de cruzeiros para a ativação dos trabalhos de atração desses índios, mas não tomou medidas contra o Inetra [OESP, 24.11.1979]. Dirigida por Apoena Meirelles, acompanhado pelos sertanistas José do Carmo Santana (Zébel) e Hugo Pedro da Silva, a Expedição Urueú-au-au saiu de Ariqueemes (RO) em 31 de janeiro de 1980. Foi acompanhada por um pesquisador do IGPA-UCCG, Mário Arruda da Costa, autor de um relato, e por uma equipe independente da televisão inglesa, a Central Television, dirigida por Adrian Cowell, diretor do importante conjunto de filmagens de *A Década da Destruição*, financiado pela BBC. No total, nove funcionários da Funai e dezessete índios: dez suruíis, cinco pacaás novos, um parintinim e um cinta-larga [Costa, 1980:76]. Inicialmente em caninhão a expedição foi ao seringal Santa Cruz, e, de lá, ao igatapê Nova Floresta, onde, na Cachoeira dos Araras, foi construído o primeiro posto de atração, a três quilômetros do local onde foram atacados os filhos de Prestes, e a dezoito de onde os índios Flecharam Daniel Castro da Silva.

A viagem em barco a motor pelo Jamari é bastante difícil. Nos primeiros dez dias a expedição perdeu um motor e um barco. Sobrecarregados,

[...] após muita luta contra as cachoeiras e outras adversidades, a equipe atingiu um antigo seringal chamado Antuérpia, onde um pasto de jangüia ainda não tinha sido de todo retomado pela floresta. Apoena e Zébel decidiram construir, imediatamente, uma pista de pouso por onde a expedição seria reabastecida. Nascia aí o Posto de Atração Antuérpia [Costa, 1980:79]. Na tarde do dia 22 de fevereiro de 1980, foi localizado (no Jamari) o primeiro acampamento de caça dos uruêus-au-aus. Eram 11 tapiris espalhados por baixo das copas das grandes árvores, que certamente haviam sido abandonados com a chegada das chuvas. Na volta, a violência das águas tinha aumentado com as últimas chuvas. Os barcos afundaram por duas vezes. Na segunda vez, os pilotos Apoena e Hugo perderam totalmente o controle da situação, e um dos barcos ficou impraticável entre as pedras de uma cachoeira [Costa, 1980:81].

Inicialmente os índios quebravam os brindes deixados nos tapiris [FT, 6.8.1980]. Cinco vezes tentaram atacar os expedicionários no Posto Alta Lídia. "Os índios ficavam escondidos nas moitas, pronunciando verdadeiros discursos", declarou a um jornal o pesquisador Mário Arruda da Costa. A Funai insistia em pretender o contato através dos índios suruíis, sem maiores resultados,

uma vez que estes tupis-mondés não compreendiam os uruêus-au-aus, tupi-cavabas. Em 9 de novembro de 1980, no terceiro posto de atração aberto pela expedição, em Alta Lídia, "os uruêus-au-aus foram surpreendidos, por acaso, observando-nos por trás de umas moitas, a uns 150 metros do posto de atração", segundo Costa [1980:89]. Um dos suruíis assustou-se tanto com os uruêus-au-aus que terminou por assustá-los também. Outro escapou, correndo das flechas. Os índios cercaram o posto, noite e dia, sempre tentando atacar e recusando os brindes que lhes eram oferecidos pelos sertanistas. Permaneceram em ataques intermitentes até 28 de dezembro de 1980, quando recolheram os brindes deixados nos tapiris das imediações. Até que, na manhã do dia 10 de março de 1981, quatro meses depois de instalado o posto de Alta Lídia, um líder pediu, por gestos, mais facões à expedição. Dois dias depois vieram em par, com mulheres e crianças. Retornaram ainda seis dias depois, oito guerreiros, quatro mulheres e dois meninos.

Abriu-se, segundo Costa, mais um posto de vigilância, denominado Cajueiro, em um seringal abandonado no rio Jarú, completando assim os quatro postos instalados pela expedição [1980:97]. Estes primeiros contatos amistosos não impediram os uruêus-au-aus de prosseguirem em seus confrontos com os regionais. "Um seringueiro e um colono do Inetra foram mortos na manhã de ontem às margens dos rios São Miguel e Muqui, no sudeste de Rondônia, no Projeto Mundo Novo, por índios urupaitis, possivelmente um subgrupo dos uruêus-au-aus", divulgou a Funai de Brasília [OESP, 6.5.1981]. No mesmo dia, em Porto Velho, Apoena Meirelles anunciava

[...] o ataque a um casal de agricultores na localidade de Brasilândia, a 92 km de Cacoal, também em Rondônia. O colono José Domingos Pereira foi atingido por três flechas atiradas por um grupo de índios ainda não identificado, e morreu na hora. Sua mulher, Francisca Pereira, foi atingida duas vezes, mas conseguiu arrastar-se por quase dois quilômetros, até chegar a um lote, de onde foi levada ao hospital de Rolim de Moura [OESP, 6.5.1981].

Em julho de 1981, o contato parecia avançar: 34 índios, vinte homens, oito mulheres e seis crianças foram ao acampamento de Alta Lídia, "num clima amistoso", segundo os sertanistas [OESP, 8.7.1981]. O chefe da atração, João Maia, declarou à imprensa que "o final da atração está próximo", inclusive por ter recebido um cocar, flechas e arcos, em retribuição aos brindes da Funai. Segundo Maia, "os contatos com a tribo estão esbarrando numa dificuldade: os índios falam um dialeto desconhecido no território" [OESP, 21.8.1981]. O posto localizado no igatapê Floresta não teve tanta sorte. Lá duas índias pecaás novos (orouaris), esposas de índios contratados pela Funai como ajudantes, foram atacadas, uma delas ferida com duas flechas no braço direito. As mulheres lavavam roupa, e foram flechadas do outro lado do rio [OESP, 24.10.1981].

O sertanista João Maia Brito enganava-se sobre a "pacificação". Pelo menos um grupo dentre os uruêus-au-aus resistia ao contato. Uma manhã o sertanista foi atingido por uma flecha na omoplata, enquanto escovava os dentes,

e os demais funcionários de Alla Lídia ainda dormiam. Foram acordados pelos gritos de Maia [OESP, 11.3.1982]. Foi um dos raros ataques dos índios no período das chuvas, feito por um grupo uruêu-au-au insatisfeito com os contatos iniciados por outros aldeamentos. Uma semana mais tarde, um outro grupo, com seis crianças, vinte mulheres e dezoito homens, visitou pacificamente os funcionários [OESP, 17.3.1982]. O Posto Alla Lídia foi rebatizado com o nome do piloto Ary D'Alloé, tragicamente falecido, na queda de seu avião na própria pista de pouso, frequentemente fretado para abastecimento do posto de atração.

Um mês depois três índios pediram para dormir na sede, aumentando a amizade com os sertanistas, apesar das dificuldades com o idioma [OESP, 20.4.1982]. Os contatos foram multiplicando-se. Cerca de quarenta índios chegaram em junho de 1982 e a comunicação aumentou através de um índio tenharim, incorporado na "atração" [OESP, 1.6.1982]. Por este intérprete a Funai soube que outros grupos uruêus-au-aus desejavam visitar o acampamento. As visitas foram se fazendo cada vez mais frequentes e duradouras. Benamour Fontes, já de volta, comunicou à imprensa que cerca de cinquenta índios permaneceram uma semana no posto [Jornal de Brasília, 8.7.1983]. Nessa época, a Funai tinha levado catorze caripuna para visitar os uruêus-au-aus, além de ter verificado que os tenharims e parintintins eram perfeitos intérpretes. Alguns meses antes três índios foram levados a Porto Velho, de avião, muito assustados, para tratamento médico, mas seus parentes terminaram por exigir sua volta. Um auxiliar de indigenista discutiu com um índio e foi ferido na coxa [Estado de Minas, 14/1/1983].

### O CONTATO E DJAI

A partir de 1983, o contato foi-se intensificando, em particular com o grupo de parentesco de Djai, que estava com mais de sessenta anos. Inicialmente seu nome era Rarica, mas de tempos em tempos, em acontecimentos marcantes, mudam de nome. Djai e sua gente terminaram por deixar a região do Igarapé Floresta, onde eram permanentemente hostilizados pelos invasores, agora vão até lá apenas para cagar, embora seja seu lugar predileto, explicou Djai. Por volta de 1984, veio morar a uma hora a pé do posto central da Funai, o Alla Lídia ou Comandante Ary, bem no centro da área, numa garganta de montanhas onde foram construídas três malocas.

Djai é careca, e sua fisionomia indica, entre os ascendentes, alguma mescla de seringueiros com índios, mas não fala uma palavra de portugueses, e odiava os invasores com a mesma decisão dos demais uruêus-au-aus, "não respeitavam nada, nem os barreiros de anta e locais de pesca", explicou. Foi quem estimulou os contatos pacíficos, cansado das guerras e confiando na Funai. O grupo que o acompanhava teve várias mortes após o contato, em sua maioria por doenças. Apesar de seus companheiros mostrarem amizade com os funcionários

do posto da Funai, continuaram confrontando-se com os seringueiros e garimpeiros na mata e sua aldeia está em permanente estado de guerra. Um de seus filhos, chamado Boacara pelos funcionários, parece ter grande liderança entre os mais jovens. Na verdade, chama-se Uacáia [Puttkamer, 1987:6].

Contou Djai que faz parte da memória dos mais velhos terem vindo, há muito e muito tempo, da região do rio Madeira e que suas malocas numerosas, há alguns anos atrás, situavam-se na região do Candeias, Jamari, Floresta, Pacaás Novos, Cautário, São Miguel, Maqui, Jaru e Urupá. A última grande aldeia do grupo de parentesco de Djai era no Igarapé Floresta, de onde foram expulsos pelos garimpeiros e pelo Projeto Burareiro do Inera. Insistem, em particular, na cachoeira de Montenegro, no rio Jamari, na altura do Floresta, onde há antepassados enterrados, de uma grande aldeia do passado.

Mocoxi, um índio suruí que trabalhou uma década na "atração", conta que os uruêus-au-aus já não faziam maloca há muitos anos, por temerem os ataques contínuos, "andavam como ciganos". Depois os índios que trabalhavam na Funai passaram a andar com eles, mas eram mais rápidos. Tiraram mais de dois mil invasores. Uma vez tiraram cinquenta garimpeiros, morreram dois. Ficou aterrorizado ao ver como os índios morriam de doenças e os remédios não chegavam. O enfermeiro ficou pouco tempo, cansou e foi embora e os índios ficaram muito tempo sem médico ou enfermeiro, morreram muitos. Mocoxi conta que o próprio Nilson, superintendente da Funai em Cuiabá, lhe propôs negócios com madeira, dizendo que assim poderia pagar seu trabalho e comprar viaturas.

Manguetá, chamado pela Funai de Verruga, é outro chefe de um grupo de parentes. Suas malocas também se situavam ao norte do posto de Alla Lídia. Mantém forte relação com o grupo de Djai. Um dos grupos mais resistentes ao contato é o de um jovem guerreiro chamado Canindé, ligado a Manguetá e a um outro chefe, Taroba. Mora longe, a noroeste do Posto Jamari, mas ninguém visitou suas malocas, a não ser mais recentemente, e não se sabia quantos eram. Demonstra um imenso ódio a quem não é índio, e parece ter muita razão para tanto. Em seu próprio corpo tem ferimentos de chumbo de espingardas de caça. Diz que poderia acalmar-se caso encontrasse sua irmã e sua mãe que foram raptadas após um massacre pelo seringueiro Alfredo, do rio Jaru. Sua mãe faleceu e sua irmã ainda mora com Alfredo, com quem tem filhos, e praticamente só fala o português, mas se dispõe a voltar, para visitar o irmão. A Funai, embora saiba onde está Alfredo, nunca tomou providências. Canindé, pelo menos no início, viveu tenso, revistava os objetos dos funcionários, sempre armado e ameaçador. Djai o acalmava, pedindo que tivesse mais uma vez paciência com os brancos. Ficava pouco nos postos da Funai. No início quebrou tudo. Talvez por influência de Djai, passou a enviar sua gente para ser atendida no posto do Jamari, quando contraiam "doença de branco". No início de 1988, acompanhou pessoalmente dezoito pessoas, com gripe e pneumonia, para serem atendidas. Nos últimos anos suas relações, ao menos com a Funai, melhoraram.

Um dos maiores grupos era o de Mondaua. A Funai, apesar de convidada, nunca foi à sua aldeia, nem a qualquer das mais distantes, como as do Cautário, São Miguel, Serra do Tracuçá, Pacaás Novos ou Muqui. A primeira vez que visitaram o posto, eram mais de sessenta, bastante agressivos, arrombaram os depósitos e serviram-se dos brindes que lhes eram destinados. No início de 1986, mais de 180 índios dos moudauas passaram cerca de um mês no acampamento. Em 1987, 46 deles apareceram em Alta Lídia. Onde estão os outros 140? Não se sabe. Diz-se que uma parte ficou nas malocas, parte nas nascentes do rio São Miguel, parte nas nascentes do Cautário. Quantos morreram? Dois jovens, por perderem todos os seus parentes nas epidemias, ficaram vivendo no posto, com o pessoal da Funai, desde meninos. Um deles tentou conduzir um dos funcionários até a aldeia moudaua. Após cinco dias de caminhada, regressaram. O menino andava muito rápido, e seu acompanhante não agüentou.

Os moudauas explicaram à Funai que estavam cercados por invasores, após a construção da BR-429 e do Projeto Bom Princípio do Inera, ao sul da área. Esta informação ainda não permite localizar suas malocas, porque a estrada trouxe invasores ao Cautário, mas também ao São Miguel. Outro grupo é o de Iguaçara, cerca de cinqüenta pessoas.

Ao norte, não muito longe da fazenda Marechal Rondon, pertencente à mineradora Brumadinho, nas proximidades de uma de suas lavras, vive o grupo de Arimã: também não se sabia quantos eram exatamente. A Funai descobriu uma família, a de Mamóá, que trabalhava contra presentes para os seringueiros, a noroeste da área. Há um outro grupo, chamado pelos demais de Jururei. Estes índios são os que moram fora da área demarcada, nos rios Muqui e Ricardo Franco, na serra de Moreira Cabral, região que vem sendo ocupada em alta velocidade, e onde há projetos do Inera. Colocaram estrepes, dos quais pelo menos quarenta foram encontrados, contra colonos e madeireiras. Dois colonos foram feridos no setor Novo Destino do Projeto de Colonização Alvorada do Oeste. Em 1990, segundo um funcionário do Inera, teriam matado dois colonos na região dos rios Muqui e Ricardo Franco, lançando os cadáveres para o outro lado do rio, como a indicar ao Inera e aos colonos um limite a não ultrapassar.

O presidente da Câmara Municipal de Jiparaná escreveu à Funai pedindo providências: "Vale salientar que estas terras ficam a 4 km da lateral do setor com as terras da Funai, sendo que os índios invasores avançaram 4 km adentro das terras da União, ainda mais, estão perseguindo os lavradores..." [Funai, 8ª DR, 9.5.1986]. Novamente os índios é que são os invasores, na versão do edil. A Funai conseguiu, em novembro de 1986, um contato com um casal na região dos Jurureis. Estavam em uma rede, quando foram surpreendidos. O homem tremeu, de medo e raiva, porque não conseguia alcançar seu arco. A mulher, mais acessível, disse ao intérprete parintinim (cavalba) que eram mais de cinqüenta neste grupo. Marcaram um encontro, mas a Funai não compareceu por falta de recursos. Um funcionário, intérprete parintinim, estimou o grupo

Jururei em mais de uma centena, pelas informações dos demais uruúu-au-au. Nenhuma medida foi tomada e o contato, iniciado, desfez-se. Os índios contam que os moudauas atacaram os Jururei recentemente, por causa de desentendimentos numa troca de casamentos e mataram vários deles. Dizem ainda que outros homens, provavelmente seringueiros ou garimpeiros, também os atacaram. Os Jurureis tiveram, durante algum tempo, contato com um seringueiro da região e viveram muito perto de sua colocação. Enfim não são tão difíceis de encontrar, como alega a Funai. Em 1986 o Inera iniciou o loteamento das terras deste grupo, que ficaram fora da área demarcada.

Há, talvez, outros grupos não cavalbas na área indígena uruúu-au-au, no Parque Nacional de Pacaás Novos e imediações. O mais conhecido é o grupo oroin, em parte já contactado e refugiado no Posto Rio Negro-Ocaia, aguardando. A Funai tarda em retirar os invasores e reinstalá-los em suas terras. Não se sabe se há mais sobreviventes na mata. Os caripunas, assim chamados pela Funai, apesar de cavalbas e não de língua pano como os caripunas do passado, referem-se a um outro grupo, entre a área caripuna interdita e os uruúu-au-au, no Jaciparaná, Capivari e Formoso. A Funai fez uma visita à região, uma excursão de apenas quinze dias. Ouviu lá falar de índios, mas não os encontrou. Entre os rios Candeias e Jamari haveria um grupo caritiana que recusou o contato, segundo informações de índios e sertanistas.

Os uruúu-au-au referem-se ainda a dois grupos presentes na região, que falaria um outro idioma. A um deles chamam arataparaquara. Estariam nas imediações das nascentes do rio Pacaás Novos, ou em outro ponto, a oeste e noroeste da área, seriam "brancos" e não teriam malocas fixas, dormindo no chão. O outro grupo estaria entre o Sotério, o Cautário e o Guaporé, e moraria numa ilha durante as cheias, perambulando pela região na seca.

A Funai, inicialmente, fez contato mais permanente com o grupo de Djai. Com vários outros grupos mantinha contato intermitente, quando visitavam o posto. Calculou em 350 os índios que vieram pacificamente, até 1988 e estimou que podem chegar a mil ou mais na região, ainda desconhecidos.

#### A POLÍTICA INDIGENISTA DA NOVA REPÚBLICA

A atuação da Funai na área deixa muito a desejar, como sempre. Apesar de existirem funcionários dedicados, a tônica da instituição oficial é a omissão, inclusive nos dois temas-chaves: a defesa das terras e da saúde dos índios. Sem dúvida, a responsabilidade maior é da má vontade da burocracia de Brasília, apesar de ter contado, de 1983 a 1988, com recursos extraordinários do componente indígena e ambiental do Polonoroeste.

A própria demarcação, em 1985, deveu-se mais aos conflitos e às mortes, que à ação preventiva da Funai. O Polonoroeste foi, contraditoriamente, um dos grandes responsáveis pelo agravamento da situação destes índios, devido ao

asfaltamento da BR-364, à abertura de vicinais, aos projetos de colonização, estimulando a ocupação e as madeiras. Mas deveu-se à existência dos mecanismos corretivos do programa, como a avaliação, a demarcação e os poucos recursos com que a Funai contou para atuar na região.

Apenas um conjunto de circunstâncias permitiu a uma área de índios, ainda em fase de contato, possuir terras demarcadas. Neste sentido, uma experiência pioneira, apesar de que desde o início temia-se que não sobreviveria, devido aos interesses envolvidos; mas mostrou que é possível. O mais importante fator de pressão para a demarcação da área foi a violência com que os índios a defendiam. Contaram além disso com um conjunto de fatores, alguns circunstanciais como a baixa fertilidade dos solos, nas serras, em sua maior parte e a coincidência com uma área de proteção ambiental conveniada. Foi importante, ainda, a presença de uma orientação mais favorável aos índios, na primeira fase da transição democrática, logo após a queda do governo militar, em alguns órgãos do governo, inclusive na Funai e no Mirad, em 1985, lamentavelmente de curta duração. Acrescenta-se a pressão de grupos humanitários em defesa dos direitos das minorias e do meio ambiente, dentro e fora do país, sobre o Banco Mundial e o governo brasileiro, responsáveis pelo Polonoroeste.

No entanto, a pressa em realizar o contato, geralmente acompanhando o avanço da fronteira econômica e da expansão endocolonial, tem levado a mortandade aos grupos recém-contatados. Tudo leva a crer que os uruêus-au-aus não escaparam a esta triste sina. Apesar de existir em Porto Velho, episodicamente, um médico dedicado nos últimos anos e algumas enfermeiras na área, o atendimento médico é precário e eventual, o que é ainda mais grave nos primeiros contatos. Numa visita em que coincidiu estarem cerca de cem índios no posto, o médico pôde constatar que 90% tinham algum tipo de infecção das vias respiratórias, a maioria pneumonia. Os índios contam que houve sarampo numa maloca, com pelo menos doze mortes, sem nenhum atendimento. Não há dúvida de que foram reduzidos, com o contato, a menos de um terço e continuam a morrer, como ocorreu com todos os grupos contatados recentemente em Rondônia e no norte do Mato Grosso.

Além de ter financiado a demarcação, o Polonoroeste impulsionou as poucas tentativas para sua defesa. Planejou a abertura de postos de vigilância, uma dezena, nunca instalados, porque os recursos perdiam-se na burocracia. Com o IBDF, PM-RO e IEF, houve ações conjuntas de levantamento e retirada de invasores, mas raramente chegavam a bom termo, devido à falta de recursos, pressão política e corrupção de funcionários. As equipes chegaram a contar com o apoio eventual de um helicóptero, alugado pelo Polonoroeste, e nem assim os invasores foram efetivamente retirados, em particular a nordeste da área conve-niada. Em 1988 a Funai obteve uma decisão judicial favorável à retirada dos invasores, quando cerca de trezentos garimpeiros entraram ilegalmente na área. Mas argumentava com a dificuldade de acesso ao local, no Jamari, onde a

invasão era mais numerosa e os garimpeiros tardaram a ser retirados, sendo finalmente expulsos pelos próprios índios. Tudo é feito pela metade.

A tensão das últimas décadas de conflitos e em particular das invasões, marcou profundamente os índios. Evitavam aldeias fixas, viviam em estado de alerta e combate. Em toda a área há tapiris, acampamentos de caça. Deixam roças em vários pontos diferentes. Annazenam produtos em jiraus, para não serem comidos pelos animais e terem como abastecer-se nas caminhadas. Os pontos onde há maior disponibilidade de recursos naturais são, coincidentemente, os mais inseguros e disputados pelos colonos.

A Funai quase nunca pode responder a seus apelos para retirar invasores, ou atender à sua saúde, em pontos distantes dos postos. Assim, estes terminam por atrair os índios, por serem mais seguros e contarem com algum abastecimento e atendimento à saúde. O resultado, como em tantos outros casos, parece ser a tendência à perniciosa concentração dos índios nos postos, onde terminam "integrados" e "nacionalizados", abandonando a área externa que ocupavam. Oito índios foram surpreendidos tomando bebidas alcoólicas com colonos, em Mirante da Serra, apesar de não falarem uma palavra de português, exatamente uma das localidades de onde saem numerosos invasores, em sua maioria garimpeiros. Outros apareceram em Guajarará-Mirim, no rio Mamoré, a passeio, segundo explicaram.

Assim mesmo continuavam resistindo. Em 1986 mataram dez invasores e em 1988 outros dois garimpeiros, para falar dos conflitos de que a Funai tomou conhecimento. Um índio suruí e sua mulher doente, ambos trabalhando para a Funai, foram seriamente ameaçados de linchamento por moradores de Mirante da Serra. Quando as eleições se aproximam, os políticos estimulam novamente invasões.

Enfim, uma sucessão, uma espiral de incuria do poder público. Seu ponto alto é a administração de Romero Jucá na presidência da Funai. Com ele instalou-se um grupo sem qualquer experiência indigenista anterior e aliado a interesses que são estranhos aos índios. Não cabe fazer aqui, porque longa, a análise desta fase, ao nível nacional semelhante ao período de degradação do SPI, que o levou à sua extinção em 1967, por desmandos e corrupção.

Quanto aos uruêus-au-aus, Jucá e sua equipe assinaram dois contratos de venda de madeira de lei, em troca de trabalhos na área, em particular a abertura de uma estrada interna e pistas para helicópteros. Em 1985, a Funai, em operação conjunta com a PM-RO e o ex-IBDF, havia conseguido paralisar os trabalhos das madeiras Uruêu e Cometa, nas proximidades de Jaru, dentro da AI Uruêu-au-au e do Parque Nacional de Pacaás Novos. A ação deveu-se ao Acordo Interinstitucional para Defesa da Fauna e Flora de Rondônia, criado por mecanismos corretivos do programa Polonoroeste, numa tentativa de breicar o impressionante desmatamento no Estado, através da ação conjunta de órgãos estaduais e federais. Na mesma intervenção, o ex-IBDF, a Funai e a PM-RO apreenderam onze mil metros cúbicos derrubados pela madeireira Uruêu, três

mil pela madeira Cometa e várias máquinas e equipamentos. Apenas em madeira nobre, estimou-se em cerca de oito milhões de dólares os prejuízos aos índios. Ao somar-se as invasões de colonos, agropecuárias, garimpos, mineiras, os índios perderam uma fortuna em recursos naturais, centenas de milhões de dólares.

A Funai abriu licitação para a venda da madeira apreendida. A presidência da Funai, curiosamente, anulou a concorrência, mostrando disposição em negociar com as próprias madeiras invasoras, em resumo, premiando-as pelo esbulho, para "regularizar uma situação de fato", segundo um responsável pelo patrimônio indígena da administração Jucá. Em 28 de setembro de 1987, o próprio presidente da Funai, Romero Jucá, assinou, com a Cometa, um contrato de alienação de 9 322 metros cúbicos de madeira, em toras de cerejeira, ipê, mogno, angelim e cedro. Trata-se de uma "permuta", contra a construção de 45 quilômetros de estradas de acesso aos postos da Funai no interior da área, um Toyota e uma enfermaria equipada. Em 5 de dezembro de 1987 é assinado, com a Unimar, um segundo contrato de alienação de duas mil árvores desvalizadas, em troca de 25 quilômetros de estradas, dois postos de vigilância com heliportos, ou seja, um terreno terraplanado. O governo dispunha de recursos do Polonoroeste, o que torria mais suspeitos os contratos feitos pela Funai. As obras nunca foram realizadas.

A prática dos contratos de madeira tornou-se corriqueira na Funai, como já o fora no SPI, com os domínios da EFMM. Jucá chegou a abrir um escritório especial em um dos edifícios comerciais de Brasília. Sabedora das limitações legais para negociar madeira dos índios, a esperta equipe de Romero Jucá optou pela permuta, que dispensa licitação. Houve dezenas de contratos deste tipo apenas em Rondônia. Não é necessário insistir na grave lesão aos índios que representam os negócios da administração Jucá, com a alienação de recursos naturais de suas terras, a madeira em particular, quando a lei lhes garante o exclusivo usufruto. No caso de grupos isolados, a situação é ainda mais delicada. A imprensa chamou atenção à questão, em particular a revista *Senhor*, com o artigo "Índio Dá Dinheiro" [*Senhor*, 27.10.1987]. Antes disto, a avaliação do Polonoroeste havia revelado a corrupção de altos funcionários da Funai, envolvendo inclusive jovens lideranças indígenas, em detrimento das comunidades, em particular no Parque do Aripuanã [Mindlin, 1987:51].

O ex-IBDF/Ibama constatou tais abusos, segundo relatório da divisão de fiscalização [JB, 5.8.1987]. O procurador geral da República, Sepúlveda Pertence, pediu a abertura de inquérito "a caráter urgente" [JB, 6.11.1987]. Um procurador da República, Gilmar Ferreira Mendes, disse, por sua vez, que a "procuradoria tem motivos para desconfiar da lisura dos contratos porque, ao adotar a permuta, que é um instituto legal, a Funai estaria fugindo da licitação pública, o que não ocorreria no caso de contrato de compra e venda" [JB, 7.1.1987]. Esclareceu que, mesmo não sendo crime comprovado, há matéria suficiente para um processo administrativo, que poderia determinar o afasta-

mento de Jucá. Os contratos de alienação de madeira, feitos na área dos urubus-au-aus, terminaram por provocar a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa de Rondônia, infelizmente corroida por litígios entre facções políticas.

Finalmente, o Tribunal de Contas da União decidiu, por unanimidade, pedir intervenção na Funai [JB, 1.8.1987]. Romero Jucá confirmou, então, que tais contratos existiam para "colocar um pouco de ordem numa situação de fato", e que a Funai precisava de recursos. O TCU voltou a dar um prazo de trinta dias para que a Funai prestasse esclarecimento sobre os "contratos sigilosos" para extração de madeira em áreas indígenas em Rondônia com empresas desconhecidas na região" [JB, 13.11.1987]. Enfim, onde havia matéria, e escândalo, para derrubar um governo, as denúncias mal chegaram a arranhar a semi-certimônia da administração Jucá. Iniciativas poderiam ter sido tomadas, por exemplo, pelo Legislativo, mas o Congresso se ocupava da Constituinte. Quanto ao Executivo, orientado pelos militares do *bunker* da "segurança nacional", envolvidos, pela política indigenista da Nova República e controlando-a, não fez senão solidarizar-se com a administração Jucá. A impunidade levaria Jucá, e seu grupo, cada vez mais longe: premiado com o governo de Roraima, por nomeação de Sarney, foi o responsável pela invasão dos garimpeiros nas áreas ianomânis.

#### A SEM-CERIMÔNIA DA COLONIZAÇÃO OFICIAL

Podia-se supor que a chegada do Inera à Rondônia evitasse repetirem-se as desastrosas incidências de colonizações privadas em área indígena. Na década de 60, colonizadoras particulares vendiam lotes à vontade. A colonizadora Itaporanga, por exemplo, vendeu as terras surru (paiter), provocando conflitos e mortes, sem jamais regularizar a situação dos compradores [Mindlin, 1985:133].

Incapaz de promover a reforma agrária no sudeste do país, onde se davam os confrontos, e encontravam-se os sem-terra, o regime autoritário decidiu exportar mão-de-obra para a Amazônia. Após o fracasso das agrovilas, e da Transamazônica, foi a vez do sudoeste amazônico. O Inera de Rondônia, então Território em vias de tornar-se Estado, contou com privilégios ímpares. Tornou-se a principal instituição do futuro Estado, confundindo-se com o governo do Território e impondo-se a ele. Cerca de mil funcionários, aviões, helicópteros, ar condicionado, nada faltava para resolver, de maneira fácil, a guerra fundiária que pipocava no país, através do estímulo à migração dos miseráveis sem-terra, pela distribuição de lotes em terras públicas devolutas, embora inférteis.

O Projeto Burareiro constitui, sem dúvida, um dos melhores exemplos de Terras pouco férteis, todas proibidas de ocupação e desmatamento, por serem

nascentes e encostas. Situado nas proximidades de Ariqueemes, avança sobre o igarapé Floresta, que, como revelam numerosos documentos, é um dos pontos mais tenazmente defendidos pelos índios nas últimas décadas. Foi neste projeto do Inkra que saíram vitimados, entre outros, os filhos do seringueiro Prestes e Daniel Castro. Em nota divulgada pelo jornal *Alto Madeira*, em 9 de outubro de 1979, Apoena Meirelles, então delegado da 8ª DR-Funai, dizia:

A Funai não pode ser responsabilizada pelas vidas de inocentes que, sem nenhuma orientação, são assentados em área de índios não contatados, como é o caso dos uruê-us-au-ans.

Os contatos entre o Inkra e a Funai eram praticamente inexistentes. Não havia, por parte do Inkra, uma sistemática de consulta prévia à Funai, em caso de assentamento. O Inkra limitava-se a divulgar proclamas de arrecadação fundiária e a Funai podia manifestar-se, ou não, em seis meses, caso lesse o jornal apropriado, como qualquer particular interessado. Quanto à Funai, jamais acompanhou de perto os projetos do Inkra. É curioso que, para obtenção de certos créditos governamentais, ou isenção fiscal, exige-se uma certidão negativa de presença indígena. O Inkra, no entanto, atuava como se não pertencesse ao mesmo governo que a Funai, e vice-versa.

O sertanista Benamour Fontes relatou, após o ataque à família Prestes:

No Inkra, estive com o executor do Projeto Burareiro, o qual depois de eu ter entregue a cópia da Portaria 508/N, de 26.6.1978, que delimita a área para os índios uruê-us-au-ans, e um mapa da região com os limites, fomos conferir com o projeto do Inkra, e verificamos que o mesmo tinha penetrado na reserva pela margem direita do igarapé Nova Floresta, e margem esquerda do rio Januari, inclusive já loteado e distribuído a colonos pelo Inkra. Com o mesmo executor, confirmamos do rio Jaru, nas proximidades da foz do igarapé Uí-Anã, saindo nas margens esquerda e direita penetrações foram assinadas pelo executor, em vista dos mapas existentes na sede do Inkra de Ariqueemes [Funai, 8ª DR, 7.11.1979].

Apesar das declarações em contrário, o Inkra, como o setor privado, procurava avançar primeiro nas terras indígenas, para resolver o problema depois. Um de seus responsáveis admitiu um recuo parcial no vizinho Projeto Adolpho Rohl, no Jaru, evitando ainda mais conflitos [Alto Madeira, 24.7.1979]. Mas está claro que o Inkra não respeitou a interdição de 1978. Os lotes do Projeto Burareiro estavam sendo discriminados no mesmo ano de 1979, em que se deram as mortes no igarapé Floresta. A família Prestes, por exemplo, foi atacada exatamente quando desmatava seu lote, recém-recebido do Inkra. Os seringueiros das vizinhanças, mais antigos na região, atribuíram os ataques às picadas demarcatórias feitas pelo Inkra, que enfureceram os índios.

As mortes convenceram o Inkra, pelo menos provisoriamente, a desaconselhar, e até a proibir, a ocupação dos lotes pelas 113 famílias, então previstas para serem instaladas entre as linhas C-0 e C-15 do PAD-Burareiro. Os jornais relataram que "a medida foi tomada apenas para dar segurança aos colonos",

segundo informação do Inkra. O próprio coordenador do Inkra, Reinaldo Galvão Modesto, diz que o órgão "pretende assentar mais duzentas famílias na zona agora interditada" [O Liberal (PA), 26.2.1980]. Não se fizeram esperar. Em 15 de dezembro de 1980, a Coordenadoria Especial no Território de Rondônia do Inkra, pelo rádio n. 252,

"comunica que todos os parceliros das linhas C0, C3, C10 e C15 do PAD-Burareiro estão liberados para reiniciarem suas atividades agrícolas" [SDS CETR/C, Inkra].

Imediatamente, os executores do PAD-Burareiro reconvocaram os 113 interessados a apresentarem-se na sede administrativa do projeto, até 14 de outubro de 1980. Note-se que a decisão do Inkra de ocupar as terras, à revelia da presença indígena, é evidente. Está documentada nos processos do PAD-Burareiro. A morte dos filhos de Prestes dera-se em 27 de outubro de 1979. Os pretendentes do PAD-Burareiro receberam sua LO, do Inkra, após o ataque. Por exemplo, a LO de Henrique Almeida Ramos, para o lote n. 52, gleba 33, foi expedida em Brasília, com o n. 48, em 26 de novembro de 1979. A de Dorival publicada em Brasília, para o lote 53, da gleba 33, foi publicada pelo Inkra em Gonçalves de Carvalho, para o lote 53, da gleba 33, em 10 de dezembro de 1979. Ou seja, um mês após as mortes, o Inkra expediu documentos para ocupação de lotes no mesmo local, e vizinhanças, apesar das solicitações em contrário da Funai.

Mais grave: um ano depois, o Inkra, entre 8 e 18 de novembro de 1980, regularizava como título definitivo estas 113 licenças, "para ocupar e explorar efetivamente os lotes". A ausência de benfeitorias, exigidas por lei para a regularização da ocupação, foi escamoteada, perdoada e atribuída pelo Inkra à Funai, que determinara "a paralisação temporária de qualquer atividade agrícola nas áreas respectivas, face ao trabalho de atração promovido pela Funai, aos limites da área indígena uruê-us-au-ans", conforme a folha circular impressa para a regularização dos 113 assentados na faixa do PAD-Burareiro, onde os índios atacaram [CETR, Inkra].

Não há dúvida de que o Inkra pretendia assentar colonos, deliberadamente, em área indígena, contra o parecer da Funai. O relato de Costa mostra que alguns colonos também agiam de má-fé:

Finalmente, entrevistamos vários colonos, que estão morando nas margens da rodovia 421. Estes colonos haviam sido retirados dos seus lotes, às margens do rio Januari e do igarapé Nova Floresta, quando a equipe da Funai interditou a área no início da Expedição uruê-us-au-ans. Quase todos estes colonos tiveram suas cabanas saqueadas no verão de 1979. Muitos deles não comunicaram o fato ao Inkra e à Funai, com medo de perderem seus lotes. A impressão que tivemos é que, estes colonos, pretendem voltar assim que ocorrerem os primeiros contatos pacíficos com os uruê-us-au-ans, o que causará um grave problema para todos, em especial para o índio, que inclui estas terras dentro do seu território de caçadas [Costa, 1984:84].

Um relatório do Cimi-RO, de 1981, vai no mesmo sentido:

[...] o Incra está cortando [...] todas as terras, também aquelas onde é por todos reconhecida a presença de índios. O mesmo fiscal do Incra, no dia em que entregou os lotes aos colonos, no setor onde se deu o ataque, teria afirmado - "tenham muito cuidado porque aqui deve ter índios..." [OESP, 26.11.1981].

A Funai, devido aos repetidos ataques exteriores à área interdita pela Portaria 508/N/1978, de 879 900 hectares, propõe ao Incra uma nova interdição, na forma de um polígono, com 1 840 000 hectares. O Incra [17.6.1980] responde à 8ª DR, exagera, dizendo que a nova interdição "prejudicará, sensivelmente, 996 famílias já assentadas, das quais 50% possuem documentos de terras, e a demarcação de 2 921 parcelas em fase final de execução, e com elevado investimento aplicado pelo Incra". O Incra confundia sua vontade de ocupar com ocupação de fato. O polígono, proposto pela Funai, continha apenas índios, salvo alguns seringueiros tolerados e incursões de garimpeiros. Apesar disto, a Funai de Brasília recua. Apoena Meirelles ainda pede que "se evite assentar colonos nas proximidades da confluência dos rios Jamari e Floresta", e conclui: "Fica liberado o restante da área, não obstante os riscos que os colonos correrão ao habitarem em área de perambulação de índios arreliados" [Funai, 8ª DR, 20.6.1980].

Posteriormente, em negociação direta entre Apoena Meirelles e o coordenador do Incra em Rondônia, Reinaldo Galvão Modesto, a área interdita é ampliada, diminuindo os prejuízos aos planos do Incra, mas excluindo da colonização o igarapé Floresta, conforme o parecer de José do Carmo Santana, o sertanista Zêbel, então dirigindo a frente de atração. No entanto, a Funai jamais efetivaria a nova interdição, recomendada pelos sertanistas, permitindo, mais uma vez por omissão, a ocupação do igarapé Floresta pelo Incra, apesar da oposição dos índios e do parecer contrário de seus funcionários.

A reocupação pelos colonos foi lenta - os titulados temendo os índios -, nunca chegaria a completar-se. Quando se iniciou, na seca de 1983, a resposta não se fez esperar. Em dezembro do mesmo ano, os índios, na mesma gleba 33 do Projeto Burareiro, onde em 1979 os uruêus-au-aus haviam morto os filhos de Francisco Prestes, mataram, com 34 flechadas, o colono Braulino. Além de provar a determinação dos índios, demonstra a criminosa ação endocolonial de espoliação deliberada. Lembra-se que o outro morto de 1979, Daniel Castro, fora flechado nas vizinhanças da gleba 34, no mesmo igarapé Floresta.

Resumindo, tem-se que, em 1980, o Incra, mesmo após as mortes e o rapto dos filhos do colono Prestes, e de Daniel Castro, nas glebas 27 a 33 então imobilizadas, tinha distribuído 113 lotes no PAD-Burareiro. Apesar de ocorrer ainda a morte de Braulino, em 1983, o Incra não desistiu de ocupar a ponta sul do PAD-Burareiro. A Funai termina por insistir apenas numa estreita faixa em torno aos rios Floresta e Jamari, cortando 17 600 hectares do PAD-Burareiro, como determinado pela demarcação. Em 1985, finalmente, quando a Funai pede a interdição parcial do PAD-Burareiro, até a cachoeira de Montenegro, no rio

Jamari, a regional do Incra em Rondônia afirma que tal decisão atingiria 176 parcelas já atribuídas a colonos, na marra [Incra, DR-17, 30.4.1985]. Em levantamento feito na sede da DR-17, Incra-RO, a pedido do Mirad, encontramos expedidos, de fato, e irregularmente, apenas 113 títulos definitivos [Incra, DFT, 4.6.1985].

Outro levantamento feito pela Funai, em 1984, com o executor do projeto, verificou apenas cinquenta pretendentes [Funai, Processo 0030/1985, pp.150-152]. Destes, quinze não dispunham de título definitivo. Ou seja, o Incra passa a entregar uma grande quantidade de lotes, e expedirá às pressas 73 títulos definitivos, apesar de conhecer a intenção da Funai de interditar a área do igarapé Nova Floresta, até a cachoeira citada. O pior é que, dos 113 titulados, nenhum ocupava os lotes. Segundo o sertanista Hugo Pedro da Silva, ex-chefe da frente de atração uruêu-au-au, apenas três seringueiros persistiam na área, após a morte de Braulino. Os índios tinham convencido os colonos a saírem, mas o Incra se recusava a abandonar a ponta sul do PAD-Burareiro. Os colonos terminaram por revender seus lotes em contratos privados a grupos econômicos de Ariquemes e Jiparaná, agropecuárias, madeireiras e mineradoras, enfim, aos senhores que manipulavam o Incra.

Apesar de reconhecer que, "face à ausência de estradas de acesso, acredita-se que a atual ocupação desses lotes é precária", o Incra pede ao Mirad nova verificação *in loco*, pretendendo também recuar a interdição da Funai até o igarapé Floresta, obstaculizando e procrastinando a interdição da área [Incra, DFT, 4.6.1985]. A Funai fez o levantamento, e os funcionários do Incra temiam ir ao local, confirmar as informações da Funai. A Funai pretendeu, em 1984, interditar parte da gleba Rio Alto, atravessada pelo igarapé Nova Floresta. O Incra de Rondônia [30.4.1985] afirma ter demarcado 288 parcelas no local, em 1982. Verificação feita, a pedido do Mirad [Incra, 4.6.1985], constatou-se que, "segundo os elementos disponíveis na sede da DR-17/Incra, não se confirmou a expedição de documentos de titulação para esta área. Face ao sobrevôo realizado, identificamos que essa área não dispõe de estradas de acesso, e não foi possível identificar desmatamentos". Eis como o ex-presidente do Incra, Paulo Yokota, pretendu anunciar ao país, ao final do governo Figueiredo, o milionésimo título da reforma agrária, colonizando "na marra", confrontando colonos e índios. A omissão da Funai tinha seu paralelo na ação descontrolada e criminosa do Incra.

A área interdita para os uruêus-au-aus, em quase todo o seu contorno, limita-se com projetos do Incra. O PAD-Burareiro é um desdobramento do PAD-Marchal Dutra. Esperava-se, no Incra, apenas uma solução para os índios e o Burareiro seria ampliado em centenas de milhares de hectares, com a gleba Rio Alto. Indo de norte a leste, temos os projetos Adolpho Rohl, Urupá e Ouro Preto, e as glebas Novo Destino e Jaru, que permitiam novas ampliações. A abertura da BR-429, que se tenta asfaltar, permitiu a ampliação dos projetos do Incra a sudeste e sul da área, em particular com o projeto Bom Princípio e outros,

ditos de "assentamento rápido", ou seja, improvisos eleitorais irresponsáveis. Mesmo para o sudoeste, oeste e noroeste da área, em direção à Bolívia, havia planos de ocupação, como aqueles para as glebas Terra Firme, Samuína e o projeto Soldados da Borracha. No afa de ocupar, nada mais interessava. Esta região de Rondônia, no início da década, ainda era lugar de índios e seringais. Questões como a proteção das nascentes, ou a qualidade dos solos, eram consideradas irrelevantes diante do interesse de assentar colonos, mesmo em terras improdutivas.

Para tal avanço o Incra dispunha de recursos de toda ordem, ou do Polonoreste, ou do Finsocial, ou organentários. O que interessava, em particular no governo militar, era colonizar, tentando escamotear os temas de fundo da questão fundiária, como a reforma agrária. A fragilidade, a imprecisão, enfim, a inconsistência dos títulos dos seringais permitia ao Incra considerar a maior parte das terras como devolutas e disponíveis, salvo raros acordos administrativos com seringalistas decadentes, em virtude de processos judiciais, em que o Incra estava sempre em posição de força. Quando os títulos dos seringalistas eram revendidos a agropecuárias, madeireiras e mineadoras, com melhores advogados, o Incra enfrentava maiores dificuldades judiciais.

O outro empicillo, ou o único, eram os índios, no que colaborava a omissão e a incompetência da Funai. A tática era ir avançando e demolir os obstáculos à medida que se apresentavam. Com cerca de duzentos mil colonos chegando à Rondônia anualmente, em 1984 e 1985, o Incra tentava aumentar sua capacidade de assentamento, restrita a cerca de três a quatro mil famílias por ano. Daí os disparates provocados pelo PAD-Burareiro. Pertencia à categoria dos melhores projetos. Quanto mais distantes dos centros urbanos, maior o controle, a corrupção, a indústria cartorial e das "marcações", objetivando posse. O possessor, necessitado ou profissional, antecipava-se ao próprio Incra, uma vez sabedor de um futuro projeto, em particular os chamados de "assentamento rápido".

No Projeto Burareiro acompanhou-se o Incra avançando, apesar de conflitos de morte entre colonos e índios, e da presença de um posto da Funai no Igarapé Floresta. A Funai de Brasília, por seu lado, conciliando por omissão, nunca procedeu à interdição do Igarapé Floresta, pedida pelos sertanistas da área, como Apoena Meirelles, José do Carmo Santana (Zébel) e Hugo Pedro da Silva. São necessárias novas mortes para que se faça a interdição, ampliando a Portaria 508/N/1978, em 1985. Antes da interdição de parte do Floresta, a pedido dos outros membros do grupo de trabalho de 1984, Apoena encarrega Hugo, ainda mais uma vez, de perguntar aos índios sobre a possibilidade de ceder a ponta sul do Burareiro, evitando desentendimentos com o Incra, recebendo um não decidido de Djai, por causa da cachoeira de Montenegro e da antiga aldeia.

### A DEMARCAÇÃO E O INCRA

O Decreto n. 91 416, de 9 de julho de 1985, ampliou a área uruêu-au-au, respeitando linhas-limite do Incra, e confrontando-se com elas, particularmente a norte e leste, embora limites naturais fossem mais apropriados para terras indígenas, por serem mais facilmente identificáveis. O avanço dos projetos de colonização já não permitia o uso dos rios ou encostas como limites. Caso fosse respeitada a lei, o Incra teria reassentado imediatamente pequena parte dos 113 títulos indevidamente, por razões sociais, ao menos os mais desfavorecidos, havendo na altura terras e recursos disponíveis para este fim. A maioria destes 113 títulos nunca ocupou seus lotes no Burareiro, condição para a titulação definitiva, que o Incra criminosamente havia desconsiderado. Para o conjunto dos pontos atingidos pela interdição, onde houve sobreposição a projetos do Incra, com 634 parcelas programadas no papel para serem distribuídas, num total de 56 100 hectares, a Funai identificou, em levantamentos fundiários, apenas quinze ocupantes de fato, em sua maioria seringueiros tolerados pelos índios.

Tal situação é surpreendente. Em 1 832 000 hectares, onde se encontram sobrepostos o Parque Nacional de Pacaas Novos e a Área Indígena Uruêu-au-au, havia, em 1985, apenas quinze ocupantes, na maioria com menos de um ano [Funai, Proc. 00030/85: 134]. Acrescentem-se os 45 seringueiros de Luciano, não residentes, contratados sazonais para a safra, e uma família de empregados do seringal São Tomé. Esta situação demonstra a alta mobilidade e a grande combatividade dos uruêu-au-aus, que surgiam inclusive fora da área interdida, já imensa em si mesma. Mas demonstra também os obstáculos de acesso a uma região pouco fértil, montanhosa e encachoeirada.

O grupo de trabalho da Funai, dadas as evidências da presença indígena, chegou a estudar mais 55 mil hectares, tendo como limite sudeste a própria BR-429. O levantamento fundiário, no entanto, identificou ali desmatamento e ocupação praticamente irreversíveis. Os colonos ocuparam as margens da estrada, valorizadas e a escolha da rodovia como limite obrigaria ao reassentamento de cerca de mil famílias de colonos sem terra. A operação exigiria imensos recursos, mil novos reassentamentos e uma desgastante operação de tipo militar. A ocupação, feita por "marcações", ditas espontâneas, estimuladas por funcionários do Incra e políticos locais, deu-se antes de uma interdição, o que complicaria a questão, com o alegado desconhecimento anterior de presença indígena. O grupo de trabalho resolveu pela liberação do Projeto Bom Princípio, devido à ausência de informações recentes de presença indígena e numerosa quantidade de invasores vindos pela BR-429, às imediações do rio São Miguel. Foram liberados então os 55 mil hectares da margem direita da BR-429. O Incra terminou dispondo das margens da estrada.

Não é o caso do Projeto Burareiro, apesar dos títulos de "ocupação", nem da gleba Rio Alto, uma vez que não passavam de projetos de assentamento

no papel, seus lotes, em sua absoluta maioria, não estavam efetivamente ocupados, nem mesmo havia estradas de acesso. No Bom Princípio, na beira da BR-429, a ocupação fez-se à revelia de um projeto oficial do Incria, em menos de um ano, permitida pela estrada, inexistente no Burareiro. Apesar deste recuo, em área onde os índios seguramente não sobreviveram, raramente a Funai manteve tamanha firmeza contra interesses políticos e econômicos de monta. É óbvio que funcionários capazes de tamanha pertinácia terminaram demitidos, marginalizados ou transferidos, acusados de romantismo e irrealismo político, apenas por tentarem cumprir suas funções. Deixaram demarcada uma área de preservação das mais importantes do país.

Parecia que tal medida poderia dar um impulso decisivo à defesa da área. O Incria de Rondônia calculou a perda real em terras colonizáveis em cerca de trezentos mil hectares, lamentando, em particular, partes das glebas Bom Princípio, Nova Fronteira e Samaúma, que se tornaram indisponíveis, e onde planejava assentar colonos, apesar de muitos de seus técnicos admitirem a presença indígena e a baixa qualidade dos solos, confirmada pelos estudos de Feartside [1986:229]. Diminuíram, pelo menos, as pretensões de lotear o conjunto das glebas Rio Alto, Conceição, Terra Firme, Samaúma, impedindo, em parte, planos de novos projetos de assentamento em outros locais de presença indígena comprovada, além de solos pobres.

A Funai liberou também mais de cem mil hectares do Projeto Soldados da Borracha, na gleba Samaúma, interditados na Portaria 508/N/1978 e liberados pelo Decreto 91 416, por não ter ali notícias recentes dos índios. Uma pequena ponta do setor Evandro Cunha, do Projeto Soldados da Borracha, permaneceu interdita, onde havia dezoito licenças de ocupação, também sem acesso ou residentes. Todos estes seringueiros podiam ser reassentados facilmente nos 155 mil hectares liberados, embora não tivessem ocupado seus lotes, o que lhes acarretaria perda dos direitos, mas, por razões humanitárias, pelo menos os desfavorecidos mereciam alguma compensação pelos erros do Incria, que dispunha de recursos e terras para isto.

Na altura da demarcação, os seringueiros eram a última prioridade do Incria de Rondônia, ou teriam sido reinstalados em reservas extrativistas. A maioria dos soldados da borracha contemplados já se encontrava inativa, com idade avançada, e receberam os lotes praticamente para revender, como uma indenização.

A Funai obteve da Justiça Federal, em 1988, uma liminar em favor da reintegração de posse aos uruêus-au-ans, e procedeu à retirada de 42 famílias que aguardavam reassentamento na região do Jaru. Mas o Incria-Mirad continuava procrastinando a retirada dos invasores do Burareiro, onde há interesses maiores.

O levantamento da área uruêu-au-ans identificou outros grandes invasores, como descreve um dos advogados do Incria:

Pelos contatos mantidos, tivemos ciência de propósitos de terceiros para o estabelecimento de posse, para postular futuro reconhecimento pelo Poder Público, destacando-se personalidades notáveis da cidade de Ji-Paraná, e, em particular, o empreendimento denominado "Three Boys", em que se denuncia inclusive processo de escarificação branca. Face ao sobrevôo realizado, confirmamos a existência de vários focos de desmatamentos no âmbito da gleba Bom Princípio, alguns de relativa expressão. Recomendamos um posicionamento do Poder Público contra essas pretensões de relativa expressão. [Incria, 4.6.1985].

As terras à margem da BR-429 alcançaram uma tal valorização que sua ocupação se dava na medida do avanço da construção da própria estrada.

Após tantos incidentes o Incria procurou, algumas vezes, informar-se com antecedência da presença indígena em áreas de futuros projetos, nas imediações. Consultas foram feitas, por exemplo, para o Projeto Terra Firme, em solos péssimos, em volta da serra dos Uopianes [Incria, 5.9.1984]. Normalmente a Funai tinha dificuldades em responder, e o Incria o sabia; tratava-se mais de um novo desencargo burocrático. Neste caso, por exemplo, foi uma circunstância que ajudou os índios. Apesar de a presença dos índios nesta gleba constar num estudo para interdição feito por Benamour Fontes, em 1977, a área não foi interdita pela Portaria 508/N/1978. Mas, em 1984, um técnico do IBDF, com o avião e piloto do próprio Incria, durante um sobrevôo, verificou a existência de três aldeamentos indígenas, "na localização 11°30' S e 63°30' W", o que obrigou sua inclusão na interdição de 1985 e impediu o loteamento da gleba pelo Incria. Trata-se das cachoeiras do Cautário, onde todos os relatos históricos referiam-se à presença indígena [Funai, 8ª DR, 12.9.1984].

#### NA AVENIDA PAULISTA

Ao mesmo tempo em que o Incria tentava avançar sobre as terras indígenas, permanecem cautelosos, mas prontos a aproveitar qualquer deixa, poderosos interesses privados ligados à mineração e à especulação fundiária.

Em conferência pronunciada em 1916, Rondon comentava:

Serões onde nunca pisou homem civilizado já figuram nos registros públicos como pertencentes aos cidadãos A ou B; mais tarde ou mais cedo, conforme lhes soprar o vento dos interesses pessoais, esses proprietários - cara Deum soboles - expellirão dali os índios que, por uma inversão monstruosa da moral, serão então considerados e tratados como se fossem eles os intrínsecos, salteadores e ladrões [1916:45].

Os anos passaram, e tais títulos chegaram às mãos de empresas modernas, com advogados e uma espiral de conexões, em particular durante os governos da ditadura militar. A região do Igarapé Floresia foi sempre disputada pelos índios e seringalistas, e, no pós-guerra, pelas mineradoras. A região é limítrofe à reserva estamifera de Rondônia. Já foram relatados os choques entre os índios e as empresas Arruda & Cia. (1917 a 1952), até que, endividados, os

irmãos Arruda perdem os seringais Santa Cruz e Canaã Central para o BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S.A.

A verdade é que estes seringais, no Jamari, jamais foram ocupados integralmente, e eram disputados à bala, a cada safra, aos índios. Foram registrados como posses na Delegacia Fiscal de Mato Grosso, em Manaus. Em 1936, tinham o prazo de doze meses para serem demarcados. Recorde-se como Benjamin Rondon relatou o quanto era difícil a tarefa, devido aos "Índios bravos". Em 3 de outubro de 1941, o presidente da República autorizou, por despacho, a revalidação dos lotes requeridos, lotes que, novamente, não foram demarcados, nem ocupados. Curiosamente, eram cedidos aos seringalistas e não aos seringueiros que efetivamente os ocupavam, e sem prévia vistoria ou comprovação de ocupação.

Os Arruda sempre atribuíram aos índios as dificuldades para pagarem seus débitos com o BCA. Em 1953, o banco obteve o imóvel por execução judiciária, e o revendeu à Almeida & Cia., e esta a Flodoaldo Pontes Pinto, todos repellidos pelos índios. Flodoaldo Pontes Pinto vendeu os seringais Santa Cruz e Canaã Central a João Arantes Júnior, estimados em 314 mil hectares, em 21 de dezembro de 1973, parcialmente incidentes na área indígena. Na mesma semana, por escritura pública de doação em pagamento e quitação, entregou mais 74 140 hectares dos mesmos seringais à Parapanema S.A., Mineração e Construção. João Arantes Júnior e outros registraram no Incra, apenas nesta região de Rondônia, 422 882 hectares. Apesar de aparecerem no cadastro do Incra como pessoas físicas, todos os detentores das catorze parcelas têm como endereço a Avenida Paulista, nº 1765, 9º andar, conjunto 92. Numa rápida verificação, pode-se descobrir que o endereço é a sede da Gainsa Agropecuária S.A. Dos catorze imóveis, doze tornaram-se pretensões de posse de João Arantes Júnior e de sua família.

Este grupo econômico, uma espécie de hidra do mundo dos negócios, com braços na Bolívia e Paraguai, tinha já, antes da definição da área uruêu-au-au, um litígio com o Incra. O Projeto Burareiro ocupou 55 800 hectares da Gainsa Agropecuária S.A., pretendendo assentar 830 famílias. A Portaria 508/N, de 1978, interditava igualmente parte da área. O Incra buscava um acordo administrativo com os proprietários da Gainsa. A interdição da área uruêu-au-au, pelo Decreto 91 416, de 9 de julho de 1985, da Presidência da República, excluía as sedes, mas compreendia toda a parte pretendida pelos seringais Santa Cruz e Canaã, situada ao sul da cachoeira de Montenegro, aliás, antes já na mira do Incra, para desapropriação. Esperava-se apenas a ação da Funai, devido aos repetidos ataques dos índios na área.

Notável a articulação desses interesses com personalidades do governo militar. Em 13 de julho de 1984, o presidente do Incra, Paulo Yokota, pede à Funai a criação de uma comissão mista para realizar um

[...] levantamento, o qual permitiria identificar as áreas não comprometidas com ocupação indígena [...] além de oferecer elementos seguros para a composição com o proprietário do remanescente dos imóveis referidos (Santa Cruz e Canaã)... [além de] possibilitar a definição, em termos definitivos, imóveis referidos para os sílvcolas que habitam a região, os quais, convém observar, não ocupam a área necessária para os sílvcolas que habitam a região, os quais, convém observar, não ocupam toda a área indicada na Portaria 508/N, de 26/6/1978, já mencionada [Funai, Proc. 5020/77].

O Incra tinha desapropriado parcialmente os títulos da Gainsa e lhe havia prometido centenas de milhares de hectares da área interditada para os índios, como compensação, como se pudesse dispor dela. O Incra havia perdido para os proprietários dos títulos uma demanda judicial em primeira instância e procurava um acordo administrativo, menos desgastante e ariscado que a decisão final do processo judicial. Na verdade, prometia a terra indígena, sobre a qual não tinha jurisdição. Os proprietários, por sua vez, sabiam-se detentores de títulos precários, sobre terras nunca demarcadas, sempre disputadas aos índios, portanto contestáveis. Tais títulos refletiam os desejos e tentativas de expansão de seringais durante a safra, com frequência sem limites claros, de rio a rio, dezenas ou centenas de milhares de hectares, verdadeiras semanarias. O Incra não reconhecia tais títulos, apenas procurava evitar conflitos judiciais desgastantes.

Com a interdição definitiva, pelo Decreto 91 416, tanto o Incra quanto os detentores dos títulos do Santa Cruz e Canaã viram prejudicadas suas pretensões sobre a região das nascentes do Jamari. Curiosa é a simbiose entre os interesses privados da Gainsa e a cúpula do governo militar. Quando realizava os estudos para a interdição definitiva, em setembro de 1984, a equipe da Funai visitou o Incra de Rondônia. Dois dias depois, de volta a Brasília, a cúpula da Funai recebia pressões de dois influentes ministros, buscando evitar a interdição dos seringais Santa Cruz e Canaã. Na mesma tarde, apresentaram-se na sede da Funai os advogados da Gainsa/Arantes.

Em 7 de novembro de 1985, os mesmos proprietários dos pretensos títulos dos seringais Santa Cruz e Canaã entraram com um mandado de segurança contra o decreto da Presidência da República que demarcava a área uruêu-au-au. O mandado de segurança é pedido em favor de Walter Arantes e José Arantes Júnior, que reivindicam 362 750 hectares dos seringais Santa Cruz e Canaã, e de apenas vinte dentre os 113 colonos que o Incra pretendu assentar no Projeto Burareiro, estes últimos reivindicando, no total, cinco mil hectares. Note-se que os Arantes tinham desistido de protestar contra o Incra e o Projeto Burareiro e voltam oferecendo seus préstimos e advogados aos poucos colonos ainda interessados em ocupar terras dos índios, para uma ação judicial conjunta. A presença dos colonos no processo judicial apenas oferece cobertura aos grandes interesses da Gainsa/Arantes, pois podem ser facilmente reassentados, e são apenas vinte. A desproporção fala por si: os Arantes pretendem quase quatrocentos mil hectares; os vinte colonos, cinco mil. Quem estimulou e pagou advogados e custos do processo?

A situação é uma herança da ocupação de Rondônia no início do século. Os seringais Canaã e Santa Cruz apenas existiram em suas sedes e nos papéis cartoriais de capitais distantes, como Manaus e Cuiabá. Na mata, o terreno era dos índios. Justamente as sedes dos seringais já haviam sido desapropriadas pelo Incra para o Projeto Burareiro. O interior refere-se às terras cedidas pelo governo do Estado do Mato Grosso, em 1918, "direitos e convenções de terras no rio Jamari, afluente do rio Madeira". Nada mais vago. Foram concedidas aos irmãos Arruda, depois à Almeida & Cia, depois a Flodaldo Pontes Pinto e, finalmente, à Gainza, parcialmente desapropriada pelo Incra. Sempre que tentaram aprofundar-se pelo Jamari, chocaram-se com os índios, como se viu e vê.

O pedido de mandado de segurança argumenta que a ocupação imemorial é de seringueiros, procurando responder com cinismo à Funai, que pedira a interdição em face do artigo 198 da Constituição, que garantia aos índios a posse das terras que ocupam imemorialmente. Nada mais capcioso. Chegam a citar a Comissão Rondon, que efetivamente encontrou seringais, esquecendo-se de alentar que foram os expedicionários ali atacados pelos índios, e que as sedes dos seringais ficaram fora da área indígena, nas terras já ocupadas pelo Incra. As entradas de seringueiros eram sazonais, e não legitimam posse de seringalistas sobre terras, até hoje, ocupadas por sobreviventes índios.

Em suas conferências de 1915, de fato, o próprio Rondon refere-se a seringalistas no Jamari, Canaã e Massangana, mas fora da área uruú-au-au, antes das cachoeiras. Cita os irmãos Arruda, os primeiros detentores da cadeia dominial apresentada pela Gainza, mas fora da área, na foz do Jamari, e não onde pretendem hoje se instalar cartorialmente as mineadoras. Relata o massacre de uma aldeia inteira em 1911, nas nascentes do Massangana. Em 1913 voltou Rondon à região, a fim de devolver crianças dos ariguanes, raptações para adoção, algumas recuperadas por ele em Manaus, e deixou a crônica do seu extermínio:

Afinal, chegámos às aldeias. O estado de miséria em que as encontrei era de fazer sangrar os corações, mesmo os mais empedernidos. Muitas haviam sido destruídas pelo fogo, as roças e os palcos de manjericos metidos a saque e roubados; as mulheres raptadas e violadas; as crianças, arrebatadas e levadas para longe; docenças até então desconhecidas haviam surgido e iam causando mortandades nunca vistas; enfim a tribo, que, no momento de entrar em relações com os seringueiros, seria pelo menos de 600 almas, agora dificilmente poderia reunir 60 indivíduos! [Magalhães, 1941:134].

Os sessenta restantes foram para a Colônia Rodolfo Miranda, hoje cidade de Ariguanes. Ainda ficaram os bocas-pretas, no Floresta, conforme os documentos citados no capítulo anterior.

A Procuradoria Geral da República preferiu não contestar a pretensão de posse dos irmãos Arantes, ou Gainza Agropecuária, sobre as terras dos índios, supostamente ocupada pelos seringais. Afirmou apenas que é matéria contro-

versa, não podendo ser decidida em mandado de segurança, e defendeu a decisão presidencial, pela demarcação. Os pretensos proprietários não obtiveram, desta vez, a proteção do Supremo Tribunal Federal, mas será ainda julgada a questão substantiva, de fundo, em que os índios poderão perder, apenas porque a Funai não tem demonstrado competência jurídica para anular estes títulos sobrepostos, de pretensos seringais. A reconhecê-los, não haveria uma só área indígena na Anzônia, titulados na forma descrita por Rondon. Eis por que as constituições brasileiras consideram nulos os pretensos títulos emitidos sobre terra indígena.

#### DO TÍTULO À POSSE DAS SESMARIAS

Para colonização, o Incra simplesmente desconsiderou tais títulos, salvo quando perdeu na Justiça. É pública a precariedade e inconsistência destas pretensões à posse, geralmente com fins especulativos, como é o caso da Gainza, que nunca pôs lá os pés. A verdade é que jamais o colonizador conseguiu estabelecer-se, em particular na região da cachoeira de Montenegro, no Jamari, onde os índios tiveram uma grande aldeia. É comum estes antigos títulos de seringais estarem hoje nas mãos das grandes empresas de especulação fundiária, de agropecuárias, madeireiras e mineadoras.

Há outros seringalistas na área dos uruú-au-aus, todos há décadas tentando avançar, e batendo-se com a resistência dos índios. Neste caso, estão os seringais Perseverança, ou Branco, e São Tomé. Estes seringais foram adquiridos em 1971 pelos Bennesby, poderosa família de Guajará-Mirim. Claro está que já sabiam da presença dos índios no seringal, ao adquirirem o título. Esperavam, assim mesmo, tudo resolver através de influência nas capitais, e pelo emprego da força no seringal. Dominam a seringa, a castanha, os jornais, os hotéis, indústrias de cerâmica, enfim, são os senhores de Guajará-Mirim e da fronteira do Mamoré. Um deles era amigo do ex-presidente João Batista Figueiredo. Outro é suplente de senador, candidato a deputado constituinte, eventualmente, prefeito da cidade; outro secretário do governo de Rondônia, e assim por diante.

Em trabalho anterior já se comentou que "esta pretensão se refere a 232 mil hectares, dos quais cerca da metade encontram-se em área comprovadamente indígena. A sede do seringal Perseverança, hoje denominada Fazenda Estrela, ficou fora da área delimitada pela Funai e não dispõe de beneficiárias dentro da área indígena. A sede do seringal São Tomé encontra-se no interior da área indígena. Consiste em um cercado para gado, abandonado, e três colocações. Os conflitos deste seringal com os índios remontam a 1916. Recapitulamos os últimos incidentes: 1960, 1964, 1970, 1976, 1977 e 1978, todos com mortes. Em 1983 o gerente do seringal atirou em um índio, sendo flechado alguns meses depois. Neste ano de 1985, em 1º de fevereiro, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiava a morte de um geólogo e de um topógrafo, além de ferimentos em um seu acompanhante, que entraram na área indígena por este seringal, em setembro

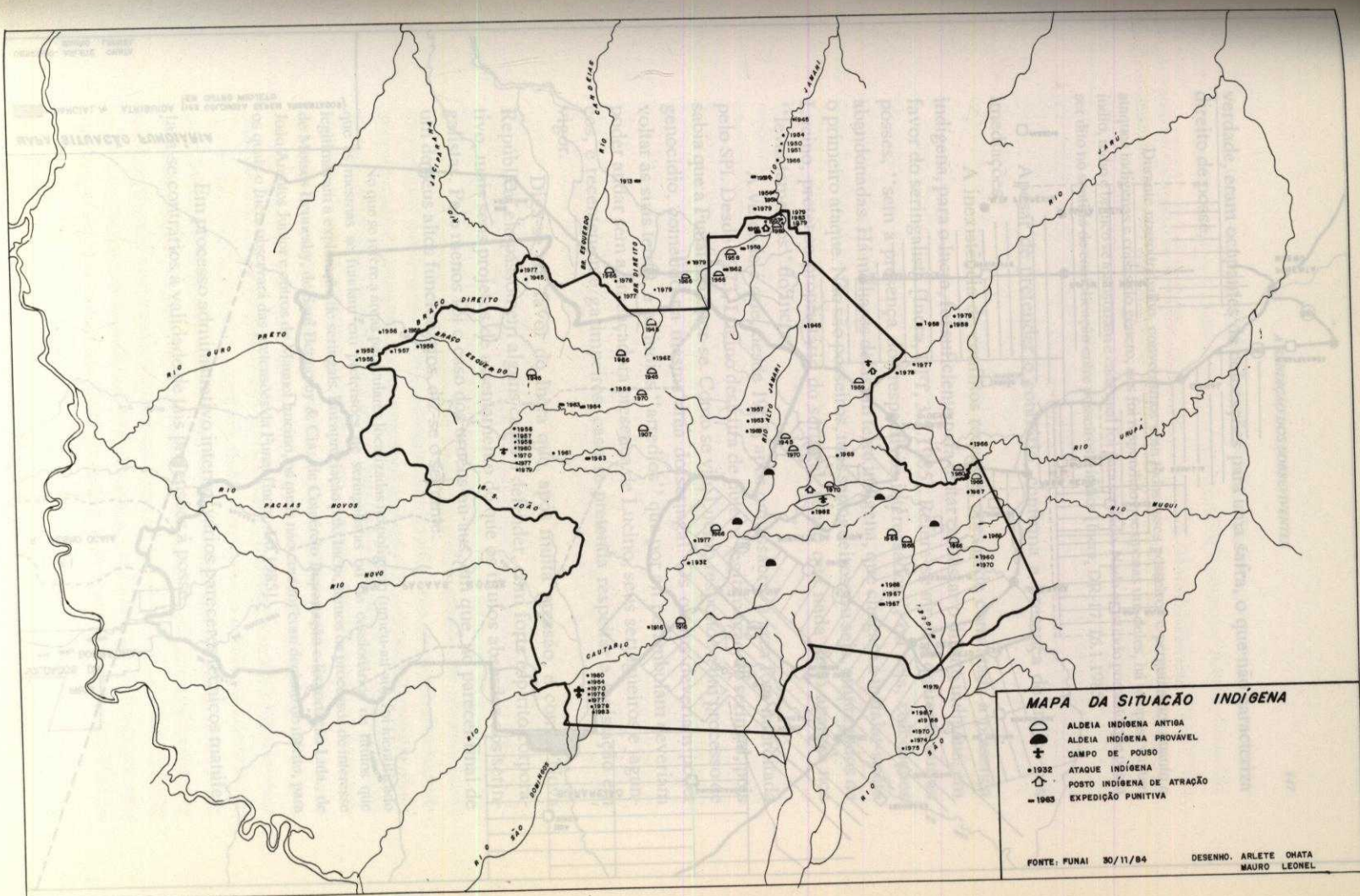
de 1984. Apesar de advertidos pela Funai, lá permaneceram a serviço da Mineração Pompeia. Os próprios pretendentes, os herdeiros de Saul Bennesby, Isaac, Moisés e Salomão Bennesby, pediram a presença da Funai, uma vez que não conseguiam estabelecer-se na área, devido aos ataques repetidos dos uruús-au-au. Por três vezes nestes últimos anos, estes pretendentes tentaram construir seus legítimos detentores, os uruús-au-au. Finalmente, estabeleceram-se na sede atual, a fazenda Estrela, fora dos limites, parecendo não mais serem molestados. A verdade é que, a alguns quilômetros do São Tomé, há uma aldeia uruú-au-au, na altura da cachoeira do Cojubim, no Igarapé do Vovô. Esta aldeia fora identificada, em 1916, pela Comissão Rondon, e em 1985 foi vista de avião, em vôos diferentes, por técnicos da Funai, do ex-IBDF, pela avaliação do Polonoroeste e pelo piloto do Inca.

Não cabe dúvida de que os interesses do grupo Bennesby estão preservados, no caso da Fazenda Estrela, que ficou fora da área delimitada. Apenas não pode a Funai garantir a presença desta empresa em território indígena porque, ao contrário, a obrigação legal deste órgão é a proteção dos índios. Tudo indica que os próprios índios afastaram estes invasores ao ponto de tolerância que a Funai reconheceu como o atual limite. Se esta medida não for tomada, pode-se prever ainda maiores incidentes.

Os técnicos e trabalhadores da Mineração Pompeia diziam-se autorizados pelo senhor Bennesby para pesquisarem na área. Nestes dias, a Polícia Federal e a Funai verificaram denúncia de morte de dois índios por invasores, no rio Cautarinho, o que agravava a urgência da retirada dos invasores da área. O seringal São Tomé encontra-se desativado por força desses conflitos. Se aí se conservou, tentando instalar-se, foi a custo de numerosas mortes de seringueiros e índios. A região fora concessão da Guaporé Rubber Company, no início do século, que também não conseguiu instalar-se, e não repassou a ninguém os seus direitos" [Leonel, 1985:1].

Além dos Bennesby, que impediram o levantamento fundiário no seringal São Tomé, no sul da área interdiada, há uma pretensão da empresa Comércio Importação e Exportação (Cimex), que comprou títulos de ocupação do seringal Miranda Cunha. Como no caso dos Bennesby, o Inca estudava a possibilidade de desapropriá-los, para colonização. Estas glebas seriam loteadas, caso a Funai não as reivindicasse, o que era esperado, por ser pública a presença ali dos índios. A sede do seringal ficou fora da área demarcada.

O caso do seringal São Luís, de Manuel Lucino, conquistado à bala, é mais complexo. Lucino vivia ali com o grupo de índios que mantinha em semi-escravidão. A Funai transferiu parte deles, talvez a maioria dos oroins, para o rio Negro-Ocaia. Sem mão-de-obra, Lucino começou a recrutar bolívia-Lucino, o técnico do Inca, que acompanhou o levantamento fundiário, encontrou ali "45 ocupações, ou seja, foi constatada a presença de 45 posseiros". Na



verdade, eram ocupantes de colocações para uma safra, o que não caracteriza direito de posse.

Durante nosso trabalho, conversamos com todos esses posseiros e perguntamos quanto a ataques indígenas e coisas do gênero; nos foi respondido que apenas um deles, há tempos, viu um índio, índio e branco se assistaram e cada qual foi para seu lado. Nada existindo portanto que possa ser dito no sentido de complicação entre posseiros e índios [Incrá, DR-17, 16.1.1985].

Apesar de pretender o contrário, confirma a presença de índios nas imediações.

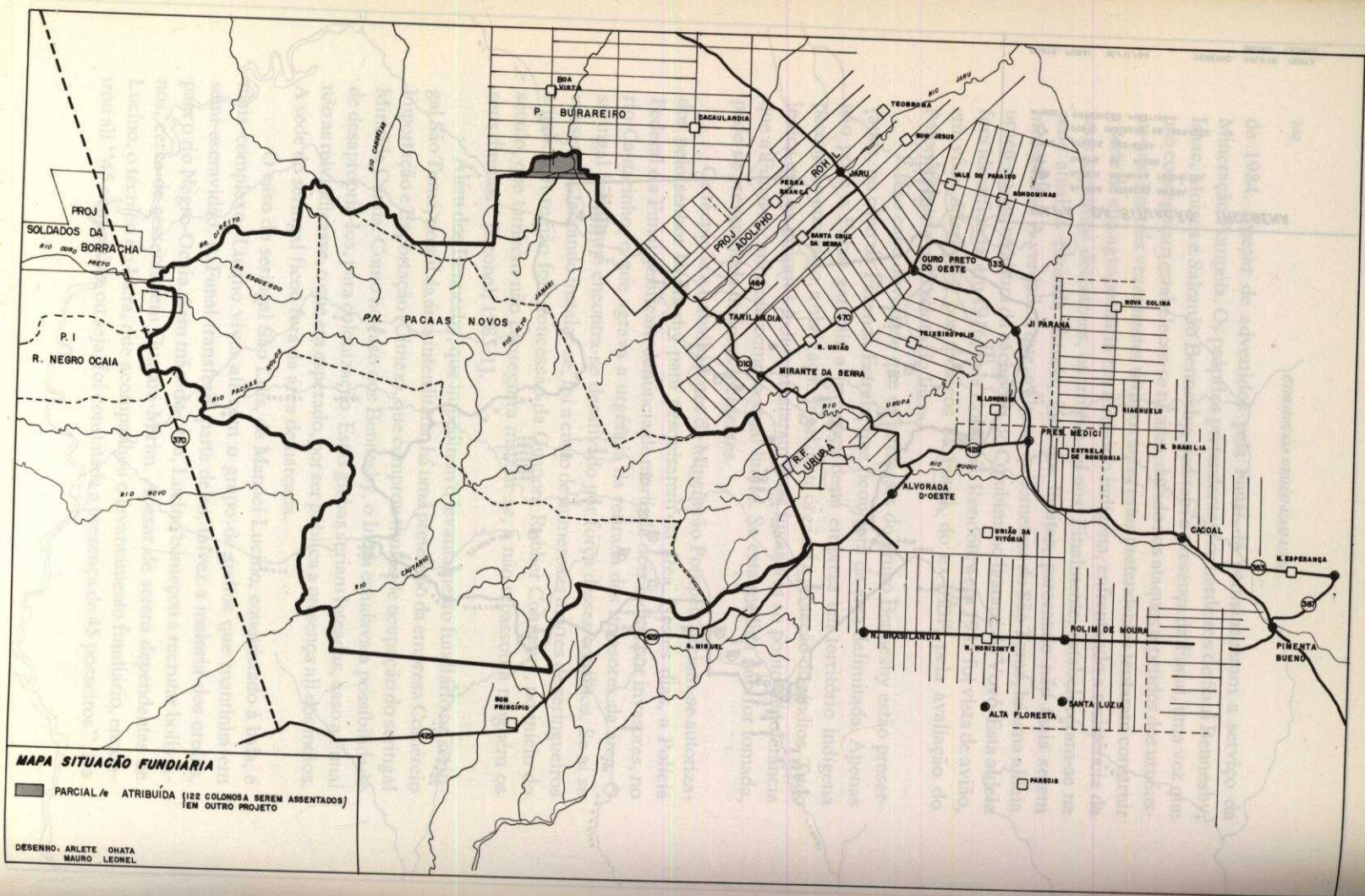
A inexistência de conflitos recentes, apesar de constatada a presença indígena, para o Incra, foi suficiente para tentar contestar o direito indígena, em favor do seringueirista [Incrá, DFT, 3.5.1985]. Refere-se ainda a quarenta outras posses, "sem a presença dos respectivos interessados", ou seja, colocações abandonadas. Há milhares delas em terra indígena, que chegam a instalar-se até o primeiro ataque. Não são posseiros, mas seringueiros, ou seja, empregados de Lucino, pretendo proprietário do seringal, sendo que nada disto aparece nos "levantamentos" do Incra.

A verdade é que, desde 1963, após o massacre, a área fora interdita pelo SPI. Desde 1973, Lucino desistira de obter a legitimação do seringal, pois sabia que a Funai iria opor-se. Como se viu, Lucino responde a um processo de genocídio, cometido na mesma área do seringal. Os outros deveriam poder voltar às suas terras, e os índios "arredios" que por ali perambulavam deveriam poder andar sem a ameaçadora presença de Lucino, seus seringueiros e jagunços, e recentemente garimpeiros, caso se pretenda respeitar a legislação em vigor.

Diga-se em favor do Incra que, após muita pressão, e com a Nova República, ele passou em alguns casos a defender, com forte espírito corporativo, mais seus projetos de assentamento do que os títulos absurdos dos seringueiristas. Pelo menos foi o caso dos uruêus-au-aus, em que, no parecer final de um de seus altos funcionários, diz-se o seguinte:

No que se refere a áreas particulares localizadas no polígono (uruêu-au-ant), foi identificado que as mesmas se fundam em pretensões de seringueiristas ou decessionários de títulos que legitimavam a exploração de seringais. Em apreciação pelo Incra, temos os processos de interesse de Moisés Beneschky, de Saul Beneschky & Cia., de Comércio Importação e Exportação Ltda., de João Arantes Junior e outros de Manuel Lucino, os quais não contam com decisão de mérito, para os quais o Incra observaria das pretensões da Funai [Incrá, 4.6.1985].

Em processo administrativo interno, vários pareceres técnicos manifestam-se contrários à validade de tais pretensões à posse.



## O LOBBY ANTINDÍGENA

A ampliação da interdição da área indígena uruêu-au-au, seguida de sua demarcação, registros em cartório e no SPU, desencadeou uma importante pressão de interesses econômicos pela sua revisão. O Decreto-lei 91 416, de 9 de julho de 1985, passou a ser contestado pela imprensa local, por via judicial, no Congresso Nacional, nos ministérios e até no Palácio do Planalto. Os possesores, que não puderam instalar-se no Projeto Burareiro, embora titulados, serviram de escudo para as mineradoras, agropecuárias, empresas de especulação fundiária e madeireiras, interessadas na abertura da área à colonização predatória.

Com a colaboração de técnicos do Incria, agindo com notória má-fé - alguns mais tarde afastados do órgão por envolvimento em processos de corrupção -, iniciou-se uma complexa composição de alianças. Sistematicamente, o Incria referia-se aos milhares de colonos que pretendia ali colocar, nem sequer selecionados, como tendo sido prejudicados pelo decreto. No entanto, como foi mostrado, foram atingidos vagos títulos de seringais, considerados inconsistentes pelo próprio Incria, e quinze colonos efetivamente instalados, dentre os 113 ilegalmente titulados, todos com condições de reassentamento imediato. Destes atingidos, apenas vinte interessados participaram do mandado de segurança contra o decreto, rejeitado pelo STF, e assim mesmo impulsionados e financiados por uma grande empresa. Os poucos que mereciam um pronto reassentamento por parte do governo, os seringueiros, não foram contemplados, nem mesmo nas preocupações do *lobby*, e poderiam ter contado com áreas disponíveis nas imediações, inclusive com reservas extrativistas e estradas de seringa.

Os protagonistas desta ofensiva contra os direitos indígenas em Rondônia foram os parlamentares eleitos através da distribuição de lotes, pelo Incria, nos projetos de assentamento do início da década de 80. Estes parlamentares resultaram de uma operação eleitoral bem-sucedida, com as vagas legislativas decorrentes da passagem de Rondônia, antes um Território Federal, para Estado da República Federativa. O objetivo foi aumentar o número de parlamentares, com a inclusão de mais três senadores, todos votando nos candidatos à presidência do regime militar anterior, como membros improvisados do colégio eleitoral indireto. Este plano explica, em parte, o imenso volume de recursos despendidos em Rondônia no início da década, o incremento dado ao asfaltamento da BR-364, e os projetos de assentamento financiados pelo Polonoroeste, abrangendo Rondônia e noroeste de Mato Grosso.

O senador Reinaldo Galvão Modesto, por exemplo, eleito em 1982, era, na época, diretor do Incria em Rondônia. Foi quem assinou os documentos que permitiam a instalação de colonos perto do Igarapé Floresta, à revelia da posição dos sertanistas da 8ª DR-Funai, em 1980. O senador aparece, em setembro de 1985, liderando dois deputados federais do PMDB-RO, Francisco Sales e Assis

Canuto, acompanhando alguns dos titulados do Projeto Burareiro e um representante do Incria, em audiência com o governador nomeado, Ângelo Angelim (ex-PMDB). O governador "prometeu o seu apoio, e aconselhou que os agricultores permanecessem em suas terras". Anunciou ainda que encaminharia correspondência ao presidente da Funai

[...] solicitando que qualquer medida relacionada às reservas indígenas em Rondônia somente seja tomada depois que o governo estadual proceda suas avaliações e manifeste seu consentimento" [O *Estado* (RO), 5.9.1985].

Apesar disto, Ângelo Angelim ainda parecia um dos mais moderados governadores da Amazônia. Ouvia-se na época, por exemplo, um Júlio Campos, ex-governador de Mato Grosso (PDS), dizer, numa conferência a empresários, que "índio é um caso de polícia" [OESP, 31.1.1985]. Acusou a Funai de ser dirigida "pelos barbadinhos da vida", e acrescentou: "Não admito mais esse desrespeito ao meu Estado", concluindo que os índios eram proprietários de muita terra, porque "alguém" buscava "perturbar a ordem empresarial e social do Estado", referindo-se ao Mato Grosso.

Gilberto Messtrinho, então governador do Amazonas, falando a estagiários da Escola Superior de Guerra, denunciou os "gigolôs de índios, que só têm tumultuado o entendimento indígena-branco", e posicionou-se contra a demarcação de reservas que se pretendia fazer em Roraima e no Amazonas, advertindo que isto não aconteceria com a sua concordância [A *Crítica*, 8.5.1985].

Por que não explorar a riqueza mineral nas reservas indígenas, já que o subsolo é da União, não é do índio, e nem do branco, dando ao índio participação, trabalho? Porque há medo. Regiões imensas, riquíssimas, não são exploradas por causa do medo dos índios, que muitas vezes só vivem no Brasil metade do ano, pois a outra metade vivem na outra fronteira. Os índios têm que ter terra, sim, eu defendo isso, mas devemos limitar as reservas de acordo com a população indígena efetiva.

Ângelo Angelim terminou por recorrer diretamente ao presidente da República, José Sarney. Inicia o documento calculando as reservas indígenas de Rondônia em 4 484 141 hectares. Para chegar a tal resultado, simplesmente, incluiu áreas fronteiriças situadas parcialmente no Mato Grosso, como Aripuanã e Roosevelt (cintas-largas), e no Amazonas, os caçarari. Além disso, empastelou, num mesmo bloco, áreas interdidas, demarcadas e/ou homologadas, como se não fossem diferentes entre si. Incluiu até uma área então registrada como propriedade da Igreja Católica, Sagarana, até hoje não demarcada pelo governo [Aviso n. 196/G-GO, 6.11.1985].

Na verdade, apenas 1 438 480 hectares encontravam-se realmente homologados como terra indígena no Estado de Rondônia, e, se todas as identifi-cadas fossem efetivamente homologadas, acrescentar-se-iam mais 550 575 hectares, nunca alcançando o número propositalmente exagerado, duplicado, pelo governo estadual. Ressalte-se também que os 1 832 300 hectares dos

uruêus-au-aus, estão excluídos deste cálculo, porque têm sobrepostos, em 764 801 hectares, o Parque Nacional de Pacaás Novos, sendo o restante conveniente com o ex-IBDF/Ibama, ou seja, trata-se, na totalidade, de uma área excepcional, pois, a um mesmo tempo, terra indígena e área de preservação ambiental.

Em seu documento, o governador de Rondônia mostra-se totalmente conivente, ou intoxicado, pelo *lobby* antiíndigena. Repete que o governo de Rondônia não foi consultado, habitual cantilena dos governadores da Amazônia. De fato a definição das áreas indígenas jamais poderia ser entregue aos governos estaduais, demasiado vulneráveis aos interesses econômicos locais e regionais, contrários aos da minoria indígena, embora o governo Sarney e os militares do CSN tenham o objetivo, hoje em prática, de passar aos Estados a responsabilidade pela definição das áreas indígenas.

Argumentou o então governador que há "centenas" de colonos a reassentar, embora o levantamento fundiário da Funai identificasse apenas quinze. Refere-se, exagerando, aos projetos Burareiro e Adolpho Rohl como se tivessem sido atingidos em bloco, prejudicando 554 parcelas e três mil pessoas, quando o Inca reconheceu que havia apenas 113 titulados do Burareiro, na ponta norte da Área Indígena Urueú-au-au. Finalmente, o governo estadual defende os seringalistas: "Produzir menos borracha significa importar mais borracha", afirmou, confundindo títulos de seringais com produção de borracha, praticamente inexistente nas parcelas dos seringais atingidos, como os Santa Cruz, Canaã, São Tomé e Miranda Cunha, cujas sedes estão fora da área indígena ou foram conquistadas aos índios há décadas, e não estão sendo reivindicadas.

Vários parlamentares de Rondônia insistiram na revisão do perímetro demarcado, que queriam ver diminuído. Mas a ofensiva de peso ficou a cargo do chefe da representação do governo de Rondônia em Brasília, um coronel. Sua pressão deu-se junto às figuras mais conservadoras do ministério, como Rubens Bayma Derys, do Gabinete Militar [Alto Madeira, 5.7.1986]. Além de divulgar pareceres técnicos do Inca, obviamente contrários à interdição da área urueú-au-au, o coronel Godoy exclamava:

[...] em 1985, por meio de um ato injusto, aqueles migrantes que fertilizaram e irrigaram a terra com seu suor e seu sangue veem-se, de uma hora para outra, despojados daquilo que construíram com trabalho árduo e honesto. Hoje veem suas terras invadidas por demarcadores da Funai, seus títulos de propriedade ignorados e suas plantações queimadas.

Refere-se aos titulados do Burareiro, que nunca ocuparam seus lotes devido aos ataques indígenas. Mais adiante, diz:

[...] a considerar válido o metocínio da Funai, só o atorro do Flamengo, área retirada do mar, não é terra indígena. [...] O Decreto-lei n. 11 164, de 1.4.1971, declara indisponíveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia legal, as terras devolutas situadas nas faixas de 100 km de largura das rodovias federais. Ora, a ampliação da reserva engloba terras situadas na

faixa, e há lugares onde a distância dos limites da reserva é inferior a 50 km, o que, por certo, no futuro, proporcionará incidentes entre moradores da BR-429, viajantes e índios.

O decreto citado foi revogado por Sarney.

Este é um argumento injusto, e por várias razões. Primeiro, não há praticamente reservas indígenas no país, mas áreas imemorialmente habitadas por indígenas, que foram reconhecidas como suas, para usufruto dos sobreviventes, mas integradas ao patrimônio da União, por se tratarem de terras comunitárias inalienáveis. Segundo, porque não são os índios que devem adaptar-se às estradas, mas as estradas aos índios, que lá já estavam. Terceiro, não há como dizer que o índio fosse ameaça à segurança nacional, na proximidade de estradas como a BR-429, que foi construída sob protestos dos indígenas e ecologistas, exatamente pela ameaça que representava aos índios sem contato, e às áreas ainda desocupadas de Rondônia, que, ao contrário, cabia proteger face à devastação em curso, como o Vale do Guaporé, das raras regiões relativamente preservadas no país.

#### NOVO GOVERNO, VELHA POLÍTICA

A Ângelo Angelim, governador de Rondônia, nomeado pela Nova República, sucedeu, eleito em novembro de 1986, Jerônimo Santana (PMDB). Podia-se supor que, sendo morador de Rondônia há mais tempo que o anterior, ex-advogado de posseiros e favelados, tivesse uma postura mais favorável à minoria indígena. Jerônimo Santana havia chegado a denunciar, quando deputado federal, massacres contra os índios, atribuídos ao grupo De Zorzi, perto do rio Urupá, em 1980, exatamente na região dos urueú-au-au.

Seu programa de governo ia no sentido de um maior interesse pela questão indígena. Chegou a convidar a equipe de avaliação do Polonoroeste, da Fipe-USP, bastante crítica à colonização desenfreada, para colaborar na redação dos princípios indígenas de seu governo, incluindo suas recomendações. Relativamente às questões ambientais, também parecia ter-se virado uma página, a acreditar no programa de governo. Mas, nos primeiros passos, vê-se já sinais de ambiguidade. Em 13 de fevereiro de 1987, a coluna Painel, da *Folia de S. Paulo*, informava que o novo governador "está reivindicando a redução das atuais reservas indígenas, argumentando que elas ocupam uma área incompatível com a densidade demográfica daquelas populações". Procura, efetivamente, em março de 1987, o presidente da Funai, Romero Jucá, no sentido de obter a redução de áreas indígenas.

Afinal, os bons propósitos de seu programa de governo eram destinados a tornar-se letra morta. De fato, nada mais difícil que interesses locais ou regionais na Amazônia venham a tornar-se favoráveis aos direitos indígenas. A política rondoniense é dominada por uma elite de sulistas adventícios, interes-

sados na fortuna fácil, perfeitamente articulados com a visão desenvolvimentista e predatória das mineradoras e madeireiras. Parte deles construiu sua recente carreira política, e fortuna, com o novo Estado, baseado no poder clientelístico que lhes dava atribuir lotes a colonos e o controle do crédito agrícola. Controlavam, para tanto, o Inetra, a Sudam, a Codaron e o Beron. Faziam parte da articulação já referida, que pretendu eleger o coronel Mário Andrezza, então ministro do Interior, à Presidência da República. Como os instrumentos de manutenção de sua clientela estão ligados ao aparelho de Estado, confirmando sua vocação oficialista, mudaram-se para o PFL, convertendo-se à Nova República, e, finalmente, ao PMDB, franco favorito nas eleições de 1986 ao Congresso Constituinte.

Há perfeita articulação entre estes políticos e os interessados no *lobby* do Burareiro, sediado em Ariquemes e Jiparaná, hoje prósperas cidades de Rondônia. Querem por força diminuir a área do Ibama/ex-IBDF e dos uruêu-au-aus, no local onde foram sobrepostos lotes do Inetra. Em 1986, como se viu, o governo Angelin estimulou a invadir a área. Conseguiram também promessas em Brasília, graças aos bons offices do coronel Carlos Godoy, ele mesmo com interesses eleitorais em Ariquemes.

Um funcionário da Funai fez, em 1988, um levantamento sumário dos que ainda persistiam em ocupar as margens do Jamari, entre o rio Nova Floresta e a cachoeira de Montenegro. Apenas um ocupava pessoalmente seu lote, onde plantou algum café. Os demais contrataram peões ou seringueiros para aparentar ocupação, através de desmatamentos improdutivos. O Inetra tem por prática reconhecer desmatos como benfeitoria, simbolizando posse e ocupação.

Os que insistem nesse tipo de posse são os mesmos co-autores do mandado de segurança contra o reconhecimento da área, estimulados pelos Arantes, da Gaina Agropecuária. Vinham sendo liderados por um dos assessores do ex-prefeito de Ariquemes, um ex-funcionário do Inetra, que os representa nas articulações políticas que lhes dão sustentação para continuarem investindo na área. Um deles é médico bem-sucedido em Ariquemes; outro tem uma mecânica para consertos de automóveis; outro tem um segundo lote em Jiparaná; outro é dono de um cinema; outro é proprietário de um hotel e de um restaurante. Vê-se como os projetos de colonização do início da década orientavam-se mais por critérios eleitorais, pois apenas um plantava na área. Os que mais insistiam estavam aliados a uma madeireira, que se instalou ilegalmente na área indígena. Os verdadeiros colonos venderam seus lotes, por medo dos índios.

Pedro Sena, seringalista e garimpeiro na cidade de Jarú, com um antigo contencioso com a Funai, é outro ativista. Seu seringal é tido na região como palco de várias expedições punitivas contra os índios no passado. Foi várias vezes retirado da área como invasor, e atacado pelos índios, que fizeram duas mortes no verão de 1978 [Costa, 1981:25]. Numa delas, havia instalado uma pista de pouso com vistas a abrir um garimpo, ligado a uma mineradora. Sena organizou

uma associação de seringueiros, mas que não é reconhecida pelo Movimento Nacional dos Seringueiros, por ser dirigida por seringalistas e manipulada por mineradoras.

Esses interesses tentam dissuadir qualquer ação oficial de reintegração de posse aos índios, graças às conexões políticas locais, regionais e nacionais que cultivam. Tudo convergiu para uma tática de ganhar tempo, enquanto se aprofundou a ocupação da área. O estímulo que recebem os invasores em Brasília, através dos contatos feitos pelo coronel Carlos Godoy, no Ministério do Interior, Funai e Inetra, levou-os, em condomínio, a abrirem uma picada de acesso ao interior da área.

Acompanham passo a passo a legalização da área. Quando a Funai foi registrar a AI Uruêu-au-au, com base no Decreto Presidencial n. 91 417/85, que a instituiu, este grupo movimentou-se, conseguindo que o cartório de registros imobiliários de Ariquemes não procedesse ao registro. Tal negativa, ademais de ferir direitos indígenas líquidos e certos, garantidos então pelo artigo 198 da Constituição, procrastinava um decreto-lei presidencial.

A má vontade das instituições oficiais envolvidas tende a tornar a situação em torno do rio Nova Floresta cada vez mais explosiva. Em dezembro de 1986, o Inetra e o Mirad celebraram um ajuste para o "levantamento fundiário de 650 (seiscentos e cinquenta) famílias a serem deslocadas da área indígena uruêu-au-au, localizada no Estado de Rondônia", no quadro do Plano Nacional de Reforma Agrária [DOU, 19.12.1986:19 355]. O acordo previa um levantamento, mas, de saída, já se diz serem 650 famílias. O Inetra sabe serem os titulados cerca de uma centena no PAD-Burareiro. Três deles ocuparam efetivamente o lote, apenas um ficou, quinze desmataram. Quem são os 650? Sem dúvida, todos os que o Inetra pretendeu assentar em área indígena. Assim mesmo, nem o levantamento das intenções de ocupação chegou a realizar-se. O ajuste previa o prazo de 160 dias. Esgotou-se, sem que nenhuma iniciativa fosse tomada.

O Inetra de Rondônia escudou-se no parágrafo 2º do ajuste, que previa "equipamentos e instalações", ou seja, os recursos do Mirad não podiam ser gastos no levantamento. No entanto, o ajuste fala explicitamente na retirada dos invasores, e, na cláusula 4ª, entre as obrigações do Mirad, prevê: "Fornecer ao Inetra normas e instruções para a prestação de contas dos recursos financeiros a ele repassados". As falsas divergências burocráticas pretendiam apenas, e novamente, ganhar tempo. Prova é que o Inetra foi extinto, e o Mirad continuou procrastinando o reassentamento dos invasores do Burareiro. Hoje o Mirad foi extinto, e se continua sem dar solução aos poucos colonos que insistem nos lotes.

De todos os modos, o Inetra de Rondônia nem mesmo necessitava de verba extraordinária. A imprensa local divulgou declarações do superintendente do órgão, Odair Martine, anunciando orçamento de 6,8 bilhões de cruzados, para instalar 6 800 famílias em 1987. Não seriam os entraves dos 160 mil cruzados, do ajuste Inetra-Mirad, que os impediriam de trabalhar, quando é

sabido tratar-se de uma das superintendências melhor equipadas do Inera [Alto Madeira, 6.2.1987].

Ainda havia terras disponíveis na região de Ariquemes, no rio Candéias, por exemplo, para o reassentamento dos invasores. Uma vez corajosa, e rara entre os colonos, o declarou ao jornal *Imparcial* [2.11.1986], em entrevista recolhida por Egon Heck, do Cimi. Trata-se de Alvaro Ranconi, administrador do Nuar de Boa Vista, distrito do município de Ariquemes, vizinho da área indígena, situado na parte do PAD-Burareiro limítrofe, mas não incidente em área indígena. Ranconi afirmou que "vai morrer mais gente. Penso que o colono tem o direito dele, de estar brigando. O Inera é que tinha de resolver esse problema de imediato". Disse ainda que havia terra para reassentamento nas proximidades, no rio Candéias, e advertiu:

O pessoal tá teimando, é uma teima que não tem como se defender, o pessoal achia que não tem índio. Eu falo que tem, porque quem tirou as pessoas mortas aí dentro foi eu. Todos. Passaram nas minhas mãos, em cima dos ombros dos meus animais. [...] Porque o pessoal da Funai não vai ficar sem invasão aí nunca. Colonos tem demais, o povo chega e não quer saber, acham que os índios se afastam.

A incommon lucidez de Ranconi sobre o conflito, numa região onde o índio é visto como obstáculo à ocupação, deve-se ao fato de ser morador há décadas, como seringueiro, seringueiro e agricultor. O adventício, ao contrário, até ocorrerem mortes, considera o confronto longínquo e um risco que está disposto a correr, em particular na difícil situação dos sem-terra. Ranconi acrescentou ainda:

Isso vai ficar cada vez mais sério. Ela [a área] é muito perto, e as estradas chegaram mais perto. Você veja essa balza, vai ficar bem pernilho, vai rodar ônibus aí, vão abrir a linha C-10 [do Inera] até na área, a G-5 também...

A ofensiva contra esta grande área de preservação permanente, no centro de Rondônia, aumenta em volume quando se aproximam as eleições municipais. É o caso de nova tentativa do governo do Estado, juntamente com a Delegacia Regional de Rondônia do Mirad, as prefeituras de Ariquemes e Ouro Preto do Oeste, e o sindicato dos proprietários rurais da região. No final de 1987, o governo de Rondônia envia ao Mirad um pedido para o "redimensionamento da reserva", e que "seja liberada a parcela situada entre os Projetos de Colonização Marechal Dutra, Padre Adolph Kohn, gleba Rio Alto e Alta Lídia, conforme sugerido pela Delegacia do Mirad..." [Mirad, 13.11.1987].

Resalta do documento a decisão do governo estadual em deixar invadir, por "inevitável", a área do convênio Ibama (ex-IBDF)-Funai:

Podem-se afirmar que a gleba, envolta pelos projetos de colonização, e pela BR-421, seria inextinguivelmente invadida, visto tratar-se de solos férteis e servidos por considerável infra-estrutura, estradas coletores e vicinais. Vislumbra-se, em consequência, uma expansão natural e espontânea do processo colonizatório, verso prolongamento das linhas que tocam os limites do polígono em

epigráfico, como resultado da pressão irresistível dos colonos chegados através de vigoroso fluxo migratório...

O aviso n. 224, assinado pelo governador Jerônimo Santana, deixa claro sua meta: "...visando, em síntese, a redução do polígono dos índios uruú-au-au's".

Apesar de os documentos rondonienses entregues ao Mirad proclamarem respeito aos direitos indígenas e à necessidade de preservação ambiental, serem de um tom geral comparativamente mais moderado do que os do governo anterior, o conteúdo é o mesmo. Continuam a tentar ignorar tratar-se de uma área conveniada entre a Funai e o ex-IBDF/Ibama, ao mesmo tempo terra indígena uruú-au-au, e Parque Nacional de Pacaás Novos. De novo o governo de Rondônia exagera a extensão das áreas indígenas no Estado, somando terras situadas em Estados limítrofes, e omitindo que esta área conveniada é também de preservação.

Os argumentos não mudam: "As áreas indígenas deverão guardar estreita relação entre o número de indivíduos e a extensão". É a forma atualizada, e bem-educada, de "muita terra para pouco índio". Pouca novidade, quando considera as áreas indígenas como "vazios demográficos, alvo fácil e inerte à colcha dos aventureiros", omitindo que apenas aos índios deve-se o fato de áreas de tais dimensões não terem sido ocupadas. Os documentos ignoram ainda que as terras indígenas são dos silvícolas de direito, e não reservas compensatórias, como pretende o governo estadual.

O mais grave é que se pretende desmembrar toda a parte noroeste, até Alta Lídia, onde estão inclusive os cinco postos da Funai, a maioria dos índios já contatados e importante cobertura florestal, por se tratar dos vales dos rios e encostas, além de alguns campos e regiões de pura pedra, mas com cassiterita. O governo estadual e a delegacia do Mirad apresentam estas terras como "produção governamental e a delegacia do Mirad apresentam estas terras como "produções", quando é sabido que não o são. Refere-se também à notável migração para o novo Estado, mas omite que se dirige fundamentalmente às novas cidades, e que os projetos de colonização fracassaram em sua maior parte, uma vez que as terras realmente férteis foram resubmetidas à concentração fundiária.

Esta ofensiva mostra, claramente, que a procrastinação do reassentamento de uma dezena, dentre os 113 titulados do Burareiro, objetiva apodrecer a situação, resultando em desmembramento da área. Fala-se atualmente em quatrocentos invasores não documentados, e em centenas que estariam invadindo a área espontaneamente. Em resumo, pretende-se uma situação de fato e um ponto de não retorno, um direito de conquista. Em 1985 era mais fácil reassentar uma dezena de colonos; de 1988 ao final da década, foi-se tentando tornar irreversível a colonização do noroeste da área, a mais rica em madeira e cassiterita, numa manobra em favor da Gaiusa S.A., Parapananema e outros pretendentes.

A protelação deliberada explica por que o Mirad não reinstala a dezena de assentados, e a centena de titulados, fora da área indígena, e nem mesmo

procede a um levantamento fundiário adequado. Seguramente ainda restam poucos, a maioria é de não residentes na área e desmatam apenas nas secas. Mas se pretende estimular a invasão de outros, numerosos, que tornam insustentável o noroeste da unidade de preservação e área indígena.

### OBRAS PÚBLICAS, ESTRADAS E HIDRELÉTRICAS

Das entradas, as mais fatais aos índios são sempre as estradas, ao viabilizarem toda a classe de invasões, desde as obras públicas às iniciativas privadas. As relações entre estradas e danos aos índios e ao ambiente merecem estudo à parte [Leonel, 1991]. No caso dos uruêus-au-aus, tem-se o precedente da EFMM, caracterizada por enfrentar índios a cada quilômetro. O momento alto, no entanto, para sessenta outros grupos indígenas da região, foi a abertura e asfaltamento do trecho Curitiba-Porto Velho, da BR-364.

A valorização da cassiterita, somada à pressão do *lobby* das grandes construtoras, determinou as políticas públicas na região nas últimas décadas. A estrada, a partir dos anos 60, permitiu a presença em território dos uruêus-au-aus dos garimpos e mineradoras. Permaneceram inconclusos, na época da BR-029, cerca de doze quilômetros no Igarapé Marqui, vindo a natureza em defesa dos índios isolados que até hoje ali persistem. O projeto viabilizou-se finalmente com o Polonoroeste, já BR-364, consumindo oitocentos milhões, dos 1,5 bilhão de dólares do programa. Em setembro de 1984 o presidente João Batista Figueiredo inaugurou os 1 438 quilômetros deste trecho da BR-364, pavimentados em alta velocidade, a grande obra de seu governo.

Quanto aos uruêus-au-aus é flagrante a coincidência das estradas nas proximidades de suas terras com o aumento dos conflitos. Coincidente, também, a intensificação das expedições de "atração" e "pacificação", como se viu deastrosas, em particular à saúde. A EFMM coincide com os postos de atração do início do século, nos rios Jacupará e Mutumparaná. A BR-029 coincide com os acontecimentos ligados ao desaparecimento do tenente Fernando e as operações de busca, fatais a numerosos índios, então chamados bocas-pretas ou negras, na região do Janari. A BR-364 asfaltada, sem prévia proteção aos grupos indígenas, em particular aos isolados, traz consigo a ocupação permanente. Provocou o crescimento vertiginoso das vilas por onde passou, transformando-as nas cidades de Ariquemes, Ouro Preto, Jarú, nas proximidades das malocas dos uruêus-au-aus. Outras estão se formando, como Mirante da Serra, Alvorada do Oeste, São Miguel e Bom Princípio. Estas cidades, passando a municípios, depois de terem sido, em muitos casos, aldeias indígenas, postos do SPI, sedes de seringais, originam-se hoje dos núcleos urbanos de projetos de colonização.

Se a malha viária oficial foi planejada sem nenhuma atenção às áreas indígenas, imagine-se a rede irregular incontrolável, como os carreadores que permitiram a entrada das madeiras Cometa e Urupá, sem falar nos linhões

sem controle do Inera. Para os uruêus-au-aus o impacto destas iniciativas remonta à estrada da cassiterita, a chamada RO-1, que ligava Ariquemes à BR-029, até as lavras de cassiterita do rio Candelas, na década de 60, região de onde foram expulsos os índios, depois os garimpeiros e encontra-se hoje ocupada por uma mineradora. Costa descreve como esta estrada, em 1980, pretendia atravessar o Parque Nacional de Pacás Novos e as terras dos uruêus-au-aus [1981:89]. Os índios andavam ao redor do acampamento dos trabalhadores que construíam a estrada. No quilômetro 83, na altura do rio Urupá, em sua margem esquerda, um colono mostrou a Costa a trilha de caça que atravessava a "sua futura fazenda", onde vira seis índios atravessando o rio. No quilômetro 98, encontrou um acampamento de caça e, mais adiante, "o local onde uma anta tinha sido descartada e sinal de fogo onde ela havia sido defumada".

As informações recolhidas pela expedição de atração, dirigida por Apoena Meirelles, levaram à interdição da BR-429, na altura do quilômetro 106 [Costa, 1981:90]. O grupo conseguiu o compromisso do Inera de não assentar colonos na margem direita do rio Urupá. Tais medidas e compromissos foram de curta duração. Alguns meses depois, o Inera continuaria a distribuir e legalizar áreas nas imediações. A BR-429, com modificações de traçado, ficou pronta em 1986. Sua pavimentação está próxima, com trechos iniciais concluídos, nas proximidades da BR-364. A BR-429 liga Presidente Médici a Costa Marques, ou seja, a BR-364 ao rio Guaporé, à fronteira com a Bolívia. O Banco de Rondônia vem colocando todo o empenho nesta pavimentação. O Banco Mundial condicionou o co-financiamento da obra, através do Polonoroeste, a medidas prévias de proteção aos índios e ao meioambiente, conforme suas normas atuais.

A legislação ambiental compromete também o governo de Rondônia a elaborar o Rima prévio à construção da obra. Chegou a encomendar um projeto lamentável. Diante de tais obstáculos, o governo estadual tratou, e trata, de obter o financiamento da pavimentação diretamente na Sepplan, contornando as exigências do Banco Mundial. As verbas poderiam sair de outras rubricas especiais do orçamento federal, como PIN ou o Finsocial. As grandes interessadas, além de mineradoras e madeireiras, são as próprias construtoras, como a Camargo Correia que Kubitschek trouxe a Rondônia, em 1960, para a BR-029. A presença das máquinas na região, como as da Mendes Junior, torna mais rentável usá-las ali, do que transportá-las a outros locais.

O impacto ambiental da BR-429 e sua interferência nas áreas indígenas vizinhas já são passíveis de serem avaliados, uma vez que a estrada funciona durante o verão. Foi construída para ser pavimentada rapidamente, com um acabamento acima da média das estradas da região. A BR-429, devido aos conflitos e distorções que já criou, depõe contra sua própria pavimentação sem medidas prévias, mesmo funcionando plenamente apenas na seca. Esta obra é mais que um simples ramal da BR-364. É a herdeira e o escaudouro de suas

distorções, é sua válvula de escape. É a via de penetração de todas as invasões, a leste e sul dos uruêus-au-aus e do Parque Nacional de Pacaás Novos, e para várias outras áreas indígenas, de seringueiros e de preservação no sul de Rondônia. Atravessou terras dos uruêus-au-aus, e de outros índios isolados, como os jurureis, até hoje mal conhecidos. Estimulou a colonização oficial e a incontrolável, assim como a ação de madeiras e mineradoras.

A BR-421, cercando a área pelo norte em direção noroeste, está sendo aberta como uma estrada particular de madeiras e mineradoras. Foi inicialmente interdiada por Apoená Meirles, em 1978, na altura do rio Candéias, devido às mortes ali ocorridas. Durante alguns anos foi possível impedir sua construção, até o contato com os índios das imediações. Em 1980, quando Costa a visitou, na região de Campo Novo, onde se encontra a mineradora Mibrasa, os garimpeiros comentavam a presença de índios na área [1981:84]. Dali saíram vários grupos de garimpeiros, gateiros e seringueiros, multiplicando conflitos com os índios. A estrada interessava sobretudo às grandes mineradoras de cassiterita, atuando ao norte dos uruêus-au-aus.

Em 1986, várias madeiras, como a Estil, associadas aos interesses locais de mineradoras, agropecuárias e colonos, resolveram abrir a estrada fora de qualquer programação do DER-RO. Além de representar um risco aos uruêus-au-aus, que até hoje circulam pela estrada, a BR-421 deverá provavelmente atravessar terras interdiadas do grupo caripuna, que em parte recusou o contato, o mesmo ocorrendo com um grupo caritiana, cuja localização não mereceu qualquer esforço da Funai nos últimos anos.

As madeiras estabeleceram contatos oficiais com o governo de Rondônia, antes de iniciar tal empreitada. Contam com o beneplácito das autoridades estaduais, e não foram advertidas das consequências de sua iniciativa. Tampouco recomendou-se à Funai que realizasse levantamentos prévios. Como obra particular, menor ainda será o controle de seu traçado, alterado em função dos interesses locais, segundo técnicos da Seplan-RO.

Dez estradas oficiais programadas deverão atravessar oito áreas indígenas em Rondônia. As dos caripunas e uruêus-au-aus deverão ser cortadas duas vezes cada. A dos uruêus-au-aus pela prevista BR-370, a oeste, e pela BR-010 ao norte. Dificéis de controlar são as estradas irregulares a que as grandes coletoras oficiais dão origem. Essas estradas irregulares, ou oficinas, estão na origem das mais importantes invasões na AI Uruêu-au-au e no Parque Nacional de Pacaás Novos. Os exemplos são as estradas da Brumadinho, através de um prolongamento da linha 641 do Inera; a estrada aberta pelos invasores vindos do Projeto Burareto, e as linhas C-10, G-5, C-39, B-24, na região do rio Candéias, a partir da BR-421 e da RO-1; prolongamentos irregulares das linhas 82, 74 e 78 do Projeto São Miguel, do Inera; prolongamento irregular da linha 10 do Projeto Bom Princípio; prolongamentos do Projeto Jatru, que permitiram a entrada das madeiras Urupá e Cometa na área, e assim por diante. Monótona repetição

dos antecedentes do Polonoroeste nas terras dos gaviões, zorós, cintas-largas etc.

Uma área extensa, como a ocupada pelos uruêus-au-aus e pelo Parque Nacional de Pacaás Novos (IBDF), a ela parcialmente sobreposto, encontra-se bastante vulnerável a obras públicas e privadas. A óptica dominante é a de que se trata de terras subaproveitadas.

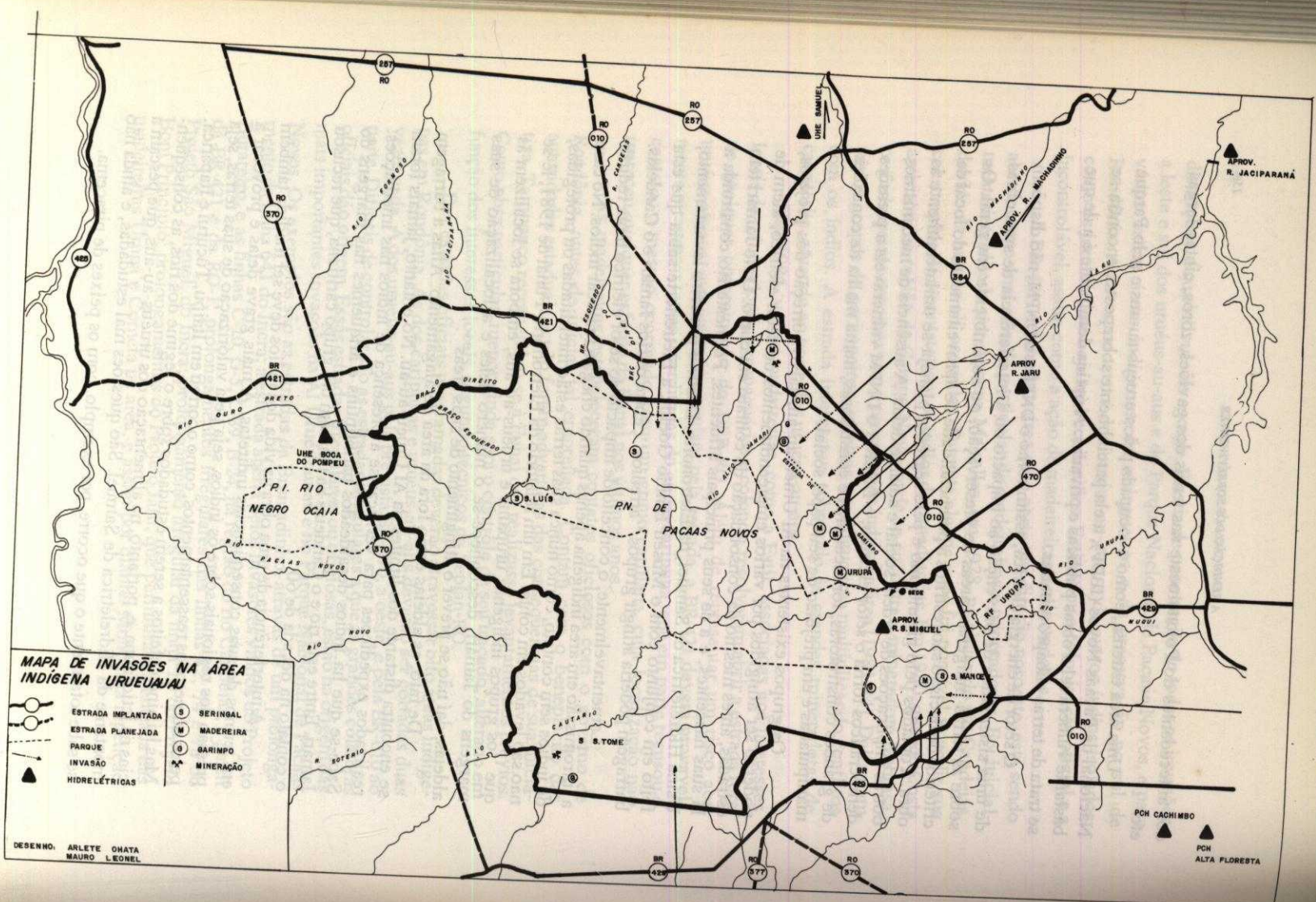
O setor de energia elétrica, assim como o DNER e o DNPM, não dispõem de uma sistemática de prevenção ao impacto ou à interferência de suas obras sobre as terras indígenas, áreas de preservação, ou ao ambiente em geral. Os critérios de decisão são restritos à potencialidade de aproveitamento do local da obra. Tomados pelo gigantismo e pelo segredo, planeja-se unilateralmente às outras implicações de ordem social e adiante delas. A ausência de mecanismos democráticos torna o setor elétrico, o DNER e o DNPM vulneráveis a pressões de grandes construtoras, fornecedoras e consultoras, numa malha de conexões manipuladas e em prejuízo de seu papel social.

Os grupos existentes na AI Uruêu-au-au, salvo correção dos projetos, poderão ser atingidos por vários empreendimentos do setor elétrico, além de estradas, antes mesmo da consolidação do contato em curso. O rio Jamari tem lá suas nascentes, e a de seus principais afluentes. Foi neste rio construída a Usina Hidrelétrica de Samuel, da Eletronorte. Desde o primeiro levantamento, feito em conjunto com o Museu Emílio Goeldi, a Eletronorte sabia que esta barragem poderia atingir grupos "arredios", entre os rios Jamari e o Candéias.

Lamentavelmente, o conceito de impacto do setor elétrico tenta reduzir a intromissão em área indígena apenas quando chega a realocar índios. No caso de índios sem contato, como nunca suas terras estão interdidas ou protegidas, não são levados em conta. Em um relatório da Eletronorte-Funai de 1981, lê-se que "os grupos indígenas urupains e uruêus-au-aus, embora se localizem às margens do Jamari, desconhece-se o número deles e a localização de suas aldeias, daí não se prever o atingimento de suas áreas".

De fato, as aldeias estão fora da área de alagamento. Aliás a barragem se encontra distante dos limites da AI Uruêu-au-au. No entanto, jamais foram realizadas expedições para verificar-se a presença de índios nas imediações. Sabe-se que há índios desaldeados parintintins e ariguemes nas margens do Jamari. Entre este rio e o Candéias há também um grupo caritiana, que recusou o contato na década de 60.

A interferência de uma obra na vida dos índios deve ser medida também em termos de suas consequências indiretas. A mais grave delas é provocar a pressão dos regionais sobre os índios, seja pela valorização de suas terras, pelos numerosos reassentamentos, como ocorreu em Itaipu, Tucuruí e Itaparica. Mas há ainda efeitos a serem estudados sobre o regime dos rios, as consequências na icitofauna, e, portanto, na alimentação dos uruêus-au-aus, que pescam a montante da Hidrelétrica de Samuel. São questões mal estudadas, e ainda não se sabe totalmente o que ocorre, por exemplo, com os peixes de piracema.



Em qualquer hipótese, e no mínimo, seria do interesse da Hidrelétrica de Samuel que as nascentes do rio Jamari fossem convenientemente protegidas. Bastaria um convênio com o Ibama e com a Funai. Nenhuma iniciativa foi tomada, embora fosse do interesse da proteção indígena e do Parque Nacional de Pacaás Novos que a Elettronorte, por dispor de recursos superiores a estes órgãos, colaborasse na defesa do norte da área, um dos pontos mais ameaçados, exatamente na cachoeira do Montenegro do rio Jamari.

A Elettronorte tem ainda, a médio prazo, outro projeto que interferirá com os urutês-au-ans. Trata-se da hidrelétrica a ser construída no rio Jiparaná ou Machado. Esta obra atingirá gravemente os araras (caros) e os gaviões (icoleis) da AI do Lourdes, e outros índios desaldeados e "arredios", implicando o reassentamento de centenas de colonos. Estão previstos, além deste, denominado Jiparaná 14 (JP-14), outro aproveitamento, o JP-04, que poderá atingir duas áreas tenharins. Há um terceiro aproveitamento, ainda não descartado, no rio Jaru, JR-13, cujos resultados sobre a AI Urueuáui-au, onde estão as nascentes do Jaru, não foram estudados. O JP-14 também atinge o rio Jaru.

Os grandes barramentos construídos pelas subsidiárias da Eletrobrás, como a Elettronorte, não são estudados relativamente aos índios desde o momento do inventário das potencialidades das bacias. Os índios apenas entram na lista dos indenizáveis, e se não houver outra saída. Imagine-se o desgoverno das pequenas concessionárias estaduais e regionais. Encontra-se, neste caso, a pequena concessionária Hidráulicos de Pequeno e Médio Porte Ceron. Seu Plano de Aproveitamentos Hidráulicos de Pequeno e Médio Porte foi elaborado sem nenhuma preocupação com impactos sócio-ambientais. As centrais estaduais estão totalmente subordinadas a interesses locais e imediatistas.

Dos possíveis aproveitamentos da Ceron, dois seguramente têm interferências sobre áreas indígenas. A Hidrelétrica de Ávila deverá atingir a AI Tubarão-Latundê. O aproveitamento de Paulo Saldanha, no rio Branco, dá-se em região de índios "arredios", bastante perto da AI Urueuáui-au e da AI Rio Branco. Há três outros projetos bastante ameaçadores para a AI Urueuáui-au. Trata-se da UHE Boca do Pompeu, no rio Ouro Preto, de outro aproveitamento em estudo nas nascentes do rio Pacaás Novos, e o aproveitamento do rio São Miguel, que seguramente interferirá nas aldeias de grupos indígenas da área ainda não contactados.

Nenhum destes aproveitamentos chegou, nem ao menos, a ser plotado cartograficamente, para verificar sua sobreposição ou proximidade com áreas indígenas. Tampouco foram consideradas outras consequências sócio-ambientais sobre as populações ribeirinhas. O planejamento é orientado por critérios especificamente técnicos, sem a medida de seus custos sociais. Não há na Funai, nem no setor energético, no DNER, ou no DNPM, qualquer sistemática de prevenção de interferência das obras, como estradas, hidrelétricas ou mineração nas áreas indígenas, em caráter preventivo ou corretivo. É a grita do índio, ou dos



indígenas. Ainda mais quando há pouca, ou nenhuma, decisão de resistência da Funai para o cumprimento da Constituição Federal, que garante aos índios o pleno e exclusivo usufruto dos recursos de suas terras imemoriais.

O fato é que foi em áreas outrora indígenas que se consolidou o oligopólio da cassiterita em Rondônia, sem que seus habitantes ganhassem com isso. Em 1984 a contribuição desta região foi de 50,32% do total de cassiterita extraída no país. A extração cresce a uma taxa média de 13% ao ano, ao ponto de ameaçar as reservas de Rondônia de esgotamento, pelo menos as reservas expostas, de extração mais barata, por não exigir muita maquinaria, nem profunda escavação. As áreas indígenas são, assim, o obstáculo que as grandes empresas do estanho tudo farão para ultrapassar. As áreas indígenas de Rondônia foram atingidas por 155 alvarás e 124 requerimentos de pesquisa.

As grandes fortunas, das quatro maiores empresas de cassiterita, díscas nacionais, foram em boa parte extraídas das terras disputadas aos índios, muitos cavilhas. Os principais setores de mineração estão ligados, até nos nomes das lavras, a conflitos com os índios. A Parapananema, maior mineradora privada do país, tem suas lavras em locais como Massangana, que foi a sede de um seringal disputado aos índios. Extraiu, e mantém instalações ainda hoje, nas terras não demarcadas dos tenharins, do igarapé Preto, onde submeteu os índios, e as transformou numa imensa cratera. É conhecida a forma como usurpou as terras dos uainiris-atroaris para suas famosas minas do rio Pitinga, as maiores do mundo a céu aberto. Esta empresa, além de ser a maior na exploração de minerais metálicos, através de uma de suas controladas, a Mineração Taboca, é em segunda empresa no setor dos minerais não metálicos. Seu interesse na área em estudo foi manifesto com a compra dos pretensos títulos de Flodoaldo Pontes Pinto [Visão, 1986:52].

O segundo grupo privado do país com interesse mineral na Amazônia é o conglomerado de 35 empresas liderado pela Brumadinho. A pista de um de seus principais empreendimentos, São Domingos, foi construída pelo SPI, com o nome de Angelita, para a atração dos uruêus-au-aus. No local de uma antiga aldeia encontra-se hoje uma fazenda do grupo, denominada Rondon. O grupo Brascan/BP está no rio Candeias, e o grupo Best no rio Branco do Jamarí, locais de presença indígena há poucos anos.

Esses quatro grupos dominam 95% da cassiterita de Rondônia, e estão entre os dez maiores grupos privados com interesse mineral na Amazônia [Rocha, 1986:22]. A Parapananema, ao que tudo indica, tinha voltado seus interesses para o sul do Amazonas. Recentemente voltou a competir com as outras três grandes, insistindo na AI Uruêu-au-au, como se pode verificar na tabela extraída da pesquisa Cedi-Conage [1986:44-6]. Na mesma tabela, que lista os alvarás de pesquisa, encontramos ainda os grupos: Usina Metalúrgica Itaguara Ltda., as associadas Anglo-American/B. Simonsen, através da Mineração Vale do São João, a Ceriumbrás Mineração e Metais, e a CPRM. Na listagem do Cedi/Conage localizam-se 26 alvarás já concedidos sobre a AI

Uruêu-au-au, num total de 185 572,8 hectares. Identificam-se neles, somados pedidos e concedidos, interesses de mineradoras sobre pelo menos 307 771,89 hectares da AI Uruêu-au-au [1986:8].

No mapa anexo ao estudo Cedi-Conage, identificou-se, em abril de 1986, na AI Uruêu-au-au, que, entre os "interesses de empresas de mineração incidentes em terras indígenas no Polonoroeste", há os seguintes alvarás (com os números do mapa): dois alvarás do grupo Brumadinho (5); um alvará da CPRM (2); dois alvarás da South/AP (1); um da Best (4); e outros da Ceriumbrás (3). Quanto aos requerimentos, há dois da Serra da Alvorada (8); um da Mineração Pompeia (9); um da Vale da Muralla (7); e outro da Mineração Rondon (10). Ao norte há outro requerimento do grupo Brascan (6).

Outro estudo mostra igualmente a interferência de interesses de mineradoras na AI Uruêu-au-au: o mapa elaborado pela Secretaria do Planejamento do Governo de Rondônia, que plota os interesses minerais no Estado. O DER-RO vem utilizando-o para melhorar os acessos da malha viária secundária às reservas minerais potenciais. Tal estudo não levou em conta, até o momento, nem as reservas indígenas ou florestais, nem outras questões ambientais. Mais uma vez, planejou-se às cegas, com recursos do Polonoroeste. O mapa elaborado pela Sepplan-RO, embora menos detalhado que o estudo Cedi-Conage, esclarece alguns pontos: a noroeste aparece o grupo Totoli (2). Confirma os interesses do grupo Brumadinho, através das subsidiárias Oriente Novo e São Domingos (4), e do grupo Brascan, através das subsidiárias Mihrasa e Candeias (3). A leste da AI Uruêu-au-au, o estudo da Sepplan-RO mostra interesses, em uma grande extensão, do grupo Best, exatamente nas proximidades da sede do seringal São Luís, tomado aos oróins através do massacre de 1963 (1). Recentemente instalou-se ali uma draga.

A tentativa de ocupar estas áreas indígenas manifesta-se insistentemente de duas formas: pressão sobre o terreno e articulações do tipo *lobby* junto ao poder público. Pedro Sena, antigo seringalista e garimpeiro da região de Jaru, é um dos pontas-de-lança no terreno. A região, por ele sistematicamente invadida, é a requerida pela Mineração Vale da Muralla. Chegou a abrir na área uma pista de pouso improvisada e iniciou pesquisas. Conseguiu fazer contatos amistosos com os índios do grupo de Djal. Competindo com o indigenismo oficial, em sua mesma tática, encheu-os de presentes. Em 1983 as relações se deterioraram e os índios exigiram da Funai a retirada dos invasores.

Outra presença insistente de invasores localiza-se nas áreas pelas quais as empresas Best e South/AP demonstram interesse. As ofensivas dão-se a partir da sede do Projeto Bom Princípio do Inera. É neste local que se abriu o maior prolongamento irregular de linhas do Inera, conforme se verifica pelas imagens do Landsat.

Por carta, o bispo de Guajará-Mirim, dom Geraldo Verdier, advertiu ter recolhido pessoalmente informações, na vila de Bom Princípio. Lá soube que um grupo de cerca de dez índios visitou pacificamente a vila, dormiu na sede

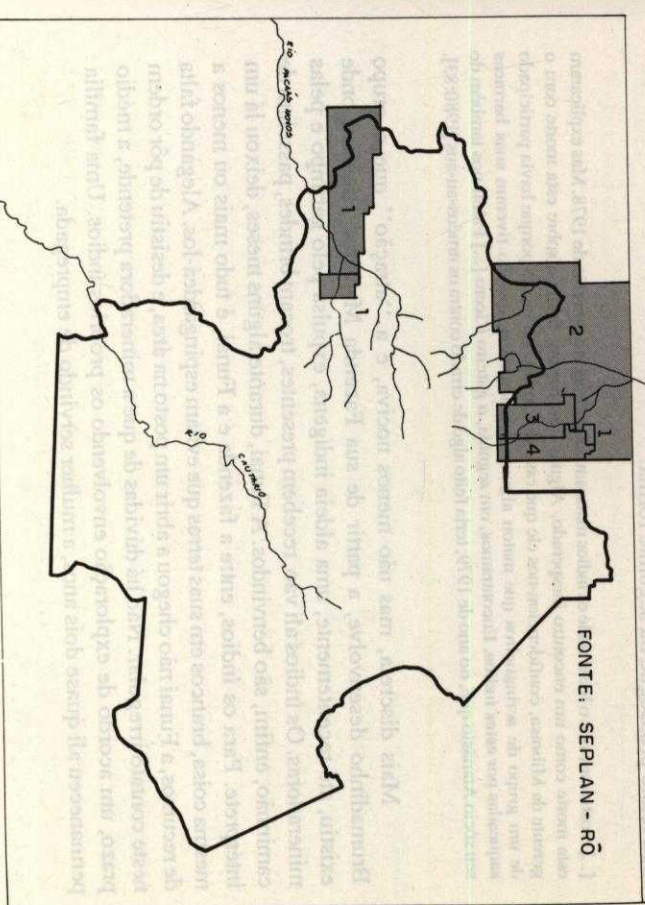
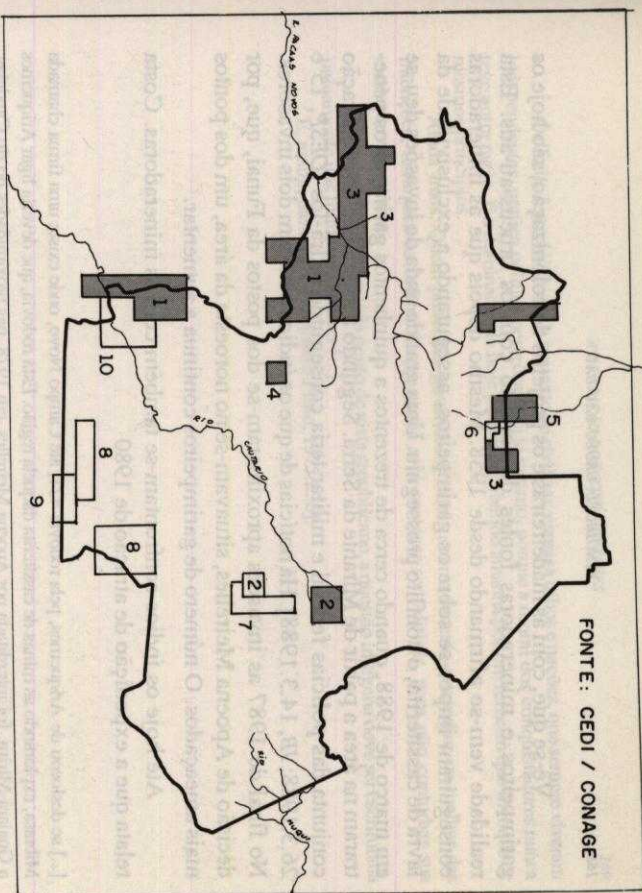
do Inera e deixou oito flechas de presente. Seis dias depois, na mesma vila, apareceram oito garimpeiros, "todos armados com grande número de espingardas e revólveres, declarando ter, além disso, duzentos quilos de bombas! Pois estavam decididos a matar todos os índios que se opusessem a seus trabalhos, caso encontrassem ouro na região". Um outro grupo de garimpeiros chegou dias depois, e esperou o prometido regresso de um dos primeiros, que não se verificou [Funai, 8ª DR-RO, 26.11.1985].

O bispo pediu providências e investigações à Funai, e nada foi feito, por falta de recursos, alegou-se. Recomendou a abertura de um posto de vigilância, o que também não aconteceu. Que fatos incontrolados ocorrem na região de Bom Princípio já não cabe duvidar. Um delegado da Polícia Federal de Porto Velho relatou que prendeu um suspeito de tráfico de entorpecentes. Este negou ser de garimpeiros que, nas proximidades do rio Manuel Correia, entrou em choque com índios, que os seguiam há algum tempo. Dois índios, que usavam cintos de cipó, como os chamados urubú-au-ús, foram mortos. Na pressa, foram estes índios malentendidos, com os pés de fora. Disse ainda que teve que fugir, uma vez que o capataz, além de maltratá-los e pagar mal, os ameaçava de morte caso relatassem tais fatos. Apesar de solto, a testemunha continuou em contato com a Funai e a PF, prometendo acompanhar os funcionários ao local. Por falta de recursos a expedição foi sucessivamente postergada, até o desaparecimento da testemunha.

Em setembro de 1984 o grupo de trabalho da Funai que procedeu ao levantamento da área encontrou-se, no seringal São Toné, com a equipe de pesquisa mineral contratada pela Mineração Pompéia, que pretendia explorar o sudoeste da área. Foi explicado o perigo que corriam. Apoena Meirelles, então responsável pela Funai na região, pediu-lhes pronta retirada. Concordaram. Ao abrir uma picada para recolher amostras, haviam encontrado, na volta, uma árvore caída, barrando o caminho, e uma flecha fincada no chão. Com este fato, somado às dezenas de mortes ocorridas na sede do seringal, estavam mais que avisados.

Assim mesmo, persistiram. A representação da empresa, intermediada pelos Bemeshy em Guajará-Mirim, não os deixava retirar-se, e dependiam do salário, explicou um deles. Alguns meses passaram, os jornais relataram a morte de dois garimpeiros, e ferimentos graves no jovem geólogo da Mineração Pompéia. Este teve sorte: os índios retiraram-se sem verificar se estavam mortos [OESP, 2.2.1985]. Tanto o seringal onde se encontravam, no rio Cautário, como o local do ataque, no rio Cautarinho, estão fora da área do alvará de pesquisa que lhes foi arbitrariamente concedido. Apesar disso, uma expedição punitiva contra os índios chegou a ser organizada em Guajará-Mirim, ao que se pode saber, sem resultados. Os índios que moram ao sul da área apreenderam um barco de metal, talvez neste ou em outro incidente. A Funai ainda não foi buscá-lo, ou verificar.

## EMPRESAS DE MINERAÇÃO INCIDENTES NA ÁREA



Vê-se que, com as madeiras e os projetos de colonização, são hoje os garimpeiros e mineradoras fontes de conflito com os urués-au-aus. Esta realidade vem-se afirmando desde 1958. Mesmo depois que as mineradoras conseguiram impor-se sobre os garimpeiros, assegurando a exclusividade da lavra de cassiteria, o conflito prosseguiu. Uma grande onda de invasões deu-se em março de 1988, quando cerca de trezentos a quinhentos garimpeiros penetraram na área a partir de Mirante da Serra. Segundo a imprensa, uma operação conjunta das polícias federal e militar teria conseguido retirá-los [OESP, 15 e 26.3.1988; JB, 14.3.1988]. Há notícias de que os índios mataram dois invasores. No final de 1987 as invasões aproximaram-se dos postos da Funai, que, por decisão de Apoena Meirelles, situavam-se no noroeste da área, um dos pontos mais ameaçados. O número de garimpeiros continua a aumentar.

Até hoje os índios confrontam-se também com as mineradoras. Costa relata que a expedição de atração de 1980

[...] se deslocou de Ariqueenes, pela rodovia 421, até Campo Novo, onde existe uma firma chamada Milbrasa, explorando as minas de cassiteria daquela região. Esta rodovia, que deveria ligar Ariqueenes a Guajará-Mirim, foi interditada por Apoena Meirelles, em 1978, nas proximidades do rio Candéias, quando um trabalhador foi morto pelas flechadas dos urués-au-aus. [...] O gerente daquela firma nos garantiu que, todos os anos, os uni-cu-wau-wau cruzam a rodovia 421 perto de Campo Novo.

Na região, Costa encontrou-se também com um grupo de garimpeiros clandestinos, que se encontram todos os anos com índios na região do Floresta. Seu relato prossegue da seguinte forma:

[...] mostraram-nos o local onde os índios mataram um garimpeiro no verão de 1978. Mas explicaram esta morte como um encontro inesperado. Alguns dias depois, falando sobre esta morte com o gerente da Milbrasa, confidenciamos-lhe que esse garimpeiro foi morto porque havia participado de um grupo de seringueiros que matou alguns urués-au-aus, quando tiveram suas barracas saqueadas por estes índios. Uicoutramos, em seguida, o galeiro Cicero [...] Falou-nos também de seu sócio Atansio que, no ano de 1979, teria feito algo de errado contra os urués-au-aus [1980:83].

Mais discreta, mas não menos nociva, é a "atração" que o grupo Brunadinho desenvolve, a partir de sua Fazenda Marechal Rondon, onde existiu, até recentemente, uma aldeia indígena, expulsa pelo garimpo e pelas mineradoras. Os índios ali vão, recebem presentes, trocam brindes, passeiam de caninhão, enfim, são bem-vindos. A Funai, durante alguns meses, deixou lá um intérprete. Para os índios, entre a fazenda e a Funai, é tudo mais ou menos a mesma coisa, brancos em suas terras que evitam espingardá-los. Alegando falta de recursos, a Funai não chegou a abrir um posto na área, e desistiu de pôr ordem neste contato irregular. Não há dúvidas de que a mineradora pretende, a médio prazo, um acordo de exploração envolvendo os próprios índios. Uma família permaneceu ali quase dois anos, a mulher servindo de empregada.

O direito é um só. Quem, a pretexto de civilizar, esmagava tribos e nações, que sempre viveram independentes, prática política perigosa para si mesmo, porque a moral dos conquistadores nunca teve outra razão. E o dominador de hoje poderá ser abalido amanhã por um terceiro que invoque os mesmos princípios.

Ainda mais. Quem pretender governá-los cairá no erro funesto e secular, na melhor das intenções, de turpar os índios. O programa será proteger sem dirigir, para não conturbar sua evolução espontânea.

Na economia nacional, do ponto de vista republicano, a questão indígena deve ser escurtiada unicamente nos livros da Despesa [...] E, assim, dará lucro [Roquette-Pinto, 1975:236].

Costa relatou que, em março de 1988, cerca de trezentos a quinhentos garimpeiros penetraram na área a partir de Mirante da Serra. Segundo a imprensa, uma operação conjunta das polícias federal e militar teria conseguido retirá-los [OESP, 15 e 26.3.1988; JB, 14.3.1988]. Há notícias de que os índios mataram dois invasores. No final de 1987 as invasões aproximaram-se dos postos da Funai, que, por decisão de Apoena Meirelles, situavam-se no noroeste da área, um dos pontos mais ameaçados. O número de garimpeiros continua a aumentar. Até hoje os índios confrontam-se também com as mineradoras. Costa relata que a expedição de atração de 1980 [...] se deslocou de Ariqueenes, pela rodovia 421, até Campo Novo, onde existe uma firma chamada Milbrasa, explorando as minas de cassiteria daquela região. Esta rodovia, que deveria ligar Ariqueenes a Guajará-Mirim, foi interditada por Apoena Meirelles, em 1978, nas proximidades do rio Candéias, quando um trabalhador foi morto pelas flechadas dos urués-au-aus. [...] O gerente daquela firma nos garantiu que, todos os anos, os uni-cu-wau-wau cruzam a rodovia 421 perto de Campo Novo.

Na região, Costa encontrou-se também com um grupo de garimpeiros clandestinos, que se encontram todos os anos com índios na região do Floresta. Seu relato prossegue da seguinte forma: [...] mostraram-nos o local onde os índios mataram um garimpeiro no verão de 1978. Mas explicaram esta morte como um encontro inesperado. Alguns dias depois, falando sobre esta morte com o gerente da Milbrasa, confidenciamos-lhe que esse garimpeiro foi morto porque havia participado de um grupo de seringueiros que matou alguns urués-au-aus, quando tiveram suas barracas saqueadas por estes índios. Uicoutramos, em seguida, o galeiro Cicero [...] Falou-nos também de seu sócio Atansio que, no ano de 1979, teria feito algo de errado contra os urués-au-aus [1980:83].

Mais discreta, mas não menos nociva, é a "atração" que o grupo Brunadinho desenvolve, a partir de sua Fazenda Marechal Rondon, onde existiu, até recentemente, uma aldeia indígena, expulsa pelo garimpo e pelas mineradoras. Os índios ali vão, recebem presentes, trocam brindes, passeiam de caninhão, enfim, são bem-vindos. A Funai, durante alguns meses, deixou lá um intérprete. Para os índios, entre a fazenda e a Funai, é tudo mais ou menos a mesma coisa, brancos em suas terras que evitam espingardá-los. Alegando falta de recursos, a Funai não chegou a abrir um posto na área, e desistiu de pôr ordem neste contato irregular. Não há dúvidas de que a mineradora pretende, a médio prazo, um acordo de exploração envolvendo os próprios índios. Uma família permaneceu ali quase dois anos, a mulher servindo de empregada.



- figura importante do governo militar -, sobre a presença indígena na antiga Reserva Florestal de Pedras Negras, hoje parcialmente sobreposta à Reserva Biológica do Guaporé e Al Rio Branco [Proc. 3057/80, fls. 26]. Não seria despropositado concluir-se que o CSN acompanhava de perto as áreas florestais e indígenas, não se importando em sobrepor uma a outra, em particular nos casos de índios sem contato. Não é fácil verificar tais hipóteses, no cinzeno *bunker* da comunidade de informações.

Se a intenção fosse resguardar áreas de presença indígena sem contato, através dos parques do ex-IBDF, haveria, no mínimo, que considerar sua área maior que a do Parque Nacional de Pacaás Novos. Não seria má ideia, apesar de seus mecanismos tortuosos. Neste caso, teria que somar os sobrepostos 764 801 hectares do parque, mais os 879 800 da portaria de interdição, mesmo ficando abaixo do polígono de 1 840 000, proposto pelo Inctra à Funai, em 1980. Os documentos e propostas de interdição existentes na Funai, numerosos, demonstravam a amplitude da área de ocupação indígena.

Com o Parque Nacional de Pacaás Novos, controlado pelo ex-IBDF, poderiam estar os índios parcialmente protegidos, uma vez que parte de suas aldeias e recursos ali se encontram. Seria sempre melhor que solos pouco férteis fossem entregues aos loteamentos do Inctra, neste caso nem produtivos nem socialmente úteis, ou à ação de madeiras ou minadoras. Mas não estaria, assim, garantida a "posse permanente", nem ficaria "reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes", nos termos do artigo 198 da Constituição Federal de 1967, então em vigor. Tornar-se-iam apenas tolerados por uma área de preservação, eleita pelo colonizador e administrada pelo ex-IBDF/Itama. Haveria que aprimorar a legislação, prevendo áreas de preservação com vida humana, ampliando a estreita visão anglo-saxônica, que restringe a proteção aos nichos e santuários intocáveis, quando se pode promover um zoneamento interno, se o perímetro o permite.

O decreto de criação do Parque Nacional de Pacaás Novos, apesar de seus 764 801 hectares, deixava de fora cerca de um milhão de hectares de área de presença indígena comprovada, como, por exemplo, a região do rio Nova Floresta, e partes das nascentes dos rios Ouro Preto, Pacaás Novos, Cautário, São Miguel e outros, onde os conflitos com os índios eram recentes. Em alguns casos, como na região do Floresta, Cautário, São Miguel e Jarú, deram-se confrontos, mesmo após o decreto criando o parque, e fora de seu perímetro. Tal situação e a existência da sobreposição parcial entre a área anteriormente interdiçada pela Funai, e o decreto posterior em favor do ex-IBDF, careciam de uma solução. O parque deixou de fora também numerosas nascentes de decisiva importância para a preservação.

Esta viria através de outro decreto presidencial, o de n. 91 416, de 9 de julho de 1985, declarando "de ocupação dos indígenas para os efeitos dos artigos 4, IV, e 198 da Constituição" 1 832 300 hectares. Trata-se de um dos

maiores acertos do governo de transição da Nova República, infelizmente "para inglês ver", pois não foi garantido localmente, o próprio governo continuou a invadir e o próprio Sarney se encarregaria de revogá-lo. Quanto ao Parque Nacional de Pacaás Novos, o decreto presidencial de 1985 o mantém, com seus atuais limites, em seu artigo 2º, determinando que a Funai e o então IBDF, "firmarão convênio, objetivando a preservação das terras indígenas e da área do aludido Parque".

Parecia que tal medida poderia dar um impulso decisivo à defesa da área. Mas houve convulsões: o ex-IBDF, ao chegar a um impasse com a Funai, por pretender a exclusão do Parque Nacional de Pacaás Novos da AI Urueu-au-au, apelou diretamente a seu ministro. De fato, em junho de 1985, o ministro da Agricultura, Pedro Simon, escreve ao presidente da República, José Sarney, pedindo que intervenha junto à Funai para um melhor acordo com o IBDF, considerando a importância do parque, "para o próprio Estado de Rondônia, cuja cobertura vem sendo rapidamente devastada, o elevado montante de recursos já investidos na área, e a total ausência de consultas ou entendimentos prévios com este ministério por parte da Funai [...]". Diz ainda que "foi constatada, posteriormente à sua criação, a presença de alguns grupos indígenas no interior do Parque Nacional [...]", revelando-se, mais uma vez, a desconexão entre os órgãos federais e a fragilidade das informações do ex-IBDF sobre as áreas de preservação que pretendu criar.

O ministro chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, em 19 de junho de 1985, escreve ao ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, "de ordem do Sr. Presidente da República", pedindo o reestudo da proposta da Funai. O problema é que a Funai preparava um decreto, no qual reconhecia o parque, garantia a presença indígena, e o transformava numa área conveniada com o IBDF, onde havia índios isolados. O IBDF não aceitava tal solução. Exigia com o perímetro do Parque Nacional de Pacaás Novos fosse expressamente excluído da área indígena. A pretensão do ex-IBDF não podia ser satisfeita pela Funai. A presença de várias aldeias, já identificadas, na parte da área reivindicada pelo ex-IBDF, impedia o desconhecimento dos direitos constitucionais de usufruto, sem falar na existência dos desconhecidos nas matas. Pôs-se a possibilidade de o ex-IBDF ficar com uma faixa em torno à área indígena, solução também recusada pelo ex-IBDF, que parecia pretender exorcizar os índios e seus direitos.

Enfim, encontrou-se uma solução de compromisso: reconhecer os direitos indígenas, onde se encontrassem, no perímetro da área, mantendo-se o parque, e obrigando o ex-IBDF/Itama e a Funai a um convênio. Na verdade, adiou-se o problema, buscando-se uma melhor solução a longo prazo, nas negociações interinstitucionais e com os índios, para um zoneamento interno. O IBDF interpretou o decreto como se fosse soberano sobre a área do parque, pretendendo isolá-lo do restante. No entanto, o decreto reconhece ali também

direitos quando há presença indígena, e o convênio previsto entre o IBDF e a Funai deveria dar-se sobre o conjunto da área, entendida como de preservação.

### O EX-IBDF/IBAMA VERSUS FUNAI

Tal solução, de oportunidade e compromisso, foi a melhor possível. Evitou um atraso maior na proteção da área. Enquanto o ex-IBDF e a Funai disputavam-na, a frente colonizadora a destruía. Poderia abrir-se um precedente de peso: as áreas indígenas entendidas, na prática, como de preservação permanente, sob a responsabilidade dos dois órgãos, convidadas a entenderem-se.

Três obstáculos dificultam uma figura jurídica de área comum de preservação ex-IBDF/IBAMA-Funai. O primeiro é o corporativismo que domina os órgãos da esfera federal, adições a diferentes ministérios. O segundo é a inexistência de filosofia e legislação apropriada para áreas de preservação com vida humana. A terceira é a fragilidade destes órgãos: a Funai promove desmatamentos em terras indígenas e a maioria das áreas sob a responsabilidade do ex-IBDF/IBAMA continuam uma farsa, apesar do empenho de seus melhores funcionários. A Funai encontrava-se mal situada no Ministério do Interior, cujo objetivo de desenvolvimento regional opõe-se, com frequência, à proteção das minorias. O ex-IBDF convivia mal com um ministério que promove prioritariamente o aumento da produção agrícola. As duas instituições necessitavam de maior autonomia de ação. Hoje a Funai está em sua fase Ministério da Justiça, o ex-IBDF encontra-se integrado ao Ibama, este com autonomia, e nada mudou, porque não mudaram as mentalidades, o que é também imprescindível.

O corporativismo manifesta-se na preocupação destas instituições em lidar apenas com áreas sob sua única responsabilidade. A exclusividade institucional na gestão de uma área aumenta o poder de manipulação de recursos públicos, mesmo freqüentemente escassos. Mas é menos a finalidade de proteção e preservação que anima as burocracias, e mais o poder imediato o que buscam. A flagrante descoordenação destas instituições, e de suas políticas, o testemunha.

O desamparo legal para que uma área indígena torne-se, de fato, uma área de preservação permanente é total. O Código Florestal estabelece que se "consideram, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas de vegetação natural destinadas [...] a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas" [A.3º Al.G, Lei 4.771, 15.9.1965]. Tal dispositivo, em acordo com o artigo 198 da Constituição então em vigor, e pela atual, anula-se pela Lei 6 001/1973, o Estatuto do Índio, que, em seu artigo 46, estabelece: "O corte de madeira nas florestas indígenas, consideradas em regime de preservação permanente, está condicionado a projetos ou projetos para o aproveitamento das terras respectivas na exploração agropecuária, na indústria ou no reflorestamento".

O Código Florestal, assim, vê-se anulado pelo Estatuto do Índio. É típico das nossas leis anularem-se mutuamente. Artigo 46 do Estatuto do Índio é uma das brechas que o regime militar, que o promulgou e outorgou, deixou à burocracia da Funai para o esbulho dos recursos dos índios. É óbvio que o ex-IBDF/IBAMA poderia, assim mesmo, cobrir os desmatamentos que não pertencem aos projetos de manejo autorizados. Não molestando os índios, mas cobrindo as madeiras que atuam em suas terras com a contivência da Funai. O Ibama poderia ainda controlar, e recorrer na justiça, contra "projetos" admitidos pela Funai, quando incompatíveis com a renovação dos recursos naturais existentes na área. Não o faz, e dificilmente o fará. Recentemente, o Ibama tentou agir contra a Funai, mas desistiu. Apesar de estas burocracias serem competitivas entre si, não se arriscam a confrontos que possam vir a serem desgastantes.

É nesse quadro que uma área conveniada de grande extensão, assegurando os direitos de um grupo humano que a manteve protegida através de um penoso confronto, em desigualdade de forças, sobreposta a uma unidade de conservação, poderia tornar-se uma experiência de grande interesse e um exemplo. Para tanto, bastaria conseguir a vontade política da sociedade e de seu governo. Tanto o convênio, que aguarda decisão judicial no que diz respeito à revogação de Sarney, como a área estão entregues hoje à sua sorte.

Há pontos de vista ainda menos otimistas. Um dos analistas das questões ambientais em Rondônia, com formação em engenharia florestal, na altura consultor do Banco Mundial, chega a pôr em dúvida o futuro do Parque Nacional de Pacaás Novos como unidade de conservação [Douroicanni, 1985:45]. Argumenta, que

[...] não há virtualmente nenhum caminho para compatibilizar os objetivos de longo prazo destas duas categorias. Numa reserva indígena os índios podem utilizar, como queiram, todos os recursos naturais disponíveis. Isto não põe problemas enquanto mantêm seu estilo tradicional de vida, mas apenas quando expostos a diferentes alternativas, como qualquer dono de terras, podendo praticar a agricultura intensiva, criação de animais, aproveitamento florestal, ou qualquer outra atividade sem restrições. Considerando as rápidas mudanças observadas em outros grupos tribais em Rondônia, a preservação da natureza, em seu atual estado, seria de curta duração. Acrescente-se que a história das reservas indígenas mostra que estas áreas não têm sido efetivamente defendidas, citram invasores de todo tipo, ao contrário do que ocorre com os parques nacionais e categorias similares. Mesmo que um compromisso técnico fosse encontrado, para salvaguardar os recursos naturais continuaria a existir um obstáculo definitivo, de ordem jurídica: um parque nacional e uma reserva indígena, assim como um parque indígena, não podem ser sobrepostos um ao outro.

Estas considerações demonstram, mais uma vez, o desencorajamento de que se pode ser tomado quanto à possibilidade de proteger áreas indígenas, ou com vida humana em geral. Fundamenta-se em numerosas, e inegáveis, razões. Há de fato um passivo de destruição dos recursos naturais indígenas promovido pela Funai, estimulando invasores, e os próprios índios, à ação predatória imediatista. Há, no entanto, excessivo otimismo quanto à capacidade de prote-

ção de parques e reservas florestais. Basta ver a destruição promovida pelas mineradoras de cassiteria na reserva do Janari, para concluir-se que também contam com precária proteção.

Faltou considerar alternativas: a de um programa especial de uso e defesa da área, como o previsto no artigo 2º do Decreto 91 416/1985, ao manter a sobreposição do parque, sob responsabilidade do ex-IBDF/Ibama, reconhecendo os direitos indígenas. Tal programa, se não fosse revogado por Sarney, estava previsto no decreto de 1985, através da Funai e do ex-IBDF/Ibama, que "firmarão convênio objetivando a preservação das terras indígenas e da área do aludido Parque". Quanto à lei, é feita, e pode ser refeita, pelos homens.

O obstáculo é menos de antecedentes históricos, técnicos ou jurídicos, do que conceituais. Se, de fato, as áreas indígenas tornam-se vulneráveis, as unidades de conservação têm sido igualmente uma verdadeira farsa. Não devem, nem podem, ser confundidas as duas categorias. Há interesse em manter santuários, como há em respeitar e proteger, pelo diálogo, culturas capazes de uso mais adequado dos recursos naturais. São categorias diferentes. Há que aprimorar e precisar as distintas categorias de unidade de conservação os meios de efetivamente protegê-las. Mais importante e decisivo do que classificá-las juridicamente, seria elaborar, em conjunto e através do diálogo com os índios, seringueiros, ribeirinhos ou caçaras, o uso adequado e a preservação. O primeiro passo é defendê-la. O segundo é conhecer o modo de apropriação que ali praticam e acompanhar as mudanças sugeridas pelo contato e o mercado. Sem dúvida será mais complexa a administração e o zoneamento interno de áreas de preservação absoluta e áreas envolvendo gente, do que áreas vazias a que o ex-IBDF/Ibama se habituou. Aliás, há turismo e manejo nas áreas do ex-IBDF, a resistência não se dá no tráfico com empresas, mas com comunidades.

Tal processo, uma vez que pretende, em qualquer hipótese, resguardar os direitos e a autonomia indígena, seria melhor conduzido se o convênio ex-IBDF/Ibama-Funai previsse o apoio de pessoal adequado, antropólogos, linguistas, botânicos e biólogos. Além da preservação dos índios, e de seus recursos, promover-se-ia ali uma experiência e uma troca de conhecimentos inestimável, quanto à etnecologia, à etnobotânica, etnobiologia, à etnociência em geral, abrindo-se, enfim, um campo de possibilidades. Tal precedente poderia oferecer abertura à demarcação de áreas de preservação desta categoria, contribuindo decisivamente para a proteção ambiental e do modo de vida e dos conhecimentos das minorias étnicas e de culturas tradicionais. Inclusive porque os nichos e santuários são raros, e a preservação pode, e deve, se dar não apenas contra o homem, fantástico predador, mas com e para o homem, via articulação de interesses.

Tal experiência poderia advertir os índios quanto aos riscos que correm na adoção sem critério da prática predatória do colonizador, e introduzi-los ao contato com o mercado de forma apropriada. Estimularia a Funai a preservar, e o ex-IBDF/Ibama a pensar a conservação, não apenas como uma questão

policial, técnica ou jurídica, mas como exercício da persuasão e do respeito à sabedoria dos milenares habitantes sobre a fauna e flora que se quer preservar, frequentemente sem as conhecer. A pensar a conservação como uma questão também cultural: o modo de dar-se o uso indígena, o zoneamento interno da área conveniada, não poderá restringir-se à definição técnica, *a priori*, provavelmente arbitrária, mas decorrer da inter-relação privilegiada que ali se abria com os índios. Após o contato, a questão para os índios é a mesma que para os colonos, apenas os primeiros levam vantagem, com a tradição e o conhecimento do uso adequado dos recursos naturais.

O processo de criação do Parque Nacional de Pacaás Novos, pelo ex-IBDF, demonstra o quanto é arriscado entregar a política ambiental a uma prática pseudoprofissionalista e tecnocrática, da qual o mínimo que se pode constatar é seu caráter amadorístico. Apesar do parque ter sido criado em 1979, em 1985 o ex-IBDF ainda reconhecia que "pouco conhecimento se tem da fauna do Parque" [Pádua, 1985:19]. A presença indígena foi ignorada, e as terras eram consideradas devolutas. Quanto à regularização fundiária, o ex-IBDF jamais tomou qualquer iniciativa. Limitou-se a adquirir equipamentos, no que muito se assemelha novamente à Funai, instituições debeds, esvaziadas de seu conteúdo social.

A justificativa técnica de sua criação, assim como para seu perímetro, teria levado em conta a variedade das "áreas transicionais com diversas amotras representativas de ecossistemas". Não se considerou, no entanto, a importância das nascentes ali localizadas para as principais bacias da região, vertentes das serras, das raras elevações da Amazônia. Por isso o perímetro do parque deixou de fora várias nascentes e a serra de Uopians, apesar do Inpa e do Radam contarem na época, 1979, com estudos sobre a mesma região. Este aparente "detalhe" aparecerá apenas no Plano de Manejo de 1984.

Na prática de defesa da área, a ação do ex-IBDF, como de seu sucedâneo, o Ibama, é quase inexistente. A presença da instituição se fez sentir apenas por um curto período, quando dispunha de um diretor competente para o parque, que foi demissionado, sem nenhum apoio de Brasília, ou de Porto Velho. As maiores invasões dão-se nas cercanias das instalações da sede do parque, construídas pelo ex-IBDF, não conseguindo controlar sequer as imediações. Com os desentendimentos das burocracias centrais da Funai e do ex-IBDF/Ibama, em Brasília, este último órgão esvaziou seu compromisso com a defesa da área, embora os funcionários locais fossem entusiastas da ação conjunta, diante da amplitude de invasões, impulsionadas em particular pela construção da BR-429.

A presença indígena nunca deveria ter levado o ex-IBDF/Ibama a desanimar na defesa do parque. Simplesmente porque a maioria das unidades de conservação em Rondônia contam com presença indígena. Na Amazônia, esta situação é a mais freqüente. Não deveriam, os ambientalistas, acreditar na visão desenvolvimentista dos "espaços vazios" da Amazônia, tão decantados pela

difidura no governo Médici, durante a construção da Transamazônica. O ex-IBDF/Ibama não apenas poderia ter dado uma maior contribuição, decisiva, na defesa da área, como poderia tê-la estudado convenientemente. Até hoje não pode refazer nem seu Plano de Manejo, feito em escritório, nem o convênio com a Funai, que previa renovação periódica, simplesmente porque a presença da instituição na área é decorativa.

O seu Plano de Manejo é inviável e inadequado. Embora elaborado em 1984, com pleno conhecimento da presença indígena, previa um "subprograma de turismo". Pretendia-se atrair turistas por "sinalização ao longo da BR-364, próximo às principais cidades, e na altura do entroncamento desta rodovia com a vicinal-linha 81 (Ouro Preto do Oeste), com o nome, a direção e a distância do Parque". [IBDF, 1984:115]. Querria "divulgar a disponibilidade do parque, para observações e estudos práticos por estudantes". Previa-se ainda o Parque de Caça e Floresta Nacional, como "reservas de recursos", e para "fomentar o uso racional dos recursos naturais através de áreas de uso múltiplo". Com tantas áreas para fomento, por que promovê-lo em áreas nobres de preservação como um Parque Nacional?

Enfim, iriam expor os turistas e pesquisadores a uma visita artiscada: apenas nos últimos anos, os índios mataram cerca de duas dezenas de invasores, sendo a principal razão a defesa de territórios de caça. O Plano de Manejo previa a reinstalação dos índios, apesar de juridicamente impossível, ao afirmar que, "além das características já enumeradas, o Parque guarda em si um grande patrimônio cultural indígena, representado pelas tribos uruêu-au-aus e urupainis, em estágio de contatção. Muito embora essa coexistência seja temporária, sempre restarão traços desta cultura naquela área, que poderão então ser apreciados" [IBDF, 1984:68]. Pensava-se também em áreas de uso "intensivo e extensivo"; "passaios a pé, piquenique, *camping*"; "incentivar a inclusão do Parque em roteiros turísticos regionais e nacionais"; e "abrir pistas de pouso". No subprograma de proteção, o Plano de Manejo pretendia "providenciar junto à Funai a regulamentação da área interdita pela portaria, para estudo de grupos indígenas, no trecho em que a mesma se sobrepõe aos limites do Parque". [Funai, 508/N, 26.6.1978]. Ou seja, embora o IBDF/Ibama admita conviver com empresas madeireiras, nas áreas de "reservas de recursos", com planos de fomento, de exploração intensiva e extensiva, resiste a conviver com comunidades menos predatórias. Prefere a convivência com madeireiras e minetradoras à convivência com índios, embora aliados potenciais.

### UM SANTUÁRIO CERCADO PELA DEVASTAÇÃO

Ao considerar-se a onda predatória que devastou em uma década o norte de Mato Grosso e Rondônia, em particular com a pavimentação da BR-364, de Cuiabá a Porto Velho, mais se destaca a importância da definição e proteção

das áreas de uso adequado, e reservadas a grupos humanos culturalmente em harmonia com o meio ambiente. Sobressaem, sem dúvida, as áreas indígenas, e, dentre elas, a área uruêu-au-au, em convênio com o ex-IBDF/Ibama, que aqui se estuda. Se a estas se somassem as áreas definidas como parques nacionais, reservas biológicas, reservas florestais, estações ecológicas, e um zoneamento adequado dos rios Guaporé e Mamoré, além de reservas extrativistas, ter-se-ia fortalecido a frágil contracorrente à degradação, quando não à desertificação, hoje ameaças concretas e globais à região. Resta ainda o apoio às comunidades para a transição do modo tradicional ao uso adequado e sustentável na economia de mercado [Goodland e Irwin, 1975; Meggers, 1977; Posey *et alii*, 1984; Stoll, 1985].

As alterações da cobertura vegetal de Rondônia, identificáveis pelas imagens do satélite Landsat, mostram uma tendência ao desmatamento, em proporções nunca vistas na Amazônia [Banco Mundial, 1985]. O Estado de Rondônia tem 24 304 300 hectares. Em 1975 constata-se um desmatamento de 121 650 hectares. Em 1984 o desmatamento era de cerca de dois milhões de hectares. Em 1987 o IEF-RO considerava metade das florestas do novo Estado comprometida, o que se deu em uma década. Os estudos do Inpa de Manaus vão no mesmo sentido:

[...] em Rondônia, por exemplo, 11% da mata já foi extirpada, enquanto 35% está em fase adiantada de destruição. Diante desses dados, o Inpa prevê que a selva está com seus dias contados. Em um de seus estudos, foi elaborada uma sinistra cronologia: até 1988 as matas de Goiás e Rondônia estarão esgotadas; em 1989, as de Mato Grosso serão dizimadas... [Istol, 10.9.1986].

O pesquisador Philip M. Fearnside conclui na mesma direção: "Os resultados [...] indicam um desmatamento explosivo, aparentemente exponencial, em Rondônia, Mato Grosso e Acre. Caso a tendência atual se mantenha, estes Estados ficarão desprovidos de florestas em 1990, 1989 e 1993, respectivamente" [Ciência Hoje, 2(10):46, jan.-fev. 1984]. Apesar de a velocidade do desmatamento ter diminuído, devido à sua flagrante ineficácia econômica, o risco continua presente.

A coincidência revela uma tendência: onde foram abertas estradas, a incidência de desmatamento é maior. Diz Fearnside:

Os focos de desmatamento estão concentrados ao longo da rodovia Belém-Brasília, que corta o Pará, o Maranhão e Goiás, nos Estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre, e em áreas menores, ao longo da Transamazônica no Pará e na zona agropecuária da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), no Amazonas. [...] a construção da Cuiabá-Porto Velho (BR-364), em 1965, iniciou outro fôco, e o seu asfaltamento programado para 1984 pode levar a um aumento ainda mais rápido da área afetada... [E] renoverá um grande impedimento ao fluxo mais acelerado de população para a Amazônia Ocidental, aumentando assim a probabilidade de que as áreas próximas ao alto Solimões e ao rio Negro deixem de ser a extensão mais intocada de Horcisa [1984:46].

De fato, ambas as previsões confirmam-se: a BR-364 aumentou o desmatamento, e o Projeto Calha Norte está levando a devastação ao alto Solimões e ao rio Negro.

Se compararmos a área abrangida pelo convênio Funai-IBDF, o conjunto da AI Urueú-au-au/Parque Nacional de Pacaás Novos, teremos a medida da importância dessa unidade de conservação no conjunto das áreas possíveis de serem protegidas a longo prazo, ou que pelo menos contem com garantias legais. Com seus 1 830 000 hectares, é, isoladamente, quase o dobro das reservas biológicas do Jaru e Guaporé, mais a Estação Ecológica da Cuniã, perfazendo, as três unidades juntas, 968 150 hectares. É também maior que a soma das reservas florestais e reservas em bloco, previstas nos projetos de colonização, num total planejado, nunca implementado, de 1 215 000 hectares [Dourojeanni, 1985:18]. Na verdade, as reservas em bloco estão invadidas e não chegam a cem mil hectares.

A importância da AI Urueú-au-au/Parque Nacional de Pacaás Novos, no conjunto das possibilidades de preservação em Rondônia aumenta, se considerarmos a pouca implementação e a quase nula defesa real, e no local, das unidades de preservação como um conjunto. Ferriside e Ferreira mostraram a "farsa das reservas em Rondônia". Praticamente todas estão ameaçadas pelo plano rodoviário [1985:90].

Por uma coincidência, constante na Amazônia, quase todas as reservas do ex-IBDF/Ibama em Rondônia contam com a presença de índios. No caso da Reserva Biológica do Guaporé, encontram-se grupos isolados denominados *artuás*, de língua tupi-mondé. Há ali também uma aldeia tupari, a do Pahal, que, por desercos da Funai, do Inetra e do ex-IBDF, ficou fora da AI Rio Branco. O mesmo ocorre com a Reserva do Jaru, onde há uma aldeia e colocações de seringas dos gaviões (*icoléis*), da AI Lourdes. Até na Floresta Nacional do Jamari há referências sobre famílias de índios desaldeados e sem proteção da Funai, e não está excluída a possibilidade de um grupo isolado encontrar-se nas imediações. Essa coincidência não impede, ao contrário, pode tornar-se um fator de preservação, desde que se elaborem convênios apropriados entre os índios, a Funai e o Ibama, no interesse do usufruto e da garantia da renovabilidade dos recursos naturais, e para a viabilização das unidades de conservação.

O exemplo de Rondônia virá mostrar que não será fácil encontrar áreas relativamente resguardadas na Amazônia onde não estejam índios. Tal fato não impede que se vá em direção à preservação, somando-se santuários e áreas de vida humana com uso adequado. Afinal está hoje patente que o desflorestamento em Rondônia é obra de interesses econômicos imediatistas, mesmo quando feito pelo pequeno colono.

A AI Urueú-au-au/Parque Nacional de Pacaás Novos é maior que a soma de todas as reservas da ex-Sema (Cuniã) e do ex-IBDF (Guaporé, Jaru e Jamari) juntas. Trata-se da mais importante área de preservação de Rondônia, indubitavelmente, uma vez que a outra área de grandes dimensões, o Parque do

Aripuanã, encontra-se, em sua maior parte, no Estado de Mato Grosso. É maior que a soma de todas as outras áreas indígenas de Rondônia já homologadas, 1 438 480 hectares.

A importância da defesa da área do convênio IBDF-Funai não advém apenas de sua extensão. Quanto à ocupação indígena, aliás, a extensão é apenas um acidente. Deve-se menos ao número de índios, do que à sua mobilidade e à escassez de recursos. Ocorre que cerca de 50% da área é montanhosa e rochosa. Para os índios, é mais uma defesa, uma fortaleza natural, comprimidos como foram nas escarpas das serras, do que propriamente área de uso contínuo. A maior parte do território é relativamente pouco útil aos índios, como o é à colonização. A não ser que se pretenda entregar aos colonos as montanhas e pedras das serras de Pacaás Novos, Uopianes e Moreira Cabral. Coincidem os interesses dos índios exatamente onde se pretende invadir: as nascentes dos rios, florestadas. O uso dado pelos índios nos últimos séculos está bem mais em acordo com a legislação, que protege as nascentes e encostas, do que a ação colonizadora que entra devastando. Entre nascentes e encostas, e uma metade da área de rochas e campos, não há nada a ocupar, a não ser pelos índios.

Mesmo que todas as demais áreas indígenas de Rondônia já identificadas fossem demarcadas e homologadas, somando-se com as já homologadas, cerca de 3 318 848 hectares, a área de convênio continuará sendo a maior unidade de conservação do Estado, e a maior área indígena, embora constituída com a dupla situação, num estatuto especial. As áreas indígenas, com a AI Urueú-au-au/Parque Nacional de Pacaás Novos, somadas às reservas em bloco e extrativistas, às áreas do ex-IBDF e ex-Sema, hoje Ibama, ou seja, o conjunto das terras que contam com alguma proteção legal, permitiriam a proteção de cerca de 25% do novo Estado. Mais de 50% das áreas protegidas hoje são indígenas. Diante da velocidade do desflorestamento, tornou-se indispensável protegê-las. Tal defesa, no entanto, não será efetiva se não houver, entre os ambientalistas, e também nas instituições governamentais envolvidas, mudança de mentalidades.

A área do convênio ex-IBDF/Ibama-Funai constitui também a terceira unidade de conservação do país, em extensão, logo após o Parque Nacional do Jaiú (2 272 000 ha) e o Parque Nacional do Pico da Neblina (2 200 000 ha). É, portanto, área de preservação de importância decisiva para a Amazônia, e Rondônia em particular, por ser a região mais ameaçada. Esperava-se, no quadro do Polonoroeste, que 5% do território de Rondônia fossem destinados a reservas florestais, além das unidades de conservação [Dourojeanni, 1985:18]. Na prática, estas reservas não existem. As reservas em bloco do Inetra constituem apenas traços em mapas. A maior parte delas, como a Urupá, vem sendo devastada por madeiras. A prevista Reserva Gonçalves Dias ainda não foi oficialmente criada. A Floresta Nacional do Jamari, com 215 mil hectares, a única a ser compatibilizar com uma comunidade de pescadores. Na realidade, dos 1 215

000 hectares de florestas sob proteção previstos, quase nada está sendo preservado.

A área do convênio é uma unidade de conservação duplamente definida, enquadrada em duas diferentes categorias. Mas se a legislação fosse aplicada, seria preservada de qualquer modo, inclusive em seus cerca de 50% de áreas de florestas, por tratar-se de região de numerosos nascentes e margens de rios, e encostas de solos fracos, protegida normalmente pela lei. E verdade que, assim como a legislação indígena, as leis ambientais no Brasil existem apenas no papel.

Além da importância como unidade de conservação, num quadro de devastação, a área do convênio foi parcialmente proposta no Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, "por esta apresentar potencial representatividade do ecossistema do cerrado transicional à Floresta Amazônica, guardando em si todas as particularidades próprias de tal situação" [IBDF, 1982:59]. Esta mesma região, classificada pelo Projeto Radam Brasil (PIN) como "Pediplano Centro-Occidental Brasileiro" e "Planaltos Residuais do Guaporé", fora proposta como área de preservação permanente em 242 km<sup>2</sup>, em torno à serra de Uopianes [Radam Brasil, Mapa-Folha SC 20, 1978].

Os estudos do Radam lembravam que, já em 1975, o Polamazônia considerava que o

[...] sistema de plataforma da serra de Pacaás Novos, não dever ser utilizado. [...] O topo das elevações que formam a serra dos Pacaás Novos apresenta vegetação com fisionomia de cerrado, mas com uma flora que não é típica dessa formação vegetal... [...] Na serra do Uopiane parece situar-se uma das melhores áreas para estabelecimento de uma reserva de cerrado. Até o ano de 1976, quando o Projeto Radam Brasil fez operação de campo no local, ela estava totalmente desabitada [Radam Brasil, 1978:583].

Segundo o depoimento do sertanista Aymoré Cunha da Silva, que acompanhou os técnicos do CPRM no mesmo ano, ao contrário, foram penosamente seguidos por índios, e encontravam vestígios em toda parte, no sopé das serras.

Na parte leste da serra dos Pacaás Novos, constatou ainda o Radam Brasil, em meio ao Domínio Morfoclimático em Planaltos Residuais e Área Aplainada, destaca-se uma terceira área tida também como faixa de transição. O relevo é composto por cristas e colinas, além de abraçar um trecho de superfície pediplanada. O mapeamento pedológico revelou a presença de solos litólicos em meio a afloramentos rochosos [1978:219]. E conclui que, na

[...] floresta da serra dos Pacaás Novos, a agricultura não é recomendada devido ao relevo escarpado e à predominância de solos litólicos [1978:652].

Enfim, apesar de o Polamazônia, o Radam Brasil, o Inpa, e o SPI, desde a Missão Rondon, e o ex-IBDF/Ibama, a partir de 1978, sempre terem insistido

na necessidade de proteção desta área, as medidas vieram apenas na última década. Mas, além do interesse de preservação da área em si, de sua fauna e flora, da diversidade dos ecossistemas, da debilidade dos solos, há a indispensável garantia das nascentes dos principais rios do sul amazônico. O ex-IBDF menciona que "o Parque Nacional de Pacaás Novos engloba as três principais bacias do Estado de Rondônia: Guaporé, Madeira e Mamoré" [1982:60]. A área inicial do IBDF protegia algumas nascentes, mas a área do convênio é bastante mais abrangente, por incluir a serra de Uopianes.

Mesmo uma improvável lista de especialistas, antes da necessária e decisiva contribuição de especialistas, num estudo multidisciplinar, pode tratar a importância da preservação, e de pesquisas mais profundas nascentes das serras de Uopianes, Pacaás Novos e Moreira Cabral, simplesmente por serem indispensáveis ao equilíbrio das bacias hidrográficas do sul do Amazonas. A proteção desse verdadeiro centro nervoso da bacia amazônica, é indispensável ao equilíbrio da região. Tal fenômeno dá-se por este conjunto de serras pensável ao equilíbrio da região. Tal fenômeno dá-se por este conjunto de serras por representar, devido a seu próprio relevo, um verdadeiro centro de captação das chuvas na região, constituindo o manancial decisivo do sistema hídrico do sul amazônico, em território brasileiro.

Há que se conhecer melhor o risco que poderá advir de seu desmatamento, ou degradação, para o conjunto das bacias do Guaporé, Mamoré, Madeira, Jaciparaná, Candelária, Jamari e Jiparaná. Sua preservação, se é de interesse vital à sobrevivência indígena, é condição também para as centenas de milhares de adventícios no novo Estado. E para as novas cidades que se vão formando, as que mais crescem ultimamente no país, onde se concentram dois terços da população atraída a Rondônia. E para o rio Amazonas, que tem no Madeira seu principal formador brasileiro, e os milhões que dele dependem.

Esses afluentes são rios de chuvas, pouco profundos, verdadeiros enxurradões. O desmatamento de suas margens e de suas nascentes poderá trazer graves consequências. Prejudicadas estas vertentes, seriam atingidos os rios que servem todos os grandes centros urbanos do novo Estado, e todas as atividades produtivas. Sem os rios, que baixam e perdem volume enormemente, consentando-se com a vazão das zonas alagadas, poderão alternar-se seca e inundação, imprevisíveis. As águas das chuvas já não encontrarão os leitos, ainda hoje mal cavados. Essas consequências deveriam ser adequadamente estudadas por especialistas. Hidrelétricas, como a de Samuel no Jamari, outras planejadas, como Jiparaná, poderão ser comprometidas, assim como o abastecimento de água das enormes cidades em que se vêm transformando as vilas de Rondônia.

Porque destas serras formam-se as nascentes, formadoras, por sua vez, dos grandes rios de quatro bacias fundamentais. Uma vez protegida, a Al Urúu-au-au/Parque Nacional de Pacaás Novos garantiria as nascentes das bacias do Guaporé, que deságua no Mamoré, indo formar o Madeira, que tem

ainda, nestas redes de nascentes, afluentes importantes, como o Jiparaná, todos formando o Amazonas.

Alguns exemplos dentre as nascentes a preservar na área:

I. Afluentes do rio Guaporé:

do rio São Miguel e seus principais contribuintes, como o Jurupari, Bananeiras, Cabixi, 22 de Outubro, Cigarra, Caio Espindola, Manoel Correia, São Francisco e outros;

do rio Cautarinho e seus afluentes: São Pedro, Conceição e outros;

do rio Cautário e seus afluentes: Sumidor, Cumitai, Cumitripano, Rucumitani, João Câmara, 17 de Fevereiro, Branco, São João do Branco e outros;

do rio São Domingos e seus afluentes.

II. Afluentes do rio Mamoré:

do rio Solério e Pacais Novos e seus afluentes: Água Branca, São João, Taboca, Novo, Anta, Negro, Boa Vista;

do rio Ouro Preto e seus tributários: Repartição, do Deserto e Concórdia.

III. Afluentes do rio Madeira:

do rio Jaciparaná, suas nascentes e seus afluentes, como o Formoso, Vertente, Capivari, Oriente, Divisa e outros;

do rio Candeias, braço direito e braço esquerdo, assim como vários de seus afluentes e nascentes;

do rio Janari, suas nascentes e primeiros formadores, como o Nova Floresta, São Rainundo, Canaã e outros.

IV. Afluentes do rio Jiparaná:

do rio Jaru, seu afluente Cumitiquê e outros;

do rio Urupá e seus afluentes Cumitai, Apiã, Trincheira e outros.

O desinteresse do então IBDF por estas nascentes foi transferido ao Ibama.

A DESMARCAÇÃO: A MEIA VITÓRIA DO LOBBY,  
NA TERRA DE NINGUÉM

Não há dúvida de que a criação de uma área indígena, sobretudo de índios isolados em fase de contato, conveniada como área de proteção ambiental, não se dará a não ser como enfrentamento, levando a uma mudança de mentalidades. Mais difícil ainda será mantê-la. A visão endocolonial dominante, à direita e à esquerda, não se conforma com espaços que considera subutilizados,

mesmo quando os solos são pobres, os direitos das minorias líquidos e certos, e a importância para a preservação comprovada.

Como se conseguiu levar o ex-presidente Sarney a revogar o decreto de demarcação dos uruêus-au-aus, e o convênio ex-IBDF/Ibama-Funai, por ele demarcado anteriormente assinado, revogando-se a si mesmo? Apesar de se tratar próprio anteriormente assinado, revogando-se a si mesmo? Apesar de se tratar de uma personalidade titubeante, como publicamente ficou conhecido, sua decisão pela demarcação, em 1985, vinha amadurecida por um processo de décadas, através do SPI, Radam, Funai e ex-IBDF, passando pelos ministérios do Interior, Reforma Agrária, Agricultura, envolvendo centenas de técnicos e instituições, como, na última década, a Sudeco, o IGPA, a Avaliação do Polo noroeste e o Banco Mundial. Não é fácil responder à questão de fora dos locais onde se tramou a operação, mas há pontas identificáveis do iceberg, além das intervenções de Bennesby e Saulo Ramos, descritas a seguir.

A primeira pista é a nomeação do grupo Romero Jucá-Nilson Campos Moreira para uma operação premeditada na Funai. Ambos responderam na Justiça Federal por envolvimento em transações madeireiras, inclusive na área em questão. O sucessor de Jucá na Funai, Iris Pedro de Oliveira, declarou à *Folha de S. Paulo*, referindo-se à invasão dos ianomânis: "É um ato de desespero do governador Jucá. A garimpagem na área indígena é ilegal". Pouco depois, Nilson Campos Moreira seria transferido da Funai de Cuiabá, para administrar a retirada dos garimpeiros dos territórios ianomânis, que, curiosamente, não levou a termo e, ao contrário, emperrou. Quem os protege no Planalto? No início de 1991, Nilson Campos era ainda cotado como forte candidato a secretário da Agricultura de Rondônia.

Jucá e Nilson defendiam abertamente a venda de madeira indígena. Num seminário sobre questões ambientais, realizado pela Sudeco em 1988, Nilson reconheceu que a área uruêu-au-au tinha sido invadida por madeiras trinta vezes, em poucos anos, e que retiraram um total estimado de "pelo menos 50 000 m<sup>3</sup> de madeira". Argumentou que os índios devem ser preparados para produzir excedente, e que a sociedade deve optar pela exploração das madeiras indígenas, porque não poderá defendê-las, devido "à fatalidade do processo". Era o lobo cuidando dos cordeiros.

Nilson era funcionário do Inetra, quando foram preparados, em Porto Velho, os primeiros documentos contra a área, que alegava, em resumo, haver pouco espaço para assentar colonos em Rondônia, e necessitavam dispor de parte das áreas indígenas. Deste teor é o Aviso n. 244/GG, de 13 de novembro de 1987, enviado ao governo federal por Jerônimo Santana, governador de Rondônia, pedindo a diminuição da área. Em 10 de junho de 1988, Jucá responde, tranquilizando-o, com a Portaria n. 0630 de 8 de junho de 1988, nomeando Nilson Campos Moreira para representar a Funai em um Grupo de Trabalho Especial, composto ainda por um representante do governador e um do Mirad, para "estudar solução permanente dos conflitos". Os técnicos que conheciam a questão, obviamente, nem mesmo foram consultados. Faltava um

antropólogo cartorário que assinasse a diminuição da área, na medida em que nenhum dos membros do GTE tinha qualquer experiência indigenista anterior, sendo apenas agrônomos, experientes em colonização.

O governo de Rondônia pediu um parecer antropológico à professora da Universidade Federal de Rondônia, Maria Lúcia de Macedo Cardoso, que concluiu, após sua pesquisa, pela "evidente manutenção dos atuais limites da Área Indígena Urúu-au-au" [1989:34]. Reanalisou, sobretudo, os documentos, fontes e informações, a que teve detalhado acesso, reunidos pelos integrantes do grupo de trabalho de 1984, inclusive os dados da continuação da pesquisa, iniciada em 1983, para este trabalho e para sua versão preliminar de 1988.

Antevendo que não teria um parecer antropológico favorável, Nilson Campos Moreira não a esperou, concluindo, em sessenta dias, no sistema *blitz*, após alguns vôos, pela "supressão de excessos" na demarcação da área, com o apoio dos representantes do Mirad e do governo de Rondônia. Os excessos seriam os 218 mil hectares a nordeste, que o mapa preparado pelo GTE suprimia, onde estão as principais incidências de cassiterita, duas aldeias indígenas e os postos da Funai contra invasores, na zona de maior número de conflitos com os uruús-au-aus. Felizmente, por pressão da Procuradoria Geral da República, do Banco Mundial e de grupos brasileiros de defesa dos direitos indígenas, a Funai voltou a interditar o nordeste da área, através da Portaria n. 319 de 4 de abril de 1990.

Falava-lhe, ainda, um antropólogo. Percebendo, seis meses depois, que lhe seria indispensável, recorreu a um de seus funcionários, o "sociólogo 09-A", assim classificado pela Funai de Cuiabá, que, prontamente, aceitou, ratificando as decisões do GTE, segundo sua expressão admirada, "composto por Graduados representantes [...] visando equalizar a situação em etervescência" [sic, Santos, 1989:34, 61-62]. Num texto em que o pedantismo e a pretensão não chegaram a disfarçar a fragilidade dos conceitos, o sociólogo da Funai propõe novos estudos, e apenas concorda, empoadamente, com seu chefe, sobre "uma Relação Equável, entre Terras e Coletivos", "equação espaço-população", "uma solução política de amplo respaldo, poderia estabelecer medidas de ressarcimento exequíveis, afinadas com os interesses indígenas".

Enfim, com palavras minúsculas, artificialmente grafadas em maiúsculas, concorda com desmarcar a área, pulverizá-la em torno da atual localização das instáveis aldeias, hoje todas construídas mais pela ação da Funai, do que pelo modo de ser indígena. Por ciência e razão, retoma as surradas teses da colônia indígena, moda dominante na política indigenista do *bunker* militar, há décadas. Atribui ainda ciência à ignorância sobre a fragilidade dos ecossistemas da área e ao desconhecimento de sua inutilidade aos colonos, a quem pretende fazer justiça às expensas dos índios, quando há zonas de assentamento disponíveis em Rondônia.

Recorre, esta pretensa sociologia inovadora, cujo centro é o desprezo pelo universo da cultura e da memória dos que lhe são culturalmente diferentes,

ao critério quantitativo, homem/hectare. Ignora que a ciência do direito não permite fazer justiça aos colonos em prejuízo dos índios e das áreas de proteção ambiental. Evitou verificar quantos são efetivamente os colonos instalados no Buarreiro. Ignorou o levantamento fundiário encomendado pelo Mirad-Incra. É notável como uma certa sociologia esconde-se atrás de uma pretensa neutralidade, camuflando seu ideológico, e interessado, pavor de enfrentar a identidade científica dos interesses que compõem uma determinada correlação de forças. Termina apelando para a retórica vazia, a partir da surrada e milenar tese colonial do tipo "muita terra para pouco índio improdutivo", ou "terra já desmatada pelo invasor não interessa ao índio", "evitemos conflitos românticos", as habituais "ilhas", ou "colônias" indígenas, que hoje levam os guaranis ao suicídio no Mato Grosso do Sul. Não percebeu a sociologia que era mais fácil reassentar os seis ou sete colonos que, em 1989, efetivamente ganharam direitos devido às irregularidades do Incra, por ocuparem seus lotes no Buarreiro e indenizá-los, conforme a última verificação feita por Cardoso [1989:31].

Tanto nos textos de Nilson Campos, como de seu acólito sociólogo, como no aviso de Jerônimo Santana de 14 de setembro de 1988, há outras insinuações que, apesar de infundadas, necessitam ser respondidas. Pretendem que a área foi definida sem o parecer dos sertanistas que a conheciam cotidianamente. Basta ler a assinatura de Apoena Meirelles no relatório de demarcação, e relenbrar que Hugo Pedro da Silva foi quem conduziu o grupo de trabalho de 1984. Hugo Benamour co-assinaram o texto do sociólogo, pensando que se tratava de estudos para postos de vigilância, não de demarcação, com a qual não concordam. Ao contrário, quando, em 1984, os demais queriam retirar a faixa do Buarreiro, foram os que mais insistiram em sua manutenção, como antes os sertanistas Zébel, Hugo e Amauri Vieira, no início da década, devido aos conflitos no Nova Floresta. Referem-se, sociólogo e chefe, à "ideologia", mas não há nada mais ideológico que a defesa do direito de conquista, mesmo quando em nome da ciência e da razão, ali palavras vazias, adjetivadas para uma apologia da tradição colonial.

Procuram também lançar dúvidas sobre o método utilizado para a demarcação, a localização dos pontos de conflito, identificando uso, pela defesa, intransigente. Não havia outro, pois na altura o contato não estava consolidado. A dificuldade encontrada pelo sociólogo, como pelo seu "Graduado" superior, é compreender que locais de pesca, caça e roças antigas são terras legitimamente ocupadas, muito mais do que os mapas do Incra, com intenção de ocupar, ou vagos títulos de seringais nas mãos de especuladores. Quanto à distinção entre cavilhas e oronaris, ficou perfeitamente estabelecida, em 1984, e na primeira versão deste trabalho, de 1988, ocasiões em que se voltou a recomendar a pronta reinstalação dos oronaris, em suas terras invadidas pelo seringal São Luís, que o sociólogo ignorou em seu censo, como no conjunto de seu palavrão encomendado. Trata-se de uma sociologia venal, que avilta o parecer da ciência social, reduzindo-o à função de cartório de políticas momentâneas.

Outra insinuação refere-se ao número dos índios: a Funai chegou a manter contato com cerca de quatrocentos, conforme o memorando da Frente de Atracção de 1984. Os mesmos setanistas estimaram, pelos dados dos intérpretes, que os outros grupos poderiam chegar a mais de mil. A Funai deixou morrer sem assistência centenas, inclusive o chefe Djal. Hoje, em nome da ciência, pretende-se diminuir os direitos dos sobreviventes do contato, ignorando-se os ainda isolados. Não se referem nem mesmo aos índios jurureis isolados do Muqui, em seu afã de abrir espaços a colonos, ou à cassiterita.

Tentam atribuir a demarcação ao Banco Mundial, que, de fato, exigia uma solução, uma vez que o convênio assinado para o Polonoroeste previa proteção aos índios e ao ambiente, conforme a convenção da OIT, ratificada pelo Brasil. No entanto, a solução encontrada foi proposta por técnicos brasileiros, da Funai, Mirad, ex-IBDF, e pela avaliação do Polonoroeste, encomendada pelo Ministério do Interior, ao contrário do que supõem. Quanto ao técnico do Incria, que deveria fazer o levantamento fundiário no Burareiro, ficou com medo dos índios, o que obrigou o Mirad e a Funai a refazerem novos levantamentos, anexados ao processo.

Uma esperança vem do judiciário. Já em 1986, o STF havia se oposto a proteger os interesses do Grupo Gainsa/Arantes, mesmo camuflado por vinte colonos dentre uma centena, irregularmente titulados pelo Incria. Na altura, o ministro Oscar Correa, como Rondon no passado, manifestou

[...] a perplexidade que me causa a infundável sucessão de pleitos, que se fazem entre os que reivindicam a propriedade - que dizem legitimamente adquirida - e o órgão encarregado da defesa dos silvicultores, que quase sempre teve conhecimento antecipado das situações que se criaram e a elas não obviou, quando não aconteceu que lhes deu causa. [...] Até quando teri a União de arcar com os ônus dessa irresponsabilidade, a ausência de política séria que lhe dê solução e paraderior?

E ainda, referindo-se à indústria cartorial de títulos e indenizações, concluiu: "Pois os interesses que a ela [Corte] aporram, vestidos do manto da legalidade, amparados na letra da lei, não lhe permitem senão declarar-lhes a conformidade ao texto, ainda que sob eles grite, clame e venha a explodir suspeita da fraude, do conluio e da irresponsabilidade". Eis uma pesada advertência à carente defesa dos interesses indígenas feita pela Funai, que se espera venha a ser amparada pela Procuradoria Geral da República, nesta e em outras causas, até o dia em que deixem de ser impunes.

Duas semanas após a decisão de Sarney de revogação, o procurador da República, Wagner Gonçalves, entrou com ação de reconhecimento de direitos, nulidade de ato jurídico e medida cautelar, na Justiça Federal, em Brasília, contra a União e a Funai. A urgência do pedido devia-se ao fato de o decreto de Sarney e a Portaria n. 127 da Funai, de nova interdição, deixarem fora da área 218 mil hectares a nordeste, a mais cobijada devido à cassiterita, além das invasões que a revogação passou a estimular. A Procuradoria demonstrou que a demarcação era um ato jurídico perfeito, precedido dos trâmites exigidos pela

lei na altura, já registrado em cartórios e no Patrimônio da União, tornando a medida de revogação inconstitucional.

Os pareceres oficiais da Funai, salvo o especial preparado por Jucá e Nilson, explicam por que não se pode dar satisfação ao suplente Bennesby. Informam sobre o desaparecimento do processo dos uruêus-au-aus e advertem que apenas o Congresso Nacional, através de lei, poderia revogar a demarcação, e após concluir todas as demais demarcações, como previsto na legislação vigente [Mancin, J. J., n. 003/DF/90]. Outro parecer, da superintendência fundiária da Funai, manifesta aberta estranheza pelo fato de o relatório do GTE, preparado por Jucá e Nilson, ter sido autenticado em São Paulo, no 16º Tabelionato, e confirma que houve levantamento fundiário, concluído por Altamir Wolman, chefe do DFT-Incria, em 4 de junho de 1985, um superior hierárquico de Nilson [Oliveira, C., n. Sua/03/1/89]. Por que em São Paulo, na sede da Gainsa/Arantes e da Parapananema? Vale perguntar.

Da elite local de Ariguanes sairá a primeira ofensiva, estimulada pelos mesmos interesses madeireiros, agropecuários e mineiros. Desde o início da demarcação, um dos técnicos mais bem preparados da Seplan-RO, o geomorfólogo Emanuel Fullon Casara, rondoniense, advertia para as dificuldades que seriam criadas por interessados nas importantes incidências de cassiterita na área, embora existissem outros pontos fora dela, possíveis de serem utilizados pelas grandes mineradoras. As pesquisas feitas pela Mineração Pompeia, em 1984, que levaram à morte de pelo menos dois índios, dois mateiros e ferimentos no geólogo, procuravam diamantes. Em 1988, segundo o Cimi, a empresa Metalcon começou a transportar trabalhadores em helicóptero, com o mesmo objetivo [Zero Hora (PR), 11.8.1988; *Diário Popular* (SP), 11.8.88].

Outro interesse, poderoso, é o da Parapananema. Sarney nunca teve dúvidas em privilegiá-la: ficou com o primeiro trecho da Ferrovia Norte-Sul, com a privatização dos minerais estratégicos para extração e exportação, e com a maior reserva de cassiterita, do Pitinga. Segundo o geólogo Airton Nogueira de Oliveira, do Núcleo de Tecnologia Mineral de Rondônia, na área Urúu-au-au/Parque Nacional de Pacaás Novos, foram encontradas jazidas de torita e toritanita. Não revelou quem as encontrou [OESP, 20.2.1990]. Os interesses dessa empresa, e de outras, pela cassiterita na área já se manifestaram há décadas, quando da compra pela Parapananema dos pretensos títulos de Flo-dal do Pontes Pinto, junto com o grupo Arantes/Gainsa.

O clima, contrário aos índios e à preservação ambiental, estimulou os garimpeiros a invadir. A morte de dois deles, dentre os quinhentos que se encontravam na área, no início de 1988, agitava as vilas das vizinhanças. A Funai e a Polícia Federal investigaram o envolvimento do prefeito de Mirante da Serra na distribuição de armas a garimpeiros contra os índios. A base de penetração era a linha 81, do projeto do Incria em Mirante, como acesso às cabeceiras do Jamari. Montaram uma operação de retirada de invasores, cumprindo uma liminar de

reintegração de posse da Justiça Federal. Dezenas chegavam a cada dia, estimulados pelas autoridades estaduais, chegando a quinhentos garimpeiros.

A segunda grande ofensiva dos garimpeiros e mineradoras deu-se com a revogação da demarcação feita por Sarney, bastando chegar a seca de 1990. Em dezembro, a *Folha de S. Paulo* anunciou que outros duzentos garimpeiros, vindos de Roraima, expulsos da área ianomâni, invadiram a área Urúêu-au/Panque Nacional de Pacaís Novos. Os índios mataram pelo menos um, identificado como Armando. Os invasores, vindos sobretudo de Bom Princípio, começaram a mudar os marcos da área, para que seus limites fossem não localizáveis no terreno. Chegaram a setecentos, uma centena já trabalhando com máquinas manuais, e a Funai dizia não ter recursos para uma expedição, assim como a Polícia Federal, em recesso de ano novo e exigindo o equivalente a sete mil dólares adiantados da Funai, para o pagamento de diárias para oito agentes, prática corrente, embora condenada pelo TCU.

Segundo informações que chegaram à Procuradoria Geral da República, o ex-suplente de deputado Moisés Bennesby estaria por trás das invasões, mesmo que conseguiu a revogação junto a Sarney. Os garimpeiros continuavam também nas proximidades do rio São João do Branco, próximo à fazenda dos Bennesby, que ficou fora da área, como também no seringal São Luís, de Lucino. Outras áreas começaram a ser invadidas, como a dos caripunas, mais ao norte, apesar de interdita. A imprensa especulou que verbas para a Funai poderiam ser liberadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, da Presidência da República, mas, apesar das reuniões em Brasília e Cuiabá, nada foi feito. Em janeiro, um funcionário da Funai informou à imprensa que já eram mais de mil garimpeiros, e que funcionários do órgão estariam comprometidos com a invasão. Com os garimpeiros, vieram os colonos, cerca de trezentos, na altura de Jaru, em parte retirados em 1988. O protagonista era o senador Olavo Pires, assassinado, após ter sido eleito governador no primeiro turno, em 1990, segundo a imprensa<sup>1</sup>, por envolvimento com o tráfico de cocaína. A cada eleição, apareciam outros políticos, pescando em águas turvas, em particular deputados estaduais: Odaisa Fernandes (PMDB), Luis Gonzaga (PDS), e até um, José do Prado (PMDB), que pretendia ter um lote na área.

Mas o escudo predileto desses interesses, que sempre evitaram mostrar frontalmente seu rosto, foi a centena de títulos irregularmente emitidos pelo Incra no Burareiro, contra o parecer da 8ª DR-Funai e apesar das numerosas e recentes mortes no local, como na família Prestes, Daniel Castro, Bráulio etc. Em Ariquemes, promoveu-se a mobilização de agricultores, com o propósito de estimulá-los a ocupar. Os sem lote, que aguardavam na lista do Incra, eram

apresentados como se fossem todos titulados, e como se residissem nos lotes do Burareiro. Era a salvação dos políticos locais nas vésperas de eleição, do próprio Incra e do governo do Estado, que passaram a responsabilizar a Funai pelos seus fracassos em assentar os dezenas de milhares de migrantes que chegavam. No entanto, em anúncio publicado nos jornais, a prefeitura de Ariquemes anunciava a existência de cinco mil lotes ainda desocupados no município.

O próprio Incra continuou estimulando, inclusive através de novos projetos fronteiriços, como é o caso do denominado Colina Verde, na linha 432 do Projeto Jaru, com 23 400 hectares. Também dentro do programa de reforma agrária, o Incra criou outro projeto limítrofe, o denominado Nova Floresta, nos municípios de Jaru e Porto Velho, com 92 lotes, totalizando 4 500 hectares. Os editais dos projetos foram publicados pela imprensa rondoniense. A CPT enviou denúncias ao Ibama, chamando a atenção para o fato de estes assentamentos darem-se em solos pobres, desobedecendo ao zoneamento ecológico previsto para Rondônia. Tão grave quanto, é darem-se exatamente nas zonas de litígio com os índios, como o Nova Floresta e o Projeto Jaru.

Há uma verdadeira geopolítica de invasões na área. As mineradoras, atrás do Incra, estimulam pela parte norte, pretendendo adquirir os títulos conseguidos pelos colonos. O canal é a BR-421, aberta em colaboração com madeireiras. Há pressões, também estimuladas por madeireiras, no leste da área. No sudeste e sudoeste, são os garimpos, algumas vezes estimulados por mineradoras, e o canal é a BR-429 e prolongamentos do Projeto Bom Princípio.

Embora, a longo prazo, todas estas invasões constituam graves riscos, de imediato, a mais perigosa é a que se faz em terras do grupo isolado jururei, nos rios Muquí e Ricardo Franco, nos projetos do Incra. Não foram levados em consideração os diversos pedidos da avaliação do Polonoroeste-Fipe, de que se evitasse assentamentos na área, cuja interdição foi exigida com insistência, como é de direito. Ali se cria uma situação extrema. Além de ocasionarem ferimentos por estrepes, armadilhas de três pontas, os índios teriam recentemente lançado dois cadáveres de colonos para a outra margem do Muquí, mostrando, mais uma vez, seus limites. São dos últimos fora da área demarcada. Nada há de novo de baixo do sol, nem para os índios visitados por Lévi-Strauss.

O pior fica, como sempre, para os índios. As últimas pesquisas nada acrescentaram fundamentalmente à sua compreensão, ainda restritas às fontes, documentos e relatos deste trabalho, em particular os reunidos com o grupo de trabalho de 1984. Uma pesquisa etnológica continua necessária. Cardoso identificou entre os índios sobreviventes ao contato seis subgrupos, "líderes por Djai, Paiju, Tari, Memó, Taroba e Bawá (mondaua)" [1989:21]. Santos ensaiou um censo, através das anotações de uma excelente enfermeira, mas está longe de ser completo. Teria encontrado os urúêu-au-aus, já contatados, reduzidos a 99 indivíduos, em três malocas: os taucacapanhãs, das malocas taunapanãs, com 31 sobreviventes, e taderonuas, com 30, e os amondanas, com uma só maloca provisória, com 38, no Trinchreira, perto do posto da Funai. Seus malocas

1. *O Globo* (RJ), 13/3/88. *Alto Madina* (RO), 12/2/87, 14/5/87, 11/8/88, 26/8/88, 28/9/88. *A Tribuna* (RO), 5/5/87, 17/3/88, 11/8/88. *O Estado* (RO), 12/2/87, 9/5/87, 7/6/87, 17/3/88, 22/3/88, 11/8/88. *O Dia* (PI), 5/5/87. *O Gaioparé*, 14/5/87. *Folha de S. Paulo*, 22/7/89, 1/2/90, 9/2/90, 1/3/90, 21/12/90, 27/12/90, 30/12/90, 2/1/91, 3/1/91, 4/1/91, 8/1/91, 14/1/91. *Journal do Brasil*, 8/1/91. *DESP*, 21/2/90. *Porantim*, 6/86, 1/90.



Na mesma manhã, Saulo escreve ao ministro do Interior, João Alves Filho, "atendendo recomendação do presidente Sarney, rogo-lhe apressar o reestudo dos limites da área indígena uruêu-au-au..." Enfatiza que "há empenho do governo em corrigir as distorções apontadas pelo Grupo de Trabalho Especial criado pela Funai..." E explica... o fundamental: "O deputado Moisés Benesby, cujas propriedades foram envolvidas pelos limites demarcatórios assinalados no Decreto n. 91 416 de 85, aguarda a nova delimitação da área para ter libertadas suas terras, que vêm sofrendo a ação predatória de terceiros, segundo informou ao presidente, em audiência que lhe foi concedida".<sup>2</sup> "Ação predatória de terceiros", eufemismo para os garimpeiros que invadem o sudeste da área uruêu-au-au, onde os Benesby compraram um título de seringa, não reconhecido como posse pelo Incria devido à sua inconsistência, onde há comprovada presença indígena imemorial, inclusive conflitos sangrentos com seringueiros e peões de mineradoras ligadas ao pretendente.

Dezenove dias depois, pouco antes de deixar a presidência, Sarney assina o Decreto n. 98 894 de 30 de janeiro de 1990, revogando o Decreto-lei n. 91 416 de 9 de julho de 1985, que reconhecia os direitos dos índios uruêu-au-aus, e determinava um convênio entre o Ibama (ex-IBDF) e a Funai, para a defesa dos 1 867 117 hectares demarcados, onde incide parcialmente o Parque Nacional de Pacaás Novos, em 765 801 hectares. O Ibama não protestou contra a revogação do convênio. Os pareceres contrários de técnicos da Funai foram desprezados, os que conheciam a questão não foram ouvidos. Sarney autorizou também a Funai a redemarcar a área, em convênio com o governo de Rondônia, que, em várias ocasiões, combateu o reconhecimento das áreas indígenas e de preservação ambiental, não tendo, portanto, demonstrado isenção necessária para a tarefa, a não ser como lobos cuidando de cordeiros. A presença do governo de Rondônia na demarcação foi censurada pela Superintendência Fundiária da Funai.

A redução da área Uruêu-au-au/Parque Nacional de Pacaás Novos é um tenaz objetivo de interesses em mineração, madeireiras, especulação fundiária e colonização, nos últimos trinta anos, em particular desde seu reconhecimento, em 1985, como se verá com detalhes nos capítulos 3 e 4. A demarcação da área, feita pelo exército e bastante dispendiosa aos cofres públicos, constitui uma tentativa inéfrica na história do país de proteção, inclusive com a efetiva demarcação, de um grupo indígena em fase de contato. Pela primeira vez se tentou ainda que uma área, com presença indígena, fosse também uma área de preservação ambiental. Durou pouco e bastou um café da manhã de fim de governo.

Para chegar a este resultado, o lobby das mineradoras escondeu-se em alguns auxiliares menores, um grupo de ex-funcionários do Incria, colocados em postos-

chaves da Funai por Romero Jucá, em particular Nilson Moreira Campos, ex-superintendente em Cuiabá, principal autor do texto que pedia a redução da área. Deve-se a este grupo, também, o impulso inicial à invasão das madeireiras nas áreas indígenas de Rondônia, e dos garimpeiros nas terras dos ianomânis, em Roraima. Faltou-lhes um antropólogo descartável, ou equivalente, que aceitasse fornecer um parecer favorável à redução da área, já viabilizada. A primeira tentativa frustrou-se: uma antropóloga da Universidade de Rondônia, Maria Lúcia de Macedo Cardoso, deu, ao contrário, mais um parecer antropológico favorável aos direitos indígenas e à preservação ambiental, saindo o tiro pela culatra. Finalmente, após a decisão de Sarney, para caucionar a redução, conseguiram recrutar um funcionário da Funai, que se prestou a umas confusas lucubrações "científicas", em torno de surrada tese colonial, tipo "muita terra para pouco índio". Tornou-se, solitário, o grupo de trabalho especial que faltava às mineradoras para tentar justificar uma redução da área.

Resta o judiciário, relativamente fortalecido pela Constituição. O grupo Arantes, com sede na avenida Paulista, viu indelétrico, já em 1986, um mandado, pretendendo o desmembramento da área uruêu-au-au, em sua parte nordeste, onde há cassiterita. Um dos técnicos da Funai, o engenheiro José Jaime Mancin, advertira, previamente à decisão de Sarney, sobre a falta de embasamento jurídico para a revogação e o reestudo da área, "pois contraria a Constituição Federal e, ainda, se concretizada, depende de aprovação pelo Congresso Nacional", além de se tratarem de terras da União, devidamente registradas, citando os artigos 48 e 225 (inciso III), o artigo 51 das Disposições Transitórias da Constituição em vigor e o artigo 7º do Decreto-lei n. 94 945 de 1987, que impede a alteração de limites até que as áreas indígenas estejam todas demarcadas [Unf. 003/Funai-DIF-90].

O Ministério Público Federal, através do procurador da República Wagner Gonçalves, propôs à Justiça Federal uma medida cautelar contra a decisão de Sarney, além da manutenção dos direitos indígenas assegurados em 1985, demonstrando que a anulação do "ato jurídico perfeito" da demarcação deixava as terras indígenas expostas às invasões. Aguarda-se a decisão da justiça [1990:131-139].

Curiosamente, a Funai, ao proceder a novas interdições na área, através da Portaria n. 127 de 14 de fevereiro de 1990, deixou de fora 218 mil hectares ao nordeste, que não coincidem com os pretensos títulos de seringais reivindicados pelos Benesby, situados a sudoeste, e não reconhecidos pelo Incria. Segundo fontes seguras, o próprio Benesby explicou que a ponta nordeste é a de interesse da mineradora Parapanama, a quem servira, em troca de promessas não cumpridas de cooperação em garimpos, que mantém no sul de Rondônia. A Funai, através da Portaria n. 119 de 4 de abril de 1990, terminou por interdiar novamente o conjunto da área de 1985, inclusive a ponta nordeste, onde estão as duas aldeias, reunindo os poucos índios que sobreviveram ao contato, e os postos da Funai. Voltou-se assim à posição inicial de 1985, sendo que, atual-

2. M. J. C/GM/SA/M/00011-A/11/11/1990.

mente, a área se encontra mais vulnerável a invasões, pois, embora interdita, encontra-se pendente de decisão judicial. A interdição é, obviamente, um instrumento jurídico incomparavelmente mais frágil que a demarcação. O resultado são as numerosas invasões, principalmente as de garimpeiros.

Santa Branca, 29 de dezembro de 1990.

... a área se encontra mais vulnerável a invasões, pois, embora interdita, encontra-se pendente de decisão judicial. A interdição é, obviamente, um instrumento jurídico incomparavelmente mais frágil que a demarcação. O resultado são as numerosas invasões, principalmente as de garimpeiros.

UM QUADRO SÍNTESE

Quantas vezes aparecem na História, ao menos nas fontes a que tivemos acesso, informações sobre índios isolados desconhecidos, ou sobre os cavalhas, os chamados uruêus-au-au em particular, e correlatos? E os xapacuras, os orotins em particular? E os demais grupos da região, do sul do Amazonas, Bolívia e Rondônia? Quando as referências incidem nas serras e nascentes do coração de Rondônia? Quando as referências incidem nas serras e nascentes do coração de Rondônia, ou em suas imediações? Qual a providência tomada? Quantas vezes foram interditas, e posteriormente ignoradas, áreas indígenas na região? A maioria absoluta das referências deverá ser útil à justiça, à Funai, aos próprios índios, e a seus raros aliados, mostrando que apenas neste século os índios começam a ser identificados, com ocupação colonizadora.

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA
índios	Gruta Arariças, Guariá	arqueologia
auritupa	sul Amazonas	missões
parapanama	sul Amazonas	missões
aripuaná	sul Amazonas	missões
oncoré	sul Amazonas	missões
toctia	sul Amazonas	missões
guarania	Rondônia/sul Amazonas	missões
índios	Canum/Andra/Ardonás	missões
32 tribos	Madeira	missões
índios	Camará/Jamari/Columbiana	missões
índios	Madeira	missões
Yama/Sarí/Yana	Madeira	missões
16 aldeias	Rondônia/Bolívia	missões
uru-xapacura	Rondônia/Bolívia	missões
Yana (Yana)	Rondônia/Bolívia	missões
Yana	Madeira/Jamari	missões
Yana	Guaporé	missões
Yana	Madeira/Arariças/Jupiazi	guerra Yana

colheitas e as atividades com o cultivo de milho, mandioca e azeite de dendê. O trabalho é realizado em grupos e as atividades são realizadas em grupos. O trabalho é realizado em grupos e as atividades são realizadas em grupos. O trabalho é realizado em grupos e as atividades são realizadas em grupos.

Fonte: Souza, 1999, p. 10. O trabalho é realizado em grupos e as atividades são realizadas em grupos. O trabalho é realizado em grupos e as atividades são realizadas em grupos.

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA	ANO	FONTE
índio	Gruta Arahi/nasc. Cautário	arqueologia	12 mil anos	IGPA
iruri/tupi	sul Amazonas	missões	1688	Hugo
parapari-xana	sul Amazonas	missões	1688	Hugo
aripuanã	sul Amazonas	missões	1688	Hugo
onicoré	sul Amazonas	missões	1688	Hugo
torerise	sul Amazonas	missões	1688	Hugo
guarinamá	Rondônia/sul Amazonas	missões	1714	Hugo
índios	Canumã/Andirás/Acuriatós	missões	1714	Hugo
32 tribos	Madeira	missões	1714	Hugo
índios	Camararé/Jamari/Corumbiara	missões	1714	Hugo
índios	Madeira		1723/1725	Souza
pama/sará/torá	Madeira		1725	Amazonas
16 aldeias	Rondônia/Bolívia	missões	1728	Hugo
torá(xapacura)	Rondônia/Bolívia	missões	1728	Hugo
pama (pano)	Rondônia/Bolívia	missões	1728	Hugo
mura	Madeira/Jamari	missões	1728	Hugo
mequé/guajarata	Guaporé	missões	1728	Hugo
mura	Madeira/Aripuanã/Jiparaná	guerra justa	1738	U. A.

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA	ANO	FONTE
índios	Guaporé/Mamoré		1741	Sá
índios/pama	Madeira	missões	1771	Hugo
mura	alto Amazonas	pacificação	1786	Moreira Neto
aricuroso	Cautário		1769	Ferreira
anicoré/aponariá/caruzziá/arara/ ariquena/baeta/bari/catuxi/ caruaxiá/itatapirá/juma/mura/ orupa/munducuru	Madeira/Maués/Canomá		séc. XIX	Spix
juma/arara	Madeira/Maués/Canomá		séc. XIX	Spix
parentintim	Madeira/Maués/Canomá		séc. XIX	Spix
urupá	Canaã/Jamari		séc. XIX	Métraux
jaru	Jaru/Anari		séc. XIX	Métraux
cavaíba	alto Tapajós		1800	Nimuendajú
juma	Jamari	missões	1802	Hugo
anicoré/onicoré	Madeira	missões	1802	Hugo
mura (60 mil)	Madeira		1816	Moreira Neto
anga-turama/mura/torá	Madeira/RO	missões	1827	Hugo
mundurucu/arara/urupá	Madeira/RO	missões	1827	Hugo
pacaá-novo	margem direita Pacaás-novos		1843	Macerata

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA	ANO	FONTE
cutria	São Simão		1843	Macerata
caripuna	Madeira		1843	Macerata
cenabó	Mamoré/Madeira		1843	Macerata
guacia-pama	Madeira até o Salto Teotônio		1843	Macerata
cabixi	Guaporé/Galera/Sararé		1843	Macerata
ajururi	Jamari e Subina		1843	Macerata
cautário	Cautário		1843	Macerata
cabixi	20 léguas S. Vicente		1847	Steinen
arara	Madeira/Salto Girão/Jamari		1847	Steinen
cautário	Cautário		1847	Steinen
paceá	leste do Mamoré/Guaporé		1847	Steinen
cenabó	oeste do Mamoré/até cachoeiras		1847	Steinen
jacaré	oeste cachoeiras Mamoré/Madeira		1847	Steinen
cabixi-u-ajururi	cabeceiras Jamari e Jaira		1851	Moraes
parintintin	Madeira/Marmelos/Machado		1852	Nimuendajú
arara/mura	Aripuanã/Machado	missões	1857	Hugo
acanga-piranga/canga-piranga	foz Aripuanã		1857	Menendez

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA	ANO	FONTE
arara/hiauareti-tapué/anera-tapui/matanaú-aripuanã			1861	Souza
cabixi-u-ajururi	Jamari e Juina		1865	Serra
cautários/travessões/uajurutes	Cautário		1865	Serra
cautários/cautaruz/caturiás/cutrias/sarumos	cabeceiras Jamari		1867	Martius
caripuna/arara	Abunã	missões	1869	Hugo
torá/arara	Machado	missões	1871	Hugo
parintintim	Preto/Jamari	missões	1871	Hugo
jaru/cruari/parintintim	Machado	missões	1871	Hugo
urutique/urupá/manacá/uruturucu	Jamari	missões	1871	Hugo
nhacanga-piranga	Jamari	missões	1871	Hugo
torá/matnavi/piraã/jaru	Marmelos	missões	1871	Hugo
arara	Machado/Marmelos		1873	Souza
parintintis/amará-piranga/morucoju	Machado		1878	Fonseca
murá/morucoju	Madeira/Jamari/Uarapiara/Ji-paraná		1878	Fonseca
palmela	Guaporé		1878	Fonseca
arara/caripuna	alto Madeira		1878	Fonseca

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA	ANO	FONTE
tura/arara	Madeira/Jiparaná	missões	1878	Fonseca
jacaré/cenabó/pacaché/cautário	alto Madeira		1878	Fonseca
pama	Salto do Teotônio		1878	Fonseca
acanga-piranga	Machado		1878	Menendez
acanga-piranga	Madeira		1879	Menendez
índios	Jamari		1875	Souza
parintinti	Jamari/parte superior		1875	Souza
turá	Jamari/parte inferior		1875	Souza
parintinti	Urupiara/Machado/Jamari		1875	Souza
parintintim	alto Madeira		1878	Brown/Lidstone
cabixi	Guaporé e interior		1884	Melgaço
“schacarés/sannavo”	Mamoré		1885	Natterer
urupá (xapacura)	Jamari/Urupá		1886	Nimuendajú
acanga-pirangens (cabeça-vermelha)	Jamari/Jaciparaná		1887	Pinkas
caripuna	Jaciparaná/Três Imãos		1887	Pinkas
pacaguara	Três Imãos até Bananeiras		1887	Pinkas

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA	ANO	FONTE
guará	Bananeiras até foz do Guaporé		1887	Pinkas
torá/mundurucu	Madeira		1887	Pinkas
parintintim	Machado/Madeira		1887	Pinkas
parintintim	Jaciparaná/Jamari/Madeira		1907	Craig
caripuna	sul do Jaciparaná		1907	Craig
acanga-piranga (cabeça-vermelhas)	Jamari		1907	Craig
boca-preta	Jamari		1911	Magalhães
cabi xi	Guaporé		1914	Nordenskiöld
jaru (xapacura)	médio Jaru		1915	Nimuendajú
pacaá-novo (xapacura)	Pacaás-novos		1909/1915	Rondon
índios isolados	Pacaás-novos		1909/1915	Rondon
índios/caripuna/tapaiúna/ aranga-piranga/caritina/gamela	Jaciparaná	ataque	1909	Pinheiro
tupi	Branco/Preto/Jamari		1909/1915	Rondon/ Barbosa
índios/macurape/aruá	Colorado		1909/1915	Rondon
índios/boca-negra	Machadinho		1909/1915	Rondon
índios	Urupá/Jaru nascentes		1909/1915	Rondon

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA	ANO	FONTE
tupi/índios/cavaiba?	Anari/Machadinho		1909/1915	Nimuendajú
índios/boca-negra	Anari		1909/1915	Rondon
índios/aruá	São Miguel		1909/1915	Rondon
índios/itanga	rio Preto		1909/1915	Rondon
cabi xi/urupá (xapacura)	Manuel Correia		1909/1915	Rondon
uomo/migueleno (xapacura)	S. Miguel/M. Correia	interdição	1909	Rondon
urupá	Urupá		1909/1915	Rondon
índios isolados	Anari		1909/1915	Rondon
ariqueme	cabeceiras Jamari/Candeias		1909/1915	Rondon
imaru/uaião/uairi/xai (xapacura)	Ouro Preto		1909/1915	Rondon
majubim-tupi	Ricardo Franco		1912	Haseman
índios	São Miguel		1913	Hugo
índios	Cautário		1915/38L	Strauss/ Rondon
tacautip-cavaiba	Igarapé Leitão/Machado		1915/38L	Strauss/ Rondon
ipotiuat-ipotéauate-tupi-cavaiba -tamuripa-puatê-tacuatépe	alto Machado/Comemoração		1915/38L	Strauss/ Rondon

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA	ANO	FONTE
jabotifet	Tamuripa/Igarapé Cacoal		1915/38L	Strauss/ Rondon
índios-cavaíba	Machado mais ao norte		1915/38L	Strauss/ Rondon
paranawat-cavaíba	vale do Muqui		1915/38L	Strauss/ Rondon
índios-cavaíba	pouco ao sul do Muqui/Itapici		1915/38L	Strauss/ Rondon
cavaíba	Pimenta Bueno		1915/38L	Strauss/ Rondon
índios	Cautário/Cojubins	ataque	1917	Magalhães
arara/cavaíba	rio das Cinzas/Jaci	pacificação/ataque	1918/1919	MI
cavaíba-tupi-paranvãd-tacaua- tib-uirafed	Riozinho/alto Machado		1921	Nimuendajú
parintintim/aparairandé/odiabu- ibé	Machado		1925	Freitas
arara	Pacaás-Novos/Mutumparaná		1937	Snethlage
cabixi	São Miguel		1937	Snethlage
tapoaia/isolados	nasc. Jamari/Cautário		1937	Snethlage
cavaíba-parintintim	Maici		1940	Nimuendajú

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA	ANO	FONTE
cavaíba/mutum/cuandu/diarru ou aparandé/isolados/tacauiba	Maici Marmelos/Ipixuna/Machado Pimenta Bueno		1941	Barroncas
cawahibs/bocas-pretas	Machado		1941	Barroncas
cautários/miguelenol/porciborã	Cautário/Cautarinho/S. Miguel/ Rio São Miguel		1941	Barroncas
corumbiara/quipiti-roat/pacanovo/ arara/pimenteira/ariqueme	Colônia Rodolfo Miranda		1941	Barroncas
boca-negra e preta	rio Preto Jamari	pacificação	1942	Hugo
caripuna	Mutumparaná	ataque	1945	MI
cavaíba-isolados: boca-negra	Jamari/Candeias/Anari/Jiparaná		1945	MI
cavaíba-isolado:	Alto Formoso/Capivari		1945	MI
boca-preta/outros	Ig. Floresta/Jamari/Candeias		1945	MI
boca-preta	ampliação R. Miranda 94 118 ha		1945	MI
boca-preta	rio Preto Jamari	massacres Chaves	1945	MI
índios	nasc./Urupá/Jamari/Montene- gro/Nova Floresta/Antuérpia/ Cajueiro/Jaru	interdição B. Rondon	1946	MI-Funai
índios	Baía Ig. Nova Floresta/Jamari	interdição	1946	MI-Funai
arara/cavaíba/boca-negra	Capivari	pacificados 300 mortos/gripe	1947/1950	MI

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA	ANO	FONTE
boca-negra/diupá/cavaiba	600 índios seringal Chaves		1947	MI
cauahib/boca-negra/tupi	Barra Longa		1947	MI
uaniam/cumana/uomo/abitana/cabixi (xapacura)	Guaporé	extintos	1948	Nimeundajú
torá	Madeira	missões	1948	Métraux
caripuna	Mutumparaná	posto pacificação	1948/1949	MI
boca-preta/boca-negra	próximos R. Miranda/Preto		1948	MI
boca-negra	rio Preto Jamari	ataques e contato	1948	MI
índios	Jamari/Massangana	ataques	1949	MI
caripuna	Mutumparaná	ataques	1950/1951	MI
arara	alto Jamari/Floresta	ataques	1950	MI
caripuna	Mutumparaná/Branco/Taquaras	ataques	1951	MI
índios	Pacaás-Novos	massacres	1952	MI
caripuna	Jaciparaná	ataques	1953	MI
índios	Jamari/Santa Cruz	ataques	1953	MI
uruéu-uau-uau	Jamari/Santa Cruz/Canarana	massacres	1953	Costa
arara	alto Jamari/Floresta	ataques	1954	MI
índios	Pacaás-Novos	massacres	1955	MI

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA	ANO	FONTE
uruéu-uau-uau	Jaru	massacre	1958	Costa
índios	Pacaás-Novos	ataques	1958	MI
caripuna	Mutumparaná	atração	1959	MI
cavaiba-boca-negra	esquerda Machadinho		1959	Hugo
caripuna	Mutumparaná	ataque 200 índios	1960	MI
caripuna	Jaciparaná	ataque	1960/1961	MI-O Guaporé
índios	Jamari/Santa Cruz/Jaru	ataques	1960	MI
índios	Cautário/Pacaás Novos	ataques	1961	MI
arara/tupi	Jaciparaná		1962	Becker-Donner
índios/isolados/desconhecidos	nasc. Jamari		1962	Becker-Donner
arara/boca-negra/tapoajá	AI Uruéu-uau-uau		1962	Becker-Donner
uruéu-uau-uau	Jamari/S. Cruz/Canarana	massacres	1962	Costa
índios	Pacaás Novos	ataque	1962	MI
arara/cavaiba	Jaciparaná		1963	MI
oro-auau/jabuti	rio Pacaás Novos	massacre	1963	MI-Cavalcanti
oroin	rio Pacaás Novos	massacre	1963	MI-Cavalcanti

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA	ANO	FONTE
oroin	rio Pacaás Novos	interd. Seringal-S. Luís	1964	MI-Funai
índios	Ig. Floresta	Interdição	12.8.1964	MI-Funai
índios/caripuna	Cautário	Massacre	1964	MI
índios	rio Muqui	ataques sol. interdição	1965/1966	MI
índios	Ig. Floresta/Jamari	ataques	1966	MI Funai
caripuna	Ig. Mandi/Urupá	ataques	1966	MI
índios	Muqui/Ricardo Franco	massacre	1966	MI
índios	Cautário/Ig. Azul	ataques	1966	Funai
índios	São Miguel	ataque	1967	MI
arara/cavaíba	Fornoso/Jaciparaná	expedição	1969	MI
oro-auau	Jaru/Cautário/Alta Lídia	ataque	23.9.69	MI- Cavalcanti
oro-auau	São Miguel	ataque	1970	MI- Cavalcanti
oro-auau	Jurupari	ataque	1970	MI -Cavalcanti
urupain	Pacaás-Novos/Jaciparaná/aldeia paralelos 63°30'/64°00 meridianos 10°30'/11°00	pedido interdição conjunta: serra Pacaás-Novos/nascentes: Mamoré/Guaporé/Madeira/Ji-paraná	1970	MI -Cavalcanti
uruéu-uau-uau	Cautário/Jamari/Jaru/Novo Destino	pedido de interdição: serra Pacaás-Novos		

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA	ANO	FONTE
	aldeia paralelos 63°30'/63°00 meridianos 11°30'/ 11°00	nascentes: Ji-paraná/Guaporé/ Mamoré/Madeira	1970	MI- Cavalcanti
caripuna	Machadinho	ataque	1972	OESP
uruéu-uau-uau/uru-pain	serra/nasc. Pacaás-Novos/Jamari	solicita a interdição Benamour Portaria 508-26.6.1978	1973	Funai
uatracomo/urutacomo	Ig. Ribeirão		1973/1974	MI
índios	São Miguel	ataques	1973/1975	MI
índios	Jaru/Urupá	J. Ferreira Souza localiza maloca	1975	Puttkamer
uruéu-uau-uau	Jaru/Canarana	ataque	1975	Benamour Funai
caripuna/cavaíba	Jaciparaná	pacificação	1976	MI
uruéu-uau-uau	I. Floresta	at/Vicente Marques Silva	1976	OESP
índios	Cautário	ataques	1977	Funai
índios	Cautário/Pacaás Novos	at/ 2 mortos S. Luís	1977	Funai
índios	Igarapé Rio Branco afl. Cautário		3.5.1977	Funai
uruéu-uau-uau/uru-mauin	Cautário	Funai p. Inera	11.10.1977	Funai
uruéu-uau-uau/uru-mauin	Cautário	Funai p. Inera	19.10.1977	Funai
índios	Cautário/Pacaás Novos/Sotério/ afl. Guaporé	plano atração Benamour	23.11.1977	Funai

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA	ANO	FONTE
uruéu-uau-uau	paralelos 11°/12° meridianos 63°/64°	2ª proposta Benamour-retira Jamari/inclui Branco	24.11.1977	Funai
uruéu-uau-uau	Jaru/Jamari/Cautário	ataques	1978	Funai/Costa
uruéu-uau-uau	Floresta	at. família de colonos Prestes	1979	Funai
uruéu-uau-uau	Ig. Floresta	at. morto Daniel Castro S.	1979	<i>A Tribuna</i>
índios	Sotério/Cautário/Souza Coutinho/3 malocas		1980	Funai
uruéu-uau-uau	Floresta/Jamari	ataque	11.2.1980	8ª DR-Funai
uruéu-uau-uau	Floresta/Jamari	sol. interdição	15.2.1980	8ª DR-Funai
uruéu-uau-uau		sol. interdição perambulação 1 840 000 ha	7.4.1980	8ª DR-Funai
uruéu-uau-uau		sol. interdição 15 km margens Jamari	1980	8ª DR-Funai
uruéu-uau-uau		Incra retira norte: 1 660 000 ha	17.6.1980	Incra
índios	Urupá/Itapirema	massacre	1980	<i>Porantim</i>
uruéu-uau-uau	Ig. Floresta	ataque/morte Braulino	1980	Funai
uruéu-uau-uau	S. Miguel/Muqui	ataque 2 mortos	1981	<i>OESP</i>
índios	Brasilândia	ataque	1981	<i>OESP</i>
uruéu-uau-uau	I. Floresta	ataque contra Funai	1981	<i>OESP</i>
uruéu-uau-uau	alta Lídia	ataque contra Funai	1982	<i>OESP</i>

GRUPO	LOCALIZAÇÃO	PROVIDÊNCIA	ANO	FONTE
uruéu-uau-uau	Funai estima 400 índios		6.9.1984	Funai
uruéu-uau-uau	IBDF/Incra localizam três aldeias distanciadas 7 km entre si 11°30' latitude S 63° 30' longitude WGR		12.9.1984	Funai
uruéu-uau-uau	Levantamento Fundiário		10.12.1984	Funai
uruéu-uau-uau	PM	ataque	4.2.1985	Funai
uruéu-uau-uau		convênio IBDF/Funai	1985	Funai
uruéu-uau-uau		levantamento fundiário Mirad/ Incra	1985	Wolmann/ Leonel
uruéu-uau-uau	GT-Interministerial-aprovação		5.7.1985	Funai
jururei	Ig. Muqui	estrepes/contato	1986	Funai/Leonel
araparaquara	oeste da área		1986	Djai/Leonel
uruéu-uau-uau		GTE/Nilson p/ diminuição da área	19.8.1988	Funai
uruéu-uau-uau	Jamari	ataque contra garimpeiros	1988	Leonel
uruéu-uau-uau		Sarney/Saulo/desmarcam a área	30.1.1990	Funai
uruéu-uau-uau		port. 127 interdita 218 mil ha norte	14.2.1990	Funai
uruéu-uau-uau		Medida cautelar/reconhec. direitos	16.2.1990	Proc. Geral
uruéu-uau-uau		Port. 119 reinterdita toda a área	4.4.1990	Funai

AGRADECIMENTOS

As lacunas deste trabalho são de exclusiva responsabilidade minha. Mas devo manifestar reconhecimento, gratidão e admiração a muita gente: à antropóloga Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão, co-redatora do segundo relatório desta pesquisa, pela amizade e busca de documentos, de outra forma inacessíveis; ao Doutor Carlos A. Moreira Neto, pelas indicações bibliográficas, com cópias de livros raros, e, sobretudo, pelo seu exemplo – é à sua competência e dedicação que se deve a recuperação, no extinto Centro de Documentação Etnológica, de documentos salvos da piromania oficial, decisivos à segunda parte deste trabalho; ao professor José Juliano de Carvalho Filho, da Fipe, na Funai contei com apoio inestimável, de Aureo Faleiros, José Jaime Manchin, Anaurly Vieira, Apoena Meirelles, Hugo Pedro da Silva, José Humberto A. Feltosa, Conceição Milhãe Rocha, Benamour Fontes, Doutor João, Vanil, Isabel e Teresinha, Vigoberto Parintintin, entre tantos outros; ao Sérgio Arraes e Márcio, no ex-IBDF-RO; ao Emanuel Casara e Samuel Mirrage, na Sepplan-RO; ao Itagiba Campos Filho, no Mirad; ao Jesco von Puttkamer e Mario Arruda Costa, no IGPA; ao César V. Espírito Santo; ao sargento Lopes, da PM-RO; ao Paulo Guimarães, no Cimi. A amigos inesquecíveis devo hospitalidade, como a Maria e Carlos, em Cacoal; a outros, a paciência da leitura e comentários, como a Gó, José Mauro Gagliardi, Sueli Angelo; à Maria Luiza, a amizade; à Herminia, a dactilografia; ao Doutor José, o carinho pela cultura; à Arlete, os mapas; à Maria Célia, a paciência de numerosas e oportunas correções no texto. A todos, minha mãe, meu pai, minha família, e tantos companheiros que me protegem nesta travessia, e aos que devo omitir. A exemplos de paciência como a Betty e a Carmen, ao chefe Djaí, que morreu desassistido, sem me contar as histórias que prometera, e a meu filho, dedico este trabalho. Homagem também aos antropólogos Marita Koch-Weser e Shelton Davis, e ao biólogo Robert Goodland, pelos serviços prestados ao Brasil. Agradimentos ainda à Diana Mindlin, que tornou apresentável, deu-lhe forma, capa, diagramação, arrumou fotos e mapas, e acompanhou a edição, que levou anos e exigiu muita paciência.

Esta pesquisa contou com ajuda da Capes, para mestrado, no curso de pós-graduação em ciências sociais da PUC-SP. Foram consultados os arquivos, além do extinto Centro de Documentação Etnológica, as bibliotecas do Museu do Índio e do Museu Nacional, o Sedoc-Aesp-Funai, os arquivos da 8ª DR-Porto Velho, e da equipe de avaliação do componente indígena e ambiental do Polonoroeste (Fipe/Jamã). Este trabalho, entre outros, foi iniciado em 1983. Foram realizadas mais de uma dezena de viagens de um mês cada, para pesquisa em Rondônia e Mato Grosso, em sua maioria destinadas a produzir relatórios de circunstância para a avaliação indígena e ambiental do Polonoroeste (Fipe), com exceções, por solicitação do ex-DPI/Funai, Seplan-RO, Mirrad, Planaflores e Jamã. Esta finalidade, apesar de facilitar o acesso à região, e visitas a numerosas áreas indígenas, projetos de colonização e áreas de preservação, dificultou a concentração num estudo de caso, como o aqui proposto. Assim mesmo, em cinco destas viagens, foi possível dedicar algumas semanas para maior atenção aos urucú-au-au, e à área que ocupam. Seis dos vinte relatórios de viagem abordaram o tema. Após a decisão do governo brasileiro de cortar a avaliação, por sua independência, prossegui as pesquisas na região, através do Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, Jamã. As traduções das citações de Brown e Lidstone, Métraux, Price, Mason e Dourojeanni foram feitas por mim.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto-Amazonas*. Recife, Typographia Commercial de Meyra Henriques, 1852.

ANDERSON, A. B. & POSEY, D. A. "Relevo e povoamento indígena". *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, SBPC, 6(31):44-50, maio 1987.

ARUDA, Rinaldo S. V. "A Luta por Japurá". In: *Aconteceu Especial 17 - Povos Indígenas do Brasil 85/86*, São Paulo, Cedi, 1986.

BARBOSA, Nicolau Bueno Horta. *Exploração e Levantamentos das Rios Anari e Machadinho*. CNPq, Anexo 2, publicação n. 48, Comissão das Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

BARROCKAS, Francisco Pereira. *Relatório de Viagem de Inspeção aos Índios do Rio Madeira*. Funai-Mamans, 1941 (datilografado).

BECKER-DONNER, Eita. *Notizen über einige Stamme an den rechten Zuflüssen des Guaporé*. Archiv für Völkerkunde, v. 10, Wien, 1955.

\_\_\_\_\_. "Guaporé gebiet". *Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological and Ethnological Research*, Viena, 5:146-150, 1962.

BLOCH, Ernest. *La philologie de la Renaissance*. Paris, Payot, 1974.

\_\_\_\_\_. *Le Principe Espérance I*. Paris, Gallimard, 1976.

BROWN, C. Barrington & LIDSTONE, William. *Fifteen Thousand Miles on the Amazon and its Tributaries*. London, Edward Stanford, 1878.

BRUMADINHO-EMPRESAS BRUMADINHO. *A Indústria do Estanho*. São Paulo, 1983-1984.

CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo. *Parceres Antropológicas da Área Indígena Urucú-au-au*. Porto Velho, Secretaria de Agricultura de Rondônia-Funai-Mirrad-Portaria PP 630/88, fev. 1989. (datilografado).

CARLSON, Harvey. *Native Languages of Southeastern Rondônia: A Survey*. Berkeley, University of California, 1983 (datilografado).

CASPAR, Franz. *Tupari*. London, G. Bell & Sons, 1956.

\_\_\_\_\_. "A Aclimação da Tribo Tupari". *Revista de Antropologia*, São Paulo, 5(2):145-173, dez. 1957.

\_\_\_\_\_. *Die Tupari*. Berlin-N York, Walter de Gruyter, 1975.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*. São Paulo, Nacional, 1979.

CELI-COONAGE. *Empreses de Mineração e Terras Indígenas da Amazônia*. São Paulo, Cedi, 1986.

COSTA, Mário Arruda da. *Relato de uma Expedição de Contato Indígena*. Goiânia, IGPA-UCCG, 1980.

CRAIG, Neville B. *Recollections of an Ill-Fated Expedition to the Headwaters of the Madeira River in Brazil*. London, V. B. Lippincott, 1907.

DAVIS, Shelton. *Vitimas do Mlagre - O Desenvolvimento e os Índios do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

DOUROJEANNI, Marc J. *An Example of the Complexity of the Development in the Humid Tropics: The Northwest Region Development Program in Brazil*. University of Toronto, 1985 (datilografado).

ELLIS, William S. "Rondônia: Brazil's Imperiled Rain Forest". *National Geographic*, Washington, 772-779, dez. 1988.

FEARNSIDE, Philip M. "A Floresta Vai Acabar?". *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, SBPC, 2(1):43-52, 1984.

\_\_\_\_\_. "Settlement in Rondônia and the Token Role of Science and Technology". In *Brazil's Amazonian Development Planning*. Caracas, Interciência, 11(5):229-236, 1986.

- & FERREIRA, Gabriel de Lima. "Rondônia: A Farsa das Reservas". *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, SBPC, 3(17):90-98, 1985.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica. Sobre Genios que Habitaram e Habitam no Guaporé III - Memórias*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1974.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA DE CASTRO, A Selva. Lisboa, Guimarães, 1955.
- FONSSCA, João Severiano da. *Viagens ao redor do Brasil. 1875-1878*. Vol. I. Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro SC., 1980. Vol. I, Rio de Janeiro, 1981.
- FREITAS, José Garcia de. "Os Índios Parintintim". *Journal de la Société des Américanistes de Paris*. Paris, SAP, 17:67-73, 1925, Nouvelle Série.
- FUNAI - Arquivos da 1ª DR-Manus: da 8ª DR-Porto Velho e do Ex-líneo Setor de Documentação da AESP, Pesquisa de Maria Conceição Milhão Rocha - Documentação da 8ª DR-Brasília, 1983.
- Documentos não publicados: Processos Administrativos, Funai: 5 020/1977, 5 567/1976, 1 446/1973, 1 770/1975, 5 244/1971, 2 506/1984, 3 057/1980, 000 030 185.
- GOODLAND, Robert & Irwin, Howard. *A Selva Amazônica: Do Inferno Verde ao Deserto Vermelho?* São Paulo, Iatata-Edusp, 1975.
- GONCALVES, Wagner. "Declaração Urucuwau-wau por Forma Continua". In: *Boletim Informativo*. Ministério Público Federal, Secodid, 1990, Brasília, pp. 131-138.
- GUMARAES, Paulo Machado. *Construção de Usinas Hidroelétricas em Áreas da Amazônia Legal - Parecer Jurídico*. Brasília, Cimi, 1986 (datilografado).
- HORKHEIMER, Max. "C e Ancora Bisogno di Comunismo?". In: *Frammenti della Fine del Mondo*. Coleção de Nestor Pirillo, Perugia, Savelli, 1980.
- HUGO, (Padre) Vitor. *Descobridores: Humanité, Missão Salesiana*, 1959 (vv. 1 e 2).
- HASEMAN, J. D. "Some Notes on the Pawmwa Indians of South America". *American Anthropologist*, Lancaster, N.S., 14:333-349, 1912.
- IANNI, Octavio. *Colonização e Coma-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- 1964-1978. Rio de Janeiro. *Civilização Brasileira*, 1979.
- IBDF. *Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil - II Etapa*. Brasília, IBDF-FBCCN, 1982.
- INCRÁ. *Arquivos do Departamento Fundiário e de Titulação em Brasília, e da Representação em Porto Velho*. Rondônia, a extinta DR-17.
- JUNQUEIRA, Carmen & Parva, Maria Eunice. *O Estado contra o Índio*. São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais-PUCC, 1985.
- LEAL, Paulo Nunes. *O Outro Braço da Cruz*. Porto Velho, Governo do Estado de Rondônia, 1984.
- LEONEL, Jr., Mauro de Mello. *Provisórias Urgentes para a Defesa dos Urucuwau-wau e Urupitã*. São Paulo, Avaliação Polonoroeste-Fipe, nov. 1983 (datilografado).
- "Parecer sobre a Área Indígena Urucuwau-wau". Brasília, Mirad-Avaliação Polonoroeste-Fipe, 1985 (datilografado).
- "Urucuwau-wau - Quarto Relatório - Sobre a Necessidade de Homologação e Efeiva Demarcação da Área Conjunta de Preservação Al Urucuwau-wau (Funai) e o Parque Nacional de Paqueta Novos (IBDF). Urucuwau-wau - Quinto Relatório - A Hidroelétrica de Samuel e Urucuwau-wau". São Paulo, Avaliação Polonoroeste-Fipe, jun. 1986 (datilografado).
- "Índios Isolados: As Maiores Vítimas". In: *Povos Indígenas no Brasil* 85/86. São Paulo, Cedi, 1986:293.
- "Urucuwau-wau: Primeira Demarcação de um Povo Isolado". In: *Povos Indígenas no Brasil* 85/86. São Paulo, Cedi, 1986:29.
- "Saguitabiar e Macurup: O Preço do Mogno". In: *Povos Indígenas no Brasil* 85/86. São Paulo, Cedi, 1986:236.
- "Sexo Relatório de Avaliação da Al Urucuwau-wau". São Paulo, Avaliação Polonoroeste-Fipe, abr. 1987 (datilografado).

- BR-429, os Índios, o Meio Ambiente e Outras Consequências. Porto Velho, Sephan-RO, 1987 (datilografado).
- "Índios e Ambiente: A Eficácia da Pressão Externa sobre Governos Latino-americanos", pp. 125-133, e Documento Final da Reunião de Trabalho: "Los Grandes Proyectos de Desarrollo y las Comunidades Indígenas", pp. 15-17. In: *Entre la Resignación y la Esperanza*. Assunção, Paraguai, CEDHU-Intercontinental Editora, 1989.
- "Demier Cercle: Indiens Isolés du Polonoroeste". In: *Ethnies, Droits de l'Homme et Populations Autochtones. Survivyl International France*, pp. 97-100, n. 11-12. "Bresil: Indiens e desenvolvimento em Amazonie". Paris, 1990 (em português, no prelo, Grandes Projetos. Edição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará/NAEA-UFPA).
- Urucuwau-wau: *Carta a José Luizenberg*. São Paulo, Ianna, 25.6.1990 (datilografado).
- "A Demarcação dos Urucuwau-wau". In: *Povos Indígenas no Brasil*. São Paulo, Cedi, 1991, pp. 418-422.
- "Colonos contra Amazônidas no Polonoroeste: Uma Advertência às Políticas Públicas". Pesquisa/Funai. In: LEXA, Philippe & OLIVEIRA, Adélia Engriacia de (orgs.). *A Amazônia: A Fronteira Agrícola Vinte Anos Depois*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991, pp. 319-329 (Coleção Eduardo Galvão).
- "Onde se Esconde? Últimos Índios Isolados na Mata: As Maiores Vítimas". Pesquisa/Funai. In: HERBERT, Jean (org.). *O Cerco Está se Fechando: O Império do Grande Capital na Amazônia*. Petrópolis-Rio de Janeiro-Belém, Vozes-FASE-NAEA-UFPA, 1991, pp. 279-285.
- "La 'De-demarrazione' dei Territori Urucuwau-wau". In: *Amazzonia, Terra di Conquista*. Clienti Scallo. Itália, Vecchio Faggio-L'Altra Voce Saggi, 1992, pp. 107-115.
- Roads, Indians and the Environment in the Amazon - From the Central Brazil to the Pacific. Copenhagen, International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), 1992, edição em espanhol e inglês.
- "Estradas, Índios e Ambiente na Amazônia: Do Brasil Central ao Oceano Pacífico". In: *São Paulo em Perspectiva*, vol. 6, n. 1 e 2, pp. 134-167.
- & JUNQUEIRA, Carmen. "O Segundo Massacre Cinta-Larga". *Folia de S. Paulo*, 23.3.1984:3.
- & JUNQUEIRA, Carmen. "Tancredo e os Índios de Rondônia e Mato Grosso". *Folia de S. Paulo*, 1.3.1985:3. Publicado em espanhol, CISA, Lima-Peru, Conselho Mundial de Povos Indígenas, mar. 1985.
- & JUNQUEIRA, Carmen. "A Democracia não Chegou aos Índios". *Folia de S. Paulo*, 17.9.1985:3.
- & JUNQUEIRA, Carmen. "Raoni e Ruscshi, Ecologia e Indigenismo". *Folia de S. Paulo*, 4.12.1986:3.
- & LEÃO, Maria Auxiliadora Cruz de Sa. "Relatório de Avaliação e para Urgente Demarcação das Terras dos Índios Urucuwau-wau". In: *Boletim Informativo*, Avaliação Polonoroeste-Fipe-Funai, Ministério Público Federal. In: Secretaria de Coordenação da Defesa dos Direitos Individuais e dos Interesses Difusos-Secodid. Ano IV, n. 12, fev.-mar. 1990, pp. 139-175.
- & MINDLIN, Betty. *Relatório de Avaliação da Situação dos Karipuna*. São Paulo, Avaliação Polonoroeste-Fipe, 1983 (datilografado).
- & MINDLIN, Betty. "O Cenário do Assassinato de Jabutier Suntu". *Folia de S. Paulo*, 5.4.1989.
- & MINDLIN, Betty. "O que o Polonoroeste Deve aos Índios". In: *Povos Indígenas no Brasil*. São Paulo, Cedi, 1991.
- MINDLIN, Betty & JUNQUEIRA, Carmen. *Environment, Poverty and Indians*. Holanda, Henk van Andellezing, NOVIB, 1992.
- MINDLIN, Betty & JUNQUEIRA, Carmen. "A Co-responsabilidade Intencional e a Questão Indígena e Ambiental na Amazônia". In: *São Paulo em Perspectiva*, vol. 6, n. 1 e 2, pp. 193-207.

- LEWISGER, Augusto João Manuel, barão de Melgaço. "Apontamentos para o Dicionário Chorográfico da Província de Mato Grosso". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 47, 1884.
- LEVI-STRAUSS, Claude. "Tribes of the Right Bank of the Guaporé River". In: *Handbook of South American Indians*. Washington, Smithsonian Institution, 1948, vol. 3, pp. 371-379.
- \_\_\_\_\_. *Tribes Tropics*. Lisbon, Edições 70, 1981.
- MEANS, Russel. "O Marxismo e as Tradições Indígenas". *Religião e Sociedade*, São Paulo, Cortez, 7:48-52, 1981.
- MAGALHÃES, Cel. Amílcar A. Botelho de. *Pelos Serres do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1941 (Brasília, 1957).
- MARRIUS, Karl Friedrich Philippe von. *Beiträge zur Ethnographie und Sprachkunde Amerikas*. I. Zur Ethnographie. Leipzig, 1867.
- MASON, Alan Wilfrid. *Oriental Social Structure*. Davis, University of California, 1977 (tese de doutorado, mimeo).
- MEGGERS, Bety. *Amazônia, A Ilusão de um Paraíso*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- MIENENDEZ, Miguel. "Uma Contribuição para a Etno-História da Arca Tapajós-Madeira". *Revista do Museu Paulista*, vol. 28, Separata, Universidade de São Paulo, 1982.
- MÉTRAUX, Alfred. "Tribes of Eastern Bolivia and the Madeira Headwaters". In: *Handbook of South American Indians*. Washington, Smithsonian Institution, 1948, vol. 3, pp. 381-395.
- Mi. Museu do Índio-Documentos. Microfilmes do extinto Centro de Documentação Etnológica, organizado a partir de documentos recuperados por Carlos de Araújo Moreira Neto, cópia na Funai. Brasília, Acsp, Rio de Janeiro, filmes 43 a 46, planilhas de número 400 a 537. Os documentos originais foram depositados no Arquivo Nacional, hoje inaccessíveis.
- MINDLIN, Bety. *Nos Países: Os Surrís de Rondônia*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Desmatamento e Venda de Madeira - Observações, Recomendações Urgentes. Relatório Preliminar*. São Paulo, Fipec, 1987 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. *Casos do Virral Oroin*. 1987 (dattlografado).
- MONTEIRO, Maria Elizabeth Brita. *Informação sobre Grupos Indígenas do Estado de Rondônia*. Rio de Janeiro, Museu do Índio-Funai/Secdo, 1984 (mimeo).
- MORAVES, Alexandre José de Mallo & SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira. *Ensaio Corográfico do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Casa Imperial, 1851.
- MORAVES, Fernando; GONTIJO, Ricardo de & CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Transamazônica*. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia, de Maitoria a Minoria (1750-1850)*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- MUGGIATI, Ana. "Urú-ú-wau-wau, Os Senhores da Terra". *Manchete*, Rio de Janeiro, Bloch, pp. 61-68, 22.7.1989.
- \_\_\_\_\_. "Urú-ú-wau-wau, Os Senhores da Terra". *Revista Geográfica Universal*, Rio de Janeiro, Editora Revista Geográfica Universal, set. 1989.
- NIMUENDAU, Curt. "The Cahwahb, Parintintin, and their Neighbors". In: *Handbook of South American Indians*. Washington, Smithsonian Institution, 1948, vol. 3, pp. 283-298.
- \_\_\_\_\_. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro, IBGE, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Textos Indigenistas*. Introdução de Carlos de Araújo Moreira Neto. São Paulo, Loyola, 1982.
- NORDENSKJÖLD, Erland. *Forschungen und Arbeiten in Südamerika*. Stuttgart, Strecker und Schöndt, 1924.
- PADUA, Maria Tereza Jorge. *Sistema de Parques Nacionais e Reservas Biológicas na Amazônia Brasileira*. São Paulo, Idéia, nov. 1985 (mimeo).
- PAIVA, Maria Eunice. *Exploração de Madeira das Áreas Indígenas pelos Próprios Índios ou por Terceiros - Em Vista da Legislação Pertinente*. São Paulo, Polimorcosse-Fipec, 1987 (dattlografado).
- PINHEIRO, (capitão) Manoel Theophilus da Costa. *Exploração do Rio Jaci-Paraná*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, CNTI, Imprensa Nacional, Publicação n. 5 da Comissão Rondon, Anexo n. 2, 1946.
- PINKAS, J. "O Alto Madeira". *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, 3:292-302, 1887.
- POSEY, D. A.; FRECHONE, J.; EDDURS, J.; SILVA, MYERS, D.; CASE, D. & MACBETH, Peter. "Ethnecology as Applied Anthropology in Amazonian Development". *Human Organization*, USA, Society for Applied Anthropology, 43(2):95-107, 1984.
- PRICE, David. "Parcel, Cabixi, Nambiquara: A Case Study in the Western Classification of Native Peoples". *Journal de la Société des Américanistes*, Paris, CNRS-Musée de l'Homme, 69:129-148, 1983.
- PUTTKAMER, Jesco von. *The Urú-ú-wau-wau Expedition - 1987*. Goiânia, pp. 36-37, maio-jun. 1987 (dattlografado).
- \_\_\_\_\_. & MACINTYRE, Loren. "Urú-ú Wau Indians: Last Days of Eden". *National Geographic*, Washington, pp. 800-817, dez. 1988.
- RADAM BRASIL. *Projeto Radam Brasil, Programa de Integração Nacional. Levantamento de Recursos Naturais*. Porto Velho-Rio de Janeiro, DNPM, vol. 16, It. SC 20, 1978.
- ROCHA, Getúlio & RICARDO, C. A. *Mineração e Terras Indígenas na Amazônia*. Brasília, Cedi-Conage, 1986 (mimeo).
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas Brasileiras*. São Paulo, Loyola, 1986.
- RONDON, Cândido M. S. *Conferências - 1915* (Teatro Pheux). Rio de Janeiro, Tipografia Jornal do Comércio, Publicação n. 42, 1916.
- \_\_\_\_\_. *Índios do Brasil - do Centro, Nordeste e Sul de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Ministério da Agricultura, CNPI, Publicação n. 97, vol. 1, 1946.
- \_\_\_\_\_. & FARIA, João Batista. *Glossário Geral das Tribos Silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, CNPI, Publicação n. 76 da Comissão Rondon, Anexo n. 5, 1948.
- ROQUETTE-PINHO, E. "Os Índios Nhamibiquara do Brasil-Central". In: *Proceedings of the 10th International Congress of Americanists 2*. Londres, Harrison & Sons, 1913, pp. 382-387.
- \_\_\_\_\_. *Rondônia*. São Paulo, Nacional, 1975.
- SÁ, Joseph Barbosa de. *Relação das Povoações de Cuyabá e Mato Grosso de seus Princípios até os Presentes Tempos*. Anuares da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, vol. 23, pp. 5-59.
- SANTOS, José Augusto Mafra dos Santos. *Urú-ú-wau-wau: A Mantia do Imaginário*. Curitiba, Funai, 2ª Superintendência, 1989.
- SEPLAN-RO. *Anais do I Seminário de Ecologia Humana de Rondônia - Proposta*. Porto Velho, Seplan-RO, 1987.
- SERRA, Ricardo Franco de Almeida. "Extracto de Descrição Geographica da Província de Mato Grosso, Feita em 1797...". *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Typographia João Ignácio da Silva, 6:156-196, 1865.
- SILVA, Otávio Felix Ferreira. *Exploração e Levantamento do Rio Jamari. Relatório para a Comissão Rondon - 1911*. Rio de Janeiro, Papelaria Maceado, 1920.
- SIOLI, Harald. *Amazônia - Fundamentos de Ecologia da Maior Região de Florestas Tropicais*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- SNETHLAGE, E. Heinrich. *Airko y - Meine Eindrücke bei den Indianern des Guaporé*. Berlin, Klimtland und Biechmann Verlag, 1937.
- SOUZA, (cônego) Francisco Bernandino de. *Lembranças e Curiosidades do Valle do Amazonas*. Paris, Futuro, 1873. Rio de Janeiro, Comissão do Madeira, Typ. Nacional, 1875.
- SPY, J. B. von & MARRIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. 3, 1938.
- STEINEN, Karl von den. "Entre os Aborígenes do Brasil Central". Separata remunerada da *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, XXXIV-LVIII, 1940.
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. *Autos da Devassa contra os Índios Mira do Rio Madeira e Negões do Rio Tocantins (1736-1739)*. Prêdição de Adélia Engrieta de Oliveira, Manaus, Mine-INL, 1986.

## SIGLAS E ABRÉVIATURAS

AI	Área Indígena	Indnd-9	
AID	Agência Internacional de Desenvolvimento (EUA)	Inera	Inspetoria Indígena Regional n. 9 - SPI-Rondônia
AM	Amazonas	IR	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
BCA	Banco de Crédito da Amazônia S.A.	JB	Inspetoria Regional
Berom	Banco do Estado de Rondônia	LO	<i>Journal do Brasil</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	MI	Licença de Ocupação (Inera)
BM	Banco Mundial	MJ	Museu do Índio
BR	Rodovia Federal	Mirad	Ministério da Justiça
Cedi	Centro Ecuemênico de Documentação e Informação	MINTB	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
Ceron	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	Nuar	Missão Novas Tribos do Brasil
Cetem	Centro de Tecnologia Mineral	OESP	Núcleo Urbano de Apoio Rural
Cimi-RO	Conselho Indigenista Missionário - Rondônia	OIT	<i>O Estado de S. Paulo</i>
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa Científica	ONU	Organização Internacional do Trabalho
Codaron	Coordenação do Desenvolvimento Agrícola de Rondônia	pl.	Organização das Nações Unidas
Conage	Conselho Nacional dos Geólogos	PA	planilha dos microfilmes do Museu do Índio
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	PAD	Para
CSN	Conselho de Segurança Nacional	PDS	Projeto de Assentamento Dirigido
DER	Departamento de Estradas de Rodagem (Estadual)	PFL	Partido Democrático Social
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	PM	Partido de Integração Nacional
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral	PMACI	Partido da Frente Liberal
DOU	<i>Diário Oficial da União</i>	PMDB	Polícia Militar
DPI	Departamento do Patrimônio Indígena	PND	Programa para o Meio Ambiente e as Comunidades Indígenas
DR	Delegacia Regional (Funai)	Polonoroeste	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
EFMM	Estrada de Ferro Madeira-Mamoré	Rima	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
EVS	Equipe Volante de Saúde	RO	Relatório de Impacto Ambiental
FAB	filme (microfilmes do Museu do Índio)	Sassi	Rondônia
FAO	Força Aérea Brasileira	Secodid	Seção de Assistência ao Índio
Fipe	Food and Agriculture Organization	Semann	Seção de Assistência ao Índio
FND	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo)	Seplan	Secretaria de Coordenação da Defesa dos Direitos Individuais e dos Interesses Difusos
FNI	Fundo Nacional de Desenvolvimento	SIL	Secretaria Especial do Meio Ambiente
FNP	Fundação Nacional do Índio	SOA	Secretaria de Planejamento
Funai	<i>Folha de S. Paulo</i>	SPI	Summer Institute of Linguistics
FT	Fundação Nacional do Índio	SPVEA	Seção de Orientação e Assistência do SPI
Ibama	<i>Folha da Tarde</i>	STF	Serviço de Proteção ao Índio
IBDF	Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis e Meio Ambiente	Sudam	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
Ibram	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal	Sudeco	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
IGPA-UCG	Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia - Universidade Católica de Goiânia	UA	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
		UFRRJ	Universidade do Amazonas
		UHES	Universidade Federal do Rio de Janeiro
		Usita	Usinas Hidrelétricas
			Usina Metalúrgica Itaguara Ltda.

